



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

THAYLIZZE GOES NUNES PEREIRA

O MST E AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO LULA: RELATOS
ORAIS DA LUTA PELA CONQUISTA E PELA PERMANÊNCIA NA TERRA NO
ACAMPAMENTO ARGENTINA MARIA E ASSENTAMENTO REUNIDAS

MARÍLIA

2016

THAYLIZZE GOES NUNES PEREIRA

O MST E AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO LULA: RELATOS
ORAIS DA LUTA PELA CONQUISTA E PELA PERMANÊNCIA NA TERRA NO
ACAMPAMENTO ARGENTINA MARIA E ASSENTAMENTO REUNIDAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente, Sustentabilidade e Território”.

Orientadora: Dra. Mirian Cláudia Lourenção Simonetti.

MARÍLIA

2016

Pereira, Thaylize Goes Nunes.

P436 O MST e as políticas de reforma agrária no Governo Lula : relatos orais da luta pela conquista e pela permanência na terra no Acampamento Argentina Maria e Assentamento Reunidas / Thaylize Goes Nunes Pereira. – Marília, 2016.

173 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Mirian Claudia Lourenção Simonetti .

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2016.

Bibliografia

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Comunidades agrícolas – São Paulo (Estado). 4. Acampamento Argentina Maria (Promissão, SP). 5. Assentamento Reunidas (Promissão, SP). 6. Brasil – Propriedade rural. 7. Brasil – Posse da terra. 8. Brasil – Reforma agrária. 9. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. I. Título.

CDD 301.35098161

THAYLIZZE GOES NUNES PEREIRA

O MST E AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA NO GOVERNO LULA: RELATOS
ORAIS DA LUTA PELA CONQUISTA E PELA PERMANÊNCIA NA TERRA NO
ACAMPAMENTO ARGENTINA MARIA E ASSENTAMENTO REUNIDAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), como exigência para obtenção do título de mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Ambiente, Sustentabilidade e Território”.

Orientadora: Dra Mirian Claudia Lourenção Simonetti.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mirian Claudia Lourenção Simonetti (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Profa. Dra. Noemia Ramos Vieira (Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”)

Profa. Dra. Valeria de Marcos (Universidade de São Paulo)

Marília, 25 de janeiro de 2016.

In memoriam a meu pai, migrante do campo, homem sensível e de muita fé, que carregava consigo o sonho de dar um lar aos desvalidos dessa sociedade com tantas desigualdades sociais.

AGRADECIMENTOS

A força superior a nós com quem converso nas noites de aflição, presente em muitas crenças e religiões. Uma luz, uma força, um auxílio, um Mestre, um Deus; Meu Pensamento.

Agradeço a minha mãe Maria Célia e meu pai Nunes (*In Memoriam*), que com seu amor infinito e apoio incondicional são responsáveis por minha base pessoal, emocional e educacional. Sempre me fizeram entender que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente! Obrigada por suas capacidades de amar, cuidar, respeitar, compreender. Agradeço a calma, a paciência, o abraço espontâneo e tão necessário, o ombro que eu choro, a proteção, o coração repleto de amor que vocês sempre dedicam a mim. Amo vocês!

Aos meus irmãos, Thayzze, Gladyson e Tainara por todo amor, carinho, paciência, compreensão, confiança, pela torcida, por vibrarem com as minhas conquistas. Obrigada por serem meus irmãos, por fazerem parte da minha vida, esta que seria muito sem graça se eu tivesse crescido ao lado de vocês. Obrigada também pela forma especial me dão força e coragem nos momentos de maior franqueza, onde só mesmo o amor poderia me colocar nos trilhos novamente.

A todos os meus familiares, em especial ao Tio Carlos, que estive presente nessa minha caminhada. Agradeço as orações, as palavras de apoio, os abraços, o aconchego de se ter uma Família tão linda.

As amigas de infância e adolescência Tamires, Maiara, Jamile, as vezes distante mas sempre presentes. Obrigado por fazerem parte da minha vida há tantos anos.

Aos queridos amigos que conheci na UNESP Marília, que são aqui inumeráveis, levo cada um no coração. Obrigada pela paciência, pelo sorriso, pelo abraço, pela mão que sempre se estendia quando eu precisava. Esta caminhada não seria a mesma sem vocês ao meu lado. Bebets Vambora!

Ao CPEA e aos bons amigos que ali fiz, não tenho palavras para agradecer todos os momentos e aprendizados que compartilhamos,

Ao Bruno e a Claudinha aprendi muito com vocês, nos erros e nos acertos estávamos juntos tentando construir nossos sonhos e projetos coletivos e pessoais, obrigada pela calma e equilíbrio e pelo furacão e leveza de levar a vida de forma tão simples, aprendi a amar e construir laços eternos por vocês.

À você Diego que me auxilia nas horas difíceis e me alimenta a cada dia mais de certezas, esperança, força, amor e alegria.

À minha orientadora, Prof. Dra. Mirian, que acima de tudo acreditou em mim, me

ouviu pacientemente, compartilhou comigo as suas ideias, conhecimento e experiências. Sempre com muita paciência e atenção me dedicou seu valioso tempo nesses 7 anos juntas. Quero expressar o meu reconhecimento e admiração pela sua competência profissional e pela sensibilidade que a diferencia como educadora. Agradeço pelas lições de humildade, amor ao próximo, respeito pela diversidade, lições de vida, amizade e pela forma humana que conduziu minha orientação na graduação e no mestrado.

Ao Prof^o Poker, Prof^a Silvia, Prof^a Noemia e Prof^a Valeria pela generosa contribuição na minha vida acadêmica e pela influência em minha futura vida profissional.

Aos funcionários desta Universidade, que antes de tudo são o seu alicerce. Obrigada por poder sempre contar com vocês nos momentos que precisei. Muito obrigado pela atenção e disponibilidade.

A Fundação de Amparo e Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, processo nº 2013/24174-8, pelo financiamento desta pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, a Residência Agrária, e ao Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA pelos financiamentos para o desenvolvimento das pesquisas da Turma de Mestrado Mariátegui.

As famílias do Assentamento Reunidas, por toda hospitalidade, dedicação, carinho. Alice, Benê, entre tantos outros lutadores, obrigada pelas lições de vida e de luta por um futuro melhor. Em especial, aos jovens do Projeto Cinema Juventude e Ruralidade, aprendi muito com vocês, foi um ano de muitas partilhas.

Ao Acampamento Argentina Maria que mesmo nas dificuldades da luta me acolheram e me ajudaram a compreender um pouco melhor sobre a dura realidade da luta pela terra.

Aos companheiros e companheiras de Mestrado Turma Mariátegui, por todos os passos, e pelas duras batalhas, desde os conflitos iniciais causados pelo estranhamento que existia entre os mundos que se apresentavam tão diferentes – porém que buscavam ao seu fim o mesmo objetivo – agradeço por cada dia que passei sendo mestranda desse programa. Ter a capacidade de se ver no outro e se entender como parte de um todo em um mundo onde as relações são cada vez mais individualizadas é de uma preciosidade sem igual.

Finalizo deixando registrado minha gratidão aos professores, aos mentores desse programa de mestrado, e aos companheiros de turma que trilharam essa caminhada comigo, trincheira por trincheira, rumo ao cumprimento de mais uma etapa importante, não só pessoal, mas principalmente para classe trabalhadora e para os movimentos sociais que ocupam hoje uma das melhores universidades do país. Gratidão!

La utopía está en el horizonte. Camino dos pasos, ella se aleja dos pasos y el horizonte se corre diez pasos más allá. ¿Entonces para qué sirve la utopía? Para eso, sirve para caminar.

Eduardo Galeano

RESUMO

Essa dissertação tem por objetivo compreender o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), e a sua relação com os dois governos Lula da Silva. Para tanto, são analisadas as Políticas de Reforma Agrária do Governo Lula entre os anos de 2003-2010, e a visão acerca delas pelos protagonistas da luta pela terra no Estado de São Paulo. Comparamos os depoimentos dos acampados, assentados e lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, do Assentamento Reunidas e do Acampamento Argentina Maria, localizados na cidade de Promissão/SP. Observamos as semelhanças e diferenças de análises sobre Políticas de Reforma Agrária do Governo Lula de cada segmento entrevistado. Constatamos que entre esses segmentos de protagonistas da luta pela terra que compõem o MST, não há uma visão uniforme sobre as políticas de Reforma Agrária do Governo Lula. Entre os acampados percebe-se a decepção com relação à demora ao acesso a terra e também com a não efetivação de políticas públicas onde eles sejam contemplados, e assim, seus depoimentos expressam o abandono que os mesmos sentem por parte desse Governo. Já, os assentados, se sentem contemplados com alguns programas do Governo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros, mas ainda assim, os mesmos tecem críticas ao Governo porque acreditam que ele poderia ter contribuído mais para a realização da Reforma Agrária no Brasil, principalmente com um melhor planejamento das políticas de produção, comercialização e escoamento de seus produtos agrícolas. Observa-se assim, que os acampados, assentados e lideranças do MST, constituem segmentos diversificados dentro do movimento, e que embora o movimento tenha o acesso à terra como objetivo maior de sua existência, tanto os assentados como os acampados, e respectivamente as lideranças do acampamento e assentamento possuem demandas e avaliações diferentes com relação às Políticas de Reforma Agrária do Governo Lula. Os depoimentos dos protagonistas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra sobre as políticas de reforma agrária entre 2003 a 2010 permitem aprofundar o conhecimento sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Palavras-chave: Comunidades agrícolas – São Paulo (Estado). Acampamento Argentina Maria (Promissão, SP). Assentamento Reunidas (Promissão, SP). Brasil – Propriedade rural. Brasil – Posse da terra. Brasil – Reforma agrária. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra. Brasil – Presidente (2003-2006: Lula). Brasil – Presidente (2007-2010: Lula).

ABSTRACT

This thesis aims to understand the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (Landless Farmworkers' Movement) and its relationship with the two Lula da Silva governments. For this, the land reform policies of the Lula government are analyzed between the years 2003-2010, and the vision about them by the land struggle protagonists in the State of São Paulo. We compared the testimony of the camped, the settled and leaders from the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, from the Settlement Camp Reunidas and the Settlement Camp Argentina Maria, located in the city of Promissão/SP. We observe the similarities and differences in analysis of land reform policies of the Lula government of each interviewed segment. We found that between these segments of actors of the land struggle that make up the MST, there is no uniform view on Land Reform policies of the Lula government. Among camped we perceive the disappointment regarding the delay in the access to land and also with the non-execution of public policies where they are covered, and thus their testimonies express the abandonment that they feel for this Government. Now the settled feel contemplated with some government programs such as the Food Acquisition Program (PAA), the National School Feeding Programme (PNAE), among others, but still, they criticize the government because they believe it could have contributed more to the implementation of land reform in Brazil, mainly through better planning of production policies, commercialization and marketing of their agricultural products. It is observed so that the camped, settled and leaders of the MST, are diverse segments within the movement, and that although the movement has access to land as a major goal of its existence, both the settled and the camped, and respectively the leaders of the camp and the settlement have different demands and assessments with regard to land reform policies of the Lula government. The testimony of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra protagonists on land reform policies between 2003-2010 allow more extensive knowledge of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Keywords: Agricultural communities – São Paulo (State). Camp Argentina Maria (Promissão, SP). Settlement camp Reunidas (Promissão, SP). Brazil – Rural land. Brazil – Land ownership. Brazil – Land reform. Landless Workers' Movement. Brazil – President (2003-2006: Lula). Brazil – President (2007-2010: Lula).

RESUMEN

Esta disertación tiene por su objetivo comprender el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST) y su relación con los dos gobiernos de Lula da Silva. Así son analizadas las Políticas de Reforma Agraria del Gobierno Lula entre los años 2003-2010, y el punto de vista de los protagonistas que luchan por la tierra en el Estado de São Paulo. Comparando las declaraciones de los acampados, asentados y dirigentes del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra del Asentamiento Reunidas y del Acampamiento Argentina Maria, ubicados en la ciudad de Promissão/SP, observamos puntos en común y diferencias de análisis en relación a las Políticas de la Reforma Agraria del Gobierno Lula en cada uno de los segmentos entrevistados. Hemos visto que entre los segmentos de los protagonistas de la lucha por la tierra en el MST, no hay una visión uniforme acerca de esas políticas del Gobierno Lula. Vemos que entre los acampados hay decepción en relación a la tardanza al acceso a la tierra y también con la no efectivación de políticas públicas en que ellos sean contemplados. Por esto, sus declaraciones traducen el abandono de los mismos por el Gobierno. Sin embargo, los asentados se sienten contemplados con algunos programas del Gobierno como el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), entre otros, pero aún mismo, los mismos hacen críticas al Gobierno porque creen que Él podría contribuir más para la realización de la Reforma Agraria en Brasil, principalmente con una mejor planificación de las políticas de producción, comercialización y desagüe de sus productos agrícolas. Se puede observar que los acampados, asentados y dirigentes del MST, constituyen segmentos muy diversos en el movimiento y, aunque tengan el acceso a la tierra como meta, tanto los asentados como los acampados y sus respectivos dirigentes del campamento y asentamiento tienen exigencias y evaluaciones distintas en lo que conciernen las Políticas de Reforma Agraria del Gobierno Lula. Las declaraciones de los protagonistas del Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra sobre las políticas de la reforma agraria entre 2003 a 2010 proporcionan conocer más sobre el Movimiento de los Trabajadores Sin Tierra (MST).

Palabras clave: Comunidades agrícolas – São Paulo (Estado). Acampamiento Argentina Maria (Promissão, SP). Asentamiento Reunidas (Promissão, SP). Brasil – Propiedad rural. Brasil – La pose de la tierra. Brasil – Reforma agraria. Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra. Brasil – Presidente (2003-2006: Lula). Brasil – Presidente (2007-2010: Lula).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|---|-----|
| Quadro 1 – Brasil – Movimentos Socioterritoriais e Estados onde atuaram – 2000-2010..... | 48 |
| Figura 1 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2010: Número de famílias em ocupação – por município..... | 49 |
| Gráfico 1 – Brasil – Número de famílias em ocupações - participação do MST e dos demais movimentos – 2000-2010..... | 51 |
| Quadro 2 – Resumo das Principais Propostas Apresentadas pelo Candidato do PT às Eleições Presidenciais..... | 88 |
| Figura 2 – Brasil: Assentamentos 2003-2006..... | 92 |
| Gráfico 2 – Brasil – Assentamentos de Reforma Agrária – Governo Lula | 94 |
| Figura 3 – Brasil – Assentamentos de Reforma Agrária – 2003 a 2010..... | 98 |
| Gráfico 3 – Imóveis Rurais Desapropriados por Decretos Presidenciais..... | 101 |
| Gráfico 4 – Número de hectares desapropriados por decreto de 1995 a 2002 – FHC e 2003 a 2009 – Lula..... | 101 |
| Gráfico 5 – Número de hectares comprados de 1995 a 2002 – FHC e 2003 a 2009 – Lula.. | 102 |
| Figura 4 – O Assentamento Reunidas..... | 107 |
| Foto 1 – Agrovila Campinas..... | 108 |
| Foto 2 – Igrejinha da Agrovila Campinas..... | 109 |
| Foto 3 – Alunos da UNESP em uma palestra no Assentamento..... | 109 |
| Foto 4 – Panificadora das Mulheres do Grupo 44..... | 110 |
| Foto 5 – Assentada e sua produção de alface..... | 110 |
| Foto 6 – Assentado preparando as mudas..... | 111 |
| Foto 7 – Plantação de pepinos na estufa..... | 111 |
| Foto 8 – O Acampamento Argentina Maria..... | 113 |
| Foto 9 – As crianças acampadas brincando..... | 114 |
| Foto 10 – O Acampamento e a sua Bandeira..... | 114 |
| Gráfico 6 – Brasil – Número de Ocupações 1988-2010..... | 133 |
| Gráfico 7 – Brasil – Número de Famílias em Ocupações 1988-2010..... | 133 |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 – Metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA..... | 93 |
| Tabela 2 – Brasil – Mudança da Estrutura Fundiária por Classes de Área 1992, 1998, 2003 e 2010..... | 97 |
| Tabela 3 – Brasil – Ocupações realizadas pelo MST por Macrorregiões..... | 132 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|-----------|---|
| ACCEPAR | Associação de Comunicação, Cultura, Esporte e Produção do Assentamento Reunidas |
| APRA | Associação dos Produtores Rurais da Agrovila 44 |
| APRAB | Associação dos Produtores Rurais da Agrovila Birigui |
| APROLEV | Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Legumes, Frutas e Verduras do Município de Promissão |
| APRUPAM | Associação dos Produtores Rurais Unidos pelo Amanhã |
| AUPRAPECI | Associação União dos Produtores Rurais das Agrovilas Penápolis e Cintra |
| CNBB | Conferência dos Bispos do Brasil |
| CNPQ | Conselho Nacional de Pesquisa |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| COOPAR | Cooperativa de Produtores do Projeto Agrário Reunidas |
| COOPLENOR | Cooperativa dos Produtores Familiares de Leite da Região Noroeste |
| CPEA | Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| CRBA | Conferencia dos Religiosos do Brasil |
| DEM | Democratas |
| EJA | Educação de Jovens e Adultos |
| FETRAF | Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar |
| FHC | Fernando Henrique Cardoso |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| IA | Instituto Agrônômico |
| IBGE | Instituto Nacional de Geografia e Estatística |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| IPEA | Instituto de Pesquisas Aplicadas |
| IPPRI | Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais |
| ITESP | Instituto de Terras do Estado de São Paulo |
| MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens |
| MAST | Movimentos dos Agricultores Sem Terra |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MLST | Movimento de Libertação dos Sem Terra |

| | |
|----------|---|
| MMC | Movimento de Mulheres Camponesas |
| MOSLUTRA | Movimento Social de Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária |
| MP | Medida Provisória |
| MPA | Movimento dos Pequenos Agricultores |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| MTB | Movimento Terra Brasil |
| MTBST | Movimento Dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra |
| MTL | Movimento Terra, Trabalho E Liberdade |
| MTR | Movimento dos Trabalhadores Rurais |
| MTRSTB | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasil |
| MTST | Movimento dos Trabalhadores Sem Terra |
| MTST | Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto |
| MUST | Movimento Unidos dos Sem Terra |
| NEAD | Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural |
| NERA | Núcleo Estudos da Reforma Agrária |
| PAA | Programa de Aquisição de Alimentos |
| PDT | Partido Democrático Trabalhista |
| PFL | Partido da Frente Liberal |
| PIBIC | Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PNRA | Plano Nacional de Reforma Agrária |
| PPA | Plano Plurianual |
| PPAIS | Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social |
| PRONAF | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PSOL | Partido Socialismo e Liberdade |
| PSTU | Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| RBs | Relações de Beneficiários |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|--|------------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 2 | TERRITÓRIO, MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS | 23 |
| 2.1 | Desterritorialização e Território interpretações de autores das Ciências Sociais e da Geografia | 23 |
| 2.2 | Movimentos Sociais e Movimentos Socioterritoriais..... | 33 |
| 2.3 | O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra | 43 |
| 3 | QUESTÃO AGRÁRIA, POLÍTICA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL | 54 |
| 3.1 | A Questão Agrária e a Reforma Agrária no Brasil..... | 54 |
| 3.2 | As Políticas de Reforma Agrária no Brasil de 1985 a 2010: I e II PNRA..... | 62 |
| 3.3 | Gramsci e a Política no Brasil: O Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula..... | 70 |
| 4 | O GOVERNO LULA E AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA DE 2003-2010 | 80 |
| 4.1 | As disputas eleitorais de Lula e PT: discursos e propostas para a Reforma Agrária | 80 |
| 4.2 | Primeiro mandato do Governo Lula e o II PNRA..... | 89 |
| 4.3 | Segundo mandato do Governo Lula e a Contra-Reforma Agrária | 96 |
| 5 | RELATOS ORAIS DOS PROTAGONISTAS DA LUTA PELA TERRA: ACAMPADOS ASSENTADOS E LIDERANÇAS DO MST | 104 |
| 5.1 | O Assentamento Reunidas | 104 |
| 5.2 | O Acampamento Argentina Maria..... | 112 |
| 5.3 | O retorno a terra: as trajetórias dos acampados, assentados e lideranças do MST | 116 |
| 5.4 | O MST: da formação dos acampamentos aos 28 anos do Assentamento Reunida | 122 |
| 5.5 | Reforma Agrária, sonhos e conquistas: a luta pela terra e pela permanência na terra..... | 135 |
| 5.6 | ‘Pai dos pobres e mãe dos ricos’: o Governo Lula e suas Políticas de Reforma Agrária..... | 142 |
| 6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 154 |
| | REFERÊNCIAS | 163 |
| | APÊNDICE A – PERFIL DOS ENTREVISTADOS | 173 |

1 INTRODUÇÃO

Desde 2009 sou integrante do Centro de Pesquisa e Estudos Agrários e Ambientais – CPEA, que está vinculado ao CNPq, e é pertencente à Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP/Campus de Marília, sob a coordenação da Professora Doutora Mirian Cláudia Lourenção Simonetti. O CPEA possui um ciclo de 28 anos de estudo e parceria com o Assentamento Reunidas, localizado na cidade de Promissão/SP, realizando trabalhos de campo, pesquisas e projetos no mesmo. Assim, pensar o Assentamento Reunidas nesses 28 anos de história e luta pela terra é redescobrir as histórias desses assentados e as inúmeras variáveis que foram se compondo no decorrer desses anos.

Nas pesquisas realizadas no âmbito do CPEA, analisamos os processos relativos à chegada dessas famílias ao novo lugar, a reconstrução de suas vidas, o novo modo de vida e as novas práticas políticas. Essas pesquisas tiveram múltiplos momentos: a expropriação, a luta pela terra, a chegada a nova terra e a reconstrução do “seu lugar”, do seu espaço de relações e de sua identidade (LACERRA; PEREIRA; SIMONETTI, 2013).

Após 28 anos continuamos a analisar nesse Assentamento, em especial a Agrovila Campinas. Em nossos trabalhos de campo e ao longo dos anos nos quais trabalhamos com esses, podemos notar que um dos problemas vivenciados por eles é a condução do lote com envelhecimento dos que detém o título da terra e que tem sido protagonistas do desenvolvimento do lote, que chamamos de 1ª Geração. E juntamente com esse problema temos vinculado a grande migração dos filhos e netos (2ª e 3ª Geração) para a cidade, em busca de estudo, trabalho, lazer, esportes. Porém, de fundo a essa questão, e não por isso menos importante está também a dificuldade do acesso ao crédito, a falta de assistência técnica especializada, e a falta de infraestrutura do assentamento.

Meu interesse pelo tema e pela problemática agrária se deu antes mesmo de iniciar-se minha vida acadêmica. Sou proveniente da cidade de Bauru, interior de São Paulo, onde eu obtive meu primeiro contato com trabalhadores rurais e movimentos sociais. Esse contato ocorreu por meio de um Acampamento do MST que ocupou terras próximas à rodovia – ao lado do meu bairro – e por um Assentamento que está localizado hoje no antigo “Horto dos Eucaliptos” (como dizem os moradores da região).

Sou filha de mãe cozinheira e pai porteiro, ambos eram moradores de áreas rurais, e de família pobre e não tiveram condições de estudar, mas sempre incentivaram a mim e meus irmãos, dizendo que só com o estudo a gente conseguiria mudar nossa condição de vida. Assim, escolhi o curso de Ciências Sociais, por me indignar com os problemas sociais que

estavam ao meu redor, e ao mesmo tempo por querer compreender os motivos das desigualdades na sociedade. Eu tinha a intenção de mudar o mundo, e esse sentimento era bom, porque me motivava a estudar mais, entender a sociedade, entender de onde as coisas vinham, e que tudo tinha um significado. Ao adentrar a Universidade, fiquei um pouco menos sonhadora em virtude de tantos acontecimentos e conhecimentos que tive acesso. Mas mesmo assim, não perdi a esperança de um mundo melhor e resolvi me empenhar e me dedicar a uma causa que já se fazia presente em meu cotidiano, a questão agrária brasileira, a desigualdade social e os movimentos sociais.

Na Universidade, desde 2009 ao ingressar no CPEA, guio minhas pesquisas, sobretudo, com temas ligados a movimentos sociais rurais, campesinato, trabalhadores rurais, conflitos no campo brasileiro, Governo Lula e Políticas Públicas de Reforma Agrária. Junto ao CPEA pude realizar pesquisas financiadas pelo CNPq/PIBIC sobre os temas, O Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula e a Violência no Campo Brasileiro; O Governo Lula da Silva: Uma análise conjuntural do cenário nacional e internacional; e O II PNRA: Análise da elaboração de suas duas versões.

Interessei-me por este programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe do IPPRI, porque ele me colocaria em contato com discussões da Geografia que eu já vinha desenvolvendo junto ao grupo de pesquisa, mas que não foram o foco da grade curricular em minha Graduação em Ciências Sociais. Senti-me motivada por existir a possibilidade de realizar um diálogo entre a Geografia, Sociologia e Ciências Políticas, com os movimentos sociais. Porém, o que mais me despertou interesse em participar dessa Pós-Graduação foi a singularidade que desse Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, visto que é o único no país voltado aos movimentos sociais. Em minha concepção o Programa se enriqueceu ainda mais por estar voltando a candidatos oriundos dos territórios camponeses e para aqueles que fossem trabalhar com essas comunidades. Acredito que por ser uma turma tão diversificada, cada um trouxe de seus territórios um conhecimento precioso que veio a somar em minha vida pessoal, cultural e acadêmica, assim como na dos demais.

Partindo desse conhecimento prévio de parte de minha vida acadêmica e do meu universo de pesquisa, posso assim continuar a relatar os objetivos pretendidos e nossa hipótese. Assim, a pesquisa pretende compreender o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a sua relação com os dois governos Lula da Silva. Para tanto, foram analisadas as Políticas de Reforma Agrária do Governo Lula entre os anos de 2003-2010, e a visão acerca delas pelos protagonistas da luta pela terra no Estado de São Paulo. Assim, comparamos os

depoimentos dos acampados, assentados e lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Assentamento Reunidas e do Acampamento Argentina Maria, localizados na cidade de Promissão/SP e observamos as semelhanças e diferenças de análises sobre Políticas de Reforma Agrária do Governo Lula de cada segmento entrevistado.

Nossa hipótese é que existiria uma tensionalidade nos segmentos que compõem o MST, visto que ele é constituído de segmentos diversificados, assim, pretendemos observar se entre esses segmentos de protagonistas da luta pela terra que compõem o MST, há ou não uma visão uniforme sobre as Políticas de Reforma Agrária do Governo Lula, pois embora o movimento tenha o acesso a terra como objetivo maior de sua existência, existem demandas diferentes com relação às políticas públicas entre os acampados e assentados.

Desta forma, para realizar a pesquisa consideramos duas vertentes, divididas em teórica e empírica. A empírica foi realizada através da coleta de depoimentos junto aos diferentes segmentos que compõem o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Estado de São Paulo, a saber, os acampados, assentados e lideranças. A pesquisa teórica se fundamenta no método dialético que conceitua que os fatos não podem ser considerados fora do contexto histórico, social, político, econômico (SILVA, 2001; MINAYO, 1993). Utilizamos o embasamento teórico e metodológico fornecido principalmente pelos autores: Bernardo Mançano Fernandes, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Milton Santos, Rogério Haesbaert, Mirian Claudia Lourenção Simonetti e demais autores, que possuem uma discussão sobre a problemática em análise.

Ainda nesta primeira etapa, analisamos os dados disponíveis nos Institutos de Pesquisas tais como: Núcleo Estudos da Reforma Agrária (NERA), Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD), Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Agrônômico (IA), Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), dentre outros e também os dados do Centro de Pesquisa e Estudos Agrário e Ambientais (CPEA) a qual sou integrante. Analisamos nessa etapa também os Programas de Governo PT com ênfase no que diz respeito à Reforma Agrária.

A pesquisa empírica foi realizada através da coleta de depoimentos desses protagonistas, sendo eles, os assentados, os acampados, e lideranças do movimento pertencentes ao Estado de São Paulo, mais precisamente do Assentamento Reunidas e do Acampamento Argentina Maria. A escolha dos entrevistados se deu por participarem das

discussões e das lutas travadas no âmbito do MST. Nossa análise se baseou nos anos entre 2003-2010, onde analisamos os dois mandatos do Governo Lula.

Os depoimentos foram colhidos através do Método da História Oral, que visou entrevistar mais profundamente alguns sujeitos da comunidade para a pesquisa, e não um conjunto de atores de uma maneira mais superficial.

De acordo com Maria Isaura Pereira de Queiroz, “[...] a narrativa oral uma vez transcrita, se transforma num documento semelhante a qualquer outro texto” (QUEIROZ, 1991, p. 5), incorporando assim o seu valor histórico a esses relatos. Desta forma, podemos captar os depoimentos dos protagonistas da luta pela terra do MST e “[...] registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não – conservado, o que desapareceria se não fosse anotado [...] o não – explícito, quem sabe mesmo o indizível” (QUEIROZ, 1991, p. 1-2). A coleta de depoimentos é a “[...] forma mais antiga e mais difundida de coleta de dados orais, nas ciências sociais” (QUEIROZ, 1991, p. 6), e nos permitiu compreender uma parcela da realidade de nossos entrevistados e a partir dos depoimentos constatar como esses avaliam esses oito anos de Governo, entendendo cada segmento de entrevistado dentro de seu contexto social.

Para a coleta dos depoimentos selecionamos três segmentos que se fizeram presentes como protagonistas na luta pela terra, sendo eles, os assentados, os acampados e lideranças, do MST pertencentes ao Acampamento Argentina Maria e ao Assentamento Reunidas. Optamos por coletar três depoimentos dos assentados e três depoimentos dos acampados, e também coletar o depoimento da liderança do MST no respectivo acampamento e assentamento. Acreditamos que o aprofundamento da pesquisa na escala local nos permite um maior entendimento das discussões e melhor compreensão do objeto de pesquisa, resguardando sobre tudo suas especificidades.

Para realizar as entrevistas dos assentados e dos acampados selecionamos especificamente a região Noroeste do Estado de São Paulo, pois avaliamos que a mesma obtém suas singularidades dentro do movimento de luta pela terra; pois é nessa região que se localiza o Assentamento Reunidas, que possui 28 anos e é um assentamento consolidado, e também por ter sido o primeiro a ser realizado no estado sob a égide do I Plano Nacional de Reforma Agrária, elaborado no Governo do presidente José Sarney. O Acampamento Argentina Maria também foi escolhido, por se localizar próximo a Promissão/SP, na mesma região do Assentamento Reunidas e por estarem acampados desde 2005 em luta por reforma agrária, mas também por se tratar de um acampamento que surgiu durante o primeiro mandato do Governo Lula.

Para realizar a coleta dos depoimentos das lideranças, partimos do pré-suposto que esse segmento possui um entendimento do Governo Lula em uma conjuntura mais global, porém, nosso intuito foi coletar os depoimentos das lideranças do acampamento e assentamento que estava sendo pesquisado, pois conseguiríamos realizar uma avaliação mais completa referente as políticas de reforma agrária na dimensão dos nossos dois universos de pesquisa. Optamos por coletar depoimentos também dessas lideranças por acreditar que,

Os discursos dos líderes constituem uma forma de discurso político. Trata-se de um gênero que tematiza as relações de poder em seu conteúdo e se constitui externamente em ato político por sua posição mesmo na estrutura ideológica de poder, sendo produzido na cena política. Tem uma base essencialmente polêmica, apresentando a hipertrofia da função argumentativa. (QUEIROZ, 2000, p. 13).

Assim, acreditamos que essas lideranças por fazerem parte dessa comunidade possuam maior aproximação com os acampados e assentados, pois estão em seu dia a dia atuando juntamente com as famílias, participando dessa rotina junto a seus pares e vivenciando os avanços e as dificuldades nesses oito anos de Governo Lula.

Desta maneira, foi realizada a coleta de depoimentos, pois, entendemos que subdividindo o movimento nesses três segmentos encontraríamos a dimensões de avaliação do que foi o Governo Lula de forma diferenciada e mais completa. Trataremos assim, de especificidades envoltas ao Estado de São Paulo, mas também, estabeleceremos um diálogo em nível nacional em relação às Políticas Públicas de Reforma Agrária. Optamos pelo estudo em uma escala local, pois ela permite que nos aprofundemos nas investigações. Salientamos ainda que a partir das análises obtidas nesse acampamento e assentamento do Estado de São Paulo, poderemos obter também um entendimento mais amplo que, resguardando suas especificidades, poderá ser pensado em um âmbito geral.

Para coletar esses depoimentos utilizei como recurso o gravador. Gravando e transcrevendo as entrevistas, não correndo o risco assim de se perder no processo detalhes que nos eram de fundamental importância, ou até mesmo as falas precisas dos entrevistados. Foi utilizado também o caderno de campo, onde pude recorrer anotando com precisão tudo que não foi possível captar com o gravador, como o lugar, as expressões, os gestos, olhares e até os choros que surgiram ao longo dos depoimentos, não perdendo assim a riqueza da fala dos sujeitos entrevistados.

Desta maneira, no período de 04 a 11 de janeiro de 2014, dei início a primeira pesquisa de campo do mestrado. Esta pesquisa objetivou fazer um levantamento atualizado sobre a Agrovila Campinas, porém, muito mais que isso, o objetivo principal dessa ida a campo foi o estreitamento dos laços que nos unem a esse universo. Assim, nesse primeiro momento pude

rever os assentamentos que eu já tinha grande aproximação e vínculos de amizade e também conhecer outros assentados e realidades que até então não se apresentavam tão claramente diante de mim.

Durante essa semana fiquei hospedada na casa de um casal de assentados que possuem um vínculo de amizade comigo e com os demais integrantes do CPEA. Lá além de todos os momentos de alegria que esses sempre nos proporcionam todas as vezes que os visitamos, pude também afinar meu conhecimento sobre meu campo de pesquisa, sobre as relações sociais que se dão no âmbito desse assentamento e também realizei uma entrevista teste para pensar em possíveis ajustes nos roteiros de entrevistas semi-estruturadas que já havia elaborado.

Esse momento me foi muito útil também, pois, através dos conhecimentos desses dois assentados pude selecionar quais seriam os meus possíveis entrevistados daquele assentamento. Segundo Queiroz, 1988, esse casal de assentados passou a ser meus informantes, me indicando quais seriam os sujeitos mais aptos a minha pesquisa.

A segunda pesquisa de campo foi realizada de 07 a 13 de julho de 2014, nessa etapa foram coletados os depoimentos de uma parte dos sujeitos da pesquisa. Nessa etapa consegui realizar a coleta dos depoimentos dos assentados do Assentamento Reunidas, dos acampados do Acampamento Argentina Maria e de uma liderança do assentamento e criar também maior aproximação com a liderança do acampamento para em outro momento regressar e fazer a entrevista com o mesmo.

Na terceira pesquisa de campo, realizada em 22 a 26 de julho de 2015, consegui concluir as entrevistas, com maior conhecimento e aproximação com o acampamento consegui coletar o depoimento da liderança do acampamento e também resgatar mais dados sobre o acampamento e assentamento para incluir nas análises.

Assim, pudemos estruturar o desenvolvimento deste trabalho em cinco capítulos. No primeiro capítulo que foi destinado a realização desta Introdução da dissertação. No segundo capítulo intitulado “Território, Movimento Sociais e Movimentos Socioterritoriais” apresentamos uma revisão bibliográfica de conceitos chave da Geografia que são de fundamental importância para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Nesse capítulo fizemos uma definição de conceitos centrais para o desenvolvimento da dissertação que são: Território; Territorialização; Desterritorialização; Movimentos Sociais e Movimentos Socioterritoriais. Após, adentramos no estudo do surgimento do MST e de sua atuação para a realização da reforma agrária no Brasil.

No terceiro capítulo intitulado “Questão Agrária, Política e Reforma Agrária no Brasil”, fizemos uma breve revisão bibliográfica sobre a questão agrária brasileira, discorrendo sobre as sesmarias, a lei de terras e o início do latifúndio no Brasil, realizando assim, uma análise acerca da discussão sobre a reforma agrária brasileira; realizamos uma retrospectiva sobre as Políticas de Reforma Agrária no Brasil entre os anos de 1985 a 2010, tendo como foco o I e II Plano Nacional de Reforma Agrária; e finalizando, trabalhamos com as teorias de Gramsci como o conceito de Estado e Hegemonia para analisar a política no Brasil, tendo por referência o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula.

No quarto capítulo “Os Governos Lula e as Políticas de Reforma Agrária de 2003-2010”, realizamos uma breve contextualização do período pré-eleitoral do Governo Lula, compreendendo como se formou o processo da candidatura de Lula para a presidência do Brasil, analisando a campanha, discursos e as propostas de reforma agrária. Neste capítulo também analisamos os dois mandatos do Governo Lula, dividindo-os entre, Primeiro Mandato (2003-2006) e Segundo Mandato (2007-2010), analisando os impasses e os dilemas desse governo e a não realização da reforma agrária. Procuramos entender também nesse capítulo quais foram às Políticas Públicas do Governo Lula para o campo brasileiro, analisando o processo de elaboração do II PNRA, seu abandono em 2007 e o apoio desse governo ao agronegócio em detrimento dos movimentos sociais.

No quinto capítulo, intitulado “Os Protagonistas da Luta pela Terra: Acampados, Assentados e Lideranças do MST”, nos debruçamos na análise dos depoimentos, via História Oral, compreendendo suas visões e posicionamentos acerca das políticas de reforma agrária do Governo Lula 2003-2010. Nesse capítulo destacamos aspectos da origem do acampamento e assentamento estudado na pesquisa; enfatizamos as trajetórias dos entrevistados; e tratamos das temáticas que apareceram nos depoimentos, tais como: O MST, a Reforma Agrária, e sobre o Governo Lula e suas Políticas para a Reforma Agrária no Brasil.

Partimos também nessa pesquisa da premissa da complexidade existente para a execução da reforma agrária no Brasil, pois existe uma ampla diversidade de sujeitos sociais envolvidos com essa temática, como: os movimentos sociais, os agricultores familiares, os camponeses, os latifundiários, o Estado, etc., exercendo cada segmento uma ‘pressão’ sobre as decisões, para que tais rumos fossem tomados ou não. Esse fator faz como que sempre exista confronto entre os sujeitos da história quando se trata de decisões sociais que beneficiariam a maior parte da população, ou seja, existe uma série de tensões que surgem em virtude de interesses diferentes e projetos distintos que não contemplam a grande parte da população do país (SIMONETTI, 2010). Desta forma, devemos entender a reforma agrária e

toda a temática em torno nesse trabalho, localizando-os sempre em um campo de disputa de poder.

2 TERRITÓRIO, MOVIMENTOS SOCIAIS E MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

2.1 Desterritorialização e Território: interpretações de autores das Ciências Sociais e da Geografia

Na geografia, como em outras áreas do conhecimento, vários autores têm destacado os processos de globalização e o desenraizamento das populações. Muitos deles acreditam que os territórios e as identidades culturais estão sendo destruídas, em virtude da globalização que reforça cada vez mais a presença de não lugares. Nessas análises ganham destaques os processos de desterritorialização e reterritorialização das populações e a construção de novos territórios. Porém, o que observamos é que a literatura que trata de desterritorialização, e consequentemente de território, é apresentada por esses autores a partir do lugar em que falam. Procurarei aqui fazer um breve levantamento sobre algumas perspectivas presentes na Geografia e através delas compreender como o conceito de território tem sido entendido e como esse conceito nos permite compreender a realidade estudada.

Tratando de uma perspectiva economicista, pode-se dizer que a desterritorialização ocorre quando existe a superação da localização, podendo ser encontrada como sinônimo de deslocalização. Para essa vertente, o território é entendido como algo concreto; como uma localização num dado espaço físico. Nesta é a linha de abordagem de Storper (1994), que define a desterritorialização como sendo o enfraquecimento da atividade econômica de uma localidade (HAESBAERT, 2012).

Em outra abordagem que poderíamos chamar de cartográfica, que é abordada por P. Virilio (1997), a desterritorialização aparece como a superação da distância; seria uma espécie de superação do espaço pelo tempo. “Defende-se aí uma diminuição ou mesmo anulação (pela velocidade) do “fator geográfico” ou espacial por excelência, a distância (física, cartográfica), em favor do tempo, da história” (HAESBAERT, 2012, p. 130).

Outra vertente de interpretação do conceito de desterritorialização tem como domínio a imaterialidade, assim, se enfatiza as relações imateriais. Conhecida como “ciberdesterritorialização” é defendida por estudiosos do chamado ciberespaço, que tem suas relações sem referências espaciais concretas. O autor O’Brien (1992) vai nessa linha de pensamento quando fala do “fim da Geografia”, pois está pensando a livre circulação financeira mundial (HAESBAERT, 2012).

Outros autores, como é o caso de Bertrand Badie (1995) e Ohmae (1996), descrevem a desterritorialização como sendo um processo de “esvaziamento das fronteiras”, onde existe o livre acesso e a livre circulação. Pensa-se aqui em um enfraquecimento do Estado-nação, como se o mesmo tivesse suas funções já não mais delegadas a ele.

Existe também uma desterritorialização culturalista, que é concebida por aqueles que pensam o território como uma fonte de identificação cultural. Esses acreditam que as referências simbólicas perderiam sentido transformando-se em um não lugar. Assim, podemos disser que “[...] estes ‘não territórios’, culturalmente falando, perdem o sentido/o valor de espaços aglutinadores de identidades, na medida em que as pessoas não mais se identificam simbolicamente e afetivamente com os lugares em que vivem” (HAESBAERT, 2012, p. 131). Pode ocorrer também nesse processo, das pessoas se identificarem com vários lugares ao mesmo tempo, podendo mudar também com mais facilidade suas referências espaciais-identitárias.

Sintetizando, pode-se dizer que a ênfase que se dá para determinada concepção de território, é que sustentará o conceito de desterritorialização baseado na leitura econômica, cartográfica, técnico-informacional, política ou cultural. “Aqueles que acreditam no fim dos territórios geralmente propõem que em seu lugar estão emergindo as redes, muito mais dinâmicas, móveis, fluidas” (HAESBAERT, 2012, p. 132). Porém, não se realiza uma análise pensando que as redes podem ser interpretadas como um elemento fundamental do território, como também podem se confundir com ele tal como a noção de território-rede, defendida por Haesbaert (1994), Souza (1995) e Veltz (1996). Além disso, Haesbaert (2012) destaca ainda que uma estrutura social em rede pode atuar de duas formas distintas: sendo um elemento fortalecedor do território; ou também, como organismo central do processo de desterritorialização.

Entretanto, vale salientar, que mesmo que o conceito de desterritorialização apareça na literatura como novo não podemos tratá-lo como algo inédito. Se voltarmos às obras clássicas das Ciências Sociais de Karl Marx e Emile Durkheim, podemos observar que eles já faziam referência ao conceito de desterritorialização e apontavam inquietações e/ou preocupações sobre tal fenômeno.

Nas obras de Marx, tanto no Manifesto Comunista, como no Capital, é facilmente observada a preocupação que ele revela ao falar sobre o avanço do capitalismo na sociedade e dos impactos que esses avanços trariam, como, por exemplo, expropriando os camponeses, ou seja, desterritorializando-os, e transformando-os em trabalhadores livres.

A burguesia não pode existir sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção; portanto, as relações de produção, e assim, o conjunto das relações sociais. Ao contrário, a manutenção inalterada do antigo modo de produção foi a condição precípua de existência de todas as classes industriais do passado. O revolucionamento permanente da produção, o abalo contínuo de todas as categorias sociais, a insegurança e a agitação sempiternas distinguem a época burguesa de todas as precedentes. Todas as relações imutáveis e esclerosadas, com seu cortejo de representações e de concepções vetustas e veneráveis dissolvem-se; as recém-constituídas corrompem-se antes de tomarem consistência. (MARX; ENGELS, 2001, p. 28-29).

Pode-se observar que Marx já tratava da desterritorialização nos seus escritos. A célebre frase do Manifesto Comunista “Tudo que era estável e sólido desmancha no ar; tudo que era sagrado é profanado, e os homens são obrigados a encarar com olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas” (MARX; ENGELS, 2001, p. 28-29), nos mostra o processo de desterritorialização gerado pelo sistema capitalista e pela própria modernidade. Seguindo a lógica do capitalismo, ele cada vez mais necessitaria de mercado consumidor, expandindo-se por todo o globo, e como pressuposto desse sistema, haveria a necessidade de imiscuir-se em toda a parte, criando relações em todo o mundo.

Pela exploração do mercado mundial, a burguesia tornou cosmopolita a produção e o consumo de todos os países. Para grande pesar dos reacionários, retirou da indústria sua base nacional. As antigas indústrias nacionais foram aniquiladas e ainda continuam a ser nos dias de hoje. São suplantadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão de vida ou morte para todas as nações civilizadas: essas indústrias não empregam mais matérias-primas locais, mas matérias-primas provenientes das mais longínquas regiões, e seus produtos acabados não são mais consumidos somente in loco, mas em todas as partes do mundo, ao mesmo tempo. [...] A auto-suficiência e o isolamento regional e nacional de outrora deram lugar a um intercâmbio generalizado, a uma interdependência geral entre as nações. (MARX; ENGELS, 2001, p. 29-30).

A base de compreensão desses autores sobre a desterritorialização é a visão marxista dos processos de reprodução do capital. Ou seja, a desterritorialização serve de “combustível” para o sistema capitalista, que necessita a todo o tempo se manter em movimento, se reinventando e se territorializando para se manter vivo. Destaca-se nesse sistema a constante necessidade do reinventar, e a todo o momento se faz necessário criar novas demandas para que o mesmo continue a operar. É através dessas novas necessidades que o capitalismo se renova a cada dia, e é desterritorializando que o capitalismo adquire instrumentos para avançar e permanecer cada vez mais forte.

Outro clássico das Ciências Sociais que apesar de apresentar inúmeras diferenças ideológicas e teóricas com Marx, também pensou sobre a desterritorialização (mesmo não usando explicitamente o termo), foi Émile Durkheim.

Durkheim (1995) escreveu em sua obra “Da divisão do trabalho social” sobre um processo de fragilidade que as divisões territoriais passariam a apresentar mediante ao

crescente destaque que as corporações teriam na história. Ele previa em sua obra que com o avançar do “progresso”, os vínculos que nos ligavam a certo agrupamento territorial estariam cada vez mais frágeis e mais frouxos, isto porque, cada vez mais estaríamos ligados a um sistema-mundo, onde as corporações nacionais e internacionais são quem assumem um posicionamento central em detrimento dos agrupamentos territoriais que estariam fadados a desaparecer. Fica nítido no trecho abaixo que mesmo sem utilizar o conceito de desterritorialização, Durkheim faz referência a esse processo, e sinaliza o fim das identidades territoriais, devido ao processo de globalização.

[...] tudo permite prever que, continuando o progresso a se efetuar no mesmo sentido, ela [a corporação] deverá assumir na sociedade uma posição cada vez mais central. [...] a sociedade, em vez de continuar sendo o que ainda é hoje, um agregado de distritos territoriais justapostos, tornar-se-ia um vasto sistema de corporações nacionais. [...] Veremos, de fato, como, à medida que avançamos na história, a organização que tem por base agrupamentos territoriais (aldeias ou cidades, distrito, província etc.) vai desaparecendo cada vez mais. [...] Essas divisões geográficas são, em sua maioria, artificiais e já não despertam em nós sentimentos profundos. (DURKHEIM, 1995, p. 36-37).

Desta forma, tanto nas Ciências Sociais, quanto em outras áreas do conhecimento, o discurso dos processos de desterritorialização se propagou e tem chamado cada vez mais a atenção de muitos autores. Haesbaert (1994), afirma que muitos autores acreditam que os territórios (geográficos, sociológicos, etc.), estão a cada dia que passa sendo mais destruídos e juntamente com isso vem ocorrendo o processo de destruição e/ou enfraquecimento das identidades culturais e/ou territoriais. Os que pensam esse processo, segundo Haesbaert, avaliam que a globalização tomaria conta do mundo e de todas as relações permeáveis nele. Porém, esses não levam em conta, que a própria formação de uma consciência-mundo pode reconstruir nossos territórios e identidades em outra escala de dimensões até mesmo planetária (HAESBAERT, 1994). Esses confundem “[...] o desaparecimento dos territórios com o simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais” (HAESBAERT, 1999, p. 171).

Haesbaert elabora em seu livro “O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade” uma análise sobre as questões básicas associadas às leituras que levam a acreditar nisso que ele chama de “mito” da desterritorialização. Ele descreve que uma das razões de alguns autores acreditarem nesse processo de desterritorialização é por não terem uma definição clara do conceito de território utilizado. Nesses estudos, o território sempre vai aparecer como algo dado; *a priori* ou como um conceito implícito. Essa falta de clareza conceitual do que está se entendendo como território é um dos primeiros motivos dessa confusão que se estabelece com o conceito de

desterritorialização. Outra questão levantada é o fato da desterritorialização ser caracterizada como um processo uniforme; ser entendida sempre como uma relação dicotômica e desvinculada a sua contraparte, à (re)territorialização (HAESBAERT, 2004).

Entretanto, outra questão que nos parece central nessa discussão sobre o mito da desterritorialização é que o conceito sempre aparece como sendo o fim do território, e o fator que seria o principal contribuidor para esse processo de desvinculação territorial seria o processo de globalização. Toma-se como pressuposto, que todo o processo de globalização é também ao mesmo tempo um processo de desterritorialização, e não se consegue enxergar através do processo e compreender que o hibridismo cultural, a fragilização das fronteiras, a presença das redes ao redor do mundo, fazem parte das dinâmicas de articulação e rearticulação territorial.

[...] defendemos a ideia de que muito do que os autores denominam desterritorialização é, na verdade, a intensificação da territorialização no sentido de uma ‘multiterritorialidade’, um processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais (como os ‘territórios-zona’ e os ‘territórios-rede’), em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial. (HAESBAERT, 2004, p. 32).

Desta forma, pode-se dizer que o discurso da desterritorialização vem se colocando muito mais como um discurso eurocêntrico do que como um discurso que engloba a multiterritorialidade. O que se difunde cada vez mais na literatura é a ideia de extinção dos territórios e conseqüentemente, aumento da desterritorialização (HAESBAERT, 2004). Porém, é necessário sabermos de que territórios estão falando, pois, na medida em que se altera a concepção territorial utilizada, se altera também a interpretação que se tem do processo de desterritorialização.

[...] Para uns, por exemplo, desterritorialização está ligada à fragilidade crescente das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais – o território, aí, é sobretudo um território político. Para outros, desterritorialização está ligada à hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas – o território aqui é, antes de tudo, um território simbólico, ou um espaço de referência para a construção de identidades. (HAESBAERT, 2004, p. 35).

Outros autores também perpassam essa discussão de globalização que acaba sendo o plano de fundo das discussões levantadas aqui sobre a desterritorialização, como por exemplo, Zygmunt Bauman, que descreve que a ideia de globalização está ligada na verdade ao “[...] caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo [...]” (BAUMAN, 1999, p. 67). Para ele o principal efeito da globalização é fazer com que o mundo não se pareça mais uma totalidade, transformando-se em partes dispersas e díspares.

Já Anthony Giddens, interpreta a globalização de maneira diferenciada, e a define como sendo a “[...] intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes a tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 69).

Portanto, o processo de globalização, pode ser interpretado por muitos autores como sendo o fim dos territórios, aonde cada vez mais vem se perdendo os domínios de fronteira, cultura, etc.; pode também ser analisado por outros autores, como sendo o responsável por uma interconectividade mundial, que faz com que as relações comunicacionais, financeiras e até mesmo pessoais se realizem mais rapidamente pelo mundo, porém, para esses autores, esses processos não demarcam o fim dos territórios; um processo de desterritorialização, mas sim, uma nova conjuntura global a qual todos nós estamos fadados a atravessar sem grandes crises, reformulando, absorvendo, e modificando nossas concepções de mundo.

Entretanto, o conceito de território é complexo e, em cada campo de conhecimento há uma interpretação sobre o mesmo: na literatura, o conceito de território é comumente abordado pelas mais diversas perspectivas; os geógrafos são os mais adeptos a enfatizar a materialidade do território, embora isto também ocorra em outras áreas do conhecimento; na Ciência Política focam sua análise nas relações de poder; na Economia optam pelo conceito de espaço ao território, pois compreende muito mais um fator locacional; já a Antropologia compreende território mais em sua dimensão simbólica; a Sociologia enfoca o âmbito das relações sociais; a Psicologia se debruça mais sobre a perspectiva da construção da subjetividade.

Em nossa análise nos baseamos na discussão sobre território no âmbito da Geografia. Nos escritos realizados por Haesbaert (1995), (1997), e por Haesbaert e Limonad (1999), encontramos várias concepções de território. Apresentaremos aqui um agrupamento dessas concepções de território em quatro vertentes que esses autores definiram como sendo as vertentes básicas que denominaremos: política, cultural, econômica e naturalista.

A vertente política é a vertente mais difundida das quatro que serão aqui apresentadas, ela é relativa às relações poder-espaço e/ou também as relações poder institucional-espaço. O território nessa vertente é entendido como um espaço delimitado e controlado, onde se pode exercer um determinado poder. Já, a vertente cultural, também conhecida como culturalista e/ou simbólico-cultural é aquela que irá priorizar as análises relativas às dimensões mais subjetivas e simbólicas de território. Aqui o território será compreendido como fruto da valorização simbólica de um grupo, uma comunidade (HAESBAERT, 2012).

A vertente econômica ou economicista é a abordagem que dá ênfase nas relações econômicas do território. Tem-se aqui o território como fonte de recursos nas relações, por exemplo, de capital-trabalho. A última vertente é a naturalista, ela é uma das mais antigas vertentes, porém, hoje em dia é pouco difundida principalmente nas Ciências Sociais, mas diz respeito à percepção de território a partir das relações entre a sociedade e a natureza (HAESBAERT, 2012).

Além dessas dimensões que podem ser encontradas para entendermos o conceito de território, existem também, outras dimensões que podemos caracterizar em um patamar mais amplo, onde existe uma fundamentação mais filosófica. Descreveremos abaixo dois binômios que compreendem uma perspectiva teórica sobre o conceito, sendo divididos em materialismo-idealismo; e espaço-tempo, onde:

O binômio materialismo-idealismo, desdobrado em função de duas outras perspectivas: i. a visão que denominamos ‘parcial’ de território, ao enfatizar uma dimensão (seja a ‘natural’, a econômica, a política ou a cultural); ii. a perspectiva ‘integradora’ de território, na resposta a problemáticas que, ‘condensadas’ através do espaço, envolvem conjuntamente todas aquelas esferas. (HAESBAERT, 2004, p. 41).

E, também

O binômio espaço-tempo, em dois sentidos: i. seu caráter mais absoluto ou relacional: seja no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como ‘coisa’ ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. sua historicidade e geograficidade, isto é, se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(s) e/ou espaço(s) geográfico(s). (HAESBAERT, 2004, p. 41).

Desta forma, devemos compreender que o referencial teórico utilizado dependerá prioritariamente da posição teórico-metodológica que o pesquisador adotará. Porém, é necessário reconhecer que hoje estamos vivenciando um processo de interfaces desses referenciais teóricos, assim, somos convidados cada vez mais a quebrar as dicotomias enraizadas na produção de tais conceitos, como, por exemplo, superando a dicotomia material/ideal, pois não é possível compreender o território apenas no plano material das relações sociais, sem levar também em consideração o conjunto de representações simbólicas ou o imaginário geográfico que também compõe o todo do território (HAESBAERT, 2004).

Entretanto, quando se pensa em território, acabamos por vincular este conceito ao de Estado-nação, como se os dois tivessem um estreitamento tão profundo que não seria possível tratar de um conceito sem automaticamente se referir à existência do outro. Portanto, existia a concepção em que o território era subordinado ao Estado-nação.

O território era a base, o fundamento do Estado-nação, e ao mesmo tempo o moldava. Hoje, quando vivemos uma dialética do mundo concreto, evoluímos da

noção, tornada antiga, de Estado Territorial para a noção pós-moderna de transnacionalização do território. (SANTOS, 2012, p. 138).

Porém, vale destacar que nem todo território hoje pode ser definido com “transnacionalizado”, da mesma forma que anteriormente também existiam territórios que não poderiam ser denominados como “estatizados”. É nessa lacuna que envolve os territórios que estão de alguma forma fora do processo de transnacionalização, que se criam novas formas de se impor e ver o mundo, sendo uma espécie de “movimento contra-corrente”. Assim, se pretendemos falar em território, não podemos também apenas falar de mundialização e/ou globalização, pois esses não abrangem todas as formas e todos os aspectos da realidade a qual podemos inserir o conceito aqui tratado. Desta forma, me baseio em Santos (2012) que diz,

O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. Mesmo a análise da fluidez posta a serviço da competitividade, que hoje rege as relações econômicas, passa por aí. De um lado, temos uma fluidez virtual, oferecida por objetos criados para facilitar essas fluidez e que são, cada vez mais, objetos técnicos. Mas os objetos não nos dão senão uma fluidez virtual, porque a real vem das ações humanas, que cada vez mais ações informadas, ações normatizadas. (SANTOS, 2012, p. 138).

E conclui,

O território não é apenas um conjunto de formas naturais, mas um conjunto de sistemas naturais e artificiais, junto com as pessoas, as instituições e as empresas que abriga, não importa o seu poder. O território deve ser considerado em suas divisões jurídico-políticas, suas heranças históricas e seu atual conteúdo econômico, financeiro, fiscal e normativo. É desse modo que ele constitui, pelos lugares, aquele quadro da vida social onde tudo é interdependente, levando, também, à fusão entre o local, o global invasor e o nacional sem defesa (no caso do Brasil). (SANTOS, 2002, p. 84).

Assim, Milton Santos (2002) realiza uma distinção que passa a ser muito utilizada entre o que ele denomina: território como abrigo e território como recurso. Ele coloca que a grande diferenciação existente é que enquanto os sujeitos hegemônicos veem o território enquanto uso, fonte apenas de recursos; os sujeitos hegemonzados, o veem como abrigo e estão a todo o momento modificando e recriando métodos e estratégias a fim de sobreviver do e no território. Santos (2002) critica o pragmatismo de alguns autores que tratam o conceito de território, forçando-o a parecer um conceito puro, e assim, desvinculando-o de seu caráter cada vez mais híbrido e mutável ao longo da história.

O território usado constitui-se como um todo complexo onde se tece uma trama de relações complementares e conflitantes. Daí o vigor do conceito, convidando a pensar processualmente as relações estabelecidas entre o lugar, a formação socioespacial e o mundo (p.3). O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso (p. 12). (SANTOS, 2000, p. 3-12).

Dessa forma, Milton Santos (1994), se debruçará a examinar as diferenciações entre o que ele denominou de “território usado” e “território em si”, pois segundo ele, o que faz do território objeto do estudo geográfico não é o território em si mesmo, mas sim o uso que damos a ele. Assim, ele faz uma separação conceitual importantíssima sobre o território como forma, somente pensado em si, como sendo uma definição meramente material; e o território usado como “objetos e ações, sinônimo de espaço humano” (SANTOS, 1994, p. 16).

Ao definir o espaço geográfico – que, como vimos, pode ser sinônimo de território (ou pelo menos de ‘território usado’) – como interação entre um sistema de objetos e um sistema de ações, Santos explicita a base materialista de fundamentação econômica em seu trabalho. Apesar de criticar as limitações da abordagem analítica em torno da dialética das forças de produção e das relações de produção, ele associa, ainda que ‘de forma simplória’, como ele próprio diz, sistema de objetos como um conjunto de forças produtivas e sistema de ações com um conjunto de relações sociais de produção. (HAESBAERT, 2004, p. 61).

Segundo Milton Santos, devemos entender o território como lugar onde se realizam todas as ações, paixões, poderes, forças e franquezas; sendo ele o lugar onde a história do homem se realiza a partir da manifestação de sua existência (SANTOS, 2007).

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2007, p. 14).

Outro autor que se destaca na discussão sobre o conceito de território é Raffestin, que descreve que para compreender o território como uma relação entre homem e espaço, é fundamental compreender que o espaço é anterior ao território, e que falar em espaço e falar em território, não quer dizer a mesma coisa, pois embora exista muita confusão envolta esses conceitos, eles não podem ser compreendidos como equivalentes.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator ‘territorializa’ o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 50).

O território nessa perspectiva deveria ser entendido com sendo um espaço onde o homem projetou um trabalho. Já o espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993). Assim, pode-se dizer que o território apoia-se no espaço, mas não pode ser confundido com ele. O território deve ser entendido como uma produção, a partir do espaço. “Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 51).

É necessário ter clareza da diferenciação desses conceitos, porém esses dois conceitos, espaço e território, nunca puderam ser entendidos separadamente, na medida em que sem espaço não há território.

Talvez pudéssemos afirmar, de maneira simples, que assim como o espaço é a expressão de uma dimensão da sociedade, em sentido amplo, priorizando os processos em sua extensão e coexistência/simultaneidade (incorporando aí, obviamente, a própria transformação da natureza), o território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que prioriza ou que coloca seu foco, no interior dessa dimensão espacial, na 'dimensão', ou melhor, nas problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas. (HAESBAERT, 2010, p. 166).

Haesbaert compreende também que o território pode ser concebido a partir das múltiplas relações de poder existentes, desde as relações de poder mais materiais que estão relacionadas com as relações econômico-políticas, as relações de poder de caráter mais simbólico, que são denominadas relações de cunho mais cultural. Porém, destaca que não se pode conceber o território como puramente funcional ou puramente simbólico, pois, se esse existisse de forma dissociada, seria apenas enquanto “tipo ideal” (HAESBAERT, 2004).

Segundo Haesbaert, o território e os processos de territorialização são os frutos das interações entre “[...] relações sociais e controle de/pelo espaço, relações de poder em sentido amplo, ao mesmo tempo de forma mais concreta (dominação) e mais simbólica (um tipo de apropriação)” (HAESBAERT, 2004, p. 235).

O que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que os compõem, e que parecem partilhar o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem. (HAESBAERT, 2004, p. 69).

Compreendemos então que as relações sociais não são alheias aos territórios e sim produzidas por ele, da mesma forma com que o território se produz por elas. Segundo Haesbaert, os sujeitos produzem seus próprios territórios e a destruição dos mesmos levaria o fim desses sujeitos, de suas identidades, de seus grupos sociais, pois esses, não existem sem seus territórios. Segundo Bonnemaïson e Cambrézy,

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disto, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer. (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996, p. 13-14, apud HAESBAERT, 2004, p. 72-73).

Nesse sentido entendemos que a desterritorialização dos sujeitos de seus territórios significa a destruição dos mesmos e é nesse processo que surgiram e surgem as lutas e os mais diversos tipos de resistência desses sujeitos. Neste sentido, a ocupação é resultado da territorialização do MST, que conseguiu se organizar em 24 estados, se articulando em uma rede formada por assentamentos, cooperativas, secretarias, etc. Para Fernandes, a

territorialização acontece através da espacialização dessa luta pela terra; pela conquista de frações do território. “A territorialização da luta pela terra é aqui compreendida como o processo de conquista de frações do território pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, e também por outros Movimentos” (FERNANDES, 1999, p. 241).

De acordo com Simonetti, os assentamentos são o

[...] lugar conquistado/apropriado graças à luta pela terra, o que possibilita que esteja sob o controle/poder, mesmo parcial, dos camponeses. É o lugar conquistado, onde buscam desenvolver suas vidas de acordo com seus sonhos e desejos. (SIMONETTI, 1999, p. 8).

Assim, compreendemos que os assentamentos podem ser entendidos como o território conquistado, é parte das conquistas do movimento e representa a territorialização por aqueles que foram desterritorializados de seus territórios.

Segundo Haesbaert,

Num mundo dito globalizado como o nosso, o acesso pleno a um território como ‘experiência integrada do espaço’ só se dará quando todos, de alguma forma, puderem vivenciar o mundo em suas múltiplas escalas, pois o território é, hoje, sobretudo, multiescalar e um território-rede. Por isso o combate a desterritorialização enquanto exclusão socioespacial significa também o acesso amplo às diferentes escalas e redes que, ainda hoje, constitui-se um privilégio de uma elite planetária cada vez mais auto-segregada. (HAESBAERT, 2007, p. 68).

Assim, através da análise Geográfica, fica claro que não há como estudar os movimentos sociais sem compreender suas territorializações. Ou seja, não há como definir um grupo, comunidade, uma sociedade ou até mesmo um indivíduo sem compreender os processos sociais nos contextos geográfico e territorial (HAESBAERT, 2004). Desta forma, ao analisarmos os movimentos sociais e suas reivindicações no Brasil verificamos essa pluralidade de conflitos e de embates travados por esses movimentos para combater o contínuo processo de desterritorialização e a luta pela territorialização. Um desses movimentos presentes no Brasil e bem consolidado no Estado de São Paulo é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

2.2 Movimentos Sociais e Movimentos Socioterritoriais

Os debates e conceitualizações sobre os movimentos sociais contemporâneos não podem ser entendidos se não forem colocados à luz da crise da modernidade e também do desabrochar das novas formas de racionalidades. Nesse começo de século XXI os debates teóricos desenvolvidos nas Ciências Humanas visam compreender essas mudanças que vem

ocorrendo na sociedade, que por sua vez, não pode ser compreendida apartada da análise conjuntural que a compõem.

[...] o debate teórico nas ciências sociais tem dado destaque à crise do paradigma dominante da modernidade, às transformações societárias decorrentes da globalização, às alterações nos padrões das relações sociais, dado o avanço das novas tecnologias, e às inovações que têm levado ao reconhecimento de uma transição paradigmática. Isso tudo tem levado à rediscussão dos paradigmas explicativos da realidade e à crítica à produção científica do último século, fundada na racionalidade da razão e na crença no progresso e no crescimento econômico a partir do consumo. (GOHN, 2012, p. 41).

Assim, as definições clássicas sobre os movimentos sociais na literatura existente, destaca que para um “grupo”, “organização”, ser considerado um movimento social deveria conter algumas características básicas como, possuir uma identidade, ter um opositor e articular-se ou fundamentar-se num projeto de sociedade (TOURAINÉ, 1973).

Historicamente se observa que eles têm contribuído para organizar e conscientizar a sociedade; apresenta conjuntos de demandas via práticas de pressão/mobilização; têm uma certa continuidade e permanência. Eles não são apenas reativos, movidos só pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão), pois podem surgir e se desenvolver também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, muitos deles apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática suas ações são pela sustentabilidade e não apenas autodesenvolvimento. Lutam por novas culturas políticas de inclusão, contra a exclusão. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. (GOHN, 2013, p. 16).

Os movimentos sociais podem ter como foco os mais variados tipos de reivindicações, porém, se convergem no sentido de terem um caráter educativo para seus protagonistas e também para a sociedade.

Outro papel fundamental que podemos destacar dos movimentos sociais é que eles são os principais responsáveis pela alteração das relações do papel do Estado com a sociedade civil. Com a presença e forte pressão dos movimentos sociais, o Estado, teve que se reformar para incorporar os setores mais excluídos socioeconomicamente e/ou de direitos, contribuindo assim, para a melhoria do processo de inclusão social. Porém, contraditoriamente, ocorre também um processo de cooptação pelo Estado desses sujeitos políticos da sociedade civil, e até mesmo de dirigentes de alguns movimentos sociais, deixando esses de serem os organizadores e mobilizadores de ações coletivas, como por exemplo, protestos, para se mobilizarem parcialmente por políticas sociais institucionalizadas.

[...] Transformam-se as identidades políticas destes sujeitos – construídas em processos de lutas contra diferenciações e discriminações socioeconômicas – em políticas de identidades, pré-estruturada segundo modelos articulados pelas políticas públicas, arquitetados e controlados por secretarias de Estado, em parceria com organizações civis – tipo organizações não governamentais (ONGs), que desempenham o papel de mediadores. Criam-se, portanto, novos sujeitos sociopolíticos em cena, demarcados por laços de pertencimento territorial, étnico, de

gênero etc., como partes de uma estrutura social amorfa e apolítica. A inversão da ordem dos termos: identidade política para política de identidade, muda radicalmente o sentido e o significado da ação social coletiva dos movimentos sociais [...]. (GOHN, 2013, p. 21).

Assim, ocorre a inversão dos direcionamentos políticos que deixam de ser oriundos da sociedade civil e passam a ser decididos pela sociedade política, perdendo-se a autonomia do se fazer enquanto movimento social. Deste modo, o espaço existente para as discussões e análises dos conflitos e tensões entre os agentes sociopolíticos e os sujeitos protagonistas desses movimentos desaparece ou torna-se nulo. Busca-se sempre por parte do Estado a intermediação, as deliberações de comandos horizontalizados, na tentativa de obter um maior controle social. “A interação do estado por meio da ação de seus governos se faz mediante uma retórica que retira dos movimentos a ação propriamente dita [...] Ela se transforma em execução de tarefas programadas, tarefas que serão monitoradas e avaliadas para que possam continuar a existir” (GOHN, 2013, p. 22).

Portanto, a possibilidade de uma emancipação através desses movimentos sociais fica comprometida, na medida em que os mesmos passam a ter uma “institucionalização” de suas ações coletivas que são controladas pelo próprio Estado. Ocorre aqui uma disputa sobre qual democracia será construída nesse processo, se no sentido emancipador ou integrador (GOHN, 2003). Desta forma, muitos movimentos sociais realizaram e vem realizando ações coletivas que retrocedem seu caráter emancipador para antigas formas de atuação clientelista do Estado, misturando a esfera e o papel que esses movimentos sociais deveriam exercer na sociedade com a esfera governamental.

Isto posto, embora Marx não tenha conceitualizado sobre as ações coletivas em suas obras, ele, nos deixou uma das mais importantes matrizes teóricas de análise para tratarmos de movimento social de trabalhadores que eram vistos por ele como sujeitos históricos. “Ele não se dedicou a teorizar sobre as ações coletivas, mas delineou o perfil de um movimento social concreto, o do proletariado, dizendo que ele deveria ser compreendido para que se transformasse o mundo das relações sociais existentes” (GOHN, 2012, p. 27). Esta corrente teórica histórico-estrutural é alimentada por autores como Gramsci, Rosa Luxemburgo, Lenin, Lefebvre, pode ser considerada a mais importante até os anos 1970, após esse período ocorreu um refluxo de estudos das temáticas relacionadas aos movimentos sociais, e também as teorias políticas relacionadas a essa corrente de pensamento. Ainda assim, existe na academia grandes intelectuais de esquerda que não romperam com essas teorias, tais como, E. Hobsbawm, I. Mészáros, E. Sader, dentre outros.

Outra corrente teórica, a culturalista-identitária é construída através de uma gama complexa de autores, onde se verifica: o idealismo kantiano, o individualismo nietzschiano, a fenomenologia e as teorias da sociologia weberiana, o romantismo rousseauiano, etc.. Hegel, Bobbio, Giddens, e até mesmo Foucault influenciaram nas produções teóricas dessa abordagem. “Esta corrente construiu a chamada novidade dos “novos movimentos sociais” ao destacar que as novas ações abriam espaços sociais e culturais, eram compostas por sujeitos e temáticas que não estavam na cena pública ou não tinham visibilidade, como mulheres, jovens, índios, negros, etc.” (GOHN, 2012, p. 29).

Outros autores que também foram influenciados por essa corrente teórica, foram, por exemplo, Allan Touraine que produziu inúmeras teorias sobre os movimentos sociais; e Melucci (1980) que afirmou na elaboração de sua teoria “[...] que os movimentos ofereciam um modo diferente para designar os conflitos do cotidiano e desafiavam os códigos culturais a partir de bases simbólicas, construindo identidades próprias [...]” (GOHN, 2012, p. 29).

É importante destacar que esses autores pertencentes a essa corrente de pensamento culturalista, ao desenvolverem suas teorias deram ênfase em uma questão que anteriormente tinha pouca relevância no mundo acadêmico, a questão da identidade dos movimentos sociais, e, desta forma, lançaram severas críticas a forma como os defensores da corrente estrutural-ortodoxa analisavam os movimentos sociais apenas no âmbito economicista, deixando de lado, por exemplo, as ações coletivas e até mesmo outros sujeitos sociais relevantes para a concretude da análise histórica. Pode-se dizer que “[...] o grande saldo desta corrente foi apresentar ao mundo a capacidade dos movimentos sociais de produzir novos significados e novas formas de vida e ação social” (GOHN, 2012, p. 30).

A terceira e última corrente que é destacada por Gohn (2012) denomina-se institucional/organizacional-comportamentalista, essa corrente têm suas raízes nas teorias liberais dos séculos XVII e XVIII, onde destacamos John Locke, J. S. Mill, Adam Smith; e também fincam suas raízes nas teorias utilitaristas, tendo como referência Radcliffe Brown, R. Merton e Parsons. Um dos autores que vale destacar desse período é Parsons, em virtude das teorias da ação social coletiva, que teve “[...] vários desdobramentos no campo da análise dos movimentos sociais concretos” (GOHN, 2012, p. 30). “Nesta corrente, de certa forma, um movimento atingia seus objetivos quando se transformava numa organização institucionalizada. Na atualidade, a corrente institucional se expressa também no pragmatismo presentista como suporte de suas análises” (GOHN, 2012, p. 30).

Contudo, nas décadas de 1970 e 1980 surgiram novas fontes de estudos relacionados aos movimentos sociais. Autores como J. A. Moisés (1982), Machado da Silva e Ribeiro

(1985), Francisco de Oliveira (1972), Paul Singer e Vinícius C. Brant (1981), entre outros, foram de grande importância para o desenvolvimento teórico dos movimentos sociais (GOHN, 2012, p. 32). Mas, a partir dos anos de 1990 com a crise que já passava à esquerda e as teorias marxistas no mundo, as correntes teóricas que foram se consolidando e se tornando cada vez mais hegemônicas,

[...] deixaram como saldo um certo abandono das teorias macroestruturais que enfatizavam a problemática das contradições sociais e viam nas lutas e nos movimentos em geral, e no operário/sindical em especial, um dos fatores de acirramento daquelas contradições. As referências passaram a ser não os sujeitos históricos predeterminados, com alguma vocação ou missão a desempenhar – como a categoria dos operários, por seu lugar na estrutura de produção, ou a categoria das classes populares, coletivo socialmente heterogêneo em termos da inserção no Mercado de trabalho, mas homogêneo em termos de demandas sociais, modo de vida e consumo restrito. As novas referências serão os pobres e os excluídos, apartados socialmente pela nova estruturação do mercado de trabalho [...]. (GOHN, 2012, p. 35).

Porém, surge o grande “boom” na produção teórica no novo milênio denominado de movimentos sociais globais. À medida que o mundo foi se globalizando, os movimentos sociais tiveram que se adaptar a essa nova conjuntura global. Assim, os movimentos passaram a pensar estratégias de agir no local, em seu cotidiano, mas ao mesmo tempo, atingir no global, que a cada dia mais se faz presente. Um exemplo próximo que podemos pensar, é da incorporação da bandeira dos orgânicos x transgênicos pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, “[...] foi a conjuntura histórica que levou a essa luta, à articulação espaço-tempo, vida cotidiana e movimento social” (GOHN, 2012, p. 40). Sobretudo, Gohn, tece uma crítica a esses movimentos globalizantes, alegando que falta a esses um aprofundamento nas produções teóricas, e enfatiza que muito do que se faz por parte desses movimentos são produções de *slogans* e ideologias e deixa-se de lado a produção teórica que é de fundamental importância para a solidificação desses movimentos enquanto movimentos que contribuem para uma prática emancipatória (GOHN, 2012).

Desta maneira, as lutas sociais no Brasil e no mundo refletem o contexto de ocorrência de grandes transformações socioeconômicas e que não respaldaram todos os setores da sociedade, principalmente os “minoritários”. Portanto, é fundamental descrever aqui alguns aspectos fundamentais sobre os movimentos sociais. Consideramos que o surgimento dos movimentos sociais se vinculam as formas como os grupos sociais se organizaram e se organizam na busca de suas demandas e para superarem as formas de opressão do Estado, sejam elas políticas, sociais ou econômicas, atuando na construção de uma nova sociedade, mais justa e modificada (SCHERER-WARREN, 1989). Segundo Scherer-Warren, os movimentos sociais são,

[...] uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção). (SCHERER-WARREN, 1989, p. 20).

De acordo com Gohn, poderíamos dizer ainda que os movimentos sociais são “ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2003, p. 13). Trata-se, de um agir comunicativo, onde as ações coletivas são discutidas dentro da esfera pública a partir das ações desses movimentos sociais.

Devemos entender os movimentos sociais como sujeitos sociais coletivos, onde, os mesmos não devem ser pensados fora de seus contextos conjunturais e históricos. São os movimentos sociais que possuem a capacidade de disseminar na sociedade novas formas de pensar e se organizar (TOURAINÉ, 1998).

Uma ação grupal para transformação (a práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção). (SCHERER-WARREN, 1989, p. 20).

Para Gohn, existe um projeto novo e emancipador por trás desses movimentos, que almejam uma sociedade democrática e sem injustiças sociais. Somente através da participação política que os movimentos sociais alcançam autonomia, este sendo um fator determinante para a emancipação social. Essa participação é que desenvolverá uma consciência crítica, sendo esse processo de formação de consciência, a razão e o sentido do movimento social. É por intermédio de parte das ações dos movimentos sociais que ocorreram e vem ocorrendo o processo de democratização, relembrando que a própria redefinição de democracia emergiu através dos movimentos em luta (GOHN, 2003).

Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta e, períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objetos de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos. E deverá haver teorias para explicá-los: esta é a nossa principal tarefa e responsabilidade, como intelectuais e cidadãos engajados na luta por transformações sociais em direção a uma sociedade mais justa e livre. (GONH, 1997, p. 20).

Portanto, devemos entender os movimentos sociais como sujeitos sociais coletivos onde, os mesmos não devem ser pensados fora de seus contextos conjunturais e históricos. Eder Sader (2001) em seu livro “Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980” relata como os movimentos sociais produzem um novo sujeito; um sujeito coletivo; sujeito este diferente do sujeito moderno que cada vez mais é individualista e racional. Desta forma, segundo Touraine, são os movimentos sociais que possuem a capacidade de disseminar na sociedade novas formas de pensar e se

organizar. Os movimentos sociais têm a função de organizar a ação coletiva, e influenciam muitas vezes a história de nossa sociedade.

[...] as novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas, mudar a vida, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais. (TOURAINÉ, 1998, p. 262).

Touraine também descreve que à utilização corriqueira e sem fundamento do conceito “movimento social”, faz com que a expressão perda seu poder explicativo. Assim, para afastar da banalização o termo “movimento social”, ele nos apresenta uma definição.

A definição de movimento social só é útil se permite pôr em evidência a existência dum tipo muito particular de ação coletiva, aquele tipo pelo qual uma categoria social, sempre particular, questiona uma forma de dominação social, simultaneamente particular e geral, invocando contra ela valores e orientações gerais da sociedade, que ela partilha com seu adversário, para privar este de legitimidade. (TOURAINÉ, 2003, p. 113).

O autor utiliza-se de categorias nos termos da tipologia clássica para definir movimento social de acordo com três princípios sendo eles, a identidade do movimento, o adversário/oposição do movimento e a visão/modelo social do movimento. O princípio da identidade do movimento pode ser definido como sendo a autodefinição do movimento, o que ele é e em nome de que indivíduos ele se pronuncia como sendo porta-voz para a sociedade. Assim, todo movimento social assume para si uma identidade que deve ser reconhecida pelo público em geral e também pelos participantes do mesmo. O princípio da oposição, refere-se ao adversário propriamente dito, ou seja, o principal inimigo do movimento e declarado pelo mesmo. O movimento social só existe por defender valores, ou direitos não reconhecidos na totalidade da sociedade a qual pertence, pois se fosse reconhecido por ela, não haveria sentido a existência dos movimentos sociais. A visão ou modelo social do movimento pode ser encontra na literatura como sendo a meta societal. Sendo esta, o tipo de ordem ou organização social que o movimento almeja com suas ações. Compreendemos assim, que os movimentos sociais são entendidos como portadores desses três princípios fundamentais: uma identidade, um adversário e um projeto (TOURAINÉ, 1998).

Portanto, ao analisarmos os movimentos sociais e suas reivindicações, encontramos uma expressa pluralidade de causas; interesses, fator de muita importância em nossas sociedades que a cada dia estão mais multiculturais e heterogêneas. Um desses movimentos presente no Brasil, mas, pertencente a uma dinâmica de âmbito global de luta por Reforma Agrária, é o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Porem, na atual conjuntura, emergem contradições oriundas das origens dos movimentos sociais, que em alguns casos, se misturam com o nascimento também de alguns partidos políticos, e/ou se misturam com o pessoalismo e/ou regionalismo de um dirigente com o movimento social, trazendo a cena, o clientelismo e a antiga troca de favores/apoios. Um breve exemplo que poderíamos citar é o caso MST e do PT e a difícil desvinculação dos mesmos, algo que nos ficou muito claro nos oito anos do Governo Lula, onde o MST ficou praticamente paralisado, não conseguindo, muitas vezes, realizar suas mobilizações contra esse governo, exigindo suas pautas.

Contudo, mesmo os movimentos sociais e suas ações, se tornando cada vez mais objeto de estudo e conquistando espaço no mundo acadêmico, ainda sim, permanecem algumas lacunas na literatura sobre a temática que passam a contribuir, de certa forma, para algumas divergências de posicionamento, na medida em que não se tem uma definição concreta. Algumas dessas lacunas na temática dizem respeito, por exemplo, ao próprio conceito de movimento social que até hoje não conseguimos delimitar com clareza: a forma de como seria possível qualificar como novos determinados movimentos sociais e outros não; o que exatamente distingue as ações dos movimentos sociais de outras ações coletivas, ou de outras organizações sociais; como seria possível diferenciar os movimentos sociais que nascem e são fruto de um processo que tem como foco um projeto de sociedade e nasce assim, do seio da sociedade civil, de outros que se autodenominam movimentos; e principalmente, qual seria o papel hoje dos movimentos sociais frente à sociedade civil, mas principalmente frente ao Estado. São essas e outras questões que devemos nos deparar para avançarmos na discussão sobre os movimentos sociais e a realidade brasileira contemporânea (GOHN, 2013).

Entretanto, para darmos continuidade a esta discussão que abrange os movimentos sociais, vale-nos também ampliar essa discussão para o âmbito da Geografia e compreendendo a leitura que ela faz sobre os então chamados movimentos socioterritoriais.

Antes de tudo, devemos ter clareza que não se tratam de movimentos diferentes, são os mesmos sujeitos vistos sob diferentes pontos de vistas. Ou seja, é o mesmo objeto de estudo, porem, cada um está ligado à perspectiva do seu campo de conhecimento, onde, em grande maioria, os movimentos sociais são compreendidos através do olhar sociológico, e os movimentos socioterritoriais são analisados através do olhar geográfico.

Neste sentido, devemos compreender que a discussão feita pelos geógrafos quando se utilizavam do conceito de movimentos sociais, não mostravam as diferenças das suas interpretações.

Segundo GEORGE (1969), “[...] se o objeto da sociologia é a composição e o comportamento de grupo, há coincidências com o interesse geográfico na medida em que uma contribuição é dada para a caracterização de um grupo que o estudo geográfico pode projetar no espaço e por isso mesmo ‘cartografar’” (GEORGE, 1969, p. 21).

Assim, compreendemos que a principal diferença que foi a responsável pelo surgimento dos conceitos sobre os movimentos sociais, refere-se ao campo de conhecimento, onde a sociologia se debruça sobre o estudo do fenômeno ou fato social, enquanto, o estudo da geografia considera de forma mais acentuada o fenômeno social com a natureza ou o meio, tendo como ponto de partida os aspectos físicos e humanos produzidos no espaço. Ou seja, os estudos sociológicos e geográficos tinham objetivos diferentes, mas em virtude dos geógrafos aprofundarem seu campo de análise, ao longo dos anos, ampliaram a compreensão da sociedade e com ela o conceito de movimentos sociais, haja vista o atual conceito sobre movimentos socioterritoriais.

Fernandes (2005) e Pedon (2009) destacam as contribuições que a sociologia trouxe com o conceito de movimentos sociais, e por outro lado, a limitação de tão conceito, quando se parte de uma análise através do método geográfico.

Os sociólogos, na contribuição do conceito de movimento social, preocupam-se predominantemente com as formas de organização e com as relações sociais para explicar as ações dos movimentos. Essa é uma possibilidade, que contribui parcialmente para a compreensão dos processos sociais e geográficos. (FERNANDES, 2005, p. 30).

Assim, o que os geógrafos pretendiam com a criação de tão conceito era fazer uma análise dos movimentos sociais ancorada no método e conceitos geográficos. Segundo Milton Santos, é preciso construir uma leitura geográfica e reconhecê-la como tal, para que haja avanços consideráveis esta ciências. Desta forma, a geografia, deixou de emprestar o conceito de movimentos sociais da sociologia e se debruçou a desenvolver o conceito de movimento socioterritorial, que amplia a compreensão desse fenômeno social e é mais apropriado para a perspectiva geográfica. “Portanto, não existem ‘um e outro’. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica” (FERNANDES, 2005, p. 31).

Em suma, segundo Sobreiro Filho (2010),

O movimento social e movimento socioterritorial constituem um mesmo sujeito coletivo ou grupo social que se mobiliza para desenvolver uma determinada ação em defesa de seus interesses. Fernandes (2000) assevera que não se trata da existência de dois tipos de movimentos distintos: movimentos socioterritoriais e movimentos sociais. Desta forma, não existem um e outro. Existem movimentos sociais desde uma perspectiva sociológica e movimentos socioterritoriais ou movimentos socioespaciais desde uma perspectiva geográfica (FERNANDES, 2008). Ao nosso

ver, o autor ressalta que sua proposta é marcadamente epistemológica, ou seja, reside no campo do desenvolvimento de formulações, teorias e conceitos, destinados a realizar uma leitura geográfica da dinâmica social encetada pela luta de classes (PEDON, 2009, p. 228). (SOBREIRO FILHO, 2010, p. 34-35).

Evidencia-se aqui, que a geografia em nenhum momento desqualifica ou desvaloriza os conhecimentos e produções da sociologia na construção do conceito de movimentos sociais, pois não existe entre os autores citados a ideia de anulação de um conceito pelo outro, ou de superioridade de uma análise sobre a outra perspectiva, assim, o sujeito é o mesmo, o que ocorre é a distinção quanto á intencionalidade de cada uma das análises, onde, sob o olhar geográfico, o estudo do fenômeno social toma dimensões de estudo do fenômeno, socioterritorial, onde o olhar passa a ser sujeito-espaço/território (FERNANDES, 2005).

Igualmente é importante esclarecer que os sociólogos trabalham com o espaço social e político. Todavia, a leitura sociológica do espaço é diferente da leitura geográfica do espaço. O espaço pode ser lido como relação social, como produto ou como objeto e até como metáfora. Para o geógrafo, o espaço é processo, é movimento, é materialização ou como prefere Santos (1996) 'é indissociavelmente sistema de ações e sistema de objetos'. E mais, é no processo de produção do espaço geográfico que o território é formado e conquistado, apropriado e expropriado, porque o território contém o espaço e neste está contido. Também é importante esclarecer que não estamos querendo 'disputar espaços' com os sociólogos, porque a questão não é apenas de denominação, mas de método e conceitual. Ao se utilizar um método sociológico, coerentemente usase o conceito de movimento social. Aos se utilizar um método geográfico é coerente que empreguemos os conceitos de movimento socioespacial ou de movimento socioterritorial. (FERNANDES; MARTIN, 2004, p. 9).

Desta forma, fica claro que os movimentos socioterritoriais e os movimentos sociais são os mesmos sujeitos, porém possuem suas formas de análises realizadas através de diferentes perspectivas. Assim, todo movimento, seja ele social ou socioterritorial, produz espaço e território, de tal forma esses possuem espacialidades e territorialidades, e através de suas ações lutam pela transformação da realidade existente.

Nesse sentido, é evidente que não existem movimentos sociais sem espaço. Todos os movimentos produzem algum tipo de espaço, mesmo não tendo o território como trunfo, por isso, o conceito de movimentos socioespaciais também se justifica. (SOBREIRO FILHO, 2011, p. 44).

Assim, da mesma forma em que os movimentos transformam alguns espaços em territórios, eles também se territorializam e se reterritorializam, e junto a esses processos carregam consigo suas identidades territoriais e territorialidades. Segundo Fernandes (2005)

A transformação do espaço em território acontece por meio da conflitualidade, definida pelo estado permanente de conflitos no enfretamento entre as forças políticas que procuram criar, conquistar e controlar seus territórios¹. A criação ou conquista de um território pode acontecer com a desterritorialização e com a reterritorialização. Os territórios se movimentam também pela conflitualidade. O território é espaço de vida e morte, de liberdade e de resistência. Por essa razão, carrega em si sua identidade, que expressa sua territorialidade. (FERNANDES, 2005, p.30).

Em suma, podemos definir os movimentos socioterritoriais como aqueles que têm o território como trunfo, como essencial para sua existência, onde todas as suas ações têm como finalidade a conquista de um território, ou seja, a existência desses movimentos está absolutamente vinculada ao território, tais como os Sem Teto que lutam por casa (moradia), terra (lote de assentamento) e etc. Os principais exemplos de movimentos socioterritoriais no Brasil são, o MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, que tem como objetivo na maior parte dos casos, conquistar moradias em áreas urbanas; o MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que tem como um de seus principais objetivos a conquista da terra de trabalho.

Assim, em se tratando dos movimentos socioterritoriais no campo, os predominantes são os movimentos camponeses de luta pela terra e pelo território. Como destaca Pedon (2009)

No que se refere aos movimentos socioterritoriais rurais, tem-se a luta pela terra como condição de acesso ao espaço da produção dos meios de existência, e a luta na terra como forma mais ampla de manutenção ou melhoramento dessas condições. Quando projetadas sobre o espaço, as ações intencionais o transforma em território, uma vez que ele passa a constituir espaço problematizado e disputado por diferentes grupos sociais. (PEDON, 2009. p. 190)

Desta forma, embora haja uma diversidade de movimentos sociais rurais um dos mais reconhecidos e organizados movimentos socioterritoriais rural do Brasil é o MST, pois consegue combinar os processos de espacialização e de territorialização, na medida em que “[...] realizam a ocupação através do desenvolvimento dos processos de espacialização e territorialização da luta pela terra. Ao espacializarem o movimento, territorializam a luta e o movimento” (FERNANDES, 2001, p. 69), onde esses processos os mesmos se inter-relacionam, de tal forma que a espacialização cria a territorialização e é reproduzida por esta. A seguir vamos destacar aspectos desse movimento social.

2.3 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Com o fim dos governos autoritários e com a expansão da democratização nos anos 80, muitos espaços políticos começaram a se abrir e surgiram novas formas de atuação política. O próprio Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é fruto desse processo e nasceu como resposta às condições políticas, sociais e econômicas que passava o Brasil no período.

As origens imediatas do MST estão ligadas à amarga luta pela sobrevivência frente às políticas agrícolas implementadas pelo regime militar que governou o Brasil de

1964 a 1985. Os trabalhadores rurais sem terra no estado brasileiro do Rio Grande do Sul começaram a organizar-se para reivindicar no começo dos anos 80. Outras pessoas sem terra adotaram suas reivindicações nos estados vizinhos do Paraná e Santa Catarina. Eles se apoiaram em uma longa tradição de resistência rural e rebelião que remonta ao estabelecimento de quilombos (grandes assentamentos de escravos fugitivos no interior) e à famosa rebelião dos pobres camponeses de Canudos na década de 1980. Em tempos mais recentes, tal tradição inclui as famosas Ligas Camponesas do empobrecido Nordeste brasileiro, nos anos 50 e início dos 60 e a Revolta do Capim no Rio Grande do Sul e outros nos anos 70. (VANDEN, 2011, p.164)

Assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é um dos mais importantes movimentos socioterritoriais do Brasil, e surgiu em 1984, no momento em que o Brasil passava pela reabertura da política nacional. Este é oficialmente fundado durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em Cascavel, no Paraná, e tinha como objetivo discutir e mobilizar a população em torno da concretização da Reforma Agrária. Assim, no início da década de 80 começaram a ocorrer ocupações de forma massiva e todas as lutas que vinham acontecendo isoladamente pelo país, passaram a se articular juntamente com o MST (VANDEN, 2011).

Assim, sua história está assentada em lutas travadas por trabalhadores rurais sem terra da região sul do Brasil, e também sob a histórica luta do Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER ocorrida no Rio Grande do Sul na década de 60. O MST nasceu também sob forte apoio da Comissão Pastoral da Terra – CPT e também de outros setores progressistas da igreja (OLIVEIRA, 1988).

Com a criação da Comissão Pastoral da Terra em 1975, começou a se criar espaços de socialização política e romper com o isolamento dos sem terras de diferentes regiões do País. Os sem terra passaram a trocar experiências e começaram a pensar no desenvolvimento de uma organização de luta pela terra. Portanto, a participação da CPT foi essencial na articulação das diferentes experiências e na construção de uma nova realidade no campo, contribuindo para a organização do campesinato (FERNANDES, 2000).

O processo de formação do MST inicia-se na década de 80, quando trabalhadores rurais passam a se reunir em diversas experiências de ocupações de terras. A gênese do MST aconteceu no interior dessas lutas de resistência dos trabalhadores contra a expropriação. De 1979 a 1984 aconteceu o processo de gestação do MST. E em 1984, ocorreu o nascimento do MST sendo fundado oficialmente em seu Primeiro Encontro Nacional, que foi realizado de 21 a 24 de janeiro, em Cascavel, no Estado do Paraná (FERNANDES, 2000).

De 29 a 31 de janeiro de 1985, os sem terra realizaram o I Congresso Nacional onde construíram os lemas ‘Terra para quem nela trabalha’ e ‘Ocupação é a Única Solução’, e

reuniram 1.500 delegados, sendo criada a Coordenação Nacional do MST, com representantes de 23 Estados do Brasil. Estabeleceram nesse congresso quais seriam as bases para a formação do Movimento e seus objetivos, esses que a partir daí se tornariam fundamentais para a amplitude que o MST passaria a ganhar. Assim, nesse I Congresso ficou fundamentado: Que a terra só esteja nas mãos de quem nela trabalha; Lutar por uma sociedade sem exploradores e sem explorados; Organizar os trabalhadores rurais na base; Dedicar-se à formação de lideranças e construir uma direção política dos trabalhadores; Articular-se com os trabalhadores da cidade e com os camponeses da América Latina; entre outros. Neste contexto de redemocratização do país, também em 1985, surgiu a proposta para a elaboração do I Plano Nacional da Reforma Agrária (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 2014).

O MST nasceu dos conflitos existentes junto ao processo de modernização conservadora; “[...] nasceu em um processo de enfrentamento e resistência contra a política de desenvolvimento agropecuário, implantada durante o regime militar” (FERNANDES, 1998, p. 16). Os militares levaram o desenvolvimento ao campo apoiados pelo capital estrangeiro. Essa modernização fornecia crédito rural subsidiado apenas para os grandes proprietários e entregava as terras públicas para as grandes empresas. Esses fatores fizeram com que um contingente cada vez maior de trabalhadores, esses que eram meeiros, arrendatários e posseiros, fossem excluídos do acesso a terra. “O MST é parte de um movimento histórico da luta camponesa do Brasil. Desde *Canudos*, *Contestado*, *Porecatu*, *Trombas e Formoso*, os camponeses brasileiros vêm lutando pelo direito à terra” (FERNANDES, 1998b, p. 16, grifos do autor).

Fernandes (2000) aponta em seu livro “A formação do MST no Brasil” (2000), que o MST nasceu da ocupação da terra, e passou a ter nessa ação seu principal instrumento de luta contra a concentração fundiária e contra o próprio Estado. Essa forma de luta ocorre pelo fato da não realização da reforma agrária, e é por meio das ocupações que esses trabalhadores intensificam suas lutas e ganham visibilidade.

A intensificação das ocupações é resultado da territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), que em contínua territorialização, organizou-se em 24 estados, em 1997, formando uma rede nacional de luta e resistência. Essa rede é formada por um conjunto de ocupações, de assentamentos, de secretarias e de cooperativas implantadas em vários municípios brasileiros. As ocupações acontecem nos processos de espacialização e territorialização do MST. (FERNANDES, 1998, p. 33).

O movimento consolidou-se e seus objetivos vão além da reforma agrária, eles articulam discussões sobre transformações sociais importantes para o Brasil, principalmente

àquelas no tocante à inclusão social. Desta forma, “o processo de territorialização do MST acontece por meio da construção do espaço de socialização política [...]” (FERNANDES, 1988, p. 27) hoje ele já se faz presente em 24 estados, o que ilustra sua representatividade em termos nacionais. Sua estrutura organizacional se baseia em uma verticalidade iniciada nos núcleos (compostos por 500 famílias) e seguindo pelas brigadas (grupo de até 500 famílias), direção regional, direção estadual e direção nacional (FERNANDES, 1988).

Sua maior instância de organização é o Congresso Nacional, que ocorre a cada cinco anos. No entanto, este congresso é apenas para ratificação das diretivas. Os coordenadores e os dirigentes¹ nacionais, por exemplo, são escolhidos no Encontro Nacional, que acontece a cada dois anos. A Coordenação Nacional é a instância operacional máxima da organização, contando com cerca de 120 membros. Um dos dirigentes públicos do movimento é João Pedro Stédile, porém, o movimento prefere não rotular alguém com o título de principal dirigente, evitando o personalismo. O MST adota o princípio da direção colegiada, onde todos os dirigentes têm o mesmo nível de responsabilidade (FERNANDES, 1988). O Movimento também se articula com a organização internacional de camponeses, a Via Campesina, onde também encontramos o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e agricultores da Europa, África, Ásia e América, e esta tem como objetivo organizar os camponeses em todo o mundo (FERNANDES, 1988).

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o número de famílias assentadas nestes últimos anos foi de 614.093, em um total de 551 assentamentos. Segundo dados do INCRA, o Brasil tem 85,8 milhões de hectares incorporados à reforma agrária e um total de 8.763 assentamentos atendidos, onde vivem 924.263 famílias (INCRA, 2012). Esses números podem parecer positivos, porém, segundo o MST, até 2010 havia ainda cerca de 90 mil famílias acampadas pelo país, o que representa uma enorme demanda por terra.

Podemos denominar o MST como sendo um movimento socioterritorial pela existência de sua práxis na luta pela terra, na conquista de frações do território. Uma das bandeiras históricas do movimento é pela efetivação da Reforma Agrária (FERNANDES, 2005).

¹Neste trabalho compreendemos que os dirigentes são aqueles que ocupam cargos junto ao movimento e que estão mais distantes da base acampada e assentada. As lideranças são compreendidas como aquelas que independente de ocuparem cargos, são reconhecidos por seus pares tanto acampados como assentados como tais e estão presentes no dia a dia desses segmentos. Está distinção utilizada neste trabalho foi definida através dos trabalhos de campo realizados junto aos acampados e assentados.

Hoje o MST é, possivelmente, o maior e mais poderoso movimento social da América Latina. O número de associados passa de 200.000 e talvez chega ao dobro disso. Ele possui alta capacidade de mobilização local, estadual e nacionalmente. Em 1997, por exemplo, a organização foi capaz de mobilizar 100.000 pessoas para uma marcha em Brasília. (VANDEN, 2011, p. 164).

Vale ressaltar que embora esse trabalho trate diretamente das especificidades do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), existem outros Movimentos de Luta pela Terra no Brasil, como, por exemplo, Movimentos dos Agricultores Sem Terra (MAST), Movimento Social de Luta Pela Terra e Pela Reforma Agrária (MOSLUTRA), Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST), Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Movimento Terra Brasil (MTB), Movimento Dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra (MTBST), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasil (MTRSTB), etc., esses, não serão contemplados diretamente em nossa análise, mas estarão presentes nas questões levantadas aqui. No quadro 1 abaixo, podemos verificar a atuação dos movimentos socioterritoriais nos Estados entre os anos de 2000-2010, onde observamos nesse período um total de 110 movimentos que atuaram em diferentes regiões do país.

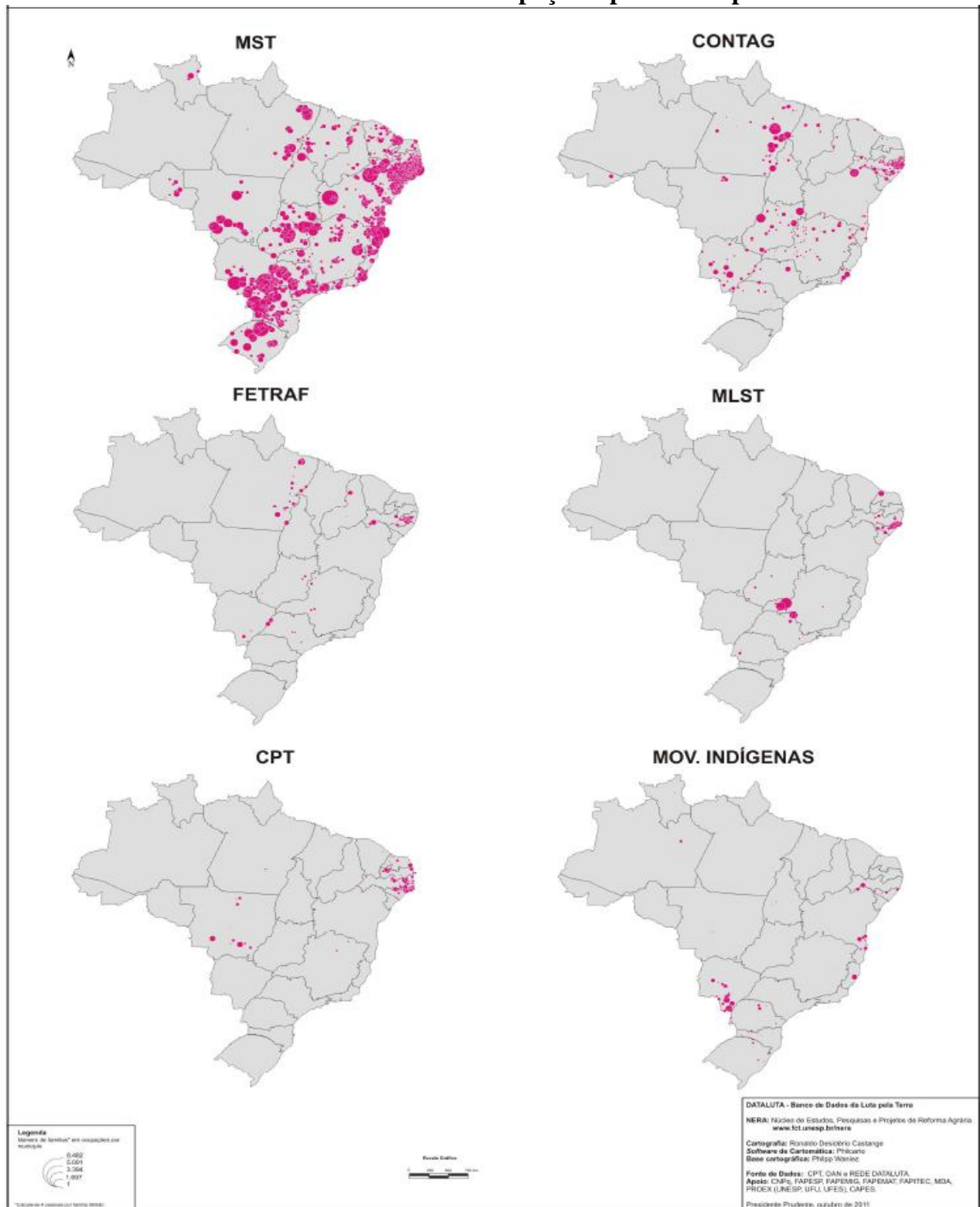
Quadro 1 – Brasil – Movimentos Socioterritoriais e Estados onde atuaram – 2000-2010

| Nº | SIGLA | NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL | ESTADOS | Nº | SIGLA | NOME DO MOVIMENTO SOCIOTERRITORIAL | ESTADOS |
|----|----------------|--|--|-----|----------------------|--|--|
| 1 | ABUST | Associação Brasileira do Uso Social da Terra | SP | 55 | MNF | Movimento Sem Terra Nova Força | SP |
| 2 | ACRQ | Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos | MG, PE | 56 | MOVIMENTOS INDÍGENAS | Movimentos Indígenas | AL, AM, BA, CE, ES, GO, MG, MS, MT, PB, PE, PR, RO, RR, RS, SC, SP, TO |
| 3 | ACRQBC | Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos Brejo dos Crioulos | MG | 57 | MPA | Movimento dos Pequenos Agricultores | DF, ES, PA, RJ, RO, RS |
| 4 | ACUTRMU | Associação Comunidade Unida dos Trabalhadores Rurais | MG | 58 | MPRA | Movimento Popular pela Reforma Agrária | MG |
| 5 | ADT | Associação em Direito da Terra | GO | 59 | MPST | Movimento Popular dos Sem Terra | MG |
| 6 | AMIGREAL | Associação dos moradores das microrregiões do estado de Alagoas | AL | 60 | MPT | Movimento Pacífico pela Terra | SP |
| 7 | AMPA | Associação do Movimento dos Pequenos agricultores | AP | 61 | MRC | Movimento Resistência Camponesa | BA |
| 8 | ARST | Associação Renovação dos Sem Terra | SP | 62 | MSO | Movimento Social Organizado | PR |
| 9 | ASA | Associação Santo Antônio | MT | 63 | MSONT | Movimento Sonho da Terra | PR |
| 10 | ASPARMAB | Associação de Pequenos Produtores Rurais de Marabá | PA | 64 | MSST | Movimento Social dos Sem Terra | AL, PR, RJ |
| 11 | AST | Associação de Sem Terra | PA | 65 | MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra | AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, RO, RR, RS, SC, SE, SP, TO |
| 12 | ASTECA | Associação Técnica de Cooperação Agrícola | MT | 66 | MST da Base | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - da Base | SP |
| 13 | ASTST | Associação dos Sem Terra e Sem Teto | MG | 67 | MSTA | Movimento dos Sem Terra do Amazonas | AM |
| 14 | ASTT | N.I. | MG | 68 | MPSTR | Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais | ES, RO |
| 15 | ATUVA | Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida | PA | 69 | MT | Movimento dos Trabalhadores | AL, PE |
| 16 | CAA | Centro de Agricultura Alternativa | MG | 70 | MTA | Movimento dos Trabalhadores Assentados | DF, MT, RO |
| 17 | CAR | Central dos Assentados de Roraima | RR | 71 | MTAA-MT | Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso | MT |
| 18 | CCL | Centro de Cidadania e Liderança | MG | 72 | MTB | Movimento Terra Brasil | PE, PR, SP |
| 19 | CETA | Coordenação Estadual de Trabalhadores Assentados | BA, RS | 73 | MTBST | Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra | PE |
| 20 | CLST | Caminho de Libertação dos Sem Terra | MG | 74 | MTD | Movimento dos Trabalhadores Desempregados | BA, DF, RJ |
| 21 | CODEVISE | Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina | RO | 75 | MTL | Movimento Terra, Trabalho e Liberdade | AL, BA, GO, MG, PB, PE, RJ |
| 22 | CONAQ | Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombo | ES | 76 | MTL-DI | Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - Democrático e Independente | GO |
| 23 | CONLUTAS | Coordenação Nacional de Lutas | SP | 77 | MTP | Movimento Terra, Trabalho e Progresso | AL |
| 24 | CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura | AC, AL, BA, CE, DF, ES, GO, MA, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, PR, RJ, RN, SP, TO | 78 | MTR | Movimento dos Trabalhadores Rurais | MG, MS, MT, PR |
| 25 | COOTERRA | Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra | BA | 79 | MTRST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra | ES |
| 26 | CPT | Comissão Pastoral da Terra | AL, BA, CE, MG, MS, MT, PA, PB, PE, PI, RN, RJ | 80 | MTRSTB | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros | SP |
| 27 | CTV | Centro Terra Viva | SP | 81 | MTRSTP | Movimento dos Trabalhadores Sem Terra do Paraná | PR |
| 28 | CUT | Central Única dos Trabalhadores | AC, MS, RS, SP | 82 | MTRUB | Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos | PE |
| 29 | FATRES | Fundação de apoio aos/as trabalhadores/as rurais e agricultores/as familiares da região do Sisal e semi-árido da Bahia | BA | 83 | MTS | Movimento por uma Tendência Socialista | RJ |
| 30 | FERAESP | Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo | MS, SP | 84 | MTST | Movimento dos Trabalhadores Sem Terra | MG, PE, PR, SP |
| 31 | FETRAF | Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar | DF, GO, MG, MS, PA, PE, PI, SP | 85 | MTSTCB | Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Central do Brasil | SP |
| 32 | FRUTO DA TERRA | Fruto da Terra | DF, GO, MG, MS, PA, PE, PI, SP | 86 | MTV | Movimento Terra Vida | SP |
| 33 | FST | Fórum Social do Triângulo | MG | 87 | MUB | Movimento Unidos Brasil | SP |
| 34 | FUVI | Famílias Unidas do Vale do Vilhema | MS | 88 | MUST | Movimento Unido dos Sem Terra | SP |
| 35 | GERAIZEIROS | Geraizeiros do Norte de Minas Gerais | MG | 89 | MUT | Movimento Unidos pela Terra | PR |
| 36 | GRUPO XAMBRE | Grupo Xambê | PR | 90 | OAC | Organização Agrária Camponesa | PR |
| 37 | LCC | Liga Camponesa Corumbiara | RO | 91 | OITRA | Organização de Inclusão de Trabalhadores pela Reforma Agrária | SP |
| 38 | LCP | Liga dos Camponeses Pobres | AL, CE, GO, MG, PA, RO, SP | 92 | OLC | Organização da Luta no Campo | BA, PE |
| 39 | LOC | Liga Operária Camponesa | MG | 93 | OLST | Organização Para a Libertação dos Sem Terra | MG |
| 40 | MAB | Movimento dos Atingidos por Barragens | CE, MG, MT, PB, PR, RS, SC | 94 | OTC | Organização dos Trabalhadores no Campo | CE, GO, MG, PA, PR, RO, RS, SP, TO |
| 41 | MAST | Movimento dos Agricultores Sem Terra | SP, PR | 95 | QUILOMBOLAS | Quilombolas | BA, ES, MG, PE, PR, RJ, SP |
| 42 | MATR | Movimento de Apoio aos Trabalhadores Rurais | DF, GO | 96 | RACAA-SUL | Rede de Assistência dos Acampados e Assentados do Sul da Bahia | BA |
| 43 | MBUQT | Movimento Brasileiro Unidos Querendo Terra | SP | 97 | RC | Resistência Camponesa | PI |
| 44 | MCC | Movimento Camponês de Corumbiara | RO | 98 | SINPRA | Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais | PA |
| 45 | MCNT | Movimento Conquistando Nossa Terra | PA | 99 | ST | Sem Terra | SE, SP |
| 46 | MCP | Movimento dos Conselhos Populares | CE | 100 | STL | Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura | RN |
| 47 | MCST | Movimento dos Carentes Sem Terra | SP | 101 | TERRA LIVRE | Movimento Popular do Campo e da Cidade | GO |
| 48 | MLST | Movimento de Libertação dos Sem Terra | AL, GO, MG, PE, PR, RN, SP | 102 | TUPÁ 3E | Trabalhadores do Município de Tupanciretã | RS |
| 49 | MLSTL | Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta | MG | 103 | UAPE | União dos Agricultores de Pernambuco | PE |
| 50 | MLT | Movimento de Luta pela Terra | AL, BA, MG, SP | 104 | UFT | União Força e Terra | MS |
| 51 | MLTRST | Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra | PE, MG | 105 | UNASFP | União das Associações de Fundo de Pasto | BA |
| 52 | MLUPT | Movimento Luta Unida Pela Terra | MG | 106 | UNIDOS PELA TERRA | Unidos pela Terra | SP |
| 53 | MMA | Movimento de Mulheres Agricultoras | CE, PR, SC | 107 | UNITERRA | União dos Movimentos Sociais pela Terra | MG |
| 54 | MMC | Movimento de Mulheres Camponesas | AL | 108 | USST | União dos Santanenses Sem Terra | RS |
| | | | | 109 | UST | União Sindical dos Trabalhadores | SP |
| | | | | 110 | VIA CAMPESINA | Via Campesina | BA, MG, PB, PI, PR, RS, SP |

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011.

Na figura 1 abaixo, destacamos também alguns desses movimentos socioterritoriais de maior representatividade e o número de famílias em ocupação, por município, no período de 2000-2010, onde se pode observar a massiva presença do MST no processo de ocupações no período.

**Figura 1 – Brasil – Geografia dos Movimentos Socioterritoriais – 2000-2010:
Número de famílias em ocupação – por município**



Assim, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra cresce constituindo-se como um movimento de massa, que luta pela reforma agrária frente ao Estado e suas ações que cada vez mais tenta fragilizar os movimentos que se levantam contra o mesmo. Como forma de luta o MST prossegue a pressionar o Governo com suas ações efetivas para a distribuição das terras no país, para que essas cumpram seu papel social, a fim de que as terras improdutivas sejam desapropriadas e transformadas em terras para a realização da Reforma Agrária. Realizando assim o legado constitucional que diz que a terra tem que cumprir sua função social.

Na Constituição Federal de 1988 manteve a propriedade e a sua função social como:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

(...)

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade. (BRASIL, 1988).

Onde, a função social no que tange à propriedade rural, para cumprir corretamente a sua função social, esta deve atender simultaneamente aos requisitos do art. 186 da CF/88.

Art. 186. A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I - aproveitamento racional e adequado;

II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1988).

A Constituição Federal expressa claramente às condições ao cumprimento da função social da terra. Entretanto, o descumprimento das condições listadas acima, permite que o Estado, por meio da desapropriação, retire compulsoriamente a propriedade rural do domínio do particular, na forma do art. 184 da CF/88:

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º - As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º - O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

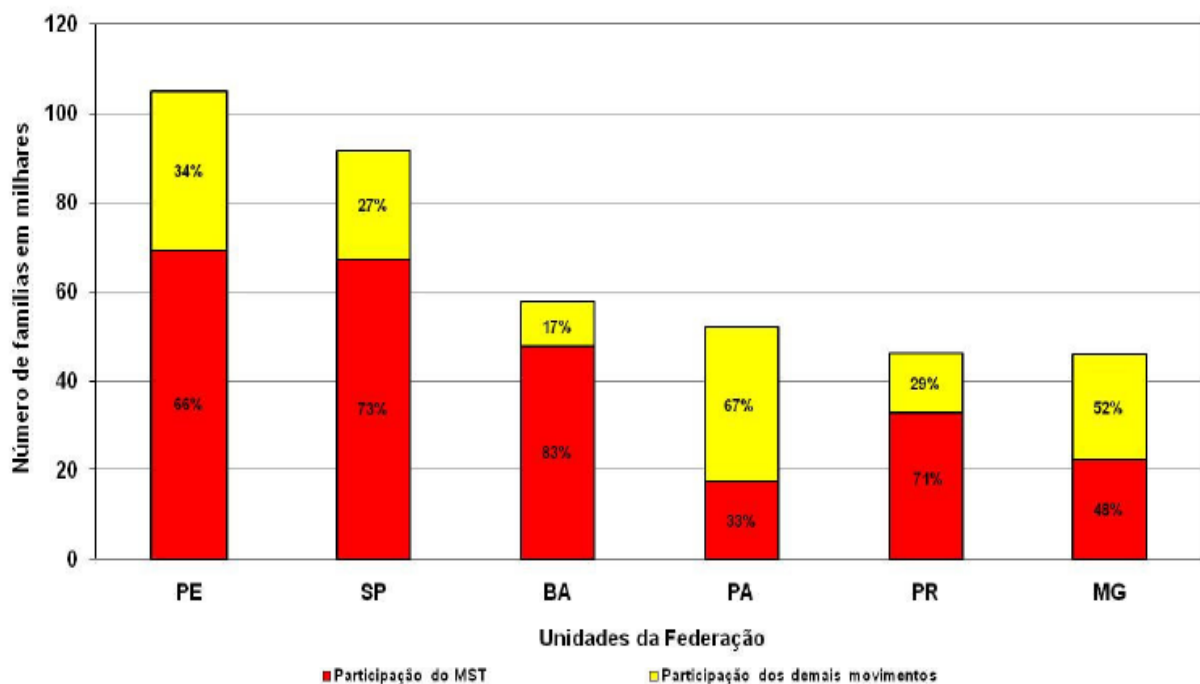
§ 3º - Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º - O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º - São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. (BRASIL, 1988).

O gráfico 1 abaixo, nos mostra o número de famílias em ocupações, em ações do MST e demais movimentos socioterritoriais, entre os anos de 2000 e 2010, e nos reforça a forte presença que o MST possui de mobilização a nível nacional, se comparado aos demais movimentos.

Gráfico 1 – Brasil – Número de famílias em ocupações - participação do MST e dos demais movimentos – 2000-2010



Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011.

Assim, as ações realizadas pelo MST e pelos demais movimentos são formas de luta efetiva que buscam dar visibilidade às injustiças sociais verificadas no campo brasileiro, onde ocorre a inaplicabilidade da Constituição Federal, no que diz respeito à função social da propriedade.

Segundo Oliveira (2001),

Está é a razão principal quanto à necessidade urgente de se compreender a luta camponesa pela terra, no interior da qual, é inegável que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocupa lugar de destaque. O MST, como o movimento social rural mais organizado neste final de século, representa, no conjunto da história recente deste país, mais um passo na *Longa Marcha* dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra. Essa luta camponesa revela a todos os interessados na questão agrária um lado novo e moderno. Não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas diante de um processo de luta para entrar na terra. Terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes

dominantes. Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, portanto, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas, muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania. (OLIVEIRA, 2001, p. 194-195, grifo do autor).

Cabe aqui destacar como responsáveis pelos conflitos nesse país os proprietários de terras e o próprio Estado que mantém essa estrutura. Desta forma, se explicam as marchas, as caminhadas, as ocupações de terras, os acampamentos, as ocupações de prédios públicos, etc.,

Segundo Oliveira (2001),

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores - donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão - reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e bóia-frias encontram na necessidade e na luta, a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, a transformação da ação organizada das novas lideranças abre novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade para buscar conquistas sociais no campo são componentes ainda localizados no campo brasileiro, sinal inequívoco de que estes trabalhadores, apesar de tudo, ainda lutam. (OLIVEIRA, 2001, p. 194).

Portanto, os conflitos agrários existentes no Brasil evidenciam o que as políticas públicas foram incapazes de reverter, ou seja, a falta de políticas de reforma agrária. Porém, enquanto isso não ocorre, vai-se a luta, questionando aquilo que seria inviolável, o direito a terra. A ocupação é um dos instrumentos de luta que serve como chave para adentrar ao sistema burocrático, ruralista e de defesa do agronegócio ao qual estamos inseridos. Pois com as ocupações é que os trabalhadores rurais sem terras deixam de ser invisíveis, mostrando para os governos que existem demandas sociais por terra, caracterizando assim, as ocupações como um dos principais instrumentos de luta e de acesso a terra.

Eles ocuparam grandes propriedades e terras públicas, construíram barracos cobertos com lona de plástico preto ao lado das rodovias para chamar atenção para suas necessidades por terra, marcharam e recorreram ao conforto quando necessário. Ocuparam até mesmo a fazenda da família do presidente Fernando Henrique Cardoso pouco antes das eleições de 2002 [...] Às vezes eles foram brutalmente reprimidos, assassinados e aprisionados. Ainda assim persistem, forçando a distribuição de terra para seus membros [...]. (VANDEN, 2011, p. 166).

É sabido também, que o MST possui uma ampla visão seja nacional ou internacional, onde almejam uma reforma agrária que seja abrangente, onde se altere de fato as estruturas de produção agrícola do país. Acredita-se que é impossível desenvolver um país sem desenvolver uma sociedade democrática, assim, só será possível acabar com as desigualdades sociais no campo, se acabar também com o latifúndio. O MST defende que “[...] a Reforma Agrária só

será viável se for parte de um projeto popular que transforme as estruturas sociais e econômicas do Brasil” (VANDEN, 2011, p. 165).

Porem existia um problema e ele se refletia rapidamente na medida em que se foi conquistando um grande número de assentamentos e de famílias assentadas, pois não se sabia como organizar a produção nessas áreas conquistadas, viabilizando-as economicamente.

Até mesmo a palavra de ordem [...] ‘ocupar, resistir e produzir’ denotava essa preocupação no Movimento com relação aos resultados práticos e econômicos dos assentamentos conquistados, ou seja, havia necessidade de se mostrar que era possível a viabilização das novas áreas aos setores contrários aos processos de Reforma Agrária, que questionavam a eficiência sócio-econômica da distribuição de terras. (LOPES, 2011, p.173).

Segundo, Bergamasco e Norder (1996, p. 7) “[...] de maneira genérica, os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.” Porém, não é somente através da distribuição de terras que se fará a reforma agrária e acabará com as desigualdades sociais, mas também através de um projeto amplo que altere esse modelo agrícola e viabilize esses assentamentos rurais, através de, por exemplo, políticas públicas voltadas para esses setores específicos. Assim, segundo Bergamasco e Norder (1996) a reforma agrária ainda está para ser realizada, sendo, esses assentamentos instalados apenas representações de conquistas parciais, dentro da imensidão que é o latifúndio no Brasil. Mesmo parcialmente, a luta desses trabalhadores implica na reterritorialização de inúmeras famílias nos assentamentos rurais.

3 QUESTÃO AGRÁRIA, POLÍTICA E REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL

3.1 A Questão Agrária e a Reforma Agrária no Brasil

Segundo Martins (1999) é um erro comum confundir a questão agrária com diferentes propostas de reforma agrária que aparecem em diversos cenários no embate partidário eleitoral, onde tudo se resume na escolha de uma ou outra proposta, como também é um erro resumi-la a ação administrativa no âmbito do problema fundiário. Porém, maior erro que esses seria assumi-la fora da “[...] história, gênese e desdobramentos históricos, sociais e políticos, que marcam e demarcam seu lugar na história do presente” (MARTINS, 1999, p. 98).

Um ponto problemático que raramente é tratado na literatura, segundo o autor, é o fato de que,

[...] a questão agrária tem a sua própria temporalidade, que não é o “tempo” de um governo. Ela não é uma questão monolítica e invariante: em diferentes sociedades, e na nossa também, surge em circunstâncias históricas determinadas e passa a integrar o elenco de contradições, dilemas e tensões que mediatizam a dinâmica social e, nela, a dinâmica política. É por isso mesmo alcançada continuamente pelas condições cambiantes do fazer história. O próprio ato de intervir na questão, de um modo ou de outro, numa perspectiva ideológica ou noutra, já altera a questão agrária. Não só a atenua ou a agrava, como também muda-a qualitativamente, define as possibilidades de nela se continuar intervindo, as condições em que tal intervenção pode ser feita. A questão é, portanto, essencialmente uma questão histórica. (MARTINS, 1999, p. 98-99, grifo do autor).

Desta maneira, para se falar de questão agrária devemos lidar com as verdadeiras dimensões de tempo dos processos sociais ao qual estaremos examinando, sendo assim, para tal temática não seria possível outro a não ser o tempo da conjuntura histórica, que está muito mais ligado aos fatores estruturais, diferentemente das conjunturas políticas e eleitorais, que podem ser utilizada em certa medida para tal análise, porém, sem perder o foco na conjuntura história que a questão agrária está imersa. Assim, quando se diz que um partido não tem proposta alternativa, se diz que esse partido não possui uma consciência de sua ação na perspectiva histórica. Segundo Martins (1999, p. 99) “Implica, isso sim, considerar as condições e consequências estruturais e históricas do que pensam e dizem, o alcance das decisões que tomam, os limites dessas ações e as possibilidades de seu alcance definidas pela circunstância histórica”.

É evidente que há no Brasil uma questão agrária. Mas, uma questão agrária que parece distanciada das condições históricas de sua solução definitiva, porque esta sociedade perdeu as poucas oportunidades históricas que teve para resolvê-la. Temos uma questão agrária administrada, sob controle, em grande parte porque, mesmo na máxima exacerbação da luta dos que reivindicam a reforma agrária, ela não se revela comprometedora para o funcionamento dos diferentes níveis do sistema econômico e do sistema político. Ela tende a aparecer residualmente como

um problema social não referido a uma questão estrutural. (MARTINS, 1999, p. 102).

Desta forma, para compreendermos as políticas de reforma agrária, é necessário conhecer de fato o que é a questão agrária. Para Martins a questão agrária é

[...] o bloqueio que a propriedade da terra representa ao desenvolvimento do capital, à reprodução ampliada do capital. Esse bloqueio pode se manifestar de vários modos. Ele pode se manifestar como redução da taxa média de lucro, motivada pela importância quantitativa que a renda fundiária possa ter na distribuição da mais-valia e no parasitismo de uma classe de rentistas. Não é manifestamente o caso brasileiro, ou não o é especialmente, embora também o seja de um modo indireto. (MARTINS, 1999, p. 99-100).

Assim, quando o tema é reforma agrária, devemos direcionar a discussão tendo como maior referência para tal fim o Estado, e não somente o governo atual e seus governantes. Pois, em se tratando de questão agrária deve-se compreender que “o tempo da questão agrária é o tempo longo dos bloqueios, dificuldades e possibilidades a que o Estado faça uma revisão agrária de alcance histórico e estrutural, mais contida ou mais ousada” (MARTINS, 1999, p.101).

Convém não esquecer de que sendo a questão agrária mais do que a questão dos antagonismos de classes sociais, é também uma questão estrutural maior do que a das questões econômicas, a questão da pobreza, a questão das injustiças sociais. Uma reforma desse tipo interessa não apenas aos pobres, como frequentemente se supõe. [...] Estamos em face de um processo histórico em que claramente interesses contraditórios se combinam e forças contrárias se empenham numa certa mesma direção básica. (MARTINS, 1999, p. 101).

Para Stedile (2005), a questão agrária é um conjunto de interpretações e análises sobre a realidade agrária do país, que buscam explicar de que maneira se organiza o uso, posse e propriedade da terra. Ou seja, é uma área do conhecimento que procura estudar como as sociedades ao longo da história organizam a posse, o uso e a propriedade da terra e também como organizam a produção dos bens agrícolas para atender suas necessidades.

Entretanto, para retomada desse processo histórico, regressamos a 1500 quando os portugueses invadiram nosso território, dominaram os povos que aqui viviam através de cooptação e repressão, submetendo os povos originários ao seu modo de produção, sua cultura e suas leis. Com a invasão dos europeus nesse território, alterou-se a lógica existente e os povos originários passam a ser subordinados às leis do capitalismo mercantil que dominava a Europa nesse período histórico.

O problema fundiário do Brasil remonta aproximadamente o ano de 1530, ano em que a Coroa portuguesa via a necessidade de proteger as terras do Brasil das invasões estrangeiras. Cria-se então, por parte da Coroa, que era detentora do território, as capitanias hereditárias, ou seja, a “concessão de uso” com direito à herança, que distribuíram imensas porções de terras

do território brasileiro a capitalistas-colonizadores de confiança da Coroa e que dispunham de capital para investir nas terras produzindo mercadorias para exportar para o mercado europeu.

Decorrido mais de três séculos de exploração, em 1850 as elites agrárias passam a sofrer fortes pressões para substituir a mão de obra escrava pela mão de obra assalariada, pois para expandir ainda mais os mercados era necessário criar uma população que consumisse e dinamizasse o mercado, que não era o caso dos escravos que eram considerados propriedade privada de seus senhores e não tinham o poder de compra.

Porém, antes da promulgação da Lei Áurea, que aboliria legalmente o trabalho escravo, a Coroa se precavendo, criou a Lei nº 601 de 1850, conhecida como Lei de Terras. Essa Lei implantou no Brasil a propriedade privada das terras, transformando a terra em mercadoria e, com ela a permissão de compra de terra por qualquer pessoa, desde que essa tivesse dinheiro para comprar essas terras da Coroa, transformando-a em um proprietário privado de terra. Assim, a Lei de Terra impediu os ex-trabalhadores escravizados a terem acesso a terra e a se tornarem pequenos proprietários, pois esses não possuíam nenhum bem e não teriam dinheiro para adquirir terras, tendo então que continuar à mercê dos fazendeiros, ou posteriormente se dirigirem as cidades portuárias para exercerem trabalhos braçais.

Portanto, a Lei de Terras teve um marco jurídico-institucional que deu suporte ao período de transição do sistema de produção agroexportador para o novo modelo econômico, que só se consolidaria com a “revolução” de 1930. Esta lei foi determinante para a formação da estrutura fundiária brasileira, pois as terras se concentraram nas mãos das classes que já eram proprietárias dos meios de produção. A Lei de Terras,

[...] foi concebida no bojo da crise da escravidão e preparou a transição da produção com trabalho escravo – nas unidades de produção tipo plantation, utilizadas nos quatro séculos do colonialismo – para a produção com trabalho assalariado. A Lei de Terras representou a introdução do sistema da propriedade privada das terras, foi a transformação das terras em mercadorias. A partir de 1850, as terras podiam ser compradas e vendidas. Até então, eram apenas objeto de concessão de uso – hereditária – por parte da coroa àqueles capitalistas com recursos para implantar, nas fazendas, monoculturas voltadas à exportação. (STEDILE, 2005, p. 283).

Assim, a Lei de Terras fez nascer o latifúndio excludente e socialmente injusto, e nas cidades fez nascerem às favelas, pois os trabalhadores (ex-escravos) impedidos de se transformarem em camponeses foram para as cidades, subiram os morros, manguezais e locais de difícil acesso para morarem.

Com o fim da escravidão e com a diminuição da mão de obra no campo, tornou-se recorrente a migração de camponeses de outros países para o Brasil, principalmente da Itália, Alemanha e Espanha, esses eram camponeses pobres em seus países de origem, excluídos pelo avanço do capital industrial no final do século XIX e vieram para o Brasil, iludidos com

o discurso do “Eldorado” com terra fértil e barata. Em 1889, com a instauração da República, e decorrido um ano e meio após a libertação dos escravos, tampouco se tinha alterado o perfil da distribuição de terras no Brasil.

Desta forma, podemos dizer que foi em meados do século XIX, que se teve início a questão agrária no Brasil, surgindo essa em virtude da,

[...] propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra. (MARTINS, 1997, p. 12).

Hoje o que se observa é que o Brasil possui a segunda maior concentração de terras de todo o mundo, e ainda está na lista dos dez países que possuem o maior índice de desigualdade social. Ressaltamos assim, que a falta de efetivação da reforma agrária no país é um dos responsáveis por essa concentração de riquezas nas mãos de uma pequena parcela da população.

Segundo Santos (2012),

O problema agrário no país está na concentração de terras, uma das mais altas do mundo, e no latifúndio que nada produz, [...] Em comparação com os vizinhos latino-americanos, o Brasil é um campeão em concentração de terras. Não sai da liderança nem se comparado com países onde a questão é explosiva, como Índia ou Paquistão. Juntando tanta terra na mão de poucos e vastas extensões improdutivas, o Brasil montou o cenário próprio para atear fogo ao campo. É aí que nascem os conflitos, que nos últimos vinte anos fizeram centenas de mortos. (SANTOS, 2012).

Desta forma, é inquestionável que a questão agrária brasileira, continua sendo neste início de século, um dos principais problemas político-econômico-sociais a serem resolvidos em nosso país. A complexidade existente para tal questão se justifica pela ampla diversidade de sujeitos sociais envolvidos ao longo da história que vai desde os índios, trabalhadores escravizados, quilombolas, posseiros, agricultores familiares, sem-terra, etc..

Dentro desse campo de disputa por terra, é necessário diferenciar as especificidades históricas e sociais dos sujeitos que a disputam, porque somente assim poderemos entendê-los dentro do contexto da questão agrária brasileira. Nesse contexto, os Sem-Terra realizam suas lutas para terem acesso a terra, não existindo em sua ampla maioria uma terra específica em virtude de fatos culturais e sim, partindo do pressuposto da desapropriação de terras improdutivas e de latifúndios que não cumprem a função social da terra, realizando desta forma a reforma agrária. Já, os indígenas e quilombolas se enquadram nessas determinações, onde o território tem um valor cultural e simbólico importantíssimo, e os fazem lutar por determinadas frações de territórios específicos.

Desta forma, devemos entender a reforma agrária como um processo amplo de redistribuição de terras, fazendo com que essas cumpram o seu papel social. Permitindo o acesso a terra para aqueles que não a tem mais querem viver dela. Eliminando, desta forma, a estrutura latifundiária existente e atingindo primeiramente as grandes propriedades brasileiras que não estão cumprindo sua função social.

Segundo, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2008),

[...] é preciso saber que um quinto do Brasil não pertence a quem cercou. Trata-se de terras públicas que devem ser destinadas à demarcação das terras indígenas reivindicadas, aos remanescentes de quilombos, aos pequenos posseiros, a reforma agrária e a preservação ambiental. (OLIVEIRA, 2008, p. 7-8).

Com a reforma agrária conseguiríamos atingir maior democratização no campo brasileiro; criando um novo modelo de estrutura agrária, apoiada em maior proporção, na pequena propriedade familiar camponesa.

Segundo Fernandes (2003),

A reforma agrária ao atingir a estrutura fundiária concentrada, democratizando o acesso à terra, modificará essa conjuntura. As famílias beneficiadas poderão ser tanto de origem rural quanto de origem urbana. Uma política de reforma agrária não pode deixar de atender a população urbana interessada em construir suas vidas no campo. Hoje, nos assentamentos há famílias assentadas que nunca tinham vivido como produtoras agrícolas. Por meio da luta, elas encontraram na terra uma possibilidade de reconstruir suas vidas com dignidade. Pela história de grilagem da terra do Brasil, não é aceitável uma política de mercantilização de terra. Reforma agrária é desapropriação É ação d Estado e não política de mercado. (FERNANDES, 2003, p. 25).

Assim, esses sujeitos históricos excluídos do processo de colonização, do processo de modernização da agricultura e do êxodo rural, desterritorializados, incorporaram-se a movimentos que buscam mais que terra e território, lutam por transformações das condições sociais tanto para o campo quanto para a cidade.

Numa primeira perspectiva, como a do movimento dos agricultores sem terra, desterritorialização aparece associada à exclusão do acesso à terra e adquire um sentido, sobretudo, econômico. A identidade do grupo e os símbolos que a sustentam são constituídos na própria luta pela terra enquanto instrumento de trabalho. Já no exemplo do movimento indígena pela delimitação e controle de suas reservas, a desterritorialização não se fundamenta tanto na exclusão do acesso à terra enquanto meio de produção [...] mas, primeiro, num nível simbólico-cultural. Mesmo exercendo o domínio sobre um determinado espaço, podem faltar ao grupo indígena as referências territoriais de sua cultura, o próprio “imaginário geográfico” condensado simbolicamente em determinadas parcelas do espaço (um rio, uma cachoeira, um trecho de floresta – espaços de deuses ou dos espíritos de seus ancestrais).

Território, para o índio, é ao mesmo tempo um espaço de reprodução física, de subsistência material, e um espaço carregado de referências simbólicas, veículo de manutenção de sua identidade cultural. (HAESBAERT, 2007, p. 67).

A Via Campesina Brasil² se manifestou em relação aos territórios camponeses, indígenas e quilombolas, salientando que o período que vivemos é de intensa pressão do capital, com o apoio do Estado e do governo brasileiro sobre os territórios aqui já citados. Esta pressão é observada claramente pelo avanço das hidroelétricas, rodovias, ferrovias, e principalmente pela monocultura do agronegócio, junto às áreas de proteção aos territórios tradicionalmente ocupados ou pertencentes a esses sujeitos.

Diante de tais fatores, a Via Campesina Brasil veio a público para se manifestar e registrar:

- 1) Repúdio ao tratamento dado aos camponeses, povos indígenas, quilombolas e pescadores deste país.
- 2) Territórios tradicionalmente ocupados (camponeses, indígenas, quilombolas e pesqueiros) são sagrados, devem ser demarcados e respeitados.
- 3) Se hoje existe um conflito na ocupação destes territórios é porque o Estado Brasileiro permitiu, negligenciou ou até incentivou esta ocupação, inclusive emitindo documentos de terra. Portanto cabe ao Estado Brasileiro reconhecer, demarcar e respeitar os territórios e reassentar e indenizar as famílias camponesas, construindo desta forma uma solução definitiva para os conflitos. (VIA CAMPESINA BRASIL, 2013).

Esse cenário de pressão aos sujeitos historicamente excluídos tem gerado no decorrer dos anos inúmeros conflitos sociais. Para compreendermos a complexidade e diversidade dos sujeitos sociais envolvidos precisamos também entender que cada um possui uma correlação de forças e, além disso, entender que existem em confronto diferentes projetos, que por sua vez passam a gerar e intensificar as disputas de interesse dentro da sociedade capitalista, num dado espaço e num dado período. Somente localizando-os essas condições é que conseguiremos compreender qual é o papel do campesinato e das populações tradicionais e, por outro lado, qual o papel do agronegócio, do Estado, de modo a exercer “poder” sobre as decisões que são tomadas no país.

Assim, Simonetti (2011) nos introduz em um diálogo com Pierre Bourdieu para compreendermos os diferentes agentes e campos de forças sociais que disputam os rumos da reforma agrária, e diz,

A fim de compreender a complexidade dos protagonistas envolvidos com a temática da reforma agrária e as suas territorialidades, abrimos um diálogo com o sociólogo Pierre Bourdieu (1989). Esse autor trabalha os conceitos *habitus* e de *campo* como espaço social especializado no qual se defrontam agentes sociais que travam relações de força em busca do poder ou da hegemonia sobre um capital específico em disputa. Esse autor nos abre a possibilidade de desvendar a trama de relações sociais, reveladora de tensões entre as práticas e as racionalidades/territorialidades dos diferentes agentes (assentados, técnicos, agentes políticos, empresários,

² Via Campesina é uma organização internacional de camponeses composta por movimentos sociais, dentre eles o MST, e organizações de todo o mundo. Ela coordena organizações de camponeses e também de pequenos e médios agricultores, comunidades indígenas, etc., na Ásia, África, América e Europa.

movimento sociais e outros mediadores) e o campo do poder, campo de forças sociais que disputam os destinos da reforma agrária. (SIMONETTI, 2011, grifo do autor).

Devemos assim, localizá-los em um campo de disputa de poder, onde, o campesinato para resistir a esse processo busca se (re)territorializar, e de acordo com a conjuntura política, social e econômica, eles reflorescem, recuam e avançam. São as correlações de forças existentes que ditarão o destino para a realização ou não da reforma agrária brasileira.

Cabe destacar que apesar desses sujeitos pertencerem a movimentos sociais diferentes, onde cada um tem suas características próprias e demandas específicas, compõem um mesmo questionamento ao modelo de apropriação e utilização das terras no Brasil e por isso, em determinados momentos da história, esses sujeitos se unem e realizam lutas conjuntas. Citamos aqui a Via Campesina como sendo um dos maiores articuladores de comunidades tradicionais e outros vários movimentos que lutam por território e por terra no âmbito nacional ou internacional (SANTOS, 2002).

A medida do que foi explanado até aqui, podemos entender a reforma agrária como sendo “[...] um dos elementos da questão agrária. É uma política pública – de caráter institucional – da sociedade capitalista, cuja instituição competente para realizá-la é o Estado, no caso do Brasil: o governo federal” (FERNANDES, 2003, p. 23). Entretanto, o que notamos é que as políticas públicas que foram realizadas até hoje são fruto de uma história de luta por Reforma Agrária no país e a “[...] luta pela terra – que compreendemos como uma política pública de caráter popular – tem promovido nas últimas décadas grande pressão para que diversos governos implantassem diferentes políticas de assentamentos rurais” (FERNANDES, 2003, p. 23). Afirmando assim que, em nosso país nunca existiu Políticas de Reforma Agrária (FERNANDES, 2001), e as políticas públicas de reforma agrária só nasceram graças às ações dos movimentos sociais de luta pela terra e a continuidade delas e suas implantações estão inteiramente ligados a força política e a conjuntura que estejam envolvidos os movimentos sociais e o Estado.

Constata-se que os paradigmas da questão agrária hoje possuem distintas visões a respeito da reforma agrária. Desde esses pontos de vista temos várias compreensões, que se interagem, se misturam e se distanciam, contribuindo para o seu desenvolvimento, mas também para o seu entrave (FERNANDES, 2003).

O que devemos deixar claro aqui é que a

[...] luta pela terra é considerada como uma forma essencial para a formação do campesinato. Uma questão importante nesses paradigmas é o sujeito do processo. Quando o campesinato é sujeito, quando é o capital e ou o Estado. Tanto na

academia quanto nos governos e nas políticas públicas, essas correntes teóricas estão presentes e determinam os rumos das políticas e da luta pela reforma agrária. Da mesma forma, encaminham as políticas de crédito, de educação, de produção e de organização dos assentamentos. Evidente que as significações aqui apresentadas são iniciais, mas também são referenciais para um debate e para o aprofundamento necessário, que pretendemos realizar. (FERNANDES, 2003, p. 24).

Devemos entender a reforma agrária como um processo amplo de redistribuição de terras, fazendo com que essas cumpram o seu papel social. Permitindo o acesso a terra para aqueles que não o tem mais querem viver dela. Porém, segundo Pompeu Accioly Borges (1984), existem condições fundamentais para a realização da reforma agrária no Brasil, este as dividiu em 11 princípios básicos, dos quais destacaremos:

(1) a reforma agrária deve ser um processo amplo, geral e massivo de redistribuição dos direitos sobre as terras e as águas; deve ser amplo para poder atingir com suas metas em um curto prazo (no máximo dez anos) toda uma região ou todo o país; precisa também ser geral para poder eliminar a estrutura latifundiária e desenvolver em seu lugar um plano de democratização de acesso a terra e a água, tendo por base a produção camponesa; e ser massivo para poder beneficiar a totalidade dos camponeses sem terra, dos que possuem pouca terra e dos demais trabalhadores que desejarem ter acesso a terra;

(8) a reforma agrária deve criar uma nova estrutura da propriedade fundiária, apoiada exclusivamente (I) na pequena propriedade familiar camponesa integrada ou não em cooperativa ou outra forma associativa de produção agrícola; e (II) em unidades de produção de camponeses baseadas no direito real de uso da terra de propriedade da União; face à existência da empresa agrícola capitalista (pequena, média ou grande) assim qualificada segundo o grau de utilização dos recursos da terra, o uso da tecnologia moderna, o capital investido por unidade de área, e do emprego de mão-de-obra assalariada;

(9) a reforma agrária deve modificar as relações de trabalho existentes no campo, de sorte à assegurar (I) mais justa distribuição de renda agrícola; (II) cumprimento integral da legislação pertinente; e (III) defesa dos direitos e garantias do trabalhador assalariado;

(10) a reforma agrária deve adotar um sistema econômico de investimento que priorize a utilização dos camponeses e demais trabalhadores beneficiários da mesma. (BORGES, 1984, apud OLIVEIRA, 2007, p. 69-70).

Desta forma, concordamos com Martins (1999), quanto ao fato da questão agrária ser hoje um conjunto de pontas desatadas nesse longo e contínuo processo histórico, tanto por parte dos governos, tanto pelos movimentos sociais e/ou opositores dos mesmos, é necessário confrontar as posições e possibilidades históricas para se concretizar a reforma agrária no Brasil. Sendo a Reforma Agrária “[...] todo ato tendente a desconcentrar a propriedade da terra quando esta representa ou cria um impasse histórico ao desenvolvimento social baseado nos interesses pactados da sociedade” (MARTINS, 1999, p. 107).

Em síntese, o essencial está na análise do processo histórico, pois só assim, conseguiremos vislumbrar o estado da questão agrária, e qual a reforma agrária é possível ser realizada dentro dessa conjuntura histórica.

3.2 As Políticas de Reforma Agrária no Brasil de 1985 a 2010: I e II PNRA

O debate sobre a questão agrária no Brasil surge no final da década de 1950, sendo voltado principalmente às questões econômicas e sociais. A década de 1960 se caracterizou por possuir uma política econômica de recessão, combater a inflação e instabilidade política de governos populistas e depois o regime militar, que procuraram negar a questão agrária brasileira. Nos anos da ditadura, apesar das organizações que representavam as trabalhadoras e trabalhadores rurais serem perseguidas, a luta pela terra não parou, e apesar de toda a repressão continuou crescendo.

Segundo Delgado (2014, p. 33) “Em 1964 a reforma agrária é banida do cenário político ‘manu-mitari’ pondo-se em seu lugar o projeto de ‘modernização conservadora’ da agricultura [...] mediante articulação dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito público”. Desta maneira, tivemos o desenvolvimento da produtividade agropecuária, porém, sem obter alteração alguma na estrutura agrária. Assim, nos é apresentado um modelo das atividades agrícolas de sucesso, representando a “moderna agricultura”, sendo sempre levando à opinião pública como o modelo da modernização. “A isso tem se dado o nome de desenvolvimento. Mas tudo não passou do que podemos chamar de modernização conservadora” (CANUTO, 2004, p. 1), na medida em que este avanço não alterou a estrutura agrária brasileira. Pois, com a modernização conservadora resolveu-se o problema da questão agrícola brasileira, mas em momento algum ela perpassou pela problemática da questão agrária que até hoje não foi resolvida em nosso país.

Nesse contexto, começou-se a organizar as primeiras ocupações de terra, não como um movimento organizado, mas sob principal influência da ala progressista da Igreja Católica, que resistia à ditadura. Em virtude desse contexto, em 1975 surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT), como já foi explanado anteriormente.

Nas décadas de 1980, o Brasil vivia uma conjuntura de lutas pela abertura política, pelo fim da ditadura e de mobilizações operárias nas cidades. Fruto deste contexto, o MST realizou seu I Congresso Nacional, surgindo os lemas e palavras de ordem com ‘Terra para quem nela trabalha’ e ‘Ocupação é a única solução’ onde se reafirmou a necessidade das ocupações, sendo essas legítimas para os trabalhadores rurais. A partir daí, começaram a pensar um movimento com preocupação orgânica, com objetivos e linhas políticas definidos. Com o fim do regime militar, e com a industrialização e modernização da agricultura brasileira, retomou-se o debate da reforma agrária, principalmente a partir do I Plano Nacional

de Reforma Agrária (ENGELMANN, 2011). Esse congresso ocorreu em meio ao clima da campanha “Diretas Já”, ganhando assim maior proporção e visibilidade.

Este período foi também conturbado com mobilizações de trabalhadores rurais pelo Brasil, tendo como reivindicação a realização da Reforma Agrária. Essas mobilizações na época contribuíram para a formulação do I Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado pelo Governo José Sarney, em outubro de 1985.

Em 1985, a ‘Nova República’ assumiu o governo para realizar a ‘Transição Democrática’ da ditadura. Assim, fez novas alianças no seio do poder do Estado com a anuência militar. Mas, aparentemente de forma contraditória, colocou como um de seus projetos prioritários a Reforma Agrária. [...] Foram feitas articulações para a elaboração do I Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado em 1985, segundo o Estatuto da Terra de 1964. Seus autores, foram em termos os idealizadores do Estatuto. (OLIVEIRA, 2007, p.126).

Porém, segundo Ramos Filho (2008), o PNRA foi refeito varias vezes, e em sua última versão o enfoque não era o de mudar a estrutura fundiária e sim, contribuir com a modificação do regime de posse e uso da terra no Brasil. Nesta versão final também, as regras contra os imóveis rurais considerados improdutivos ficaram muito mais flexíveis, pois, de acordo com o Decreto-lei 2.363 de 1987, os imóveis que produzissem não seriam desapropriados para fins de reforma agrária, porém, inverte-se assim, a lógica presente no Estatuto da Terra (MEDEIROS, 2003).

Segundo Medeiros (2003), o programa básico desse Plano Nacional de Reforma Agrária era o de assentar os trabalhadores rurais em imóveis desapropriáveis. Esse Governo tinha por objetivo aplicar o Estatuto da Terra e viabilizar a Reforma Agrária até o final de seu mandato (1985-1989), assentando 1,4 milhão de famílias em uma área de 43.090.000 hectares. Na região Norte seriam assentadas 140.000 famílias em 10.080.000 há. Na região Nordeste seriam 630.000 famílias em 18.900.000 ha; na região Centro-Oeste, 210.000 famílias em 7.560.000 ha; na região Sudeste, 280.000 famílias em 4.370.000 ha; e no Sul, 140.000 famílias em 2.180.000 ha (OLIVEIRA, 2007).

Em 1985 com a implantação do plano, passou a ocorrer forte luta entre a UDR (União Democrática Ruralista), o governo Sarney e os camponeses sem-terra, posseiros, etc. O objetivo da UDR foi a inviabilização da implantação do I PNRA. Os números referentes ao primeiro ano do Plano (85/86) traziam já, o fracasso da reforma agrária da ‘Nova República’ de José Sarney. Havia sido atingido apenas 5% das metas das famílias assentadas e da área desapropriada. Depois, no segundo ano (86/87) o ritmo continuou lento. [...] O governo Sarney, passou a investir na propaganda governamental para alimentar a ilusão de que um dia a Reforma viria. [...] Depois de dois anos, menos de 10% das metas do I PNRA tinham sido implantadas. O motivo: a falta de vontade política e a prevalência da defesa dos interesses dos latifundiários organizados na UDR – União Democrática Ruralista. (OLIVEIRA, 2007, p. 126-127).

Como é possível perceber pelo texto acima, as ações realizadas no I PNRA foram muito aquém das expectativas iniciais, o Governo Sarney não cumpriu com a proposta feita no plano, e o mesmo foi modificado de acordo com os interesses do latifúndio que era defendido pela União Democrática Ruralista, e ao final de cinco anos de mandato, este Governo assentou menos de 90 mil famílias.

Os resultados do I PNRA mostraram que haviam sido assentadas apenas 89.950 famílias (6,4% da meta) em uma área desapropriada de 4,8 milhões de hectares, ou seja, 1,5% da previsão. [...] Menos de um décimo da meta prevista para o número de famílias a serem assentadas pelo I PNRA, chegaram á terra, ficava provada, portanto, demagogia populista do governo Sarney com relação à Reforma Agrária e, mais uma vez, consolidava-se na estrutura do poder do Brasil, a política agrária dos latifundiários. (OLIVEIRA, 2007, p. 129).

Desde o I Plano Nacional de Reforma Agrária metas e prazos não são cumpridos. Como podemos observar, apenas 6% desses I PNRA conseguiu ser colocado em prática, nos sendo inaceitável que o governo de José Sarney não tenha conseguido assentar nem sequer o mínimo necessário dos Sem-Terra da época (FERNANDES, 1996).

No Governo Collor/Itamar (1990-1994), já estava em vigor a Constituição de 1988, onde estava estabelecido que as desapropriações deveriam ser feitas mediante a indenização em Títulos da Dívida Agrária, porém, ocorreu durante o Governo Collor fortes reivindicações da ala ruralista do Brasil, para que, o valor pago pelas terras desapropriadas fosse respaldado com base do valor de mercado. Assim, nesse governo se iniciou com uma grande perca em torno das discussões feitas no I PNRA. Ocorreu também, a submissão do INCRA ao Ministério da Reforma Agrária, até então comandado pelos ruralistas, que formularam metas ainda menores que as do governo anterior, onde pretendiam assentar 500 mil famílias (35% da proposta do I PNRA do Governo Sarney). Temos como resultados o assentamento de apenas 30 mil famílias nos dois primeiros anos de governo (OLIVEIRA, 2007).

Após o impeachment de Collor, assume em 1993 seu vice, Itamar Franco, e os ataques à reforma agrária continuaram a se agravar. Esse governo fez várias alterações via decretos e leis onde, por exemplo, fica impossibilitada a desapropriação de áreas onde o proprietário implantasse algum projeto técnico; ou também o não confisco de propriedades que possuíam trabalho escravo comprovado (RAMOS FILHO, 2008).

Com as novas eleições e a vitória de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) para a presidência do Brasil, criou-se grande expectativa por parte das multinacionais e latifundiários, pois esse governo era um defensor da continuação das políticas liberais no Brasil, e trabalharia para ampliar tais políticas no cenário brasileiro. Por outro lado, existiam também os movimentos sociais que eram totalmente contrários a esse governo e exerciam

grande pressão contra o mesmo, por exemplo, o MST com suas ocupações e reivindicações de acesso a terra.

O Governo FHC partiu do pressuposto que o problema agrário não era tão grande como era publicizado, e em resposta, houve uma pressão popular muito grande por parte dos movimentos sociais de luta pela terra, com destaque do MST. Outros fatores marcantes deste governo foram à criminalização das lideranças dos movimentos sociais, isso com forte ajuda dos meios de comunicação, e também, a violência com que o governo tratava esses movimentos, como exemplo, o histórico massacre de Eldorado dos Carajás no Pará no ano de 1996.

Esse governo criou em 1996 o Ministério Extraordinário de Política Fundiária, transformado, depois, em Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esse governo também reconheceu que as famílias “sem terra” eram reflexo do problema da concentração fundiária no Brasil, mas as tratou apenas no universo das políticas compensatórias, que nada alterou a estrutura e concentração fundiária do Brasil.

Desta forma, o Governo FHC inaugurou, ao longo do seu governo, o que se denominou de reforma agrária de mercado, onde o que existiram foram acordos financeiros entre o Estado brasileiro, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, para criar projetos e programas governamentais, tais como: Projetos de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza Cédula da Terra (1996); o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, conhecido como Banco da Terra, via Lei Complementar n°93, de 04 de fevereiro de 1998; e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1994 (RAMOS FILHO, 2008).

Segundo Oliveira (2007) esta reforma agrária de mercado trouxe bem mais que medidas voltadas para ajudar o pequeno agricultor, na verdade, ela era uma política voltada para fortalecer ainda mais os grandes proprietários de terras, sua maioria agroexportadores, pois estes além de receberem a grande maioria dos créditos voltados para a produção agrícola, ainda eram amparados pela Lei 87/96, que desobrigava-os a pagar o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Em suma, analisando os dois mandatos do Governo FHC (1995-1998) e (1999-2002) podemos constatar que houve um grande aumento no número de assentamentos, se comparado dos Governos Sarney, Collor e Itamar, porém, em se tratando de dados quantitativos deve-se sempre ter cuidado ao analisá-los. Segundo, Oliveira (2007), Fernandes (2003), tornou-se rotineiro no Brasil considerar como novos assentamentos, áreas onde estes já existiam, e já haviam sido contabilizados em momentos anteriores, assim, por exemplo,

contabilizava-se como novos assentamentos os dados de assentamentos onde se havia feito a regularização, e isso passava a inflar os números, mascarando a real quantidade de novos assentamentos criados.

Vale dizer aqui que os anos 2000 destacam-se pela reestruturação do projeto de modernização conservadora para a agricultura brasileira. O avanço que o agronegócio obteve desde então, deve ser compreendido a partir dos grandes incentivos financeiros que os Governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014), tornando-os hoje um dos grandes setores da economia brasileira, porém, isso se fez em detrimento da agricultura familiar e camponesa. De acordo com Delgado, “Esse projeto, articulado externamente pela ‘reprimarização’ do comércio exterior brasileiro, organiza-se internamente como pacto de poder entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e o Estado, sob forma de uma hegemonia política [...]” (DELGADO, 2014, p. 34).

Assim, com a vitória de Lula nas eleições referente ao mandato de 2003-2006, iniciou-se a discussão e formulação do que seria denominado como II Plano Nacional de Reforma Agrária. O II PNRA desenvolvido no Governo Lula, foi apresentado em novembro de 2003,

[...] durante a Conferência da Terra, em Brasília. Construído num amplo diálogo social, o Plano é fruto do esforço coletivo de servidores e técnicos, com o acúmulo dos movimentos sociais e da reflexão acadêmica. O II PNRA combina qualidade e quantidade, eficiência e transparência na aplicação dos recursos numa ação integrada de governo e com a participação social na sua implementação. (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, 2012).

O INCRA descreve o Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula, apresentando-o sem nenhum confronto; sem problemas; eficiente; prático e executável em quatro anos. Porém, na elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, havia uma disputa de duas concepções diferentes sobre reforma agrária. De um lado estava a Secretaria Agrária do PT que pensava a reforma agrária como sendo uma política social compensatória que auxiliaria o Programa Fome Zero e outros programas, tais como o Bolsa Família, em continuidade das políticas sociais do Governo FHC.

Para além dessa política de reforma agrária compensatória, existia outra vertente que teorizava a reforma agrária como uma política emancipatória, que é “[...] a política da liberdade em relação à exploração, à desigualdade ou à opressão [...]” (GIDDENS, 2002, p. 222). Essa política segundo Giddens visa,

[...] libertar os indivíduos e grupos das limitações que afetam negativamente suas oportunidades de vida. Ela envolve dois elementos principais: o esforço por romper as algemas do passado, permitindo assim uma atitude transformadora em relação ao futuro; e o objetivo de superar a dominação ilegítima de alguns indivíduos e grupos por outros. (GIDDENS, 2002, p. 194).

Segundo Fernandes (2007), a equipe de Plínio de Arruda Sampaio, concebia a reforma agrária como política de desenvolvimento territorial, e não como política compensatória, onde, com a implementação do plano a qual eles estavam desenvolvendo visava a desconcentração da estrutura fundiária, realizando desapropriação de terras para fim da reforma agrária e também promovendo políticas de financiamento em todas as etapas de implantação dos assentamentos no país.

Esta era a concepção de reforma agrária a qual os movimentos sociais e a equipe de Plínio de Arruda Sampaio expressaram em seu documento de elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Porém, o plano desenvolvido pela equipe de Plínio não chegou a ser colocado em vigor. Em 02 de setembro de 2003, o governo demitiu Marcelo Rezende, que era presidente do INCRA e defendia esse modelo de reforma agrária, e fez essa vertente perder forças, fazendo com que os movimentos sociais não tivessem mais um representante político no governo naquele momento.

Assim, foram elaboradas duas versões do II PNRA, uma era coordenada por Plínio de Arruda Sampaio, e tinha metas muito superiores da elaborada pela equipe de Miguel Rosseto. Para comparar a diferença entre a extensão dessas propostas destacamos que o plano elaborado pela segunda equipe pretendia assentar 600 mil famílias a menos que a primeira. Mesmo assim, o II PNRA definiu metas que não atingiriam o montante da população que “aguardava” ser atendida, se esse tivesse realmente sido colocado em prática seria notável a diferença das grandes extensões de terras localizadas em nosso país (BRASIL, 2003).

Os movimentos sociais estiveram presentes na elaboração do II PNRA, mas, o documento que entrou em vigor, não era os que os movimentos sociais gostariam que fossem. A derrota dos movimentos sociais junto ao II PNRA já começou na elaboração do mesmo, pois o projeto de reforma agrária que se apresentava não cumpriria sequer uma demanda básica para a realização da mesma. Não assumiu assim, as promessas que o governo havia feito junto à população e aos movimentos sociais. Os movimentos sociais ainda aqui, tentavam trabalhar conjuntamente com governo, pelos fatores históricos existente do governo vigente apoiar os trabalhadores, por acreditarem que esse governo apoiava aqueles que lutaram por séculos pela repartição das terras no país.

Na campanha presidencial de 2002, uma das principais bandeiras levantadas pelo PT e por Lula era a da reforma agrária, mas o que se percebeu ao longo dos anos do Governo Lula foi o não compromisso do governo com essa causa. O Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula mal conseguiu sair do papel, e ainda nem era o plano esperado pelos

movimentos sociais ligados à luta pela terra, sendo esse, muito mais ameno, com menor abrangência.

Assim, com o fim do primeiro mandato do Governo Lula, e sem a proposta de um novo programa para a reforma agrária, o INCRA divulgou alguns dados referentes aos assentamentos realizados no referido mandato. Porém, os mesmos foram contestados pelos movimentos sociais de luta pela terra e também por pesquisadores da temática. Os dados divulgados pelo governo, via INCRA, eram que entre os anos de 2003-2007 haviam sido assentadas 448.954 famílias no Brasil.

Assim, como o governo não conseguiu atingir as metas estabelecidas e passou a inflar esses dados, mudando ou tirando os anos de criação/obtenção dos assentamentos, desta maneira, ao terminar o primeiro mandato foi divulgado pelo governo o documento “Desenvolvimento agrário como estratégia: MDA Balanço 2003-2006”. Neste documento estava relatado que havia sido cumprido 95,35% da META I, porém como já foi dito, os números reais de famílias assentadas foi de apenas 192.257 famílias, das 400 mil prometidas no plano (RAMOS FILHO, 2008).

Em uma nota divulgada pela Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, em 22 de dezembro de 2005, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tenta esclarecer à sociedade que:

1. Assim como a política econômica do governo Lula, a política de Reforma Agrária nada tem de original e repete os mesmos passos do governo Fernando Henrique Cardoso: inflaciona números; contabiliza a reposição de lotes em assentamentos antigos como novos assentamentos e assentamentos precários no norte do país em terras públicas, preservando os grileiros da região. A divulgação desses números tem como objetivo provar que o governo estaria fazendo a reforma agrária. No entanto, Reforma Agrária é desconcentrar a propriedade da terra e resolver os problemas dos pobres do campo.
2. A falta de originalidade repete-se na submissão às políticas do Banco Mundial para área agrícola, mantendo a fracassada política do Banco da Terra, rebatizado de Crédito Fundiário, uma premiação aos latifundiários improdutivos que têm suas terras compradas à vista, enquanto milhares de agricultores iludidos acumulam dívidas para pagá-las [...].
3. Lamentavelmente, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, comemora hoje uma política que não desconcentra a propriedade da terra e premia o latifúndio, por meio de iniciativas que parecem mais com os projetos de colonização da Amazônia do regime militar (1964-1985) do que qualquer política que pudesse ser chamada de Reforma Agrária.
4. Por outro lado, esperávamos que o governo explicasse porque cerca de 200 mil famílias de pobres do campo ainda vivem nos acampamentos em beiras de estrada e em latifúndios improdutivos. E também esperam as estatísticas comemoradas pelos governantes. Enquanto isso, vivem sob condições precárias debaixo de barracos de lona e sem qualquer assistência para produção [...]. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005).

Assim como diz Fernandes em seu livro “Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil”, os erros ocorridos no I e no II PNRA deveriam ser analisados mais

atentamente pelos seus sucessores para que as mesmas falhas não sejam cometidas, no sentido de conseguirmos de fato fazer um PNRA que funcione, para cumprir as metas por ele estabelecidas – mesmo sabendo que essas metas são muitíssimo inferiores às necessidades inerentes para a realização de fato da Reforma Agrária no Brasil. Entre essas lições destacadas por ele, vale ressaltar que desenvolvimento não se faz sem conflitualidades (FERNANDES, 2008). Ele é inerente com a disputa que o campo sofre hoje é referente ao modelo de desenvolvimento estabelecido entre a agricultura camponesa e o agronegócio. Disputas essas que saem do âmbito da diversidade de culturas produzidas e da monocultura, ou da agroecologia e do agrotóxico, as conflitualidades aqui destacadas perpassam e vão para além da produção.

Segundo Fernandes (2013),

A política de reforma agrária jamais poderá estar associada ao agronegócio. Nos últimos trinta anos o agronegócio manteve a concentração da terra e tornou-se um império que hegemoniza as políticas agropecuárias em todos os países do mundo, intensificando a estrangeirização da terra. O Brasil é um país continental, o quinto do mundo em extensão e com grande potencial agropecuário, e possui desigualdades tão grandes quanto seu território. Parte dessas desigualdades é gerada pela hegemonia do modelo do agronegócio no desenvolvimento da agricultura, que controla os territórios de duas formas: pelo monopólio do território camponês e pela territorialidade do capital em território camponês, onde as técnicas e as tecnologias de produção agropecuária são determinadas pelo agronegócio, que, evidentemente, capitaliza a renda produzida pelas famílias camponesas. Essa relação entre capital e campesinato produz um paradoxo em que a produção agropecuária camponesa aparece nos resultados econômicos do agronegócio, e a maior parte da riqueza produzida é desviada para as corporações que industrializam e comercializam os produtos camponeses. Esses processos aumentam as desigualdades causadas pela reprodução ampliada do capital, que centraliza territórios e tecnologias e, portanto, intensifica a concentração de riquezas, e geram a modernidade e a barbárie com a espoliação territorial, em que as pessoas são excluídas de todas as formas de autonomia e subjugadas ao modelo de desenvolvimento hegemônico. (FERNANDES, 2013, p. 202).

Assim, podemos dizer que desde 1985 existe uma dívida dos governos com a reforma agrária no país, essa vem sendo envolta de políticas inacabadas que não sanam o problema e apenas o remedeiam com políticas compensatórias, com o intuito de diminuir as tensões existentes melhorando as imagens daqueles que estão no poder. A política que sempre se adotou ao longo da história foi a “política dos panos quentes”, que são colocados sempre em momentos de mais necessidade de aceitação popular, ou para conter aqueles que se revoltam com os rumos tomados pelos governos.

Com tudo que aqui foi explanado, nota-se que o Governo Lula após eleito e até mesmo antes de se candidatar a reeleição não deu sinais de que estava efetivamente trabalhando para resolver as questões relativas às desigualdades do campo no Brasil, mas pelo contrário, trabalhava contra isso, aliando-se cada vez mais ao agronegócio e aos latifundiários. Porém, a

crítica que muitos fazem ao Governo Lula, é por parecer lastimável aceitar que o primeiro governante oriundo das camadas populares, pertencente ao partido que surgiu dessas mesmas camadas não tenha se empenhado para fazer com que fossem cumpridas as promessas de reforma agrária para a existência de um país mais justo e democrático para todos os brasileiros. A seguir, buscaremos em autores clássicos alguns pressupostos para entender as ações dos governos e movimentos sociais.

3.3 Gramsci e a Política no Brasil: o Partido dos Trabalhadores e o Governo Lula

Ao falarmos de política, não podemos deixar de recorrer ao autor Antonio Gramsci (1891-1937), que desenvolveu conceitos que ajudam na compreensão da realidade brasileira e das temáticas que estão sendo abordadas nesse trabalho. Antonio Gramsci escreveu num contexto político muito distinto do Brasil, ou seja, da emergência e vitória no fascismo na Itália. Presenciou um contexto de profunda derrota da esquerda e crescimento do Capitalismo Monopolista, o que o impulsionou a fazer um balanço sobre o que levou a essa derrota, tentando compreender o que levou a classe trabalhadora a apoiar o fascismo. Um dos principais conceitos elaborados por ele foi o de hegemonia e conseqüentemente, bloco hegemônico. Ele acreditava que a partir dos aspectos culturais da sociedade poderíamos realizar as ações políticas e essa seria uma das formas de se criar e também de reproduzir a hegemonia.

Esse conceito pode ser considerado um dos mais difíceis de definir dentro do pensamento marxista, sendo Gramsci o intelectual que conseguiu desenvolvê-lo com mais acuidade. Desta forma, muitos estudiosos de Gramsci acreditam que o conceito de Hegemonia é o conceito chave de seu pensamento e também sua maior contribuição à teoria marxista.

A partir da análise de Marx, Coutinho compreende a dialética existente na hegemonia e descreve,

Parafrazeando Marx, pode-se dizer que toda hegemonia traz em si o germe da contra-hegemonia. Há, na verdade, uma unidade dialética entre ambas, uma se definindo pela outra. Isto porque a hegemonia não é algo estático, uma ideologia pronta e acabada. Uma hegemonia viva é um processo. Um processo de luta pela cultura. (COUTINHO, 2008, p. 77).

Porem, antes de sua prisão pelo Estado fascista em 1926, o conceito hegemonia era ainda pouco desenvolvido, entendendo-o como uma estratégia da classe operária, sendo esse, um sistema de alianças que os operários deveriam iniciar para derrubar o Estado burguês. Após sua prisão, ele passou a compreender hegemonia como sendo o modo com que a

burguesia conseguia estabelecer a dominação sobre as classes subalternas. Assim, compreendemos que a hegemonia não pode ser reduzida a uma força econômica e militar, pois ela é o resultado de uma disputa diária pelo consenso junto a grupos subalternos da sociedade. Em suma, a Hegemonia não é somente algo econômico e sim ligado a cultura e ideologia de uma classe imposta sobre as demais classes, surgindo assim, o conceito de bloco histórico, que seria capaz de ordenar ideologicamente e culturalmente toda a sociedade a favor de seus interesses.

A hegemonia tende a construir um bloco histórico, ou seja, a realizar uma unidade de forças sociais e políticas diferentes; e tende a conservá-las juntas através da concepção de mundo que ela traçou e difundiu. ‘A estrutura e as superestruturas – diz ele – formam um bloco histórico’. A luta pela hegemonia deve envolver todos os níveis da sociedade: a base econômica, a superestrutura política e a superestrutura ideológica. (GRUPPI, 1978, p. 78).

De acordo com Gruppi (1978), Gramsci pensava a hegemonia em toda sua amplitude, “[...] como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer” (GRUPPI, 1978, p. 3). Ele destaca que a concretização da hegemonia só ocorre se a liderança de uma classe acontece no plano da superestrutura, e se esta consegue se colocar enquanto liderança ideológica e cultural, e assim, consegue produzir consenso e adesão dos demais a sua agenda, não bastando para a concretização da hegemonia a coerção, pois para haver um domínio hegemônico é necessário um domínio por completo que não pode ser alcançado através somente da força.

Desta forma, não podemos entender o conceito de hegemonia sem situá-lo dentro da luta de classes.

Falar em hegemonia e contra-hegemonia é pensar no antagonismo entre as classes sociais que, a partir de sua posição dominante ou subalterna no interior da sociedade e do Estado de classes, exercem, sofrem e disputam permanentemente o poder. (DANTAS, 2008, p. 91).

Porém, o conceito de hegemonia de Gramsci é um conceito amplo e difícil de ser esgotado, aqui compreendemos a hegemonia como sendo o processo de direção da sociedade civil na sua forma completa, por um grupo, uma elite, uma classe, ou uma fração de classe. Assim, quando falamos dela, estamos falando de ações políticas, pois uma ação política seja ela qual for envolve a hegemonia. O fio condutor da análise gramsciana é a política, porém existe um nexo inseparável da política com a filosofia, a história, etc., não podendo em hipótese alguma encontrar todas as respostas somente através do viés político.

Segundo Gramsci, construir uma nova Hegemonia significa superar todos os obstáculos construídos até então. Seria construir uma visão de mundo diferente, a ser conquistada por uma luta difícilíssima, trincheira por trincheira, no âmbito da sociedade civil.

O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram variadamente, sem que a força suplante muito o consenso, ou melhor, procurando obter que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos de opinião pública – jornais e associações – os quais, por isso, em determinada situação, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força situa-se a corrupção-fraude (característica de certas situações de exercício difícil da função hegemônica, apresentando o emprego da força muitos perigos), isto é, a desarticulação e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção dos seus dirigentes, seja disfarçadamente, seja, em caso de perigo emergente, abertamente, para lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias. (GRAMSCI, 1976).

Ocorrendo assim, por parte do governo a cooptação de dirigentes partidários, sindicais e populares, dando a eles cargos na chamada estrutura burocrática do Estado, contribuindo para a desmobilização dos movimentos sociais. Como exemplo, poderíamos citar o Ministério do Desenvolvimento Agrário, que no Governo Lula passou a ser gerido pelos movimentos sociais.

Assim, a Hegemonia tem que ser entendida como uma unidade dialética de força e consenso, onde todas as ações políticas digam respeito ao consenso, sendo esse relacionado a visão de mundo, pois se a hegemonia prevalecer pela força, entende-se que ela é incompleta.

Segundo Almeida,

Hegemonia é uma combinação de liderança (ou direção moral) com dominação. É exercida através do consentimento e da força, da imposição e da concessão, de e entre classes e blocos de classes e frações de classes. Esta pode se dar de forma ativa, como vontade coletiva, ou se manifestar de forma passiva, através de um apoio disperso ao grupo dirigente/dominante. (ALMEIDA, 2003).

Desta forma, ela não pode ser entendida como predomínio, dominação, unanimidade, identidade e sim a dialética entre a força e o consenso. Assim, a dominação do capitalismo sobre os trabalhadores se reproduz cotidianamente combinando a violência (ou a ameaça) que exercem as instituições do Estado e o consenso que fabricam as instituições da sociedade civil. Quanto mais deficiente é a dominação capitalista e maior crise tem a sociedade, maior violência exerce a classe dominante para seguir vivendo do trabalho alienado. Deste modo, quanto mais sólida e forte é a dominação, mais “democrático” e “pacífico” é o capitalismo.

Segundo tal conceito, o poder exercido pelas classes dominantes sob as classes dominadas não está subscrito apenas ao controle dos aparatos repressivos do Estado, pois se o poder fosse assegurado apenas por esse fator, seria necessário apenas que o contingente de força armada fosse superado, para se alterar assim o poder. O poder é garantido através da

hegemonia que a classe dominante exerce sobre a dominada, através de inúmeros mecanismos como, por exemplo, as instituições [a igreja, a escola, etc.], os meios de comunicação. Esses mecanismos de controle fazem com que as classes dominadas vivam em constante submissão, sem sequer questionar essa situação como se fosse algo naturalmente dado, anulando, desta forma, o potencial revolucionário das classes subalternas. Assim, o poder hegemônico se articula entre a coerção e o consenso na sociedade civil e política. Desta forma, a teoria da hegemonia está ligada a concepção do Estado Capitalista, onde se exerce o poder.

[...] a sociedade civil é uma arena privilegiada da luta de classes, uma esfera do ser social em que se dá uma intensa luta pela hegemonia e, precisamente por isso, não é o 'outro' em relação ao Estado, mas – junto com a sociedade política, isto é, o 'Estado-coerção' – um dos seus inelimináveis momentos constitutivos. Para Gramsci, nem tudo que parte da sociedade civil é bom (nela não prevalece a 'lei da selva'?) e nem tudo que vem do Estado é mau (ele pode expressar instâncias universais que se originam na luta das classes subalternas, pode servir de barreira contra as forças abusivas dos 'poderes fortes', pode ser instrumento capaz de redistribuir recursos segundo critérios de justiça). Só uma análise histórico-concreta das relações de força presentes em cada momento pode definir, da perspectiva das classes subalternas, às quais Gramsci jamais deixou de se referir, a função e as potencialidades positivas ou negativas tanto da sociedade civil quanto do Estado. (LIGUORI, 2007, p. 54).

Gramsci traça uma definição de Estado através da teoria de Maquiavel, entendendo o Estado como sendo, consentimento e força; coerção e ao mesmo tempo consenso, o que ele definiu como sendo a soma de sociedade política e sociedade civil. Desenvolvendo assim, outros dois conceitos importantíssimos para nossa compreensão, os conceitos de Sociedade Civil e Estado (GRAMSCI, 1976).

Desta forma, o Estado não deve e não pode ser confundido apenas como Governo, pois o significado do mesmo está para além disso. Gramsci ira dividir o Estado em duas sociedades, sendo elas a sociedade política e a sociedade civil. A sociedade política se refere às instituições políticas e ao controle constitucional que atuaria através da força. A sociedade civil seria então um organismo não-estatal que agiria através do consentimento.

O cerne do conceito de sociedade civil em Gramsci refere-se à organização e à produção de vontades coletivamente organizadas, implicando em visões de mundo, em consciências sociais e em formas de ser adequadas – ou opostas – aos interesses burgueses. (MENDONÇA, 2013, p. 2).

Deste modo, é na sociedade civil que se disputam as concepções de mundo, onde a adesão é voluntária, sendo parte dela: partidos, sindicatos, movimentos sociais, associações comerciais, industriais. Para ele a sociedade civil faria parte da superestrutura, o que é distinto de Marx, que acreditava ser o espaço das relações de produção. Ele não isola a Sociedade Civil das relações de produção e material, para ele é no solo duro da infraestrutura que se

forja a sociabilidade e se defini antagonismos fundamentais como capital e trabalho. Nessa autonomia se produz a subordinação fundamental do trabalho ao capital.

Assim, torna-se crucial insistir que a sociedade civil constitui-se numa das bases instituintes do conceito de Estado ampliado – ou integral - em Gramsci, juntamente com a noção de sociedade política, muito embora este último, em função da especificidade própria a sua ossatura material, seja de mais fácil identificação e apropriação – não fosse a própria herança ‘institucionalista’ do liberalismo, por suposto! Todavia, a manifestação formal do estado ampliado através de uma figura didática, de modo algum nos autoriza a supor sua cisão. Esta só existe, pura e simplesmente, como recurso didático e de explanação. No plano do real, ambos integram a noção marxista de totalidade, indissociável e orgânica. (MENDONÇA, 2013, p. 2).

Gramsci afirma também o caráter de classe no Estado, como sendo, a esfera onde se efetiva a unificação e o exercício da dominação de classe, essa se efetivando através de duas distinções de sociedade, a sociedade civil e a sociedade política. Em que, na sociedade civil temos o momento político organizativo onde disputam concepções de mundo, e na sociedade política encontra-se a esfera de coerção, as agências de coercitivas. Sendo assim, o Estado ampliado não é só coerção porque ele combina coerção e produção de consentimento; combina também, repressão e direção política (direção de consentimento), sendo então gerido através dessas duas sociedades. Porém, para efetivar a direção do Estado, é necessário que esse promova concessões de certos direitos para que assim, mantenha a população em consenso. É desta forma que se articula a sociedade política e a sociedade civil, por meio de disputa política, compreendendo essas duas sociedades como partes do Estado ampliado (GRAMSCI, 1976; GRUPPI, 1978).

Um dado, todavia, os unifica: todos são formas organizativas que se referem às formas de produção econômica (infraestrutura) e política (Estado), ainda que sua atuação seja basicamente cultural, ou seja, a busca de organização de vontades coletivas, calcadas em valores e eticidade próprios, em prol da afirmação de projetos – de mudança ou conservação – que se tornem hegemônicos. Daí a importância dos intelectuais, responsáveis tanto pela organização das vontades coletivas, quanto pela estruturação do convencimento para o exercício da hegemonia ou contra hegemonia. Cabe ainda ressaltar que a sociedade civil em Gramsci quer em seu registro de conjunto de aparelhos privados incumbidos da articulação do consenso, quer em seu registro de espaço da atividade econômica, que jamais foi por ele descartado, contem uma relação de unidade-distinção com a sociedade política, ou seja, configurando o Estado Ampliado ou Integral. (MENDONÇA, 2013, p. 3).

Portanto, a definição gramsciana de sociedade civil, é antes de qualquer coisa, entendida como unidade orgânica, indissolúvel e dialética entre Estado e sociedade civil. Neles não existe a separação, ela só é concebível metodologicamente. Mesmo porque uma só existe na existência da outra e vice-versa. Deste modo, Gramsci deixa claro que esta divisão é meramente conceitual e que as ambas misturam-se na prática.

Gramsci se interroga triplamente sobre a sociedade civil – como se organiza e se exerce a dominação de classes nos países de capitalismo desenvolvido; sob que

condições os setores subalternos (dominados, explorados) empreendem suas lutas de forma a direcioná-las para a superação do capitalismo; e, finalmente, retomando inquietações a partir de sua peculiar leitura de Hegel, reaproxima a reflexão sobre o Estado das formas da organização social, num projeto político que almeja a uma eticidade (que não se limita à moral), portanto a uma plena realização dos indivíduos, exatamente porque passariam a perceber e a viver intensamente sua participação na vida social, o que remete ao tema da socialização plena, tão central em Marx.

A sociedade civil, em Gramsci, é inseparável da noção de totalidade, isto é, da luta entre as classes sociais [...] O conceito liga-se ao terreno das relações sociais de produção, às formas sociais de produção da vontade e da consciência e ao papel que, em ambas, exerce o Estado. (FONTES, 2010, p. 132).

Assim, respaldados por vários conceitos desenvolvidos por Gramsci, como, por exemplo, a concepção de Hegemonia, de Estado e Sociedade Civil, entre outros, retratados ao longo desse texto, seguiremos nossa análise do cenário político recente.

Dentro do debate da disputa de hegemonia, desenvolveu-se nos últimos anos uma maior dificuldade dos movimentos sociais pautarem sua agenda na sociedade. Para alguns autores há um descenso dos movimentos sociais, descenso das massas, um momento de dificuldade de organização da classe trabalhadora, podendo ser analisando esse descenso como o reflexo do contexto contemporâneo de desenvolvimento do capitalismo. Desta forma, o principal desafio hoje, seria o de construir uma pauta política que envolva de fato a sociedade civil.

Gramsci coloca que se a hegemonia é um dos elementos-chave para a luta política, para a de classes, ou seja, a classe que quer se tornar dirigente precisa alcançar hegemonia. Então, ela tem diferentes batalhas a serem travadas que não se limitam à esfera econômica, mas que se ampliam para a esfera política. Nesse sentido, existe uma batalha cultural a ser travada. (BEZERRA, 2013).

Porem é correto afirmar que o Estado brasileiro tem historicamente o papel de substituto das classes sociais em função de conduzir a transformação, assumindo, a tarefa de “dirigir” politicamente as classes economicamente dominantes, porem, exercendo a função de “domínio” e não “direção” das mesmas (COUTINHO, 1985). Assim, vale ressaltar, que no Brasil as transformações sempre vieram em decorrência do deslocamento da função hegemônica de uma para outra fração das classes dominantes, lembrando que, estas classes nunca desempenharam uma função hegemônica diante das massas populares. Assim, sempre ficou ao crivo do Estado – aos militares ou aos burocratas – a função de controlar e/ou reprimir os subalternos, de acordo com a necessidade momentânea. Em suma, o modelo de revolução passiva³ desenvolvido por Gramsci, foi à forma que a burguesia brasileira encontrou de fazer a transição para o capitalismo.

³ O conceito de revolução passiva é utilizado por Gramsci para compreender a formação do Estado burguês moderno na Itália. Em síntese, poderíamos dizer que revolução passiva é uma forma de revolução burguesa,

Entretanto, em 2002, se iniciou um novo período na história brasileira, com a vitória de Lula e PT nas eleições presidenciais, pudemos observar um caso típico de transformismo de grupos ou classes sociais de oposição. Ressaltando que o PT foi criado em 1980, juntamente com a crise política que existia no momento fruto da “abertura” da ditadura militar em resposta ao grande movimento operário e camponês; e as greves que surgiram no ABC Paulista onde a grande liderança política da época era Luiz Inácio Lula da Silva.

O PT, que na campanha eleitoral de 1982 tinha um discurso de classe direto – o lema famoso: ‘vote no 3, o resto é burguês’ –, viu, no seu fracasso eleitoral, o motivo para a sua revisão. Nas campanhas de 1988 e 1989, o partido assumiu uma referência classista metonímica: pobres, marginalizados, excluídos. (FARIAS, 2013, p. 377).

Assim, Lula tem sua primeira derrota para presidência em 1989, e após esse acontecimento, Lula e PT começaram a ser “cooptado” pela burguesia, fazendo surgir algumas alianças consideráveis aceitáveis, que fizeram aumentar a confiança dos empresários nacionais e internacionais e da classe média.

Podemos assim dizer, que a vitória de 2002, é fruto da concretização da cooptação deste grupo, na medida em que o PT fez concessões onde se comprometeu com o superávit primário, com o pagamento da dívida externa, e com a submissão ao Fundo Monetário Internacional – FMI, fato que agradou e deu confiabilidade ao capital nacional e internacional. Desta forma, em 2002, Lula chega à presidência com o apoio da “fração reacionária da burguesia brasileira, boa parte de seus políticos tradicionais e uma vasta legião de arrivistas” (COGGIOLA, 2004, p 12).

Lula e o Partido dos Trabalhadores assumiram o poder e se consolidaram, pois carregavam consigo a imagem de serem os representantes da classe operária, dos camponeses e dos pobres em geral. Porém, após assumir a candidatura, este governo passou a acalmar os setores populares do Brasil, com medidas que defendiam os interesses capitalistas, ou seja, realizando políticas de conciliação de classes.

O governo e o próprio processo eleitoral assumem um papel central no sentido da contradição entre socialização da produção e apropriação privada da riqueza social produzida [...]. Muito mais eficiente para a construção da hegemonia que essa seja dirigida por um ex-militante sindical. A sua figura usurpa de um momento histórico ímpar, a crença de parcela importante da população brasileira de que estaria elegendo um trabalhador e que isso levaria à transformação social e da sua situação explorada. Por isso o slogan dizia que ‘a esperança venceu o medo’. Seria esse um momento restrito da consciência econômico corporativa? Se para parcelas das

onde se exclui o momento radical de tipo jacobino. Tratando-se de uma forma de transformação das sociedades com vistas à objetivação do modo de produção capitalismo sem que seja necessária uma participação popular. No Brasil, tal conceito é imprescindível para compreendermos a trajetória de constituição do nosso modelo de capitalismo que tem o Estado como protagonista.

classes subalternas sim, o sentido que ganha essa eleição é o da hegemonia burguesa. (SILVA, 2006, p. 397-398).

Porem, segundo Coggiola (2004), esse governo criou “[...] um fator de contenção da emergência do movimento operário e camponês [...]” (COGGIOLA, 2004, p. 31), na medida em que o mesmo “representava” essa classe, os movimentos sociais perderam quase que totalmente o poder de luta contra o governo, pois ele se apresentava como parte desses movimentos, fazendo com que os mesmos se desarticulassem.

Dando continuidade e observando as experiências de Governo Lula ao longo de seu primeiro mandato, nota-se que se tentou desenvolver uma forma de democracia participativa mais eficaz, orientando a política governamental em direção aos interesses dos pobres e da classe trabalhadora brasileira (SAMUELS, 2009), porém sem deixar de lado os interesses do grande capital e das outras alianças que haviam sido traçadas pelo governo, como, por exemplo, a burguesia, os latifundiários, etc.

Desta forma, ocorreu um realinhamento político que implicou na reeleição de Lula em 2006, numa campanha em que, “[...] a polarização esquerda e direita se traduziu, no segundo turno do pleito, no confronto de classes, como atestou uma manchete de jornal de circulação nacional: ‘Eleitor liga Lula à defesa dos pobres e Alckimin à dos ricos’ (Folha de São Paulo, 10/09/2006)” (FARIAS, 2013, p. 377). Em suma, o Governo Lula se apresentou como se tivesse duas faces, onde, de um lado, ele representa a hegemonia política da burguesia interna (bancária e industrial); e por outro, ele representa a aliança política da classe trabalhadora com a fração hegemônica da classe dominante, onde se conquistou algumas reformas progressistas (FARIAS, 2013).

Assim, Farias (2013) nos pergunta,

No entanto, não nos parece evidente que a luta de classes perdeu ‘lugar de honra’ no partido, tendo sido substituída pelo ‘projeto nacional popular’. Não teria sido o sentido da luta de classes que se alterou? Antes, era uma aliança com o médio capital, de natureza antiimperialista e reformista radical; depois, tornou-se uma aliança com a grande burguesia interna, de característica antineoliberal e reformista moderada?. (FARIAS, 2013, p. 15).

De acordo com Singer (2012), o PT se transformou no ‘partido dos pobres’ ou no “partido do povo-nação”. Assim ele justifica que, com a ascensão do Governo Lula, o PT passou a assumir duas vertentes, uma primeira que beneficia o capital e a segunda que incluiu os mais pobres, melhorando significativamente a situação dos trabalhadores.

O Governo também contornou a luta de classes ao internalizar os conflitos sociais no aparelho do Estado, dando ministérios tanto aos representantes do capital quanto (pela primeira vez) aos representantes do trabalho. Muitas políticas públicas democratizaram as relações com a sociedade civil, o que catapultou lideranças setoriais do partido [...]. (SECCO, 2011, p. 206).

Podemos observar que o próprio MST reduziu suas ações no Governo Lula, “[...] nos anos de 2004-2005 cresceu o investimento na obtenção de terras para a reforma agrária e houve queda das ocupações de terra de 2004 para 2005. A média de ocupações de 1995-2000 foi maior que do período 2000-2005” (SECCO, 2011, p. 206).

O depoimento de uma liderança do MST reforça essa ideia que “[...] o PT parou de construir um partido das massas para ir para as organizações institucionais para ganhar as eleições. O PT ganhou no descenso dos movimentos sociais com alianças grandes feitas. O PT está em crise e a lógica política é a negociação” (SADER, 2004, p. 22-23).

Segundo Pinheiro (2013) o PT desenvolveu “[...] um politicismo policlassista para fazer mediações e disputas no espaço institucional da ordem e não contra a ordem do capital” (PINHEIRO, 2013, p. 3). Desta forma, aliado a forças conservadoras da política brasileira, o governo passou a agir de acordo com as várias frações de classe da burguesia, com o intuito de atender os interesses dessa classe, e também para “enfrentar” os trabalhadores, conciliando os conflitos sociais existentes. Assim, segundo Coggiola (2013), “a política do neodesenvolvimentismo do bloco monopolista interno procurou derrotar os lutadores em confronto, do ponto de vista estratégico, para cooptá-los do ponto de vista tático”, bloqueando assim a mobilização democrática na sociedade brasileira (COGGIOLA, 2013).

Para Oliveira (2010), estaríamos diante de uma “hegemonia as avessas”, onde a parte “dos de baixo” dirige o Estado por intermédio do programa “dos de cima”. Assim, o governo,

ao chegar ao poder praticam políticas que são o avesso do mandato de classes recebido nas urnas. É o caso das duas presidências do Partido dos Trabalhadores no Brasil [...] Quase sete anos de exercício da Presidência por Luiz Inácio Lula da Silva já tornam possível uma avaliação dessa hegemonia às avessas e dos resultados que ela produziu. Não se parte aqui, [...] de que Lula recebeu um mandato revolucionário dos eleitores e sua Presidência apenas se rendeu ao capitalismo periférico. Mas o mandato, sem dúvida, era intensamente reformista no sentido clássico que a sociologia política aplicou ao termo: avanços na socialização da política em termos gerais e, especificamente, alargamento dos espaços de participação nas decisões da grande massa popular, intensa redistribuição da renda num país obscenamente desigual e, por fim, uma reforma política e da política que desse fim à longa persistência do patrimonialismo. (OLIVEIRA, 2010, p. 369).

Assim, a intitulada hegemonia lulista satisfaz, quase que por completa às premissas gramscianas, no que diz respeito, tanto da “conservação”, que é a reação “dos de cima” ao subversivismo inorgânico das massas, quanto à “inovação”, que seria a incorporação de parte das exigências “dos de baixo”. Seria assim, uma dialética multifacetada entre, “inovação/conservação” e “revolução/restauração”, que catalisa um reformismo “pelo alto” ou conservador, porem, dinâmico para não reproduzir o já existente, mas sendo capaz de apontar caminhos para mudanças de cunho progressistas (OLIVEIRA, 2010).

Nas palavras de Ruy Braga (2010)

[...] a hegemonia lulista é o ponto comum entre duas formas sociais distintas de consentimento: a *ativa* e a *passiva*. ‘Vanguarda do atraso’ ou ‘atraso da vanguarda’? O governo Lula apoia-se em uma forma de hegemonia produzida por uma revolução passiva empreendida na semiperiferia capitalista que conseguiu desmobilizar os movimentos sociais ao integrá-los à gestão burocrática do aparato de Estado em nome da aparente realização das bandeiras históricas desses mesmos movimentos, que passaram a consentir ativamente com a mais desavergonhada exploração dirigida pelo regime de acumulação financeiro globalizado. Por seu turno, emaranhada em uma rede de dependências das políticas públicas governamentais, parte considerável das classes subalternas brasileiras consente passivamente, esgotada por uma década e meia de cruentas lutas sociais ofensivas somada a outra década e meia de obstinadas lutas sociais defensivas. (BRAGA, 2010, grifos do autor).

Contudo, as classes dominantes tendem também a construir um discurso de crescimento econômico com justiça social, “[...] uma linguagem aceitável e passível de ser falada por todas as classes” (DIAS, 2006, p. 13). Desta forma, observa-se que ideias universalistas como justiça, democracia, cidadania, participação, direitos, tem grande presença hoje no eixo estruturante das políticas sociais, já, “[...] questão da política parece ter perdido sua aspereza e se transformado na gestão e formulação de pactos sociais” (DIAS, 2006, p. 16). Conseqüentemente, esse discurso ideológico passa a ser cotidianamente reproduzido pelas classes subalternas, de forma fragmentária, não sendo possível alcançar a construção de discursos que se contraponham ao discurso dos dominantes.

Assim, resgatando Gramsci, podemos dizer que as formas de pensar da burguesia têm eficácia direta sobre as classes subalternas, pois através das classes dominantes são transmitidos os valores ideológicos e políticos que “[...] influem sobre as massas populares como força política externa, como elemento de força coesiva das classes dirigentes”, que atuam como “[...] fermento vital de transformação interna do que as massas pensam, embrionária e caoticamente, sobre o mundo e a vida [...]” (GRAMSCI, 1999, p. 114-115). Nesse contexto, o Estado tem papel primordial de exercer uma tarefa educativa que contribui não para a formação do “homem coletivo”, e sim, para intensificar o “conformismo social”, garantindo assim a coesão, mas também, adequando “as massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção”, que se realiza através do consenso passivo e da colaboração em torno de sua hegemonia (GRAMSCI, 2000, p. 23).

4 O GOVERNOS LULA E AS POLÍTICAS DE REFORMA AGRÁRIA DE 2003-2010

4.1 As disputas eleitorais de Lula e PT: discursos e propostas para a Reforma Agrária

Para iniciarmos a análise acerca do Governo Lula entre os anos de 2003-2010, respectivo ao seu primeiro e segundo mandato, se faz necessário compreender a conjuntura política e econômica em que se encontrava o Brasil. Começaremos, portanto, discorrendo sobre as três disputas eleitorais de Lula para a presidência da república juntamente com o PT, a qual não saíram vitoriosos, sendo essas em 1989, 1994, 1998. Autores como Cerqueira (2007), Pires (2010), entre outros, acreditam que as estratégias utilizadas por eles nessas campanhas não haviam sido satisfatórias, sendo um dos problemas encontrados o fato neles fazerem ataques ao plano neoliberal que já estava em vigência no Brasil.

A grande mudança na estratégia eleitoral de 2002, na comparação com as campanhas eleitorais anteriores, foi que, dessa vez, Lula e o PT fizeram uma opção explícita por se apresentarem como uma alternativa menos à esquerda, numa chapa de centro-esquerda, cuja melhor tradução foi a escolha do candidato a Vice-Presidente, o Senador mineiro, do Partido Liberal, José Alencar. Essa opção repercutiu, evidentemente, na formulação do programa de governo. (CERQUEIRA, 2007, p. 50-51).

Uma vez que perceberam o problema na sua estratégia política, eles mudaram os rumos da campanha e em 2002 Lula e o PT chegaram à presidência do Brasil. Pois Luis Inácio Lula da Silva “Em vez de se apresentar como um candidato da oposição radical ao modelo econômico e político então vigente, apresentou-se como um candidato de conciliação” (PIRES, 2010, p. 314), conseguindo alterar a imagem que principalmente os empresários e a classe média tinham de Lula. Porém, esse e o partido deixaram claro que não haveria mudanças radicais nesse governo, nem instabilidade monetária, preservando esses aspectos do governo anterior.

Em contraste com os processos eleitorais anteriores, o arco de alianças da candidatura Lula foi resolutamente redefinido. Anteriormente, Lula optara por uma aliança de centro-esquerda que abrangia pequenos partidos de esquerda (PCdoB), forças nacionalistas de feição social-democrata, como o Partido Socialista de Miguel Arraes e o Partido Democrático Trabalhista, liderado por Leonel Brizola. Em 2002, a composição da aliança foi não apenas ampliada, mas substancialmente redefinida, contando com a inclusão de setores do grande capital internacionalizado. No período da inscrição da chapa, a coalizão abrangera setores da chamada ‘burguesia nacional’, periférica em relação aos segmentos mais estreitamente vinculados ao capital internacional, que, majoritariamente, preferiam o candidato do PSDB, José Serra. (LEHER, 2006, p. 82).

Além disso, em 22 de junho, num evento de campanha presidencial em São Paulo, o Partido dos Trabalhadores lançou a famosa *Carta aos brasileiros*, conhecida também como *Carta aos banqueiros*. Nela ele diz que não iria mexer na estrutura política macroeconômica

que foi implantada no Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), ou seja, o PT assume nessa carta um compromisso de, se eleito, manter a política econômica; as metas de inflação e austeridade fiscal com taxa de câmbio flutuante. Esta carta representou uma guinada na formulação programática do PT e dos compromissos desse governo. Todavia, o objetivo da carta era mesmo acalmar o mercado financeiro, ante à iminente vitória de Lula e às incertezas sobre suas primeiras medidas que esse tomaria (CERQUEIRA, 2007).

As palavras de Lula, na Carta ao Povo Brasileiro (2002), foram:

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. [...] O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo, reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia par ao outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país. Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo que a sociedade reivindica. [...] O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação. [...] Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos. A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública. [...] As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. [...] Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção, pelo emprego e por justiça social. O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. [...] O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis. (SILVA, 2002).

Em 2002, também foi lançado o programa partidário eleitoral do PT para o qual Lula seria o candidato à presidência. O tema do Programa de Governo era “Um Brasil para Todos: Crescimento, Emprego e Inclusão Social”. Nesse destacava-se que para mudar o rumo do Brasil seria preciso realizar um esforço conjunto entre a sociedade e o Estado. Esse seria o único caminho para o crescimento econômico, e com isso, reduziríamos as enormes desigualdades sociais existentes no Brasil. O documento ainda complementa que para implementar um modelo de desenvolvimento alternativo, que teria por eixo o social, o mesmo só teria êxito se acompanhado da democratização do Estado e das relações sociais, da diminuição da dependência externa, e também através do equilíbrio entre União, Estados e Municípios.

O programa partidário eleitoral foi dividido em diversos eixos tais como: Crescimento, Emprego, Inclusão Social, Desenvolvimento, Distribuição de Renda e Estabilidade, Infra-estrutura e Desenvolvimento Sustentável. Em meio a esses, encontramos o que seria o programa referente à Reforma Agrária em seu período de governo. Nesse programa eleitoral, está descrito que, a Reforma Agrária é o instrumento indispensável de inclusão social, num país com imensa concentração de renda como é o caso do Brasil. Deste modo, a reforma agrária associada a uma política auxiliar de crédito fundiário para regiões e setores específicos, seria a estratégica para enfrentar a crise social e fomentar as cooperativas, a agricultura familiar e a economia solidária.

O programa ainda descreve que a aceleração do processo de Reforma Agrária aliado a um programa de recuperação dos assentamentos existentes seria indispensável para aumentar o emprego na agricultura e proporcionar maior segurança alimentar aos trabalhadores e suas famílias. Logo, a expansão e integração da produção de alimentos, ao lado da consolidação das diversas formas e níveis de organização produtiva desempenharia um papel central no abastecimento na esfera local, regional e nacional.

O instrumento central de obtenção de terras para a Reforma Agrária seria através da desapropriação por interesse social, nos termos que estabelece a Constituição Federal. E mesmo sabendo que o processo de desapropriação dependeria de recursos orçamentários, o plano governamental, destacou que nos próximos quatro anos (2003-2006) ocorreriam progressivas distribuições de terras no país.

Segundo ainda o Programa de Governo “Um Brasil para Todos: Crescimento, Emprego e Inclusão Social”.

Essa reestruturação fundiária contribuirá para a redução do êxodo rural, que ainda pressiona os mercados de trabalho urbanos, e para fortalecer as raízes do homem no campo, enquanto a implementação de uma política agrícola adequada influenciará a geração de empregos e renda no setor primário. Nesse sentido, a Reforma Agrária permitirá a geração de emprego e renda no campo. Esta é uma medida importante para efetivar um Plano Nacional de Emprego e Trabalho, pois, ao contrário dos países industrializados, que possuem entre 2% e 5% da população ocupada no campo, o Brasil ainda tem, pelo menos, 21% de sua mão-de-obra no meio rural. Para isso, nosso governo buscará:

§ A ampliação da produção de alimentos por meio de uma política agrícola dirigida para o binômio agricultura familiar e agricultura organizada em bases empresariais. Essa política, que terá como base o fortalecimento da agricultura familiar através de políticas de crédito estáveis previstas nas leis orçamentárias da União, assistência técnica e políticas sociais, visa melhorar as condições de trabalho e renda das famílias exclusivamente agrícolas, que residem no campo e trabalham a terra por conta própria, e das famílias rurais cujos membros combinam atividades agrícolas e não-agrícolas;

§ Fortalecer os centros de pesquisa e de extensão agrícolas, que deverão estar integrados a esses programas, atuando junto às comunidades e associações de pequenos agricultores para desenvolver tecnologias e práticas apropriadas às suas atividades;

§ Realizar a Reforma Agrária no Brasil, de forma a contribuir decisivamente para a construção da Nação e o fortalecimento da democracia. (BRASIL, 2002, p. 21-22).

Além disso, outra questão que destacaremos aqui é a complexidade desse governo. Após eleito, esse possuía em virtude das alianças eleitorais, uma base muito ampla e difícil de ser classificada. Destacamos assim, esse como sendo um dos principais problemas estruturais desse governo, pois as políticas desenvolvidas por ele refletiam dessa base contraditória em muitos posicionamentos.

Ademais, encontramos também nesse governo, o que Abranches (2000) cunhou como sendo "presidencialismo de coalizão". Este se assenta em dois pilares: o papel do presidente e a existência de coalizões partidárias que sustentam o governo. Os partidos de coalizão participam do governo quase que de forma "semiparlamentarista" e, ao mesmo tempo, oferecem a maioria que possuem no Congresso para apoiar a agenda do presidente.

Somem-se uma agenda de país emergente, uma presidência com amplos poderes, mas que depende de uma aliança entre partidos rivais para governar. Incorporem-se ainda uma federação e a interferência dos governadores na relação entre o presidente e o Parlamento. Tem-se um arranjo complexo, que dificulta decisões rápidas e pode afetar a estabilidade política. É difícil imaginar que um presidente se eleja e seu partido faça a maioria no Congresso. Para enfrentar sua agenda de problemas, todo presidente tem de governar com uma coalizão multipartidária. É o presidencialismo de coalizão. (ABRANCHES, 2000, p. 129-130).

Podemos dizer em termos práticos que o presidencialismo de coalizão serve para assegurar a aprovação das principais propostas do Planalto no Congresso; dar governabilidade ao presidente; e evitar que a oposição paralise politicamente o governo com pedidos de investigação. Desta forma, se o presidencialismo de coalizão não conseguir assegurar essas condições, gerará crises que impactarão a governabilidade e inviabilizarão a governança. Assim, o Governo Lula, se autointitulou como sendo uma "coalizão presidencialista".

Uma coalizão é uma aliança de governo (e não apenas eleitoral), típica do parlamentarismo. Ocorre que esta possibilidade foi aberta com a Constituição Federal de 1988 que aumentou sobremaneira o poder do parlamento sobre o executivo. (RICCI, 2008).

A situação desse governo ficou mais complexa na medida em que as bancadas estaduais, tanto nas Assembleias Legislativas, quanto na Câmara Federal, ficaram mais vinculadas ao poder de comando dos governadores. Entretanto, o núcleo de gestão do governo entendeu claramente a conjuntura e situação de "regionalização" do poder parlamentar no Brasil e avançou na construção de uma coalizão. Desta maneira, o governo PT realizou a maior coalizão de gestão federal de toda história republicana do Brasil.

Segundo Rudá Ricci (2008),

Ficam de fora, pela esquerda, PSTU e PSOL, com baixa representação política, embora as bancadas do PSOL tenham assumido o papel de fiscal ético da política, papel exercido anteriormente pelo PT. Pela direita, DEM e PSDB formam o bloco de oposição mais significativo à coalizão de governo. O governo Lula atacou duramente a base do DEM, estimulando transferência de parlamentares e prefeitos para partidos da base aliada, obtendo muito sucesso e esvaziando a força político-eleitoral do ex-PFL. No caso do PSDB, a ação governamental foi distinta. Procurou dividir ou isolar o PSDB paulista, apoiando abertamente a liderança de Aécio Neves. (RICCI, 2008).

Sem dúvida, a coalizão presidencialista torna-se um imenso projeto de poder e de manutenção de poder, que é algo muito distinto do que ocorreu em quase toda América Latina. Nem mesmo o México, com forte convergência no estilo partidário e uma forte política assistencial, aconteceu similaridade com a coalizão lulista. No entanto essa coalizão desmobilizou politicamente a sociedade, fragmentando as pautas e negociações com entidades da sociedade civil e especializou as negociações por temas ou segmentos sociais (RICCI, 2008).

Segundo Abranches (2000)

É quase impossível reduzir o número de partidos e garantir maiorias unipartidárias mantendo regras democráticas para o jogo político-eleitoral. O grande desafio seria criar mecanismos institucionais que melhorassem as condições de governabilidade em um governo presidencialista de coalizão. Mas sempre que discutimos reforma política e pensamos soluções para nosso dilema institucional, simplesmente não reconhecemos que o governo de coalizão é um traço estrutural de nosso sistema político. Nem nos perguntamos se mais bem institucionalizado, com regras mais claras de relacionamento e incentivos à solução de conflitos, não aumentaria a governabilidade. Adotar o parlamentarismo, jogando fora o presidencialismo, para ficar com o multipartidarismo e o governo de coalizão pode ser uma solução à italiana. Resultado: instabilidade crônica, em vez de melhor governabilidade. (ABRANCHES, 2000, p. 130).

Contendo uma base tão ampla e com tantos conflitos de interesses presentes nela, as políticas do Governo Lula acabaram sendo muitas vezes incoerentes, pois os interesses da base de apoio entravam a todo o momento em confronto. Esse é um governo complexo de se decifrar, estando embutidas nele muitas rupturas e continuidades com o governo anterior.

Em suma, com todas as alianças realizadas pelo governo, com partidos como PMDB, PDT, entre outros, e com tamanha divergência de interesses existentes, a realização da reforma agrária mais uma vez ficou para depois, e o governo passou a apoiar primordialmente o agronegócio como carro chefe do desenvolvimento agrário do país. Em uma entrevista o presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), Dom Tomás Balduino, afirmou,

[...] o governo evita confronto com o latifúndio para não ferir a lógica da governabilidade [...] Uma das medidas mais repressoras de Cardoso contra o MST não será revogada, conforme o ministério da área. Sem conseguir a descriminalização da questão agrária, os conflitos agrários com mortes aumentaram significativamente e os latifundiários chegaram a anunciar que fariam milícias privadas para combater os Sem-Terra [...]. (LEHER, 2006, p. 91).

No Discurso na Sessão de Posse, no Congresso Nacional realizado em Brasília no dia 1º de janeiro de 2003, na respectiva posse a presidência da republica, Luís Inácio Lula da Silva afirmou que:

Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. Este foi o sentido de cada voto dado a mim e ao meu bravo companheiro José Alencar. *E eu estou aqui, neste dia sonhado por tantas gerações de lutadores que vieram antes de nós, para reafirmar os meus compromissos mais profundos e essenciais, para reiterar a todo cidadão e cidadã do meu País o significado de cada palavra dita na campanha, para imprimir à mudança um caráter de intensidade prática, para dizer que chegou a hora de transformar o Brasil naquela nação com a qual a gente sempre sonhou: uma nação soberana, digna, consciente da própria importância no cenário internacional e, ao mesmo tempo, capaz de abrigar, acolher e tratar com justiça todos os seus filhos.* [...] Mas começaremos a mudar já, pois como diz a sabedoria popular, uma longa caminhada começa pelos primeiros passos. [...] Creio num futuro grandioso para o Brasil, porque a nossa alegria é maior do que a nossa dor, a nossa força é maior do que a nossa miséria, a nossa esperança é maior do que o nosso medo. (SILVA, 2008, p.7-8, grifo nosso).

Assim, Lula e o PT no discurso de posse, reiteraram os seus ditos de campanha eleitoral, confirmando nesse discurso que colocariam em prática todas as propostas eleitorais por eles realizadas, para que desta forma, conseguissem transformar o Brasil em uma nação de todos; sonhada por todos. Ainda, nesse mesmo discurso ele destaca que a questão da fome no Brasil seria um de seus temas de principal importância,

Num país que conta com tantas terras férteis e com tanta gente que quer trabalhar, não deveria haver razão alguma para se falar em fome. No entanto, milhões de brasileiros, no campo e na cidade, nas zonas rurais mais desamparadas e nas periferias urbanas, estão, neste momento, sem ter o que comer. Sobrevivem milagrosamente abaixo da linha da pobreza, quando não morrem de miséria, mendigando um pedaço de pão. [...] Enquanto houver um irmão brasileiro ou uma irmã brasileira passando fome, teremos motivo de sobra para nos cobrirmos de vergonha.

Por isso, defini entre as prioridades de meu Governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de “Fome Zero”. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros, tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida. (SILVA, 2008, p. 9, grifo nosso).

Enfatiza-se nesse discurso de posse a defesa do fim da fome no Brasil, pois a situação de fome e pobreza que muitos brasileiros vivem é algo inaceitável para um país com tantas terras férteis e com tantos trabalhadores dispostos a trabalhar, mas sem oportunidade ou sem um pedaço de chão para plantar e colher. Diz ainda que um dos fatores que contribuiriam para o fim da fome no Brasil seria a realização da reforma agrária e diz:

Para isso, será também imprescindível fazer uma reforma agrária pacífica, organizada e planejada.

Vamos garantir acesso à terra para quem quer trabalhar, não apenas por uma questão de justiça social, mas para que os campos do Brasil produzam mais e tragam mais alimentos para a mesa de todos nós, tragam trigo, tragam soja, tragam farinha, tragam frutos, tragam o nosso feijão com arroz.

Para que o homem do campo recupere sua dignidade sabendo que, ao se levantar com o nascer do sol, cada movimento de sua enxada ou do seu trator irá contribuir para o bem-estar dos brasileiros do campo e da cidade, vamos incrementar também a agricultura familiar, o cooperativismo, as formas de economia solidária. Elas são perfeitamente compatíveis com o nosso vigoroso apoio à pecuária e à agricultura empresarial, à agroindústria e ao agronegócio. São, na verdade, complementares tanto na dimensão econômica quanto social. Temos de nos orgulhar de todos esses bens que produzimos e comercializamos. (SILVA, 2008, p. 10, grifo nosso).

Desta maneira, o Governo Lula reafirma novamente o compromisso de acabar com a fome no Brasil, usando como recurso, a reforma agrária, pois, garantir o acesso da população que quer trabalhar na terra e viver dela, já seria um passo inestimável para combater a fome no país. Pois com a realização da mesma, conseguiríamos produzir mais alimentos, com melhor qualidade e também menor preço, além da geração de empregos no campo e na cidade, realizando uma maior distribuição de renda no país. Lula ainda salientou uma parte em seu discurso dizendo, “Quero reafirmar aqui o meu compromisso com a produção, com os brasileiros e brasileiras, que querem trabalhar e viver dignamente do fruto do seu trabalho” (BRASIL, 2008, p.10). Destaco aqui que no Governo Lula foram criados alguns programas que vieram a contribuir com o agricultor e com o processo de produção e comercialização como, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Paulista de Agricultura de Interesse Social (PPAIS), entre outros, as análises desses programas serão realizadas no próximo capítulo.

Para repor o Brasil no caminho do crescimento, que gere os postos de trabalho tão necessários, carecemos de um autêntico pacto social pela mudança e de uma aliança que entrelace objetivamente o trabalho e o capital produtivo, geradores da riqueza fundamental da Nação, de modo a que o Brasil supere a estagnação atual e para que o País volte a navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. O pacto social será, igualmente, decisivo para viabilizar as reformas que a sociedade brasileira reclama e que eu me comprometi a fazer: a reforma da Previdência, reforma tributária, reforma política e da legislação trabalhista, além da própria reforma agrária. (SILVA, 2008, p. 11, grifo nosso).

Em suma, as promessas e os discursos tanto eleitorais quanto de posse, em grande parte, não se cumpriram. O governo quebrou os compromissos firmados com a população brasileira, principalmente aqueles vinculados as questões das minorias agrárias do Brasil.

Mesmo assim, em uma das diversas plenárias de reeleição que realizou, discursava tentando se justificar referente às promessas feitas por ele na campanha de 2002 e que não foram cumpridas, ou que estavam a caminho disso. Nesses discursos, ele sempre adotava uma postura ressaltando que se não foram cumpridas, não tinham sido por falta de esforços, compromisso ou por falta de lealdade e sim por causa de fatores que ele chamou de “extraterrestres”, que acabaram por não permitir que fossem cumpridas.

Entretanto, Marques e Mendes (2006) defendem a hipótese que o Governo Lula necessitou para se manter no poder construir uma base de sustentação política confiável que somente pode ser feita a partir da população mais pobre e com menos experiência organizativa, assim, segundo eles, inicia-se no Brasil, o que chamam de “um novo populismo”.

O conceito de populismo que utilizaremos aqui está baseado na concepção de Marques; Mendes (2006), onde, segundo eles é a “[...] ‘ação política que toma como referência e fonte de legitimidade o cidadão comum, cujos interesses pretende representar’ ou ‘política fundada no aliciamento das classes sociais de menor poder aquisitivo’ [...].” (MARQUES; MENDES, 2006, p. 70).

Desta forma, eles descrevem que existiria uma grande diferença entre o populismo de Vargas e o novo populismo de Lula. Esta diferença é compreendida a partir do momento em que se entende a relação desses líderes com suas respectivas massas.

O primeiro se apoiava nos trabalhadores para fazer avançar a legislação que serviu para construir o mercado de trabalho para a indústria; o segundo utiliza a estrutura sindical e suas direções como forma de impedir que movimentos reivindicatórios paralisem ou impeçam seus projetos de contra-reforma (trabalhista, sindical, e mesmo previdenciária, novamente em pauta). Em relação às massas, sua relação passa a ser aquela derivada das políticas compensatórias. (MARQUES; MENDES, 2006, p.71).

Esse ‘novo populismo’ vinculado à imagem de Lula não pode só se apoiar no movimento organizado, como também está a serviço dos interesses do capital internacional, em especial do financeiro. Também não podemos dizer que existia um vácuo político na eleição que o elegeu, mas sim que as oligarquias brasileiras encontravam-se num impasse, não conseguindo ir além, no cumprimento da agenda que é ditada pelo Banco Mundial e pelo FMI. Assim, era necessário um representante do povo, que governasse em nome dele, mas não obrigatoriamente em função dele (MARQUES; MENDES, 2006).

Existem, portanto, razões efetivas para que um governo não cumpra com aquilo que foi prometido em campanha, razões essas que passam por decisões políticas estratégicas pós-eleições, para que se evitem confrontos políticos e de interesses, abandonado inúmeras vezes o programa político inicial em virtude da conjuntura que ele se colocava no período.

Notamos isso claramente na presidência de Lula, onde a princípio ele se alia aos trabalhadores rurais e tem consigo uma grande massa de eleitores que o acompanham desde a época de sindicalista, mas após eleito, recua com todas as promessas que havia feito para a população do campo, aliando-se cada vez mais com o agronegócio, realizando o contrário de suas promessas, e investindo nesses setores.

Ademais, subentende-se que as promessas de campanha, sendo o candidato eleito, passam a ser um contrato político entre o candidato/partido – que fez as promessas – e a sociedade – que acreditando nessas, o elegeu. Assim, após eleito o governante deveria utilizar de seu mandato para cumprir com o seu programa eleitoral, porém, isso não acontece. Os candidatos se elegem através desse contrato e lá estando, os quebram e como justificativa a não realização das promessas utilizam-se de quaisquer argumentos que aparentem serenidade.

Em síntese, o quadro 2 a seguir, nos mostra quais eram as principais propostas de política econômica apresentadas pelo PT nas quatro eleições presidenciais que o partido se candidatou, tentando eleger Lula como Presidente do Brasil, sendo elas respectivamente, 1989, 1994, 1998, 2002 e 2006. Aqui, não foram incluídas políticas setoriais, apenas as propostas macroeconômicas, que são as definidoras das grandes linhas da política econômica.

Quadro 2 – Resumo das Principais Propostas Apresentadas pelo Candidato do PT às Eleições Presidenciais

| Áreas | 1989 | 1994 | 1998 | 2002 | 2006 |
|-------------------------------------|--|--|---|---|--|
| Setor Externo | Suspensão do pagamento da dívida externa, auditoria e renegociação política. | Promoção das exportações; Renegociação dos contratos da dívida externa, sem ingerência internacional interna, com auditoria, podendo chegar à suspensão do seu pagamento. | Promoção das exportações, coibindo importações predatórias; abertura comercial prudente, com salvaguardas, associada a política industrial; recolocar discussão da dívida externa. | Promoção das exportações; revigorar o Mercosul e fortalecer a integração regional na América do Sul; contra a Alca, nos moldes propostos pelos EUA; articulação com emergentes nos organismos multilaterais. | Redução da vulnerabilidade externa e fortalecimento da posição do Brasil no mercado mundial, com aumento das exportações e das reservas internacionais. |
| Combate à Inflação | Controle de preços e reforço dos organismos de controle e fiscalização. | Reformas estruturais; negociação de preços em câmaras setoriais; controle do fluxo de capitais externos. | Combate às vulnerabilidades da economia; Substituir a âncora cambial por novos mecanismos de financiamento. | Substituir a "âncora fiscal" da estabilidade por fundamentos sólidos da economia, superando vulnerabilidade externa. | Manutenção da estabilidade econômica por meio de redução das vulnerabilidades da economia e do fortalecimento de seus fundamentos macroeconômicos. |
| Crescimento e Distribuição de Renda | Dobrar valor real do salário mínimo em um ano; desoneração tributária de setores mais empregadores, dos que produzem bens de consumo popular e dos que desenvolvam tecnologias estratégicas ou contribuam para aumentar a produtividade geral da economia. | Elevação gradual e permanente do salário mínimo, tendo como meta dobrá-lo no menor tempo possível; criação de mercado interno de massas e democratização da economia; programa de renda mínima. | Dobrar o poder de compra do salário mínimo em 4 anos; programas de renda mínima, incluindo Bolsa Escola; criação de programa do primeiro emprego (para jovens) e expansão do microcrédito (bancos do povo). | Ampliação do crédito e políticas industriais; reforma trabalhista, voltada à maior formalização do mercado de trabalho; ampliação dos programas de renda mínima, incluindo a Bolsa Escola e programa de combate à fome (Fome Zero). | Ampliação do crédito e políticas industriais de fomento ao emprego formal. Continuar com recuperação progressiva do salário mínimo acima da inflação, e com fortalecimento de programas sociais. |
| Política Fiscal | Suspensão das privatizações; adoção de política realista de tarifas das estatais e recuperação da carga tributária líquida. | Suspensão e revisão das privatizações; democratização dos instrumentos de regulação; reforma tributária voltada à simplificação do sistema e a maior progressividade. | Cancelamento do Programa de desestatização; redução da renúncia fiscal; reforma tributária; renegociação da dívida dos Estados, devolvendo perdas da Lei Kandir. | Reforma Previdenciária voltada à sustentabilidade do sistema; Reforma Tributária voltada à simplificação e ao fim da cumulatividade; preservar o superávit primário. | Manutenção do equilíbrio e da responsabilidade fiscal. Desoneração tributária seletiva para fortalecer a expansão do sistema produtivo. |
| Sistema Financeiro | Alongamento do perfil da dívida interna; redução dos juros; aumento do controle sobre os bancos (via BC), com estatizações, "se necessário"; estímulos à desconcentração bancária e fortalecimento dos bancos estatais. | Alongamento do perfil da dívida interna; Política de crédito seletiva, direcionada a setores prioritários; disciplinar o endividamento de estados e municípios; disciplinar e maximizar a eficiência dos mercados de capitais. | Alongamento do perfil da dívida interna; redução dos juros, com definição de teto. | Redução dos encargos financeiros por meio da redução do estoque da dívida pública com vinculação cambial; reorientação dos fundos públicos para o desenvolvimento; Melhoria da gestão da receita. | Fortalecimento do sistema financeiro e dos bancos públicos. Manutenção da trajetória decrescente da taxa de juros e redução da relação dívida/PIB. |

Fonte: Cerqueira (2010).

Desta forma, comparando as propostas apresentadas ao longo dos anos, verifica-se uma trajetória nítida de maior moderação e adaptação ao sistema, referente às propostas de governo, mas, por outro lado, também ocorre uma nítida continuidade de propostas. Há um encadeamento lógico na trajetória das propostas que não dá espaço para uma interpretação que insista em grandes rupturas ou inflexões. As mudanças ocorridas estão relacionadas às transformações economias brasileira e mundial, com uma maior compreensão do partido sobre a realidade dessas economias e com mudanças do posicionamento político do PT sobre diversas questões ao longo de sua trajetória (CERQUEIRA, 2007). A seguir destacaremos as políticas de reforma agrária dos Governos Lula.

4.2 Primeiro mandato do Governo Lula e o II PNRA

Quando o Partido dos Trabalhadores ganhou as eleições e Lula assumiu a presidência, em seu Discurso na Sessão de Posse, no Congresso Nacional realizado em Brasília no dia 1º de janeiro de 2003, na respectiva posse a Presidência da República, disse:

A reforma agrária será feita em terras ociosas, nos milhões de hectares hoje disponíveis para a chegada de famílias e de sementes, que brotarão viçosas com linhas de crédito e assistência técnica e científica. Faremos isso sem afetar de modo algum as terras que produzem, porque as terras produtivas se justificam por si mesmas e serão estimuladas a produzir sempre mais [...]. (Discursos Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Brasília, 2003, grifo nosso).

Com Lula na presidência do país, muitos se encheram de esperança acreditando que lá estava o Partido Político que realizaria a Reforma Agrária no Brasil.

Com Lula eleito presidente, renovam-se as esperanças na realização de uma efetiva reforma agrária e, ao mesmo tempo, esta bandeira, apesar de integrar as prioridades de governo, passa também a ser um dos seus grandes desafios. Os trabalhadores rurais, principalmente os sem terras, esperam muito mais deste governo do que de governos anteriores, principalmente em razão da trajetória histórica de apoio aos movimentos sociais. A não realização da reforma agrária prometida pode ser, igualmente, transformada em decepção maior do que aquelas que os trabalhadores já experimentaram repetidas vezes. Contudo, esta renovada esperança não se transformará na espera passiva pela realização das promessas de campanha, como se pode verificar nas mobilizações e jornadas de lutas que os movimentos sociais do campo realizaram no decorrer de 2003 e vêm fazendo em 2004. (HEINEN, 200?, p. 5).

Nesse primeiro mandato (2003-2006) de Governo, estava sendo elaborado o II Plano Nacional de Reforma Agrária e ainda se acreditava que esse entraria em execução para sanar as necessidades, se não de uma reforma agrária, pelo menos, de um avanço exponencial para a mesma. Não existia nenhum desafio que fosse tão profundamente relacionado com a história

do PT, como o da reforma agrária. Para tanto, destacamos o programa de governo que ele propunha, intitulado como “Brasil de Todos”.

O Plano Plurianual (PPA 2004-2007 - Brasil de todos) é previsto no artigo 165 da Constituição Federal, e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 1998. Constitui-se de um plano de médio prazo, que estabelece as Diretrizes, Objetivos e Metas a serem seguidas pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de um período de quatro anos. Assim, quando Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente do Brasil, elaboraram o Plano Plurianual (PPA 2004-2007) intitulado "Brasil de Todos - inclusão e participação", e sua apresentação anuncia que:

O processo de elaboração do Plano Plurianual 2004-2007 inaugura uma nova fase no planejamento governamental brasileiro. A construção e a gestão do Plano a partir de um amplo debate com a sociedade busca a implantação de um novo padrão de relação entre Estado e sociedade, marcado pela transparência, solidariedade e com responsabilidade. A implementação de mecanismos que ampliem a participação da sociedade nas escolhas de políticas públicas é um traço distintivo deste PPA. (BRASIL, 2003, p. 3).

De maneira geral, o Programa se orientava pelos seguintes objetivos: 1-Inclusão Social e Redução das Desigualdades Sociais; 2- Crescimento com Geração de Emprego e Renda Ambientalmente Sustentável e Redutor das Desigualdades Regionais; 3- Promoção e Expansão da Cidadania e Fortalecimento da Democracia. Estas que sintetizavam cinco dimensões: democrática, social, econômica, ambiental e regional (ARANDA; SENNA, 2007).

Porém, mesmo com todos os objetivos e metas, esse mandato acabou sendo marcado pelo esvaziamento de suas propostas, sobretudo em relação à concepção da reforma agrária. Em contraste a isso, as políticas de apoio ao agronegócio se apresentavam cada vez mais consolidadas.

Por meio de uma vigorosa guinada ao centro, Lula da Silva capitalizou os anseios de mudanças, elegendo-se presidente com mais de 60% dos votos. Os movimentos sociais iniciaram o ano de 2003 vivendo uma situação inteiramente nova: um governo cuja história se confunde com as lutas sociais das duas últimas décadas, porém empunhando uma política econômica em continuidade com a de Cardoso. Os embates sociais assumem, portanto, novas feições, recolocando a importância da autonomia de classe e a necessidade de perseverar na construção de projeto alternativo ao neoliberal. (LEHER, 2006, p. 82).

Indubitavelmente, para esse governo a reforma agrária não era mais uma necessidade histórica e não poderia mais ser transformada em uma política de desenvolvimento econômico e social. Pelo contrário, passou a se pensar, que a reforma agrária deveria ser realizada pensando apenas em uma política social, com a finalidade de acabar localmente com o problema da fome no país (OLIVEIRA, 2007).

Em uma entrevista concedida ao Correio da Cidadania em 02 de maio de 2007, o geógrafo e um dos mentores do II Plano Nacional de Reforma Agrária, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, disse:

Estamos diante de uma realidade cruel. Lula sempre defendeu, pessoalmente, a reforma agrária. O PT sempre defendeu em seus programas a reforma agrária, mas agora que está no governo não a faz. Isso é um paradoxo, que se explica pelo fato de que a estratégia do governo durante o primeiro mandato foi feita em cima do Fome Zero⁴, e a reforma agrária era um dos componentes menos importantes do programa, que trazia uma concepção sobre o campo e sobre a reforma agrária de José Graziano da Silva, assessor especial de Lula. (OLIVEIRA, 2007, entrevista).

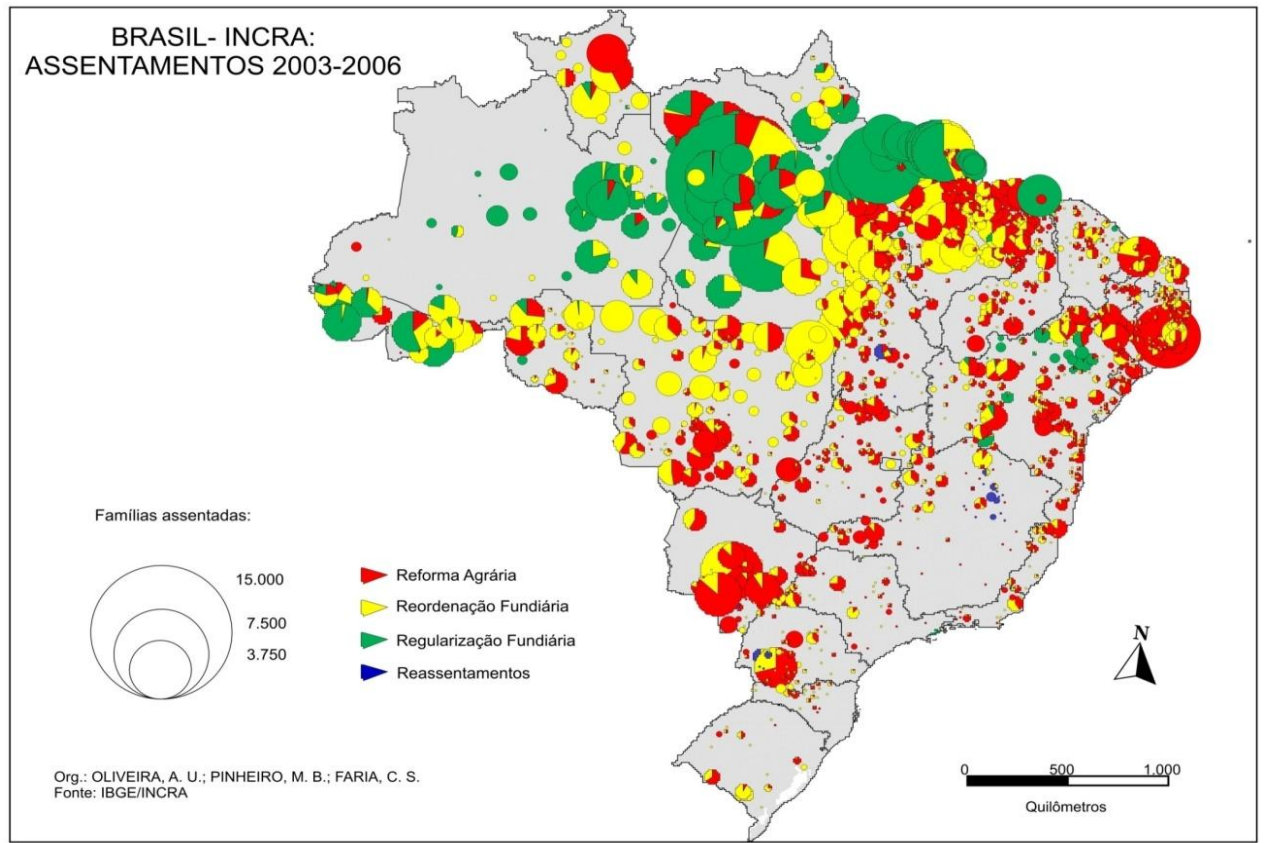
Não se pensou na realização de uma reforma agrária de fato; pois para ela acontecer seria necessário entrar em confronto com o agronegócio, com a bancada ruralista, com a burguesia. Essas foram partes das alianças que o governo fez para se eleger, tendo os mesmos muita força dentro desse governo.

O MST detectou corretamente que o governo atual apóia o agronegócio. É isso que incomoda uma parte da esquerda, pois esse apoio revela a faceta do governo no seu entendimento sobre a questão agrária, ou seja, de que a reforma agrária não é uma necessidade histórica do país. É por isso que, em quatro anos de governo, o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Incra assentaram pouco mais de 100 mil famílias, quando o Plano Nacional de Reforma Agrária mandava assentar 400 mil. Dizem que não, que assentaram 381 mil famílias. Isso é mentira, nua e crua. Nos dados de 2005, há mais de mil famílias de um assentamento da época de Getúlio Vargas, de 1942, e o governo Lula apenas reconheceu aquele assentamento. E reconhecer não é assentar. (OLIVEIRA, 2007, entrevista).

Analisando a Figura 2 – Brasil: Assentamentos 2003-2006, podemos entender claramente o que Oliveira relatou na entrevista acima.

⁴ É uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Esta estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

Figura 2 – Brasil: Assentamentos 2003-2006



Fonte: IBGE/INCRA. Org.: OLIVEIRA, A. U; PINHEIRO, M. B; FARIA, C. S.

Os assentamentos do período de 2003-2006 são divididos em quatro categorias diferentes: reassentamento; regularização fundiária; reordenação fundiária e reforma agrária. O governo agrupou essas quatro categorias como se fossem “novos assentamentos” quando na verdade não são. Os únicos assentamentos que deveriam entrar nas estatísticas da primeira meta do II Plano Nacional de Reforma Agrária são os que estão denominados como “reforma agrária” e corresponde a cor vermelha do mapa. Nota-se aqui, uma articulação do governo para mascarar os números de assentamentos criados, manipulando, desta forma, as informações apresentadas a população, e principalmente aos movimentos sociais, para alegar que estavam cumprindo com o que haviam apresentado no programa.

O Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula, juntamente desenvolvido com o Ministério de Desenvolvimento Agrário previa o cumprimento de 11 metas entre o período de 2003-2006, primeiro mandato do governo, dando início nesse país o processo de realização da reforma agrária. Essas 11 metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária, de acordo com o MDA eram:

- 1ª meta: 400 mil famílias assentadas;
- 2ª meta: 500 mil famílias com posses regularizadas;

3ª meta: 150 mil famílias beneficiárias pelo Crédito Fundiário;
 4ª meta: Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;
 5ª meta: Criar 2.075.000 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado;
 6ª meta: Implementar o cadastramento georeferenciado do território nacional e regularizar 2,2 milhões de imóveis rurais;
 7ª meta: Reconhecer, demarcar e titular as áreas de comunidades quilombolas;
 8ª meta: Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;
 9ª meta: Promover a igualdade de gênero na Reforma Agrária;
 10ª meta: Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas;
 11ª meta: Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas. (BRASIL, 2004, p. 38).

As metas aqui citadas tinham um cronograma anual de números a serem alcançados, que se distribuíram, de acordo com a tabela 1.

Tabela 1 – Metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA

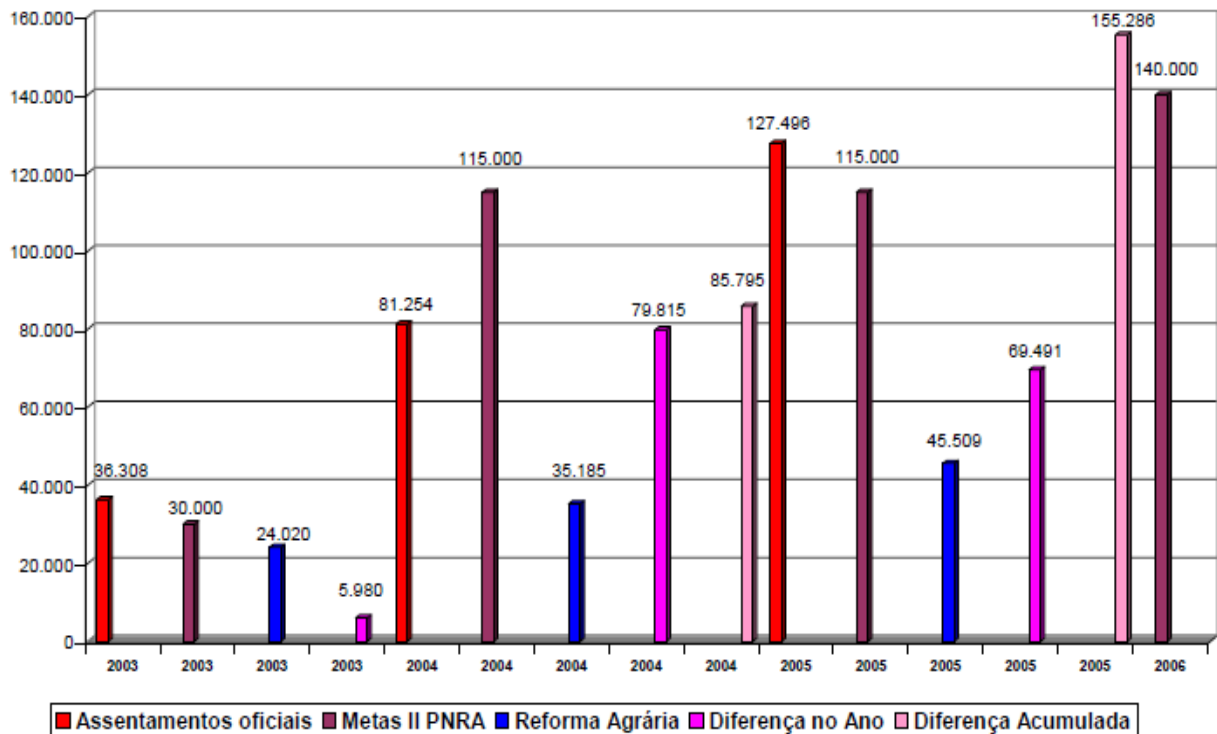
| | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | TOTAL GOVERNO LULA | TOTAL PPA 2004/2007 |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|--------------------|---------------------|
| ASSENTAMENTOS NOVOS (REFORMA AGRÁRIA) | 30.000 | 115.000 | 115.000 | 140.000 | 400.000 | 520.000 |
| REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA | 0 | 150.000 | 150.000 | 200.000 | 500.000 | 650.000 |
| PROGRAMA NACIONAL DE CRÉDITO FUNDIÁRIO | 15.000 | 37.500 | 37.500 | 37.500 | 127.500 | 150.000 |
| TOTAL BENEFICIADOS (nº de famílias) | 45.000 | 302.500 | 302.500 | 377.500 | 1.027.500 | 1.320.000 |
| TOTAL DAS OCUPAÇÕES (postos criados) | 135.000 | 607.500 | 607.500 | 732.500 | 2.082.500 | 2.660.000 |

Fonte: II Plano Nacional de Reforma Agrária – II PNRA.

A 1ª meta estipulada de assentar no período de 2003 a 2006, 400 mil famílias – que deveria ser feita através de desapropriações com finalidade social, compra de terras e também retomada de terras públicas ocupadas ilegalmente; terras griladas por latifundiários; não foi cumprida.

Segundo Oliveira (2006), seria completamente impossível o Governo em seu quarto ano cumprir a Meta 1 do II PNRA, pois o déficit já era maior do que a meta no ano de 2006. O gráfico 2 a seguir, nos faz uma comparação entre números oficiais, números expurgados e a Meta 1 do II PNRA.

Gráfico 2 – Brasil – Assentamentos de Reforma Agrária – Governo Lula



Fonte: OLIVEIRA, A. U. – USP, ABRA e IANDÉ.

O Governo estipulou também que assentaria em 2007, 150 mil famílias, totalizando nos primeiros cinco anos de governo um montante de 550 mil novas famílias assentadas. Porém divulgou nos meios de comunicação nacional que assentou 448.954 famílias nesse período, mas, segundo Oliveira (2008), o governo tenta novamente nos confundir com dados falaciosos, que não correspondem à realidade, pois a 1ª meta de assentar 400 mil famílias, diz respeito ao assentamento de novas famílias e não da incorporação de outros casos, como por exemplo, de reassentamento ou de regularização fundiária.

Tenho escrito que esses dados divulgados pelo governo Lula sobre a reforma agrária, referem-se às Relações de Beneficiários emitidas, as ‘famosas’ RBs. Assim, continuo a tarefa de esclarecer a todos que as RBs não se referem apenas aos assentamentos novos, elas são emitidas também para os assentamentos relativos à regularização fundiária [...]. As RBs são também emitidas para regularizar as situações das famílias dos assentamentos antigos reconhecidos pelo Incra para que os assentados tenham acesso às políticas públicas. Elas são inclusive emitidas para regularizar a situação de assentados em decorrência de herança, daqueles que compraram lotes de boa fé, e daqueles que foram substituídos nos assentamentos antigos por abandono ou outros motivos permitidos por lei etc.. (OLIVEIRA, 2008).

Por isso, precisamos ter clareza para fazermos um balanço do II Plano Nacional de Reforma Agrária, pois se fizermos as análises através dos dados divulgados pelo INCRA e pelo governo, chegaremos a números irreais de novas famílias assentadas, em virtude de

terem “mascarados” os dados, unindo duas situações completamente diferentes: novas famílias assentadas e famílias já assentadas que receberam a RBs. Entretanto, “Feita esta desagregação, entre 2003 e 2007, o governo Lula assentou apenas 163 mil famílias referentes à 1ª meta – novos assentamentos. Portanto, cumpriu somente 30% da meta de 550 mil famílias que ele tinha prometido assentar” (OLIVEIRA, 2008).

A 2ª meta refere-se à regularização da posse da terra de 500 mil famílias no período de 2003 a 2006. Rossetto, ministro do Governo na época fez um pronunciamento junto com o Presidente ao qual dizia que a regularização fundiária não poderia ser caracterizada como um programa de acesso à terra, mas que através dela poderia ter a garantia do acesso a mesma. A importância da regularização dessas terras era saber qual o verdadeiro mapa fundiário do Brasil para que desta forma pudesse se assegurar a estabilidade no campo, combatendo a grilagem de terras e reduzindo significativamente os conflitos agrários no campo brasileiro. Mas, essa meta também não foi cumprida. O governo conseguiu cumprir apenas 23% da meta, regularizando a posse de apenas 113 mil famílias (OLIVEIRA, 2008).

O restante das outras nove metas do II Plano Nacional de Reforma Agrária também não foram cumpridas. Algumas ainda tiveram dados oficiais divulgados pelo governo; dados esses facilmente contestáveis em contraponto com a realidade do campo brasileiro; outros, porém o governo fez questão de nem lançar a público, nem sequer um balanço das metas alcançadas pelo plano foi divulgado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), pois essas estatísticas comprovariam o fracasso do II PNRA e do próprio governo para a realização da reforma agrária no Brasil.

Desta forma, o Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Lula chegou ao seu fim, e constatamos que nenhuma das metas foi alcançada. Os quatro primeiros anos de mandato passaram e 230 mil famílias ainda continuavam na beira das estradas, embaixo de lonas pretas e a conjuntura nos mostrava que não seria realizada a reforma agrária. Eles também não elaboraram nenhum outro plano de reforma agrária para o segundo mandato, abandonando as políticas de reforma agrária na continuação de seu governo, passando a adotar deliberadamente políticas compensatórias a fim de minimizar os conflitos em torno das disputas de terras em diferentes locais do país.

Todavia, vale lembrar que a equipe coordenada por Plínio de Arruda Sampaio elaborou uma proposta para o II Plano Nacional de Reforma Agrária, como mencionado no capítulo III. A proposta tinha como meta principal o assentamento de um milhão de famílias até o final de seu primeiro mandato. Mas, essa proposta foi desprezada pelo governo, sendo

aprovada para o II PNRA, a meta de assentar 400.000 novas famílias (meta 1) no período entre 2003 a 2006, porém, nem mesmo reduzindo as metas o governo conseguiu cumpri-las.

Vale destacar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra contestou e contesta os números oficiais do governo e reafirma que o Governo Petista não estava realizando a reforma agrária e não estava alterando a estrutura fundiária do país. O que o Ministério do Desenvolvimento Agrário vem fazendo denomina-se regularização fundiária, que é algo importante também, porém insuficiente para se dizer que está se realizando um processo de Reforma Agrária no Brasil. Além disso, precisamos ter clareza que quando falamos de reforma agrária, não falamos somente em assentar novas famílias, mas sim assentá-la em áreas desapropriadas pelo governo federal, fazendo com que a função social da terra seja exercida.

4.3 Segundo mandato do Governo Lula e a Contra-Reforma Agrária

Na reeleição de Lula, iniciou-se o que Oliveira (2013) nomeou de contra-reforma⁵ agrária, o governo se uniu ainda mais com o agronegócio brasileiro. Podemos aqui lembrar discurso que foi feito na cidade de Mineiros, em Goiás, onde Lula chamou os usineiros de heróis do país.

Entretanto, muitas alterações de natureza política interferiu nas ações do governo Lula e ele, não só não cumpriu estas metas como, no segundo mandato abandonou a política de reforma agrária e passou adotar deliberadamente uma política de contra reforma agrária, destinando terras públicas constitucionalmente terras da reforma agrária, para os latifundiários às ocupam ilegalmente (os grileiros). (OLIVEIRA, 2013, p. 2).

Nesse segundo mandato o governo não foi elaborou outro plano de reforma agrária, mas, em contrapartida a isso, foram realizadas duas medidas provisórias – 422 (Lei nº 11.763 - 1º/08/2008) e 458 (Lei nº 11.952 – 25/06/2009), que facilitaram que as terras griladas⁶ da Amazônia Legal fossem regularizadas. Assim, ao invés de se criar um III PNRA, se criou o Programa Terra Legal, regularizando as terras griladas do agronegócio. O Programa Terra Legal foi iniciado dentro Ministério do Desenvolvimento Agrário, com o objetivo de promover a regularização fundiária de ocupações em terras públicas federais situadas na Amazônia Legal. O governo federal em 2009 promulgou a Lei 11.952/2009 com o objetivo de

⁵ Usaremos a expressão contra-reforma agrária como Oliveira (2013) descreve no artigo “Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula”. In: *Dinámica de los Espacios Rurales y Sustentabilidad: Articulaciones del espacio rural*. 2013. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>

⁶ Grilagem de terras é o nome dado a apropriação de terras públicas feita de modo indevido e por meio de falsificação de documentos de titularidade da terra.

acelerar a regularização de ocupações informais em terras públicas federais na Amazônia Legal. Logo após, lançou o Programa Terra Legal para implementar essa lei e beneficiar até 300 mil posseiros. O objetivo inicial do programa era emitir títulos de terra em até 60 dias por meio de cinco fases principais: cadastramento de posses, georreferenciamento, vistoria, titulação e monitoramento pós-titulação (BRITO; BARRETO, 2010).

Desta forma, como podemos observar na tabela 2 abaixo, no Governo Lula ocorreu alterações na estrutura fundiária do país, porém, essas tiveram mais impacto no aumento da área (ha) e no número de imóveis da média e da grande propriedade, concentrando de 2003, primeiro ano do Governo Lula a 2010, último ano do Governo Lula ainda mais as terras em nosso país, onde, por exemplo, em 2003 existiam 22 imóveis com 100.000 ou mais (ha) e em 2010 passou a ter 196 imóveis.

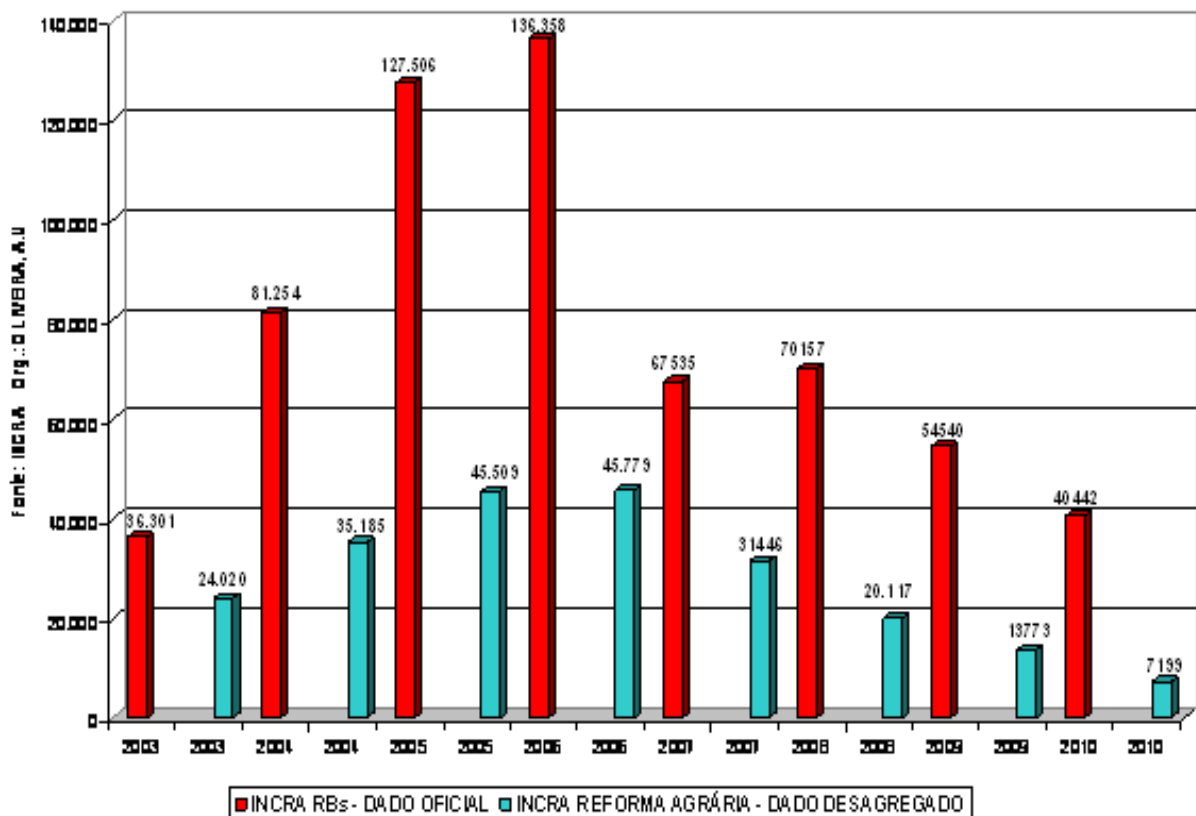
Tabela 2 – Brasil – Mudança da Estrutura Fundiária por Classes de Área 1992, 1998, 2003 e 2010

| Classes de Áreas | | 1992 | | 1998 | | 2003 | | 2010 | |
|------------------|---------------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|------------------|-----------------------|
| | | Nº de Imóveis | Área (ha) | Nº de Imóveis | Área (ha) | Nº de Imóveis | Área (ha) | Nº de Imóveis | Área (ha) |
| TOTAL | | 2.924.204 | 310.030.752,20 | 3.586.525 | 415.548.886,60 | 4.290.531 | 418.483.332,30 | 5.181.645 | 571.740.919,42 |
| Pequena | Menos de 1 | 47.034 | 24.483,10 | 68.512 | 35.181,90 | 81.995 | 43.409,10 | 107.572 | 54.516,68 |
| | 1 a menos de 2 | 88.408 | 120.422,40 | 118.926 | 160.875,80 | 141.481 | 191.005,50 | 161.313 | 218.441,69 |
| | 2 a menos de 5 | 343.539 | 1.168.374,60 | 440.708 | 1.483.892,60 | 559.841 | 1.874.158,80 | 702.979 | 2.357.993,06 |
| | 5 a menos de 10 | 428.783 | 3.116.262,60 | 515.823 | 3.737.828,60 | 626.480 | 4.530.025,20 | 772.676 | 5.584.385,37 |
| | 10 a menos de 25 | 804.376 | 13.081.255,30 | 939.198 | 15.265.972,30 | 1.109.841 | 18.034.512,20 | 1.316.237 | 21.345.231,82 |
| | 25 a menos de 50 | 477.439 | 16.679.065,90 | 573.408 | 20.067.945,60 | 693.217 | 24.266.354,60 | 814.138 | 28.563.707,07 |
| | 50 a menos de 100 | 319.256 | 22.205.515,70 | 403.521 | 27.902.893,30 | 485.956 | 33.481.543,20 | 578.783 | 40.096.597,35 |
| Média | 100 a menos de 200 | 191.539 | 26.032.300,20 | 239.219 | 32.260.122,40 | 272.444 | 36.516.857,80 | 332.817 | 44.898.322,02 |
| | 200 a menos de 500 | 133.506 | 41.147.556,90 | 166.686 | 51.491.978,60 | 181.919 | 56.037.443,20 | 230.529 | 71.258.207,77 |
| | 500 a menos de 1.000 | 48.873 | 33.812.939,40 | 62.643 | 43.317.666,40 | 68.972 | 47.807.934,80 | 85.305 | 59.299.369,71 |
| Grande | 1.000 a menos de 2.000 | 22.374 | 30.767.926,40 | 30.325 | 41.651.744,70 | 35.281 | 48.711.363,10 | 40.046 | 55.269.002,25 |
| | 2.000 a menos de 5.000 | 13.982 | 41.222.330,50 | 20.120 | 59.497.823,80 | 26.341 | 77.612.461,90 | 31.218 | 91.775.306,94 |
| | 5.000 a menos de 10.000 | 3.190 | 22.414.364,90 | 4.758 | 33.839.004,90 | 5.780 | 41.777.204,40 | 6.084 | 43.642.939,54 |
| | 10.000 a menos de 20.000 | 1.187 | 16.269.632,00 | 1.648 | 22.485.749,70 | 635 | 8.600.834,20 | 1.026 | 14.088.771,59 |
| | 20.000 a menos de 50.000 | 537 | 15.610.841,20 | 768 | 22.468.684,80 | 294 | 8.502.361,60 | 595 | 17.742.882,69 |
| | 50.000 a menos de 100.000 | 113 | 7.604.137,20 | 154 | 10.504.269,00 | 32 | 2.181.546,40 | 131 | 9.131.626,72 |
| | 100.000 e mais | 68 | 18.753.343,90 | 108 | 29.377.251,20 | 22 | 8.314.316,30 | 196 | 66.413.617,15 |

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011.

Vale destacar aqui, que o Governo não estava interessado em entrar em conflito com o agronegócio, mas pelo contrário, passou a apoiá-los fortemente, ficando cada vez mais evidente suas intenções no início do segundo mandato (2007-2010). Assim, a reforma agrária passou a ser tratada como uma política marginal e compensatória, reafirmando a política iniciada no primeiro mandato e diferente da concepção dos movimentos sociais. Podemos verificar essa afirmação, com os números contidos na Figura 3 – Brasil – Assentamentos de Reforma Agrária – 2003 a 2010, onde analisamos os dados desagregados dos RBs, encontrando um número de famílias assentadas muito inferior aos divulgados oficialmente (OLIVEIRA, 2008).

Figura 3 – Brasil – Assentamentos de Reforma Agrária – 2003 a 2010



Fonte: OLIVEIRA, 2008.

Assim, nesses oito anos de Governo Lula a reforma agrária não saiu do papel, embora esse tenha destacado no decorrer da campanha eleitoral e em seu primeiro mandato que a reforma agrária era uma política de justiça social e que sempre iriam defender a mesma lutando por ela até morrer. Em suas palavras:

Nós faremos a reforma agrária, sim. Mas com tranquilidade e qualidade, que gere renda e trabalho para o campo. Eu não quero repetir os erros do passado, mas sim fazer melhor. Vou lutar pela reforma agrária até morrer. (SILVA, 2005).

Ao terminar seu pronunciamento, Lula disse que para ele não foi fácil deixar de lado uma demanda histórica por uma reforma agrária ampla e radical, passando a realizar uma reforma agrária “tranquila e pacífica” e disse também que era para esperar o fim de seu governo para cobrá-lo sobre as realizações ou não de uma reforma agrária no Brasil.

Entretanto, o que se entendia naquela conjuntura como “tranquila e pacífica”, era que a reforma agrária iria acontecer, mas que seria de uma forma mais planejada dentro do governo – até mesmo, porque se esperava a concretização das metas do II PNRA. Mas, passado esse tempo, notou-se que o governo deixou de compreender a reforma agrária como sendo um instrumento de construção de uma nova forma de organização no campo; seja ela política, social, produtiva e ambiental.

Notamos claramente que os mandatos dos governos seguiram metas diferenciadas quando se fala em reforma agrária. No primeiro mandato existia a esperança por parte dos trabalhadores que essa realmente aconteceria, já no segundo mandato, o sentimento que os cercava era de desapontamento por terem esperado tanto para que um governo de esquerda chega-se ao poder e a mesma não se concretizar.

Nos últimos quatro anos de governo (2007-2010) destaca-se o seu crescente pacto junto ao agronegócio em detrimento a desvalorização da sua relação com os movimentos sociais, especialmente os sem-terras, que esse governo dizia que seriam os mais beneficiados desde os primeiros dias, após eleito.

Percebemos que os planos de reforma agrária foram deixados, se não de forma integral, quase que totalmente para trás, dando espaço preferencial neste governo aos setores da burguesia, como por exemplo, o agronegócio. Remeto aqui às palavras de Oliveira (2008), quando ele afirma que nesse governo, as políticas de reforma agrária estão vinculadas a dois princípios fundamentais:

Não fazê-la nas áreas de domínio do agronegócio e fazê-la apenas nas áreas onde ela possa ‘ajudar’ o agronegócio. Ou seja, a reforma agrária está definitivamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil. É como se estivesse diante de uma velha desculpa: o governo Lula finge que faz a reforma agrária e divulga números maquiados na expectativa de que a sociedade possa também fingir acreditar. (OLIVEIRA, 2008).

Entretanto,

Se nos primeiros meses do início do governo Lula se tinha esperança de que este daria uma tinteira político-ideológica popular à sua administração, atualmente não cabem muitas ilusões: habilmente deu um alento importante ao desgastado projeto neoliberal, garantindo-lhe mais tempo de sobrevivência com apoio das camadas mais pobres e desorganizadas da população. As mudanças político-ideológicas do PT ao longo dos anos provavelmente trazem dificuldades para resgatar seus compromissos históricos com as classes trabalhadoras. Essas mudanças contribuíram para que as classes dominantes aceitassem a eleição de um ex-operário à presidência da

república e proporcionaram alterações na estrutura de poder no Brasil ao favorecerem a readequação das frações hegemônicas e manterem intactos os interesses monopolistas. O impacto desse processo para as classes populares ainda merecerá muitas análises, mas, pelo visto, as bandeiras históricas dos movimentos populares (antimonopolistas, antiimperialistas e antilatifundiárias) continuarão sendo içadas por um longo tempo. (MACHADO, 2008, p. 32-34).

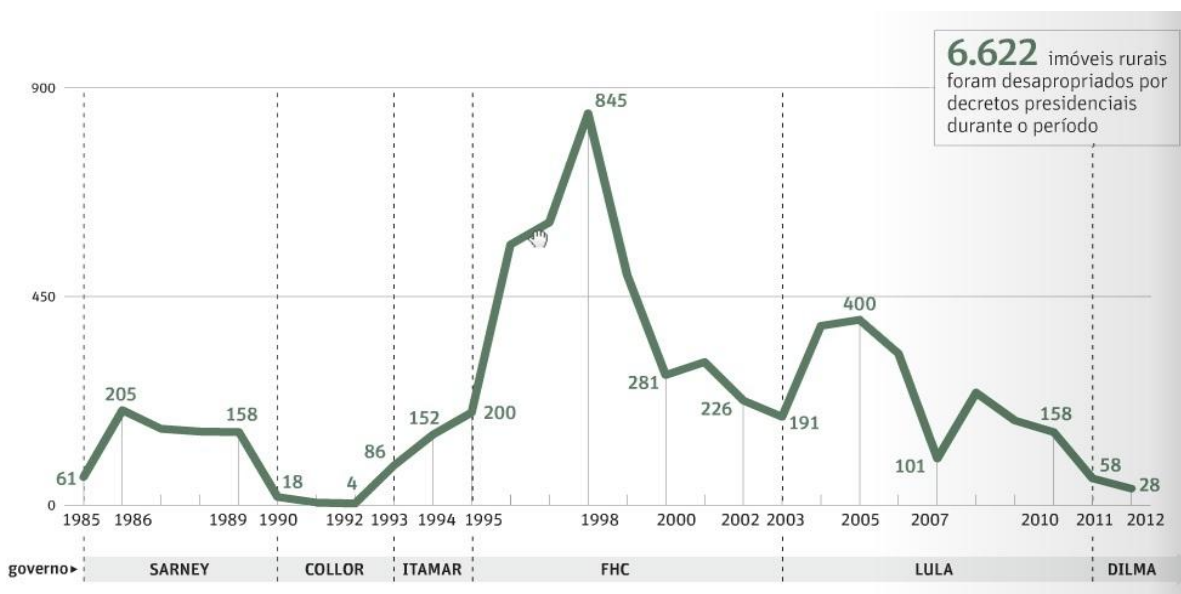
Em contrapartida as ações desse governo, e tendo em vista a demanda de trabalhadores que querem poder produzir em terras que por tanto tempo são mantidas improdutivas no Brasil, esses trabalhadores possuem duas alternativas: esperar para que aqueles que estão no poder olham para eles por vontade própria e realizem as mudanças na estrutura fundiária do país, ou obrigá-los a olhar em virtude das lutas travadas por aqueles que lutam e reivindicam aquilo que é de todos por direito, a democratização do acesso à terra no Brasil.

Compreende-se então que, em virtude da ‘Contra-Reforma’ desse Governo, desenvolveram-se duas frentes de luta no Brasil: primeiramente para adentrar a terra; em segundo lugar, para permanecer nela como produtor de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. Esses são uma classe em luta permanente, pois, jamais obtiveram de um governo uma política pública efetiva para a consolidação da reprodução social dos mesmos, restando a esses a luta diária, por um pedaço de chão, ou por condições de continuar vivendo dele (OLIVEIRA, 2001).

Tem-se claro que qualquer alternativa para se alterar a condição de vida da maior parte dos brasileiros, acabando com a exclusão social, passa obrigatoriamente pela realização da Reforma Agrária. Só com a Reforma Agrária de desapropriação de terras improdutivas e devolutas⁷, (acabando com o latifúndio) é que atingiríamos seu objetivo social, retirar da marginalidade uma grande parcela da população pobre e despossuída de meios de produção; além de seu papel econômico e político, como já exposto nesse aqui. Porém, no Governo Lula, o que aconteceu não foi uma Política de Reforma Agrária de desapropriação de terras improdutivas e devolutas, sendo adquiridas as terras realização de assentamentos rurais através da compra dessas terras. Como podemos observar nos gráficos abaixo, existiu uma grande diferença entre os números de imóveis desapropriados e comprados nos Governos FHC e Lula, onde se observa que o Governo FHC desapropriou mais imóveis que o Governo Lula, chegando ao total de 3.532, enquanto o Governo Lula desapropriou 1990.

⁷ As terras devolutas são terras públicas, que em nenhum momento integraram o patrimônio particular, ainda que estejam irregularmente em posse de particulares. O termo "devoluta" relaciona-se ao conceito de terra devolvida ou a ser devolvida ao Estado. O fato de não haver registro da terra não caracteriza que sejam devolutas, devendo o poder público comprovar a existência e propriedade das mesmas. Para estabelecer o real domínio da terra, ou seja, se é particular ou devoluta, o Estado propõe ações judiciais chamadas ações discriminatórias.

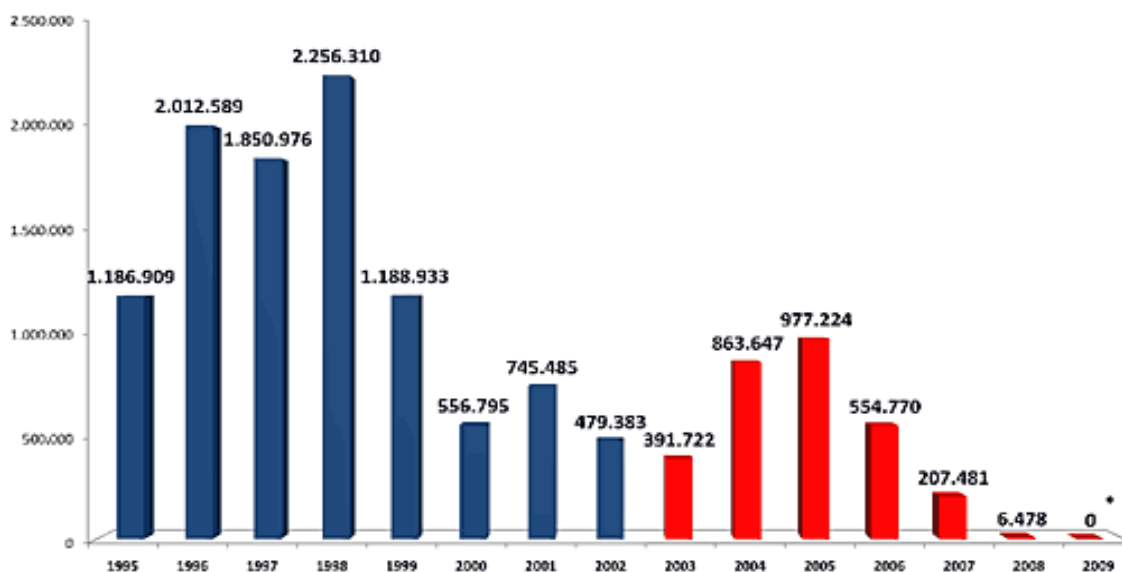
Gráfico 3 – Imóveis Rurais Desapropriados por Decretos Presidenciais



Fonte: MST, 2013.

Podemos realizar ainda uma comparação entre os gráficos 4 e 5 subsequentes, onde observamos os Governos FHC e Lula e suas ações quanto a desapropriação e compra de imóveis para fim de reforma agrária. Onde nos é evidente que o Governo FHC realizou uma política de assentamentos mais voltada para a desapropriação, enquanto o Governo Lula, realizou uma política que eles mesmos denominaram de tranquila e pacífica, onde não se pensou num conflito com os latifundiários e sim apenas em políticas compensatórias.

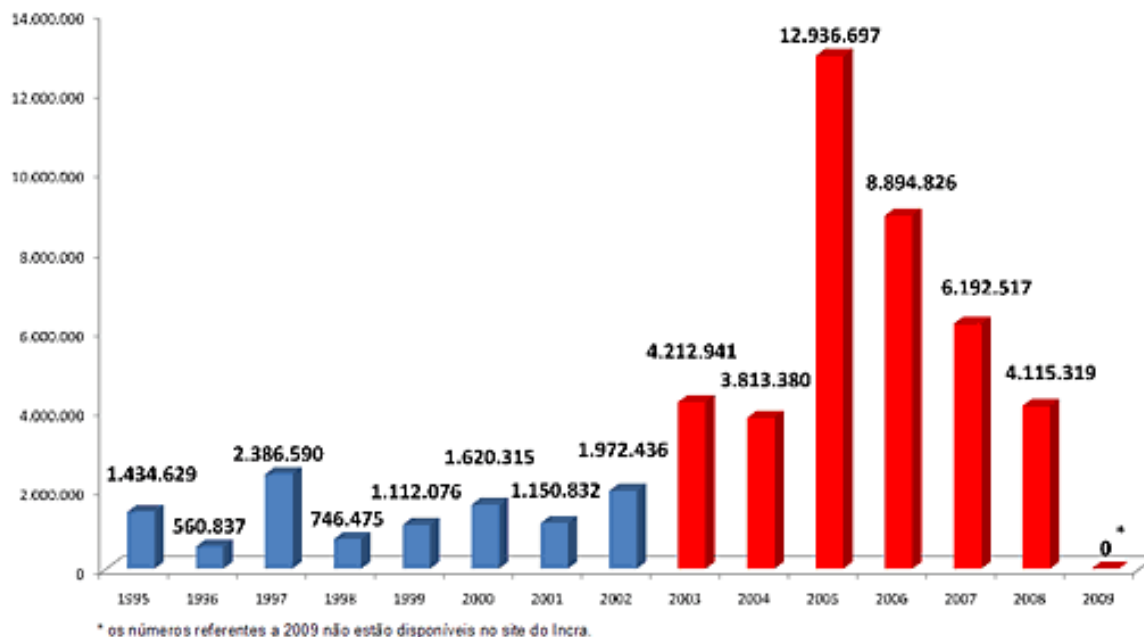
Gráfico 4 – Número de hectares desapropriados por decreto de 1995 a 2002 – FHC e 2003 a 2009 – Lula



* os números referentes a 2009 não estão disponíveis no site do Inbra.

Fonte: CONJUR, 2009.

Gráfico 5 – Número de hectares comprados de 1995 a 2002 – FHC e 2003 a 2009 – Lula



Fonte: CONJUR, 2009.

Em suma, a reforma agrária dos movimentos sociais, não é uma reforma agrária compensatória tranquila e pacífica como propôs este governo, eles almejam uma reforma agrária que alterará a estrutura fundiária. De acordo com o MST, no atual modelo econômico, que tem seu centro nas exportações nos bancos e nos grandes grupos econômicos, a reforma agrária não consiste apenas em dividir os latifúndios entre os pobres do campo, ela está mais complexa, visto que o capital estrangeiro, as transnacionais e os grandes grupos econômicos passaram a controlar a agricultura nacional, para exportar matérias-primas, produzir celulose e energia. A proposta atual pretende contrapor-se ao modelo hegemônico que aprofundou a integração do latifúndio com as empresas transnacionais e o capital financeiro.

Segundo Stédile (2012),

[...] o agronegócio é uma grande aliança entre as empresas transnacionais — que controlam os insumos [*input*], o mercado internacional e os preços dos produtos agrícolas — e os grandes proprietários capitalistas. Eles querem produzir apenas mercadorias que dêem lucro e para o mercado externo. (STÉDILE, 2012)

Ele ainda diz que falta à sociedade, ao governo e às forças populares brasileiras em geral um projeto claro de país que englobe um desenvolvimento econômico, social, político e ambiental.

Segundo Stédile (2012),

Agora, nós precisamos de um novo tipo de reforma agrária. [...] Uma reforma agrária que comece na distribuição de terras, mas que organize cooperativas de produção para instalar agroindústrias nos assentamentos e no interior. Porque é isso

que aumenta a renda e tira da pobreza. Uma reforma agrária que adote a matriz tecnológica da agroecologia, produzindo alimentos saudáveis, sem veneno e sem alterar o equilíbrio do meio ambiente. Uma reforma agrária que distribua educação. [...] Nós queremos uma reforma agrária popular, de outro tipo. [...] E seu desfecho vai depender de mudanças na correlação de forças em geral. Vai depender do ressurgimento do debate em torno de um necessário projeto popular para o Brasil. STÉDILE, 2012).

Desta maneira, o MST coloca a necessidade de pensarmos um novo tipo de reforma agrária, não aceitando a reforma agrária compensatória, tranquila e pacífica proposta pelos governos, que nem ao menos saíram do papel. Salientando que o Brasil precisa de um novo projeto popular que agregaria educação, saúde, distribuição de renda, produção, desenvolvimentos, todos esses, aliados a distribuição de terras e efetiva reforma agrária, que só será possível a partir de mudanças nas correlações de força que os movimentos sociais não conseguiram realizar. Isso trouxe para a sociedade, mas principalmente para o campo brasileiro inúmeras consequências, dentre elas, o aumento da violência e dos conflitos agrários no Brasil entre 2003-2010. A seguir destacamos como os protagonistas da luta pela terra se manifestam sobre as políticas de reforma agrária dos Governos Lula.

5 RELATOS ORAIS DOS PROTAGONISTAS DA LUTA PELA TERRA: ACAMPADOS, ASSENTADOS E LIDERANÇAS DO MST

5.1 O Assentamento Reunidas

A Fazenda Reunidas onde hoje está localizado o Assentamento Reunidas, possui uma área total de 22.782 hectares, e pertencia a José Ferreira Ribas, que conseguiu adquirir essa quantidade de hectares em virtude da aquisição via compra e/ou expulsões com ameaças de morte de inúmeras famílias que possuíam pequenas propriedades que estavam em volta de suas terras (SIMONETTI, 1999).

Não obstante as reclamações dos sitiantes aos órgãos judiciais e policiais, o fato é que, em virtude da força e do medo impostos pelo fazendeiro, muitos sitiantes foram forçados a vender suas terras a preços mínimos, enquanto outros as abandonaram e fugiram da região. A pesquisa desenvolvida por Stela Lemos Borges recolheu vários depoimentos de pessoas que sofreram esse processo de tomada de terras dos sitiantes, sendo que alguns deles, nos finais da década de 1980, voltaram à fazenda. Ela estava sendo desapropriada por ter sido cadastrada como improdutivo, e eles, na condição de demandantes de terra, foram finalmente assentados lá. Os relatos acerca dessas estratégias, do medo, da destruição de plantações e moradias pelo fogo e das ameaças de assassinato atestam a violência utilizada naquela região. (SILVA, 2004, p.30).

Segundo Santos (2007) “A Fazenda Reunidas foi o centro da disputa social pela terra na região. No ano de 1983 começou a ser cogitada a possibilidade de desapropriação da Fazenda Reunidas para fins de Reforma Agrária, o que se concretizou com I Plano Nacional de Reforma Agrária” (SANTOS, 2007, p. 58).

De acordo com Simonetti (2011), o Assentamento Reunidas foi um dos primeiros assentamentos realizados na vigência do I Plano Nacional de Reforma Agrária, realizado no país no ano de 1985 (SIMONETTI, 2011).

A Fazenda Reunidas que está localizada na cidade de Promissão, na região Noroeste do Estado de São Paulo, a 505 km da capital do Estado, foi desapropriada pelo Governo Estadual Montoro em Junho de 1986 para fins de reforma agrária, após ser realizada uma vistoria técnica que considerou a área um latifúndio improdutivo. Após o decreto de desapropriação, começou a adentrar nas terras as famílias que seriam assentadas, entre elas, um grupo de 44 famílias que permaneceram acampadas às margens da BR-153 até novembro de 1987. O segundo grupo a ocupar foi um grupo vindo da região de Campinas com aproximadamente 350 famílias, oriundas do chamado grupo V de Sumaré/Campinas, que eram vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e permaneceram provisoriamente acampadas em uma área de 5,0 há (SIMONETTI, 1999).

Podemos compreender claramente como se deu esse processo de formação do

Assentamento Reunidas através da Tese de Doutorado de Mirian Claudia Lourenção Simonetti intitulada “A Longa Caminhada: A (re)construção do território camponês em Promissão”, onde, de acordo com a autora,

Em 30 de julho de 1986 o governo desapropriou 17.138 hectares da Fazenda Reunidas, através do decreto número 92.876, baseado no Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal. No dia 22 de agosto de 1987, as 44 famílias que estavam acampadas na BR 153 ocuparam a Fazenda Reunidas, objetivando forçar a emissão de posse sem a qual não seria possível a sua entrada na terra e implantação do assentamento. [...] No dia 02 de novembro de 1987, o grupo IV, com 350 famílias, ocupou uma área na rodovia BR 153, a Transbrasiliana, que corta uma grande extensão da Fazenda Reunidas, onde participaram do processo de (re)construção do território camponês na região. (SIMONETTI, 1999, p. 94).

A conquista das terras da Fazenda Reunidas que se transformou no Assentamento Reunidas se deu de duas formas, via acampamento, como foi destacado acima, pelo grupo dos 44 e pelo grupo de Campinas; e também via cadastro junto aos sindicatos e as prefeituras da região. Assim, o Assentamento Reunidas possui uma diversidade muito grande, na medida em que cada grupo que foi assentado nessas terras possuía suas próprias características, pois vieram de várias cidades do Estado de São Paulo e também obtiveram a conquista dessa terra de forma diferenciada, tendo aqueles que permaneceram acampados organizados pelo MST, e por outros grupos; e aqueles que tinham realizado cadastro pelo governo para ter acesso a esta terra.

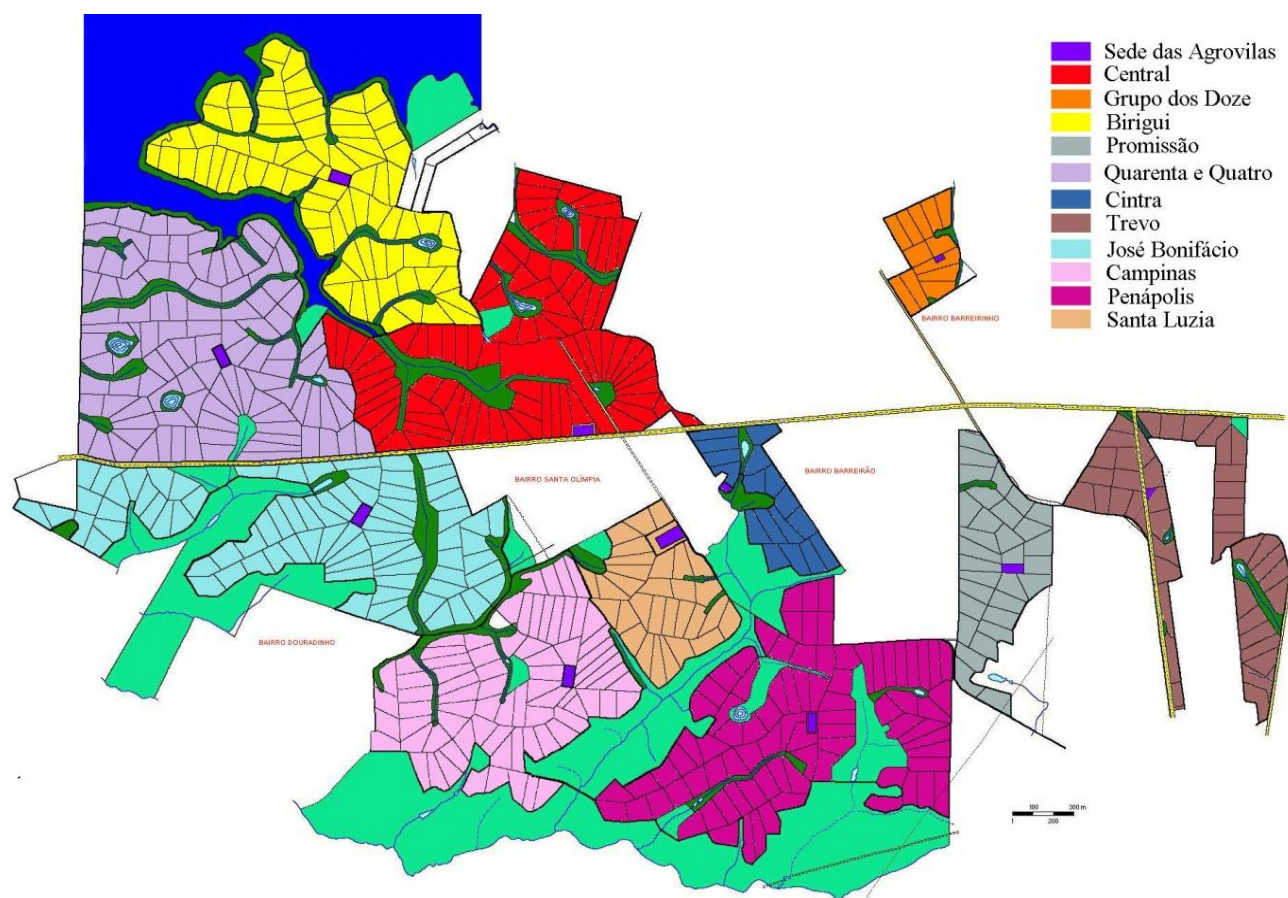
Assim, em março de 1988, começaram a adentrar na Fazenda Reunidas as famílias inscritas e selecionadas de 16 municípios da região e também as famílias que já estavam acampadas do grupo dos 44. Em junho de 1989, o INCRA iniciou a demarcação dos lotes (SIMONETTI, 1999, 2011; D’AQUINO, 2011), e nesse mesmo período um grupo de 103 famílias pertencentes ao do grupo de Sumaré/Campinas ocuparam outra área da Fazenda Reunidas para reivindicar novamente que essas famílias também fossem assentadas nessas terras, pois até então o que se dizia era que não existia terras para esse grupo que havia vindo de fora da região, e após essa ocupação este grupo de Campinas saiu vitorioso e foram assentados.

Vale destaca que se criou uma certa rivalidade entre o grupo dos 44 e grupo de Campinas desde a época do acampamento, pois, segundo relatos dos assentados, o grupo de Campinas chegou nas terras depois que o grupo dos 44 já está acampado, e isso criou uma disputa pelas terras, gerando um sentimento de oportunismo por parte daqueles que estavam desde o começo no acampamento para com aqueles que chegaram após. Pedro, que é morador do assentamento e acompanhou a luta pela terra desde o início, relatou esse processo em seu depoimento,

[...] foi assim, preparação de dois anos discutindo para onde vinha, pra que terra e no meio dessa história um pouquinho de mentira, porque na verdade o povo às vezes vem um pouco enganado, porque falavam que dentro de 3 dias estava com a terra nas mãos e tal e tal, daí foi aonde nos tinha que deixa o emprego, tinha que deixa a cidade, tinha que vir todo mundo. Daí deixamos o emprego e viemos pra cá, viemos pra cá dia 02 de novembro de 1987, estacionamos aqui na fazenda reunidas que já tinha outro grupo que era anterior a nós que foram os pioneiros daqui, que abriu a fazenda, tem até o nome, hoje é chamado do grupo dos 44, então essas 44 famílias na verdade foi elas que começou todo o processo, e nós viemos depois, e até quando chegamos aqui nos encontramos um pouco de resistência com essas famílias do 44, porque na cabeça deles nos usamos da oportunidade deles, porque quando eles ocuparam ele convidaram e ninguém quis apostar com eles, depois caiu de paraquedas aqui 350 família aqui, mas tinha terra pra todo mundo e daí conforme foi a discussão chegamos num consenso e ficamos no processo, era uma terra grilada né, que era de um fazendeiro que na imagem de muita gente via ‘ah o movimento esta indo lá e roubando a terra dos outros’ mas na verdade não é isso, é uma terra que é do Estado, que foi grilada que não pertencia a ele, na verdade só estamos recuperando o que não é dele, mas mesmo assim ele recebeu por isso aqui, recebeu até o valor de duas fazendas a mais do que isso aqui. E foi através de onde acontece a reforma agrária porque se fosse mesmo manter as terras de quem fosse dono então a reforma agrária não existiriam, só existe porque é terra do governo, terra devoluta mesmo. Mas pra isso acontecer teve um grande processo, nós pista, o governo, prédios até chegar o momento, não sofremos despejo, eu acho que foi o único grupo que não teve despejo, o único ‘despejo’ que teve foi nós sair de onde a gente estava acampado pra vir onde a gente esta hoje, por livre e espontânea vontade, porque na época chegaram na gente e disse que nós não tinha terra aqui, porque na verdade, quando nós ocupados os 350, a região aqui, o município pego e junto as famílias – colo eles descobriram que essa terra era mesmo pra reforma agrária – o prefeito da época, político, usaram até de má fé, foram pegando famílias que as vezes nem precisava de terra, gente bem, sitiante – reforma agrária é pra pessoas humilde que precisa, se você for ver mesmo, é pra recuperar as famílias que não tinham condições – e esses políticos foram dando um jeitinho aqui e ali se juntaram em 16 municípios e falou pra nós que nós não tínhamos direito a terra aqui, que se nós quiséssemos terra nos deveríamos ir para outra região. Só que assentou todo mundo, e o movimento descobriu que essa área aqui também era de reforma agrária e que não tinha ninguém pra assenta aqui, mas pra isso acontecer nós tínhamos que sair de lá e ocupar aqui, foi a hora que nós saímos de lá e viemos pra cá, nos mesmos medimos, pegamos uma corda, cada um pegou o seu pedaço e ficou, e com isso nós levamos não sei se foi sorte ou milagre, e o governo viu, e acho que quando foi com uns 3 meses o governo já desceu com obra e com os engenheiros e cortou as terras e onde nós estávamos ficamos, e daí pra frente foi só se organizar pro trabalho né. (PEDRO, 2014).

Hoje, esse assentamento é um dos maiores em extensão no Estado de São Paulo. Esta dividido em dez agrovilas: Agrovila Central, Agrovila 44, Agrovila Birigui, Agrovila José Bonifácio, Agrovila Campinas; Agrovila Penápolis, Agrovila São João ou Promissão, Agrovila Cintra, Agrovila do Trevo e Grupo dos 12, num total de 631 lotes, possuindo cada lote a média de 17 hectares, onde vivem cerca de 3000 mil pessoas (SIMONETTI, 1999, 2011).

Figura 4 – O Assentamento Reunidas



Fonte: SIMONETTI, 1999

Vale destacar que a maioria das agrovilas leva o nome da cidade de origem das famílias ali assentadas, a exemplo, Campinas, Birigui, José Bonifácio, etc., porém, outras receberam o nome de acordo com sua especificidade, como por exemplo, a agrovila 44, que leva esse nome por representar um grupo de 44 famílias que acamparam juntas e foram assentadas, ou Agrovila Central, por ser a agrovila que está no centro do assentamento, etc.

O assentamento hoje possui seis associações Associação de Comunicação, Cultura, Esporte e Produção do Assentamento Reunidas (ACCEPAR), Associação dos Produtores Rurais da Agrovila Birigui (APRAB), Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Legumes, Frutas e Verduras do Município de Promissão (APROLEV), Associação União dos Produtores Rurais das Agrovilas Penápolis e Cintra (AUPRAPECI), Associação dos Produtores Rurais da Agrovila 44 (APRA) e Associação dos Produtores Rurais Unidos pelo Amanhã (APRUPAM) e duas cooperativas Cooperativa de Produtores do Projeto Agrário Reunidas (COOPAR) e Cooperativa dos Produtores Familiares de Leite da Região Noroeste (COOPLÉNOR) (IBS, 2015).

No assentamento também existem quatro escolas que estão localizadas nas agrovilas Penápolis, Central, Birigui, que atendem o Ensino Infantil e Fundamental 1; Campinas, onde já foi oferecido o Ensino Infantil e o Ensino Fundamental 1, e hoje atende apenas ao EJA – Educação de Jovens e Adultos. O Ensino Fundamental 2 e Ensino Médio não é oferecido no Assentamento Reunidas, sendo assim, os alunos se deslocam ou para o Assentamento Promissãozinha – que é um Assentamento Estadual que fica ao lado do Assentamento Reunidas – para estudarem na Escola Comunidade Nossa Senhora Aparecida, ou para a cidade, dependendo de sua localização dentro do Assentamento (IBS, 2015). Podemos observar abaixo algumas fotos do Assentamento Reunidas.

Foto 1 – Agrovila Campinas



Fonte: Produção Própria/ 2014.

Foto 2 – Igrejinha da Agrovila Campinas



Fonte: Produção Própria/ 2013

Foto 3 – Alunos da UNESP em uma palestra no Assentamento



Fonte: Produção Própria/ 2013

Foto 4 – Panificadora das Mulheres do Grupo 44



Fonte: Bruno Lacerra de Souza. Julho de 2014.

Foto 5 – Assentada e sua produção de alface



Fonte: Claudia da Costa Salgado/ 2013.

Foto 6 – Assentado preparando as mudas



Fonte: Produção Própria/ Julho de 2014.

Foto 7 – Plantação de pepinos na estufa



Fonte: Produção Própria/ Julho de 2014.

5.2 O Acampamento Argentina Maria

O Acampamento Argentina Maria leva esse nome em homenagem a uma assentada do Assentamento Reunidas que foi morta em um atropelamento na BR-153, esse acampamento nasceu em 2 de novembro de 2005 e as 420 famílias que ali viviam aguardavam na justiça brasileira a desapropriação da Fazenda Corredeira, considerada improdutiva e localizada na cidade de Promissão/SP. O acampamento estava localizado no município de Promissão/SP, situando-se na estrada que liga a rodovia Transbrasiliana (BR-153) a Barbosa, a 20 km do Assentamento Reunidas.

Segundo João, liderança do acampamento, quando perguntado sobre como surgiu o acampamento relatou:

[...] logo no começo, nos fizemos o trabalho de base, 3 meses antes de nascer o assentamento, eu, Ricardo, o José, nos começamos fazer o trabalho de base na região junto com o Padre, a Lilian, o Vicente, fazíamos as reuniões na igreja, nosso acampamento nasceu com 420 famílias [...] Nós fizemos primeiro o acampamento, o acampamento nasceu em Sabino, na fazenda independência, daí sofremos o despejos e fomos pro Cajarana, de lá viemos aqui pra BR-153, aqui de frente de onde nós estamos, daí aqui da BR-153 nós ficamos dois anos, daí saiu uma negociação que os fazendeiros e o INCRA chama 433 de compras e vendas, daí nos fomos lá pra Corredeira (a fazenda) ficamos 4 anos e meio sofremos um despejo que eu vou contar pra você de todas as historia do movimento só mesmo despejo da jangada, teve o peso do nosso despejo, que eu saiba só esses dois despejo foi brutal. Daí o que acontece, nós fomos despejados e viemos pra cá, a espera da terra porque não foi concretizada a compra da área lá, mas assim, a terra ela as vezes sai, mas quando sai ela sai longe [...]. (JOÃO, 2015).

Assim, em outubro de 2013 o acampamento sofreu um violento despejo de frente da Fazenda Corredeira, onde já estavam acampados há quarto anos. Em relatos coletados com os acampados podemos constatar que a ação da polícia Militar de Penápolis foi brutal, deixando todos os barracos e as plantações que os acampados tinham naquele local destruídos.

Joaquim, é acampado e participou de todo o processo desde o nascimento do acampamento até os dias de hoje, me relatou:

[...] aqui nos temos um dois anos e pouco assentado, aqui do outro lado, aquelas moita de bambu lá? Era o quintal de casa, foi barrado, daí nos fomos lá pra corredeira, ficamos 4 anos e meio lá e fomos despejado de lá, entendeu fomos despejados de lá, daí a gente saiu e trouxeram nós pra cá, faz uns 6 meses já, e a gente ta aqui ate hoje [...] na corredeira nós ficamos 4 anos e meio. [...] O Almero Moreira (fazendeiro) antes, ele em vida, aquela parte de cá, ele cedeu pra nós poder planta, ninguém tirava nós de lá, daí veio um (um dos filhos) [...] e no final das contas disse que não saia e chegou o batalhão de choque com tudo e tirou todo mundo. Entendeu? Chegou destruindo tudo, não sei se você chegou esse vídeo pra vocês, chegou destruindo tudo. (JOAQUIM, 2014).

Outra acampada, que chamaremos aqui de Camila, ao relembrar a sua trajetória dentro do acampamento me descreveu:

Quando a gente chegamos aqui mesmo, se eu não me engano eram 398 famílias, mais ou menos, [...] inclusive na Corredeira, lá na corredeira mesmo já estava preste, nos estamos já pré-assentados, por incompetência da Dilma que hoje estamos aqui, teve um despejo lá menina, acabou acabou com nós, a gente tava com barraco, não deixaram a gente tira nada, tira nada nada nada, derrubaram tudo, e ate hoje ninguém consegue explicar porque esse despejo né, tanto que disseram que foi por causa de uns policial de bauru tal, que ele que, mas os capanga dele lá conseguiu e foi um despejo assim, uma tragédia né, porque tinha um monte criança, eles mandava a maquina assim como se fosse assim um ladrão, lixo, e derrubo os barraco, não perdoou nada. [...] E ela tava da corredeira, que o dono de La já tinha liberado as terras. Sim pra reforma agrária, ele tinha feito um acordo já NE, e que se fosse pra fazer Reforma Agrária ele desapropriava a fazendo, então falo interesse da Dilma, de assina o decreto, portando que o decreto está lá é só assina né, é falta de interesse dela porque se ela quisesse assenta a gente lá era só ela assinar o decreto, está lá no gabinete. Ela está preocupada com a copa do mundo também né, porque ela gastou um rio de dinheiro. (CAMILA, 2014).

Logo após a ação de despejo as famílias desse acampamento foram acolhidas em uma parte de terras comuns do Assentamento Reunidas pertencentes às famílias da Agrovila Central. Esta área onde o acampamento se encontra faz parte do percentual de terras coletivas da Agrovila Central, onde estão instalados e em funcionamento uma Escola Municipal de Ensino Fundamental e uma a Unidade de Saúde da Família. O restante de toda essa área coletiva não estava sendo utilizada para outro fim, e desta forma, pode servir de morada para se reerguer novamente esse acampamento, como se pode observar nas fotos a abaixo.

Foto 8 – O Acampamento Argentina Maria



Fonte: Produção Própria/ Julho de 2015

Foto 9 – As crianças acampadas brincando



Fonte: Produção Própria/ Julho de 2015

Foto 10 – O Acampamento e a sua Bandeira



Fonte: Produção Própria/ Julho de 2015

Assim, verificamos no depoimento anterior, que no decorrer desses 10 anos a situação do acampamento vem se tornando cada vez mais difícil, pois os mesmos já estiveram prestes a serem assentados na Fazenda Corredeira e hoje, o acampamento não dispõe nem mesmo de uma terra efetiva para lutarem pela desapropriação e assentamento dessas famílias acampadas. Vale ressaltar que ao longo dos anos, o acampamento Argentina Maria perdeu muita força política e foi se desmobilizando, desmobilização essa que se expressa na diminuição do número de famílias acampadas, pois no início existiam cerca de 420 famílias, e hoje são 28 famílias. De acordo com os relatos dos acampados, as famílias foram deixando o acampamento ao longo dos anos por várias razões, tais como: se juntar a outro acampamento, trabalhar na terra de outras famílias, conseguir emprego na cidade de Promissão ou na região, ir morar na casa de parentes na região para tentar um novo começo, voltar para a cidade de origem, etc., porém eles ressaltam que apesar dos diferentes motivos dessas famílias terem saído do acampamento, o grande motivo que levou as famílias a desistirem foi a imensa demora de conseguirem a efetivação do sonho de ter acesso a terra.

Desta maneira, hoje no acampamento é composto de 28 famílias, elas ainda estão acampadas nesta área de assentamento – assim como se pode observar nas fotos acima –, onde, não fazem pressão alguma no Governo Federal para conseguirem finalmente ser assentadas, porém, com a mudança da lei no Governo FHC, ficou cada dia mais difícil localizar uma área onde se possa acampar, pois à Medida Provisória (MP) 2183-56, de 24 de agosto de 2001, prevê que o imóvel invadido não pode ser alvo de vistoria para efeito de desapropriação, tendo como finalidade deste ato normativo de inibir as ocupações de terra no Brasil,

§ 6º O imóvel rural de domínio público ou particular objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário de caráter coletivo não será vistoriado, avaliado ou desapropriado nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro desse prazo, em caso de reincidência; e deverá ser apurada a responsabilidade civil e administrativa de quem concorra com qualquer ato omissivo ou comissivo que propicie o descumprimento dessas vedações. (BRASIL, 2001)

Segundo o relato de Pedro, assentado do Reunidas, a situação do acampamento Argentina Maria *estar a 10 anos na beira da estrada* se justifica porque,

[...] o Lula esqueceu que o FHC fez uma lei antes dele sair que terra pra Reforma Agrária era só acima de 500 hectares e não podia desapropriar, daí os fazendeiros que tinham 10, 12 filhos foram dividindo as fazendas no nome desses filhos, então foi chegando um momento em que ele falou que a reforma agrária ia fazer ia acontecer e tal, mas não existia mais terra de tanta proporção e tal para desapropriação, daí você chegava em uma fazenda lá e era terra tudo de 500 alqueires, então quer dizer, aquele planejamento que ele tanto sonhava morreu, não tinha nem pra ele fazer mais aquilo, daí pois já caiu na outra lei, [...] que se o cara invadir uma fazenda, ela fica sem poder desapropriar por dois anos, eu tinha que ficar na beira da estrada por dois anos pra entrar nessa fazenda, daí os acampamento ficam

na beira das estradas porque não tem o direito mais de entrar na fazenda, pode ficar na porteira da fazenda, mas não pode entrar porque se entrar eles perdem o direito. Então o plano de reforma agrária do Lula praticamente deixou de existir, daí o Lula me sai e entra a Dilma, daí com 8 anos o governo jogou um monte de investimento e não teve planejamento e o assentamento invés de crescer de dar uma explodida entrou em dívida, foi aonde a Dilma agora não assentou quase ninguém, porque que jeito eu vou assentar uma família sem planejamento, porque se for pra fazer assentamento do jeito que está aqui, não precisa fazer, porque é jogar o povo na marginalidade, porque simplesmente vai tirar o povo que está decaído na cidade pra esconder ele na zona rural, porque condições nenhuma, então eu acho que pra fazer reforma agrária tem que repensar tudo de novo. (PEDRO, 2014).

Pedro ainda faz uma colocação sobre a vinda do Ministro do Desenvolvimento Agrário, e diz:

[...] ministro veio aqui na central e falou vocês pensa que fazer reforma agrária é fácil, porque não depende do presidente, depende do juiz, ele falou assim, pra sair uma fazenda o juiz assina, leva 10 anos pro juiz assinar, pra assinar uma fazenda, pra assinar um decreto pra fazer reforma agrária, só que se for pra despejar com 3 dias eles assinam um despejo, então a proporção é grande, então não é qualquer nego que vai chegar na presidência e falar que vai fazer reforma agrária, fazer isso fazer aquilo, porque não faz, é uma correlação de força, então era bonito o sonho, uma utopia, por isso que está aí e o movimento entrou na utopia do Lula e acho que ia acontecer mesmo, que achou que ia só assinar, meter uma canetona lá e fazer, e não é, não é isso, não pressionou, ficou em casa, foi no dia que ele ganhou mesmo me lembro até hoje, que o dia que o Lula subiu no palco ele falou assim, gente não é porque eu sou presidente que vocês tem que ficar dentro de casa, vocês tem que ir pra rua, tem que ir pra rua reivindicar o que você quer, porque aqui dentro os congressista só faz as coisas com pressão, eles só vão fazer alguma coisa se pressionar, se vocês ficar dentro de casa eu não vou poder fazer nada, e foi o que aconteceu, ninguém foi pra rua, então ele só assinou o que sobrou dos congressistas. (PEDRO, 2014).

5.3 O retorno a terra: as trajetórias dos acampados, assentados e lideranças do MST

Ao chegar ao acampamento Argentina Maria conversei com algumas pessoas que caminhavam pelo local, e depois de algum tempo por ali ouvindo diversas histórias, encontrei três acampados que concordaram em conversar um pouco sobre suas histórias de vida e sobre o acampamento que se fazia naquele momento suas moradas.

Esses acampados foram: Joaquim, 52 anos, casado, ensino fundamental incompleto, morava no campo antes de ir para o acampamento, sempre trabalhou na roça, está acampado há 9 anos;

Tereza, 45 anos, casada, ensino fundamental incompleto, morava na cidade antes de ir para o acampamento, sempre trabalhou na roça, está acampada há 9 anos.

Camila, 22 anos, casada, ensino médio completo, morava na cidade antes de ir para o acampamento, nunca trabalhou fora do acampamento foi para o mesmo com 15 anos, está acampada há 7 anos;

Em outro momento da coleta das entrevistas, voltei ao acampamento especificamente para conversar com a liderança do movimento que responde pelo local. Fui recebida por uma liderança que aceitou conversar sobre o acampamento e a situação vivenciada por eles. A liderança entrevistada é João, 42 anos, casado, morava na cidade, está acampado há 9 anos, mora com a esposa no acampamento, e estava desempregado.

As entrevistas realizadas no Assentamento Reunidas já foram um pouco mais fáceis do que no acampamento Argentina Maria, pois já possuo um contato de 7 anos de idas e vindas nesse território, e assim, eu e todo o grupo do CPEA passamos a ser conhecidos por lá e isso facilitou muito na hora de conseguir os entrevistados para a pesquisa. Como já tinha contato com alguns assentados, consegui selecionar os entrevistados que eu acreditava que trariam boas reflexões sobre as temáticas observadas na pesquisa.

Procurei alguns assentados e os mesmos concordaram em conversar um pouco sobre suas histórias de vida e sobre suas trajetórias, me contando como foi sair de suas cidades, passar pelo processo de acampamento para enfim conquistarem a terra e serem assentados. Sendo assim, os entrevistados foram: Francisca, 48 anos, casada, estudante do EJA, morava no campo antes de ir para o acampamento, trabalha no seu lote, é assentada há 27 anos.

Janaina, 22 anos, solteira, estudante cursando nível superior, nasceu no assentamento, não tem filhos, trabalha no lote quando está de férias da universidade, é assentada há 22 anos.

Pedro, 49 anos, casado, ensino fundamental incompleto, já morou tanto no campo quanto na cidade, trabalha no seu lote, é assentado há 27 anos.

Para realizar a entrevista com uma liderança do MST do assentamento, também escolhi um momento onde eu não estivesse fazendo as entrevistas com os demais entrevistados, pelo cuidado de não colocar nenhum dos entrevistados em situação de exposição. A liderança entrevistada foi Ana, liderança, assentada, 59 anos, divorciada, estudante do EJA, morava no campo antes de ir para o acampamento, trabalha no seu lote, é assentada há 27 anos.

Iniciando as entrevistas, pedi para que os acampados me falassem sobre suas trajetórias de vida, por onde eles tinham caminhado até chegarem ao acampamento Argentina Maria. Pedi para que me contassem como era sua vida anterior a essa luta pela terra e principalmente se havia alguma ligação com a terra.

O acampado Joaquim relatou,

Eu estava em Lins, lá eu pagava aluguel, pagava água, luz e trabalhava por dia também, aí veio uma promessa (do MST) de que em 3 meses as terras saiam, pra trabalhar, daí eu, de lá fui pra Sabino, lá o acampamento era assim, a promessa de 3 mês saia a terra pra trabalhar [...] minha vida mesmo foi sempre roça né. Aqui

trabalho na roça, quando tem um dia pra trabalhar tem, quando não tem trabalho aqui mesmo. (JOAQUIM, 2014).

Já a acampada Tereza que era participante da igreja e ficou sabendo sobre a possibilidade de conquistar uma terra para viver através da própria igreja.

Ouvi o pessoal na igreja falando que ia ter um acampamento e a gente veio, falavam que ia ser três meses, três meses e com isso já faz 9 anos e a gente ta aqui. [...] através dessa igreja que ficava falando que era 3 meses, que era 3 meses e foi isso, essa mentira toda e a gente ta assim ate hoje por 3 meses. (TEREZA, 2014).

A acampada Camila, a acampada mais nova entrevistada, foi para o acampamento acompanhada de sua Mãe e dos seus irmãos. Ela relatou que era nova nessa época, hoje ela tem 22 anos, e por ter crescido no acampamento ela constituiu sua família dentro do acampamento. Hoje, ela, seu esposo e sua filha são mais uma família na espera pela terra.

A minha vida era social, eu ficava na cidade estudava jogava bola, depois minha mãe descobriu a reforma agrária, que cada um podia pega seu lote e planta, e na cidade a gente não pode fazer isso né, é só o quadradinho da casa e mais nada. [...] Minha mãe sempre viveu no sitio, morando na casa dos outros, e sempre sempre viveu no sitio plantando no de um no do outro, então quando a mãe ouviu fala da reforma agrária, que a gente poderia ter um pedacinho de terra da gente mesmo, e plantar pra gente mesmo, ai eu resolvi encara isso também pra poder ter um pedaço de terra pra mim poder viver disso, você entendeu, e a gente veio atrás dela, nessa expectativa de também poder pegar, mas quando a gente veio a gente era de menor, depois eu casei, e fiquei nessa expectativa também de pegar um pedaço de terra e dar um futuro melhor pra minha filha, você com um pedaço de terra você pode planta né, você pode planta seu arroz, seu feijão, nem tudo você tem que compra na cidade. (CAMILA, 2014).

Como podemos perceber nos depoimentos acima, os entrevistados já tinham algum tipo de vínculo com a terra anterior à ida ao acampamento, seja do próprio trabalho na roça ou pelas recordações que os pais tinham de terem morado na roça. Observa-se assim, a vontade de retornar a terra, fazer dela morada e fonte de sobrevivência, resgatando os valores do campo, uma forma de vida e de encarar o mundo.

O relato dos assentados não foi diferente dos acampados, as falas seguiram na direção de regatarem suas origens de camponeses ou de trabalhadores do mundo rural, ressaltando sempre essa ligação com a terra e com a vontade de retornar a ela quando estavam na cidade. Como podemos observar na fala da assentada Francisca, quando relembra do pai que não descansou até conquistar um pedaço de terra para ele e para os filhos.

Bom pra fala de começo, o sonho do meu pai era ter terra nossa ele não parava, ficava pra cima e pra baixo, nós nunca terminava um ano completo assim de estuda, que ele já tirava nós da escola, e ia pro Mato Grosso, ia pro Nordeste, ia esse mundo afora, ele ando tudo rodando, ai nos fomos crescendo ai fomos pra Tambau, nos moro lá também, era cidade ele não gosto, daí fomos morar em Mon Grande, pertinho de Rio Claro, daí de Rio claro não deu certo e voltamos pro Paraná, no Paraná não deu certo ele voltamos de novo pra Rio Claro, ai foi quando nós conhecemos o MST, na verdade o MST nós já conhecia a muito tempo, eu lembro de um menino, Eder, uma pessoa muito boa, muito legal, ele e a Denise. Daí meu

pai se apaixonou, daí depois desse dia meu pai descobriu e não perdeu reunião mais nenhuma, só que ele falava assim, não quero terra só pra mim, eu quero terra pros meus filhos juntos, e nós somos em seis irmãos, daí ele falava assim eu vou e coloco o nome de vocês e ele colocou o nome dos seis irmãos todos eles casados, daí nós viemos pra cá, através do Estevam e tudo, daí pegaram aquele região que nós falamos 'agrovila de campinas né', que abrangem toda a nossa região, Cordeirópolis, Campinas, aqueles mundo a fora, mas praticamente a gente não conhecia quase ninguém, a gente foi se conhecer mesmo foi no acampamento. (FRANCISCA, 2014).

O assentado Pedro também realiza esse resgate lembrando da experiência do pai que era camponês e resolveu se aventurar na cidade em busca de um futuro melhor e não deu certo, e desde então saiu pelo Brasil todo atrás de reforma agrária para voltar para a terra. Assim, Pedro me contou,

Nós éramos camponês né, trabalhava lá na zona rural do Paraná, meu pai era sempre agricultor e meu pai resolveu se aventura na cidade, por volta de 1985 nos fomos pra cidade, só que na cidade naquele tempo tinha que trabalhar o mês e come, trabalha pra pagar o que comeu, então era dificuldade pagar aluguel não tinha casa própria não tinha nada, e meu pai enquanto a gente estava trabalhando de empregado, ele tirava os seus espaços e ia atrás de reforma agrária, foi na Bahia, no Mato Grosso, onde ele via ele ia atrás, onde ele via ação de reforma agrária ele corria atrás, até que ele foi na Bahia, lá ele ate encontrou um ação de reforma agrária que o estado dava terra, dava casa, só que ele chegou e não gostou, na verdade ele nem chegou a ir, porque quando ele chegou de voltar tinha duas meninas que eram militante do movimento que estava andando na região e trazendo essa proposta e cadastrando o povo para essa área que nós estamos hoje, e meu pai como nos estávamos no estado de São Paulo e não queria sair daqui, daí pra isso nos resolveu toma informação antes de vir pra cá, dois anos na cidade, sempre se reunindo de mês em mês, daí juntava os 12 município da região, cada regional fazia o seu tipo de encontro pra quando chegasse o dia e a hora todo mundo vim. (PEDRO, 2014).

Com o relato de Pedro podemos ressaltar que desde meados da década de 1990, em especial por causa da fundação da Via Campesina, o MST vem fazendo o resgate do conceito de camponês. O resgate do ser camponês aparece muitas vezes na fala de assentados e acampados ligados ao movimento, pois o mesmo tem realizado um trabalho de fortalecer a identidade do MST como sendo um movimento camponês.

Esta retomada do modo de vida camponês fortaleceu ainda mais a dimensão territorial da luta pela terra, pois, segundo Fernandes (2005), o movimento camponês não existe sem os territórios do campesinato, e, desta forma, um movimento camponês também é um movimento socioterritorial. Assim, o campesinato promove sua existência da terra e de todos os bens produzidos através dela, sendo imprescindível localizar as lutas que tangem o MST, o campesinato e a reforma agrária no âmbito territorial (FERNANDES, 2008).

Em outro momento da entrevista perguntei aos entrevistados sobre o que eles pretendiam quando entraram nessa luta pela terra. Através desta pergunta fomos adentrando em outros assuntos, que expressaram ainda mais a ligação que cada um deles tem com a terra e a vontade de retornar a esse modo de vida.

O acampado Joaquim me disse,

Porque pra cidade pra gente mesmo, pra gente que é do campo, da roça, cidade não da certo, entendeu. Você tem que planta, você tem que colhe alguma coisa né, entendeu? E a gente não tem aquele estudo suficiente pra arruma um serviço bom, entendeu, a gente hoje em dia ate pra carpi tem que ter que fazer curso, então é difícil, então é mio deixa a gente no estilo maruto mesmo assim né, solto, né mesmo? [...] Eu pretendo pega um, se acontece se Deus abençoa de acontece, eu pretendo manter assim, planta alguma coisa ne, plantar e comercializar alguma coisa, a modi de ter meu custo de vida né, pra mim e pra minha família, se não, não tem jeito né, não é eu só planta, e vim leva e busca e não ter retorno de nada né, então é o seguinte, eu trabalho com esses que já são assentado ai, eles sempre falam que a gente tem que ter um, tipo assim né, fazer um projeto em cima daquilo, e trabalha e conhece e tipo tem a CONAB agora né, é meio demorada mas é garantido, a gente prefere assim né. É viver daquilo ali, sobreviver com a família ali. (JOAQUIM, 2014).

A acampada Camila, disse que hoje o que ela pretende é “Pega meu lote e dar de melhor pra minha filha e trabalha na terra que eu acho que é o sonho de todo mundo né, você ter sua terra e trabalhar, viver dela né”. Já, Tereza, também acampada, me relatou que quando entrou na luta pela terra ela pretendia “[...] pegar uma terra pra sustenta minha família, pra viver né”.

A assentada Francisca deixa claro em seu depoimento o que sonhava conquistar quando aderiu a luta pela terra, porem destaca em seu depoimento o modo como eles, assentados, veem a vida, e as relações sociais em torno dela. Ela dá ênfase para os valores que o homem do campo e o homem da cidade tem em relação aos bens materiais, revelando em sua fala a ‘fragilidade’ do homem da cidade ao se preocupar com tantas ‘ vaidades’ esquecendo do que de fato tem importância para a vida. Ela ressalta também a formação política que, segundo ela, os assentados possuem conseguindo assim ter melhor esclarecimento sobre a realidade do nosso país.

Oh, a primeira coisa quando eu vim pra cá, na minha cabeça, o meu ideal era o seguinte, eu [...] pagava aluguel, minha família inteira também, ninguém de nos tinha casa, eu ficava indignada porque a gente lutava lutava e não conseguia ter uma casa pra mora, [...] eu falava se eu for pra terra, e com um tempo puder ter minha casa, não precisava ser grande coisa né, e eu conseguindo dar o sustento da terra pros meus filhos sem precisa aguenta desaforo de ninguém, de patrão. Então meu sonho era assim, vim pra terra, consegui a terra, consegui a casa, meu sonho maior ainda era dar estudo pros meus filhos, porque eu não tive e queria que meus filhos tivessem né, que era estuda [...]e eu falo pro meu marido, sou tão feliz, porque vejo que eu e ele vamos envelhecer juntos, mas nós estamos no nosso cantinho, no nosso pedaço de chão, nós pode planta, viver da terra né, e eu falo pra eles que o dia que eles quiser e ver que a cidade não dá mais, volta, porque aqui é nosso é deles, eles nasceram na terra né, se eles quiserem construir uma casa também vai estar a disposição deles, porque eu acho assim, a cidade é muito boa mas você só depende do dinheiro, se tiver dinheiro você vive, e se não tiver, aqui não precisa disso, aqui a gente vivi de qualquer forma né, porque o alimento vem da terra né, a casa é sua e você não paga aluguel, a energia que vem é baratinha, não é cara, então o sistema de vida é outro sistema de ver o mundo, eu sou muito admirada muito orgulhosa porque a gente vê o mundo diferente, eu chego lá na minha família que mora na cidade a gente tem outros pensamento parece que moramos em países diferentes, nós vemos

o meio de vida diferente, não tem essa história de roupa de marca, de sapato de marca, e eu vejo as mulher da cidade, ‘ah porque escovinha disso’, é roupa, é bota, é marca, ai a gente pensa, ‘vocês trabalha pra isso?’ ‘é pra isso o futuro de vocês?’ [...] Aqui não os filhos da gente cresce livre. [...] E o jeito de ver a política também, nós tem um jeito diferente de ver a política lá fora, nos vemos a realidade, nos sabemos onde o calo dói, e sabe realmente quem governa pra dar alguma estabilidade pra gente, então ai a gente tem uma diferença muito grande [...]. (FRANCISCA, 2014).

O depoimento de Francisca vai ao encontro com o de Janaina, que resgata em sua fala a maior politização dos assentados, mas também, retoma o debate do ser camponês, destacando que se morasse na cidade ela teria outra ideologia, teria outra forma de ver o mundo que não essa.

Olha, qualidade de vida é o que prima né, porque eu assim já não gosto de cidade eu prefiro o sítio, então pra mim é maravilhoso, pra mim aqui é o paraíso, eu odeio cidade de verdade, mas é tanto aqui, pra mim o que eu mais ganhei estando aqui e tendo essa organicidade com o movimento é mais a questão ideológica e a forma de ver as coisas, acho que foi o que mais primou. Se eu morasse na cidade teria outra ideologia porque tanto é que os professores aqui já veem a diferença de quem é da agrovila de campinas pros outros lugares, porque a nossa professora de historia sempre falava, ah o pessoal da agrovila de campinas são um pouquinho mais politizados que os outros, que eles têm umas ideias mais distintas. (JANAINA, 2014).

Já, Ana, a liderança assentada entrevistada, ao começar falar sobre a escolha que fez por voltar para a terra, relembra sua trajetória de já ter vivido anteriormente na terra, porém em uma vida sofrida, época do êxodo rural quando sua família em busca de melhores condições de vida abandonou o campo e foi atrás de uma vida melhor na cidade.

Com seis anos fui pro Paraná pude estudar ate a 4 serie [...] porque tinha que trabalhar tanto na roça como em casa. [...] eu me casei, eu ia fazer 20 anos e tive meus dois filhos [...] Viemos para são Jose dos campos naquela época do êxito rural na época de 72, 73, e foi quando eu vim embora no finalzinho de 75, e daí viemos pra São Jose dos campos [...] nós criado na roça no meio do café, daí você vem pra uma cidade grande, moramos só 6 meses porque não conseguimos acostumar, daí eu fui pra campinas, mas ai lá foi outra dureza né [...] depois comecei a participar das discussões da igreja, fiz um curso de fé e política, daí começou a mudar todo meu pensamento. [...] quando foi pra vir embora pra cá eu não queria vir, meu marido, que hoje é ex marido, ele fazia parte do grupo do MST [...] e foi ai que eu comecei participar, mas não com a intenção de vir pra terra, jamais, porque eu já tinha vindo da roça, embora da roça para a cidade, um sofrimento danado [...] aquela migração terrível dos que trabalhavam na roça, daí eu falei, eu vou voltar pra roça pra que? Eu não vou não, se ele quer ir que vai [...] eu vou embora pra que depois de tanta luta de tanto sofrimento eu vou pra baixo de lona? Eu não vou nada, daí meu ex-marido falou eu vou e você fica ai com as crianças, e ele veio pra ocupação [...] eles ocuparam 2 novembro de 87, isso já era finalzinho de abril de 1988, falei com os meninos (os filhos), daí eu peguei em vim embora,vim embora em maio de 1988 [...] daí chegando aqui eu já comecei a atuar no MST [...] Eu penso que toda aquela minha teimosia de não vir, por causa daquele medo né, mas pelo contrario eu cheguei me identifiquei [...] a gente luto para conquistar um lugar que estavam contra a gente, e derrepente você consegue conquistar, então ele tem que se tornar para nós uma benção de Deus, um lugar gostoso de se viver, uma terra boa, onde se produz de tudo, o que planta dá, então eu fui plantando esse carinho esse amor pelo local pela luta né, porque tudo foi conquistado[...]. (ANA, 2014).

Com o depoimento de Ana podemos enfatizar que existia por parte desses entrevistados a vontade de retornar a terra, resgatando um modo de vida que os mesmos já haviam vivenciado. Assim, podemos concluir que, o território imaterial do campesinato é caracterizado pelos saberes, e valores culturais que carregam consigo uma herança agrária milenar, sendo camponeses todos aqueles que vivem na terra e do que nela produz, plantando e colhendo o alimento que vai para a mesa de sua família e para a mesa de outras famílias. Ainda aqui, vale destacar, que o camponês recria no decorrer dos anos diversas estratégias para poder permanecer no campo e se reproduzir através dele, lutando sobre tudo, pelo controle político de seu território consolidando as relações sociais típicas do modo camponês de fazer agricultura.

Porém Marques, ao se referir ao campesinato revela,

A ordem social moderna é organizada pelo mercado e pelo princípio de competição, tendo como valores o indivíduo e a razão. A relação dialética entre tradição e modernidade perpassa toda a cultura brasileira. Não há um destino pré-determinado para o campesinato na sociedade brasileira. O destino dessa classe social é definido ao longo de sua própria história pelas posições que ocupa no campo de lutas que se forma em torno da questão agrária. (MARQUES, 2002, p.2).

Os camponeses formam uma categoria política que expressam uma identidade, valores e possibilidades de organização social, que foi materializada através de lutas. Essa organização diferencia o camponês dos outros trabalhadores, pois esses estão atrelados aos princípios da força de trabalho familiar, manutenção dos meios de produção, que passam a objetiva as condições de vida e a reprodução de suas famílias. Porém, o campesinato só pode ser analisado a partir do contexto histórico em que está inserido e também através da estrutura de sociedade onde se reproduz, pois esses fatores são predominantes e interferem nas formas de produção e na vida social (MARQUES, 2002). Em suma, não se pode perder de vista que o campesinato também está vinculado ao desenvolvimento desigual e combinado do capital, onde temos clareza que eles não são desconhecidos do capital, mas sim instrumentos necessários para a reprodução do mesmo, embora também, sejam empecilhos para a reprodução dos mesmos.

5.4 O MST: da formação dos acampamentos aos 28 anos do Assentamento Reunidas.

No decorrer das entrevistas perguntamos também sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, com o intuito de saber quando foi o primeiro contato dos entrevistados com o movimento e também conhecer um pouco mais sobre a atuação do MST

nesse acampamento e assentamento, já que os mesmos foram escolhidos para a realização da pesquisa por existir a presença do movimento neles.

O acampado Joaquim me disse que não saberia avaliar tão bem a presença do MST no acampamento, porém em sua fala quando ele diz “eles falam e a gente tem que acatar aquilo”; “é um batalhão, vamos vamos, o comandante manda e a gente né, aderir”, fica claro que não existe um diálogo ou um trabalho com essa base acampada pelo movimento, onde Joaquim declara que realiza as ações que o movimento pede, na espera de um retorno.

[...] eu entrei em um acampamento e nunca mais sai, mudaram o nome só né [...] Eu não tenho bem informação disso ai pra falar, como que acontece, como que anda, como que tá, e a gente vai numa assembleia, vai numa coisa, vai em outra, então a gente nunca sabe a verdade né. [...] É assim né quando tem uma assembleia que vamos fazer um movimento, eles falam e a gente tem que acatar aquilo porque é tipo assim, é comandado tipo assim né, é um batalhão, vamos vamos, o comandante manda e a gente né aderir, mas espera um retorno disso daí. (JOAQUIM, 2014).

A acampada Tereza, já é mais direta em sua fala e me diz que não vê mais a presença do movimento no acampamento, e quando vê é para uma ou outra tarefa específica e relata,

Não tem organicidade nenhuma porque eles quase não aparecem aqui, quando aparece aqui é só pra fazer ocupação, só, que eu saiba assim não tem nenhuma participação deles, o único que vem aqui é o padre de vez em quando, também, mas é que você não vai ficar sabendo nada porque eles vem, conversa com o coordenador, ninguém sabe de nada nada nada, e fica esperando. (TEREZA, 2014).

Na conversa com a acampada Camila, ela me disse que já conhecia o MST antes de vir para o acampamento, pois sua mãe já havia sido acampada no Brejo Alegre durante dois anos, mas desistiu porque seus 5 filhos eram muito pequenos e o acampamento iria mudar para a beira da pista, e na época havia morrido um menininho atropelado nessa pista. Porém depois de passado 9 anos desse fato, essa família voltou a ser acampada unindo-se ao acampamento Argentina Maria. Ela relatou “Eu fiz curso de militância, mas eu não segui não, e eu não sou nada não, sou moradora, to com o MST pela luta da reforma agrária” (CAMILA, 2014).

Quando perguntada sobre a atuação do movimento, ela relatou a importância do MST na formação dos acampamentos e na conquista de assentamentos pelo Brasil e também sua atuação além da conquista da terra como fazendo parte de negociações com o governo e contribuindo para a conquista de políticas públicas para os assentados, porém, ela também diz que no momento ela observa o movimento distante da base.

As lutas que o MST, que o movimento do sem terra faz eu acredito que sim, porque a gente vê bastantes pessoas assentada né, bastantes pessoas que conseguiu os negócios do banco, eu acredito que sim que seja uma boa forma. [...] É eles tem uma organicidade sim, tipo, no momento eles são tipo assim, parado, não são vindo aqui, mas de vez em quando eles aparece sim, mas no momento assim, está meio distante. (CAMILA, 2014).

Os acampados entrevistados relataram que conheceram o MST no processo de luta pela terra, só Camila conhecia anteriormente em virtude de outro acampamento que a mãe já havia participado, já Joaquim e Tereza conheceram o movimento quando ficaram sabendo da luta pela terra e da reforma agrária. Os três acampados entrevistados no decorrer da entrevista se mostravam revoltosos com a organização e atuação do MST nesse acampamento, principalmente porque quando as famílias vieram para o acampamento, segundo eles, existia uma promessa por parte do MST de que em 3 meses eles estariam assentados. Essa oratória de que em 3 meses eles conseguiriam a terra perpassou a fala dos três entrevistados. As falas convergiram no sentido de relatar que depois que eles perderam a Fazenda Corredeira ficaram esquecidos pelo movimento, porque quando eles estavam na frente da fazenda e ela ia sair e assentar todo mundo, o MST sempre estava presente, porém, depois do despejo nada mais aconteceu.

João, a liderança acampada do MST também fala com muita revolta sobre as condições deles no acampamento, sobre o tempo de espera e sobre o esquecimento do próprio MST para com esses acampados. Ele acompanha o movimento desde que o mesmo chegou a promessa há 28 anos, e há 10 anos está acampado liderando o acampamento.

Faz-se necessário destacar que nesta parte da entrevista, quando começamos a falar do MST e de sua atuação no acampamento, a esposa do entrevistado, Antonia, que estava presente no momento da entrevista, mas não estava participando da mesma, tomou a palavra de João e num ar de revolta desabafou. Neste momento eu perguntava para João se existia no acampamento algum processo de formação com as famílias acampadas, já que eles estão há quase 10 anos naquela situação, assim, quando João se preparava para fala, Antonia, que também é uma liderança no acampamento tomou a palavra e disse:

Tem, sabe qual é o processo de formação? Nós ta aqui a muito tempo é abandonado, fala a verdade logo, abandonado pelo MST, abandonado por todo mundo, aqui, você ta pensando que povo de MST vem aqui? Aqui não vem não, aqui eles não vem dar um respaldo pra ninguém, não vem fala nada pra ninguém. Eles falam “ah acampamento do MST”, mas que acampamento do MST é esses que eles nem aparecem no acampamento, nós ta aqui a muito tempo é abandonado. [...] O MST tem que percorre os acampamentos, pega as pautas de cada acampamento e ter uma pauta só e entregar. [...] então nós esta a abandonado aqui a muito tempo, desde quando a gente veio pra cá, depois que nós perdemos a corredeira acabou, quando nós tínhamos a fazenda corredeira, que era a fazenda colírio os olhos de todo mundo, todo mundo ficava bajulando nós. Porque se sai um assentamento grande, opa nome pro MST, depois que nos foi despejado, do jeito que nos chego aqui ficou, se nós sai daqui agora e ir pra beira de uma fazenda lota, ai é nome, então é complicado né. E nós entra em pauta aqui de alguma coisa porque nós temos uns amigos do assentamento que fala “põem a pauta de vocês junto com a nossa”, só que isso ai é feio gente, pauta de assentamento é de assentamento, pauta de acampamento é de acampamento, você entendeu, então nós ta é abandonado, quando você tem uma área corre todo mundo põe planilha, ai quando tem luta ai sabe ligar ai nós existe você entendeu, ai liga pra falar arruma x de família pra ir pra lá, quer

dizer ai é usar as famílias. Agora, o que está acontecendo aqui é cada um pra si, o pessoal esta aqui pra não pagar aluguel na cidade porque não tem meio de volta pra cidade sem emprego e alugar uma casa, então as famílias fica aqui não esta pagando nada já acostumou a viver nisso aqui mesmo, você entendeu, mais não tem sonho mais de nada, o pessoal vai sonhar com o que, pelo menos se tem um projeto, se aparece, se tem reunião, gente só de ter uma reunião o pessoal já fica todo contente, aqui não tem nada, morreu, acabou. [...] Muita gente foi embora, são poucas as famílias, porque o que você vai fazer você não tem área não tem nada, quando tem área o INCRA não compra. Nós eramos muito articulado, você viu que eu nem falei muito e fiquei na minha, porque começa a falar eu comecei a ficar revoltada com isso ai, porque nós ficava andando pra tudo quanto é lado tudo que tinha a gente estava, nós largava a nossa vida, então nós paro nós queto, nós estacionou, nós não vai mais atrás de nada, esta acabando o acampamento, mas porque, porque cansou de ouvi blablabla, mentira, é só conversa, é tudo mentira [...] Nós estamos muito revoltado, muito revoltado, muito revoltado mesmo [...] então você perde o sonho né? Que nem eu falei pra ele, vamos ficando aqui ate quando der, a gente ia embora, daí resolvermos ficar. (ANTONIA, 2015).

João, liderança acampada, retomando a palavra complementou:

Quem foi assentado a menos de 5 anos? Não teve! [...] e tem mais com quem você conversar, você pode falar com nossa autorização que nós esta aqui ta é revoltado, abandonado, a muito tempo, dois anos, por tudo, por MST, pelo INCRA então nem se fala, por tudo, tá pode fala. Tem um ouvidor agrário, quem é esse ouvidor agrário cadê? Que cor que ele é? Ele é magro, gordo, moreno, preto? Nunca vi!. (JOÃO, 2015).

Assim, após essa declaração questioneei então se eles não eram convidados para as reuniões do movimento, já que são as lideranças do acampamento e esse acampamento se coloca como um acampamento do MST, e João me respondeu:

Não, nem chama, é o que eu to falando é porque nos estamos aqui, se nós for pra frente de uma área, nossa senhora [...] mas nós não é convidado porque se for convidado eles sabem que se nós for lá a gente vai descer o pau neles, daí já deixa do lado. Porque se nós for lá a gente vai falar a nossa realidade e eles não gostam de ouvir a realidade eles gostam que a gente apoie só a realidade deles, só a deles. [...] E você vai falar o que pras famílias? não tem nada pra falar, não tem nada, não tem nada é difícil [...]. (JOÃO, 2015).

Analisando o depoimento de João e sua esposa Antonia, constata-se a sensação de abandono por parte do movimento a esse acampamento, observa-se que falta articulação do MST com esse acampamento, pois mesmo nele existindo as lideranças do movimento, essas já não se fazem mais representativas ao MST, pois eles são convocados para instancias deliberativas, como para as reuniões, para discutir uma articulação com outros acampamentos, para tentar uma reunião com o INCRA etc., como destaca Antonia, as famílias só são chamadas quando o movimento necessita de números para fazer uma manifestação, e segundo ela, “ai é usar as famílias”. Assim, tanto os acampados como a liderança acampada desse acampamento falaram por diversas vezes que estão esquecidos, que as informações nunca chegavam até eles, que estão por ali porque ainda resta uma pontinha de esperança de sair as terras, mas que esta cada dia mais difícil acreditar que conseguirão um pedacinho de chão. Em

um final de conversa, o acampado Joaquim me disse que do MST só havia a bandeira no acampamento e nada mais.

Os depoimentos dos assentados convergem com as análises que os acampados fazem do movimento, existe em todos os depoimentos colhidos um ar de abandono ou esquecimento por parte do movimento no decorrer dos anos, porém, eles ressaltam que esse esquecimento ou refluxo do movimento aconteceu no decorrer dos anos porque no começo tudo que eles conquistaram era junto com o MST, eles iam para a luta e tinham as conquistas, como podemos observar no relato dos assentados Francisca e Pedro.

Eu tive muita participação, de apoio, de assim, de ir em manifestação, mas tipo assim, tudo que nos conseguia negociação era através deles, então ‘ah tem que ocupa a secretaria da agricultura’, daí nos íamos junto com eles ocupa pra vim fundos pra gente tocar a terra. [...] Eu era mais no apoio, na luta pela tudo, todos juntos. [...] Hoje pra mim, aqui pra nós, hoje ele nem existe mais, assim, pela atuação dele mesmo, porque com o passar dos anos os que estavam lá dentro que eram mais cabeça, mas assim pra frente mudou, foi saindo sabe, [...] entro uma turma nova e essa turma nova eu não conheço, conheço o pouco do que restou. Assim, de primeiro nos éramos unidos, depois ‘ixi’, hoje não tem mais MST aqui dentro. (FRANCISCA, 2014).

A assentada Francisca também resgata em seu depoimento que o MST e a reforma agrária estão parados porque os assentados não estão participando ativamente do processo, porém acredita que em outros lugares existem movimentos fortes de luta pela reforma agrária.

[...] ela (a reforma agrária) via movimento, ela ta parada porque nós não estamos participando dentro, mas assim, eu sei que ele esta continuando lá fora, da muito sustento lá fora, ta levando muita gente pra terra, [...] E não é reconhecido o MST né, assim como um órgão, ele não é reconhecido pelo governo, mas para o povo ai a fora ele é reconhecido ate demais. (FRANCISCA, 2014).

O depoimento do assentado Pedro complementa o anterior, onde diz,

Eu conheci o MST na cidade, fiz dois anos de base, e aqui dentro do assentamento sempre fui simpatizante, não fui dirigente nada disso, mas sempre participei do movimento apoiando, eu era tipo um figurante, onde tinha uma ocupação eu estava lá no meio, indo pela causa, pelo que eu acreditava, muitas vezes eu era muito critico ao movimento porque muitas vezes eu não concordava [...] Dirigente nunca, mais figurante, simpatizante isso ai eu fui. (PEDRO, 2014).

Porém ao falar sobre a atuação do movimento hoje no assentamento ele diz,

Hoje na verdade, o movimento pra nós aqui, ele fracassou muito, então se você for depender do movimento hoje, não tem condições de você apostar no movimento, hoje você tem uma luta de classe. É que o movimento ficou lá atrás, hoje o movimento é mais governo que movimento, é, como diz o ditado, quando você começa a trabalhar a base do lado do governo você vira governo, a maioria dos nossos dirigentes hoje é tudo político, esta tudo no governo. Então hoje o movimento está mais pra informações, mais informativo do que acontece em Brasília, é mais informativo, mais assim em reação de trabalho não existe mais, e hoje aqui no assentamento, nos não temos nem condições de levantar a bandeira do MST aqui no assentamento, porque o povo não acredita, não acredita, acho que é aquela história, você tem um sonho, só que esse sonho não decolou então chega um momento que você desacredita [...] os dirigentes que você acreditava no começo que no fala fazia você chorar, só que depois virou uma corrupção, os que não eram

corruptos foi pro governo, e começou a trabalhar contra você, porque tem muito disso, era do movimento ate a alma daí entro no governo e começou a trabalhar contra seu povo, e ai, você vai acredita, você não vai acreditar num movimento desse, foi onde começou desanimar e foi por isso que quando você chegar aqui, a turma mais bate no movimento, mais bate, porque na realidade é aquela historia, o movimento joga você na terra e te abandona, seja o que Deus quiser e joga na mão do governo, mas sabe como o governo é, o governo não quer nem saber se você existe, daí o movimento jogou nos na terra e agora deixa que Deus toma conta, por isso que a gente desacredita, eu acho que o movimento hoje na minha avaliação, não se considera mais como um instrumento de luta, pode ser que amanha eu esteja ate mentindo, mas hoje não, e pra levanta essa bandeira, só se vier uma repressão muito grande mas enquanto tiver o governo Dilma, o Governo Lula, que é um governo muito light, não se levanta mais. (PEDRO, 2014).

Assim, Pedro faz sua avaliação refletindo sobre questões práticas, segundo ele, o processo de luta pela terra não pode parar no momento da conquista, e ele sentiu que após a conquista da terra, os assentados já não tiveram mais tanto a presença do MST como antes, e no decorrer dos anos de assentados esse processo de intensificou, deixando o movimento de ser, em sua concepção, uma ferramenta de luta dos assentamentos e passando a ser uma instância informativa. Muitos desses acontecimentos eles atribuiu ao fato do MST e alguns de seus dirigentes terem sido cooptados pelo governo, não realizando mais as lutas precisas e sim, tentando resolver os problemas da reforma agrária com políticas de conciliação, porem segundo ele, não há como se fazer um movimento assim, pois quando o movimento se distancia da base e se aproxima como o MST se aproximou do governo, o mesmo também se torna governo.

A assentada Janaina, nossa entrevistada e assentada mais jovem, nasceu no assentamento e faz seu relato junto ao que observada no seu ambiente familiar, já que sua tia e integrantes da sua família eram muito ligados ao MST.

Bom eu já nasci aqui no assentamento, esse assentamento sempre teve a característica de sempre ser mais orgânico no MST a contrario dos outros que quase sempre os pessoal no mais conquistaram a terra e deixam o movimento, mas esse aqui sempre teve a característica de cursos de formação de base, então, sempre tinha esses bastante cursos aqui e como minha tia já foi dirigente nacional, então a gente sempre foi mais orgânico que os outros locais, tinha aqui encontro sem terrinha, eu ia essas coisas, sempre tinha alguma coisa e eu participava e como minha tinha tava sempre assim, ela sempre levava os sobrinhos, e foi mais ou menos assim que a gente foi entrando, e também porque meu pai sempre foi do movimento, apoia bastante porque a gente conquistou a terra pelo movimento e a gente sempre agradece o movimento por isso. (JANAINA, 2014).

Desta forma, perguntei a ela sobre sua trajetória dentro do movimento, se ela já havia ocupado algum quadro de dirigente no movimento, ela me respondeu que, “Não, eu só sempre atuei como militante, nunca tive nenhum cargo de coordenação ou direção, mas porque também eu estava estudando e depois que eu acabei o terceiro ano eu já fui pra lá, então eu

não saia muito daqui, mas eu participava dos encontros estaduais, essas coisas” (JANAINA, 2014).

Questionada sobre a atuação do movimento no assentamento e na agrovila campinas, Janaina respondeu que essa é uma preocupação do movimento e que eles têm levantado essas discussões para conseguirem avançar enquanto movimento. E relatou que,

Essa é uma discussão que a gente vem tendo agora, de como esta o MST nos lugares que foram conquistados, é e um dos nossos grandes problemas é que os lugares conquistados mais antigos é exatamente onde o MST já não tem mais atuação, que a gente, que é o problema que a gente vê, de que nos conquistamos a terra e pensa que já é isso, mas que é só faz o trabalho de base na questão dos acampamentos, e quando já conquista já deixa esses assentamentos de lado, que e isso que a gente tava tentando reconquista volta pra base, então aqui parou bastante o processo, antes era bastante ativo principalmente quando foi conquistado aqui o espaço, mas aqui quase não existem os encontros, cursos de formação, de base, já praticamente não existem os daqui. (JANAINA, 2014).

Ela prosseguiu falando sobre qual é o momento que o MST vem passando, inclusive de seu cenário ideológico.

Agora, todas as discussões é pro olhar interno, o que nós estamos fazendo e o que a gente fez ate hoje e o que nos vamos fazer, foi a partir desse momento e por encontrar todos esses probleminhas que a gente é, porque o MST sim é visto internacionalmente como revolucionário, o Brasil necessita do MST, vários lugares que a gente vai, em Cuba, os colombianos, ‘não o MST tem que continuar’, mas a gente é bastante bem visto externamente, mas só que internamente a gente está com bastante problemas, então a gente viu a necessidade de olha pra dentro e tenta concertar os nossos erros que foi tudo essa questão desse esquecimento que teve da base porque são vários mesmo o que são do MST, mas quando você vai ver em si, não são todas essas pessoas assim que são orgânicas, por essa questão de ter conquistado a terra e depois ter esquecido da base e não ter continuado essa processo de formação, pro povo sim estar na organicidade, então a gente ta nesse projeto de volta pra base, de continuar com os cursos de formação de base, de volta pra essa questão de senti MST, ser MST, dessa questão de reforça o vigor de ser militante, então a gente esta voltando mais, e agora surgiu também o negocio da reforma agrária popular, nosso projeto de reforma agrária popular, tem um livrinho e tudo, é um sonho bastante utópico, mas vamos ver. Se você ver o projeto é tudo muito bonito, mas é complicado de verdade de colocar em pratica mas vamos ver. Porque nossa que lindo de verdade lendo a questão da reforma agrária popular, nossa tudo de verdade muito lindo, e se a gente conseguisse por em prática, nossa seria maravilhoso. (JANAINA, 2014).

Ana, liderança assentada entrevistada, disse que voltou a atuar na direção estadual do movimento em Fevereiro/2015, e ao falar do MST começou me contando de sua trajetória dentro do movimento,

[...] como o tempo e depois que nós ocupamos aqui, eu comecei a fazer parte da direção regional do movimento no setor de comunicação, daí eu fiquei por mais de 15 anos na direção, eu fui da direção do estado do setor de comunicação, inclusive a radio a gente trouxe pra cá porque eu estava no setor de comunicação né [...] a outra coisa é a seguinte, enquanto houver um sem terra mesmo eu tendo terra, mesmo eu tendo casa, mesmo eu tenho a estrutura que eu conquistei, eu não posso dizer que eu não sou sem terra, porque existem milhões de sem terra na beira da estrada que precisa da minha compreensão do meu apoio e da minha luta, essas duas coisas eu tenho comigo e é sagrado [...] eu sou assentada, sou graças a Deus através da nossa

luta, mas eu tenho que me preocupar com quem esta na beira da estrada [...] [...] porque existe coisa errada, existe, existe coisa que aborrece a gente às vezes mais eu só não admiro o movimento e estou ele por causa de pessoas que pensam desta forma, eu estou no movimento para ajudar, eu construir, eu ajudei a construir o movimento. (ANA, 2014).

A liderança assentada Ana, concorda com os demais assentados, e diz que ao longo desses anos de assentamento houve sim um auge do movimento e depois dentro do assentamento se perder muito dessa questão organizativa e só agora se vem tentando construir novamente esse processo de presença do movimento no Assentamento Reunidas, porem, nos coloca que se o movimento não esteve presente ali fisicamente, esteve presente em muitas conquistas que pouco reconhecem e cita algumas conquistas de créditos e de rebates das dividas que, segundo ela, fazem parte de conquista que o movimento teve através da luta durante esses anos.

Então, como houve nesses 26 anos aquele auge do movimento aqui dentro tinha direção regional direção estadual, tinha secretaria do movimento, houve uma frieza muito grande com essa questão da organização da direção regional do movimento, foi praticamente quase zero, quase nada, ai houve a nossa retomada comigo e a Maria na direção [...] mas nos fala, que se hoje a gente tem tantos acampamentos e pré assentamentos foi graças a luta do movimento [...] e a negociações das dividas também, quem fez, foi as lideranças do movimento, mas as pessoas não vê isso como uma luta nossa de 5 dias em Brasília, de 15 mil pessoas participando, do enfrentamento com a policia que muitos apanharam, e o movimento estava lá, dando a cara pra bater, pra poder negocias essas coisas que esta afetando todo mundo dentro do assentamento [...] outra coisa foi a questão do projeto moradia da caixa econômica já esta saindo o restante que tinha ficado pro pessoal receber, esta saindo tudo agora, tem gente que já esta arruma as casas com o dinheiro que saiu que também foi uma negociação nossa. As bolsas, quantas bolsas tem por ai nas faculdades, o movimento esta com um elenco de bolsas pra filhos de assentados estudar [...] são coisas que o movimento esta fazendo, e fora os projetos, o programa terra forte, o programa eco forte, o terra sol também que saiu pelo movimento [...]. (ANA, 2014).

Tanto os acampados quanto os assentados nos colocam vários pontos para a reflexão sobre a atuação que o movimento vem tendo dentro dos espaços conquistados pelos mesmos. Quando o assentado Pedro relata que quando conquistaram a terra foram largados pelo movimento e a assentada Janaina nos coloca que a reflexão hoje é o retorno a essa base, podemos observar que realmente existem problemas no decorrer dos processos que vão desde a conquista da terra até a estabilidade das famílias e do assentamento conquistado. Porem observa-se que no decorrer desse processo os entrevistados se veem sozinhos, pois, por muitas vezes o movimento já não se faz presente.

Por detrás dos relatos, pude observar um sentimento de grande inquietude tanto por parte dos acampados, que não tem respaldo algum do movimento e relatam estarem abandonados e sem notícias sobre o futuro, tanto por parte dos assentados, que aderiram essa luta com o movimento conquistando a terra, mas que não conseguiram avançar ainda mais nas

conquistas por não conseguirem manter a mesma unidade que tinham anteriormente. Porém, é necessário destacar também a fala dos assentados e liderança assentada que frisam que existiram muitas conquistas junto ao movimento e essas não deixam de ser mérito do movimento, apesar de ressaltarem que no decorrer dos anos houve uma diminuição nas lutas, que pode ser caracterizada segundo o assentado Pedro pela cooptação de parte dos dirigentes do movimento pelo governo, mas também como a assentada Francisca coloca, pela falta de atuação dos próprios assentados que foram deixando de atuar no movimento.

Desta maneira, embora exista esse sentimento por parte desses acampados e assentados, vale resgatar também que o MST tem passado na última década por um momento de refluxo de suas lutas e um amplo processo de criminalização por parte das elites e de alguns setores governamentais através da mídia. E, com a vitória de Lula, em 2003, por um lado criou-se um ambiente favorável ao debate da Reforma, mas por outro, ajudou a desmobilizar os movimentos sociais, em especial, o MST, pois existia uma conjuntura onde acreditava-se ser favorável para a negociação, por ser um governo de esquerda e que nasceu junto a essa base e que sempre apoiou as causas sociais, e sendo assim, não seria então necessário os grandes entrevas de lutas nas ruas para impor as demandas, como era no Governo FHC. Assim, essa desarticulação e desmobilização do MST pode ser sentida diretamente nas suas bases, como foram relatados nos depoimentos acima citados.

Porém mesmo com essa desmobilização que ocorreu no Governo Lula, o MST conseguiu pontuar algumas ações que foram importantes para não comprometer como um todo o processo de luta e reivindicações para a realização da reforma agrária.

Resgatando alguns dados das ações do movimento, entre os anos de 1990 e 2001 o MST foi responsável por 2.194 ocupações de terra com o montante de 368.325 famílias. Em 2003, tínhamos visivelmente três sujeitos importantes a se destacar nessa temática, os movimentos sociais, os ruralistas e o governo, onde,

Os movimentos sociais, especialmente a CONTAG e o MST, centraram suas reivindicações no assentamento imediato das famílias acampadas por todo país e na revisão da legislação agrária, como na medida provisória que exclui da Reforma Agrária os trabalhadores que participam de ocupações e impede a vistoria das terras ocupadas e na atualização dos índices que mede a produtividade da terra. Por sua vez, os ruralistas, que ficaram tranquilos até os últimos anos voltaram a dar declarações contra o que denominam de ilegalidades e crimes contra a propriedade privada. (ALBUQUERQUE, 2006, p. 94)

As ações no movimento no Governo Lula começaram antes mesmo da aprovação do II PNRA, os trabalhadores rurais saíram em marcha unitária até Brasília, exigindo a aprovação deste plano, e assim, mesmo com duras perdas em sua elaboração foi anunciada a aprovação do II PNRA. Nesse período também se realizou o Fórum Nacional pela Reforma Agrária e

Justiça no Campo, que deu origem a Carta da Terra, em defesa da reforma agrária e da agricultura familiar.

Em 2004, o governo não havia sinalizado ações que poderiam recuperar os números do ano anterior, após esse entendimento o MST se mobilizou e organizou uma jornada de lutas denominada Abril Vermelho. Tal jornada tinha como objetivo pressionar o governo para cumprimento do Plano e esclarecer a sociedade sobre o problema da terra e da agricultura no Brasil. A jornada de lutas de 2004 conseguiu concretizar 127 ocupações de latifúndios em 30 dias. Porém, segundo Oliveira (2007) mesmo com as ações do movimento os dados da Reforma Agrária esse ano não foram expressivos cumpriu apenas 8,4% da meta 1 do II PNRA.

Em 2005, continuaram as manifestações e ações do MST pela reforma agrária no país, ocorreu neste ano uma marcha do MST, que reuniu cerca de 12 mil trabalhadores rurais de 22 estados e mais o Distrito Federal, eles marcharam mais de 200 quilômetros durante 17 dias. Os trabalhadores rurais saíram de Goiânia em direção a Brasília, como o intuito de exigir do Governo que fossem cumpridas as metas acordadas no II PNRA. Outras organizações populares também compuseram a marcha, como o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Conferencia dos Religiosos do Brasil (CRBA), etc., além do apoio da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) (ALBUQUERQUE, 2006).

Segundo Oliveira, mesmo o governo tendo reforçado seu compromisso com os movimentos sociais após a pressão exercida por essa marcha, ao divulgar os números dos anos de 2005, podemos perceber que das 127.511 famílias assentadas apenas 47.561 eram assentamentos novos. Assim somando os 3 primeiros anos de mandato, o governo tinha cumprido apenas 25% da meta estabelecida.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável para uma Vida Digna no Campo, que Lula e o PT apresentaram em 2006, reafirmaram o compromisso com a reforma agrária, compromisso mesmo que havia sido feito no primeiro mandato, mas não havia tido sucesso, “O programa de governo incorpora a reforma agrária ampla, massiva e de qualidade como parte fundamental de um novo projeto de desenvolvimento nacional (PARTIDO DOS TRABALHADORES, 2006, p. 23). Porém, Lula não se comprometia apenas com os movimentos sociais, nesse momento também se comprometeu com a elite agrária que também era peça chave para sua campanha eleitoral e governabilidade.

Os maiores índices de ocupações no Governo Lula ocorreram no período 2003-2006, e foi resultado da cobrança do compromisso assumido por esse governo no II PNRA de realizar

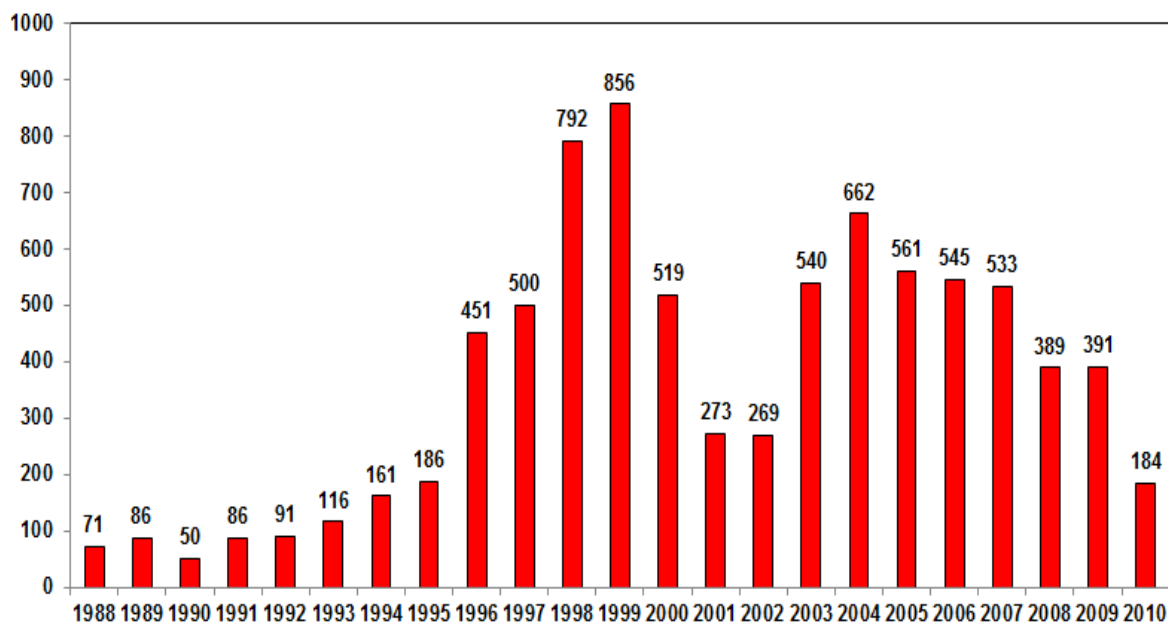
um reforma agrária abrangente, porém apenas se mostrava no plano do “diálogo”. Entretanto, Sauer (2010) afirma que as diminuições das lutas e mobilizações por terra no Brasil no período do Governo Lula foi consequência desse diálogo existente entre Lula e os movimentos sociais, principalmente com o MST, desmobilização essa que foi ocorrendo ao longo dos anos (FIORINI, 2014). Podemos observar esse processo na tabela 3, relativa às ocupações realizadas pelo MST nos anos de 2006 e 2010, respectivamente último ano do primeiro e do segundo mandato do Governo Lula, onde é visível o processo de diminuição das ocupações tendo, por exemplo, em 2006 292 ocupações a nível nacional contra 107 em 2010. Nesta tabela podemos observar também um balanço entre os anos de 2000-2010 do número de ocupações e famílias envolvidas.

Tabela 3 – Brasil – Ocupações realizadas pelo MST por Macrorregiões.

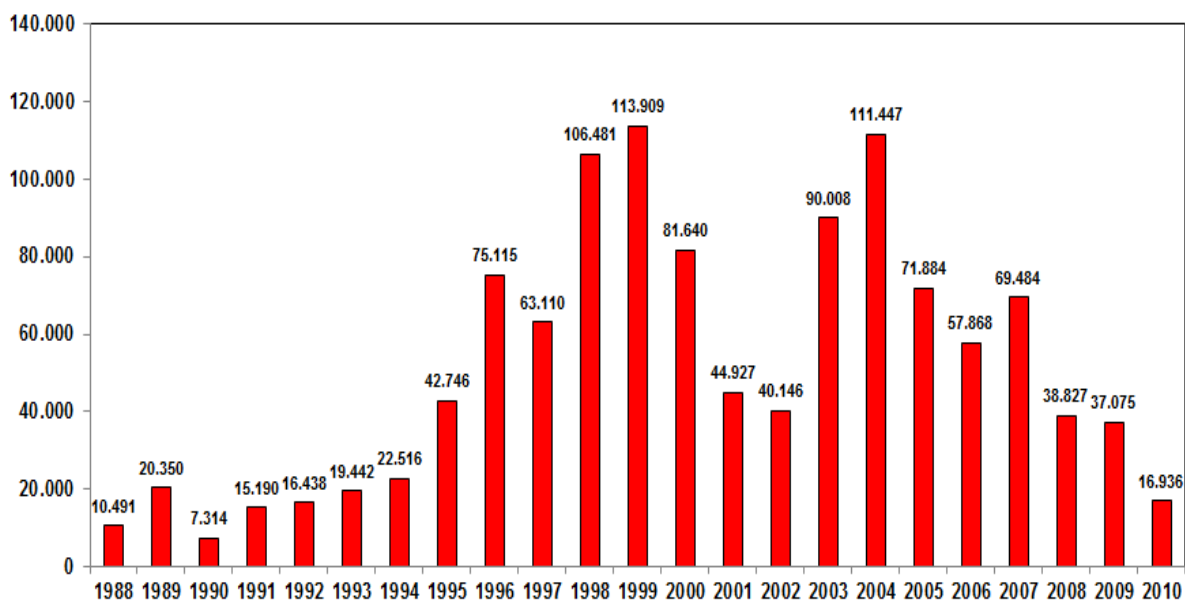
| | 2006 | | 2010 | | 2000-2010 | |
|-----------------|-------|--------|-------|--------|-----------|---------|
| | OCUP. | FAM. | OCUP. | FAM. | OCUP. | FAM. |
| NORTE | 17 | 2.057 | 1 | 150 | 104 | 22.792 |
| NORDESTE | 101 | 13.383 | 66 | 7.293 | 1.136 | 176.705 |
| C. OESTE | 20 | 2.765 | 5 | 1.200 | 231 | 58.180 |
| SUDESTE | 118 | 7.739 | 30 | 2.700 | 756 | 100.304 |
| SUL | 36 | 6.962 | 5 | 380 | 328 | 62.626 |
| BRASIL | 292 | 32.906 | 107 | 11.723 | 2.555 | 420.607 |

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2007, 2011.

Diminuíram-se a intensidade das lutas dos acampados, refletindo na diminuição do número de ocupações, e consecutivamente, aumentando a dificuldade do movimento em organizar nossas famílias para construção de novos acampamentos no país. Vale destacar que não foi só o MST que teve o número de suas ocupações e de famílias em ocupações diminuído, esse foi um processo que aconteceu com outros movimentos também, assim como podemos observar nos gráficos 6 e 7 abaixo, onde eles nos demonstram o número de ocupações totais e o número de famílias nas ocupações no Brasil de 1988 a 2010. Onde podemos observar um aumento desse número no Governo FHC e nos primeiros anos do Governo Lula, alcançando em 2010 o menor índice de ocupações e famílias em ocupações dos últimos 15 anos.

Gráfico 6 – Brasil – Número de Ocupações 1988-2010.

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011.

Gráfico 7 – Brasil – Número de Famílias em Ocupações 1988-2010.

Fonte: DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011.

Assim, no Governo Lula o movimento passou a sofrer ainda mais críticas de setores de extrema-esquerda e de direita, onde esses relatavam que o MST teria abandonado a luta pela terra e teria sido cooptado pelo governo.

Vale ressaltar aqui outra parte do depoimento do assentado Pedro onde ele enfatiza,

[...] é verdade nos teve avanço teve agora, no começo o movimento era um hoje o movimento é outro, o movimento praticamente deixou de existir hoje você quase não vê mais ocupação de terra, você não vê mais o povo ir pra rua briga pro seus direitos, mas na verdade no governo PT o povo acomodou achou que o governo ia dar tudo na mão né e na verdade não é isso, não é isso, não é porque o governo é meu que eu tenho que ficar em casa esperando que vai acontecer, e não é isso, se eu não tiver lá pressionando pode ser qualquer um que não vai fazer. (PEDRO, 2014).

Azevedo (2012) afirma também que,

Apesar do diálogo existente, o governo Lula não priorizou ações significativas como a democratização da propriedade da terra, e muitas famílias em ocupações acabavam por abandonar a luta, uma vez que não acreditavam mais nas propostas governamentais em relação à política de assentamentos, visto que o próprio número de assentamentos também decaiu no segundo governo petista. (AZEVEDO, 2012, p. 177-178).

Em suma, podemos dizer que a realização da reforma agrária pressupõe forças sociais que tenham capacidade de mobilizar a população para impor suas pautas e demandas, pois é somente através desse acúmulo de forças que se poderá vencer a resistência dos grupos econômicos e sociais que resistiram e resistem até hoje a realização da reforma agrária. Desta forma, o que nos foi retratado nos relatos de nossos entrevistados foi o processo ocorrido em decorrência dessa “cooptação” e/ou intenso diálogo com o governo, onde, por sua vez o MST esqueceu de se articular sua base de assentados e acampados estando diretamente envolvido com as promessas que tal governo realizava para a reforma agrária.

A entrada de Lula na presidência do país em 2003 e, posteriormente, a sua reeleição, em 2006, representou, de acordo com Oliveira (2003), ‘um caleidoscópio de protestos, promessas, possibilidades, frustrações, insegurança, falta de horizontes’ para a classe trabalhadora do Brasil. Longe de se posicionar como um governo ‘antineoliberal’, o governo do PT continuou o processo de ‘ajustamento constrangido’, em nome do ‘neodesenvolvimentismo’. (FIORINI, 2014, p. 52).

Assim, como apareceu nos depoimentos acima, o Governo Lula exerceu sua política de boa vizinhança, passando a cooptar o potencial de mobilização das massas através de políticas assistencialistas e através também da cooptação dos dirigentes dos movimentos sociais que passaram a atuar favoráveis ao governo. Este Governo também estabeleceu pactos sociais construídos com os movimentos sociais, que por sua vez, acabaram esvaziando-se no discurso da governabilidade, da cidadania e da participação (DIAS, 2006).

Porem, ao completar seus 30 anos o MST reuniu, em fevereiro de 2014, em seu 6º Congresso Nacional do MST, no ginásio Nilson Nelson, cerca de 15 mil pessoas de todo o país para reavaliar suas ações e começar a reformular diretrizes dentro de um novo conceito de reforma agrária para o país. De acordo com a entrevista de Marina Santos, coordenadora do congresso do MST, as principais discussões passaram pelo novo lema para o movimento e também para realizar uma avaliação cuidadosa de novas ações para os próximos anos,

segundo ela “Temos 350 mil famílias assentadas em 1.200 municípios brasileiros, mas temos também 90 mil famílias não assentadas vivendo em barracas país afora, lutando pela terra. Esse modelo de reforma agrária não produz mais os efeitos desejados”.

Foi destacado também neste congresso a necessidade de criar novas formas de luta pela terra, e de também se fazer uma avaliação da reforma agrária pautada nas transformações sociais observadas nos últimos anos. Porém, um dos pontos destacados retoma a avaliação dos nossos entrevistados, onde foram colocados os desafios relacionados à organização do movimento e também o desafio de resgatar o papel político dos assentamentos em defesa da reforma agrária.

Em suma, alterando seu lema de “Reforma agrária por justiça social e segurança alimentar” para “Lutar, construir, reforma agrária popular⁸”, na perspectiva de organizar acampamentos e ocupar terras, porém, agregando junto a essa demanda, a reorganização dos assentamentos, onde se faz necessário a viabilização da produção e comercialização por meio de cooperativas e agroindústrias, que viabilizem de fato o desenvolvimento do meio rural (MST, 2014).

5.5 Reforma Agrária, sonhos e conquistas: a luta pela terra e pela permanência na terra.

Partimos do pré-suposto que a reforma agrária é uma política territorial que serve para minimizar a questão agrária, onde compreendemos a questão agrária como sendo um problema estrutural do capitalismo. Assim, é parte de sua própria lógica de desenvolvimento esses processos de desigualdades, expulsões e expropriações, exclusão, que subalterniza e destrói o campesinato. Mediante esse fato, podemos compreender as conflitualidades existentes entre o campesinato e capital, onde o campesinato está subalterno ao capital, e o capital tem o poder de destruir e recriar o campesinato, mas também pela própria resistência do campesinato em determinar sua recriação por meio das ocupações de terra (FERNANDES, 2001; 2008).

Segundo o Estatuto da Terra a “Reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (Estatuto da Terra - Lei nº 4504/64). Onde na prática ela proporcionaria:

⁸ Sabemos da devida importância da proposta do MST em construir uma reforma agrária popular, porém não temos a intenção de esgotar essa problematização nesta pesquisa, desta forma, a proposta de reforma agrária popular será melhor aprofundada posteriormente em minha pesquisa de doutorado.

desconcentração e democratização da estrutura fundiária; Produção de alimentos básicos; Geração de ocupação e renda; Combate à fome e à miséria; Interiorização dos serviços públicos básicos; Redução da migração campo-cidade; Promoção da cidadania e da justiça social; Diversificação do comércio e dos serviços no meio rural; Democratização das estruturas de poder.

Desta forma, a reforma agrária buscaria democratizar a propriedade da terra, garantindo o seu acesso, onde o governo teria o papel de distribuí-la a todos que a quisessem fazer produzir e sobreviver dela.

Existe ainda uma nova elaboração feita pelos MST que é denominada de Reforma Agrária Popular que consiste na distribuição massiva de terras a camponeses, no contexto de processos de mudanças de poder, nos quais se constituiu uma aliança entre governos de natureza popular, nacionalista, e os camponeses. Desses processos seriam resultados de leis de Reforma Agrária progressistas, populares, aplicadas pelo Estado, porém com a colaboração dos movimentos camponeses (CALDART, 2012).

Sabendo da amplitude do conceito de reforma agrária e de suas variadas interpretações que não pretendemos esgotar nesse trabalho, pude notar que ao conversar com os entrevistados, a cada nova pergunta a angústia por relembrares de todos os processos vivenciados por eles aumentavam, pois muitos deles se frustraram com as experiências que tiveram por causa da tão falada reforma agrária que eles buscam ou até mesmo buscavam. Pude notar que mesmo quando estavam um pouco satisfeitos com os ganhos, ainda havia muitas coisas que eles gostariam de ter vivenciado e realizado. Principalmente ao entrevistar os assentados que estão há 28 anos nas terras e mesmo assim ainda aguardam por melhorias nas condições de vida e políticas públicas com maior planejamento e funcionalidade.

Assim, pude perguntar aos meus entrevistados, que por hora se apresentavam tão desacreditados da reforma agrária, o que seria para eles a Reforma Agrária, e obtive as mais variadas respostas, a começar pela acampada Tereza que disse:

Ah, eu acho que seria uma coisa mais concreta, isso daí pra mim hoje assim, eu penso que o movimento do sem terra é um bando de mentira, que é tanta promessa que não cumpre nada, pra mim é isso aí. [...] Mudou pra pior porque antigamente o povo tinha mais facilidade pra pegar terra e hoje ninguém pega mais nada, anos em anos na beira da estrada e não tenho nada. (TEREZA, 2014).

Joaquim, outro acampado me respondeu,

Reforma agrária pra mim eu acho que seria assim, que nem é, hoje em dia as escola tem mais recurso né, pegar dos pequeno agricultor né que fornece uma verdura, fornece um legume, fornece pra eles né. Tem um cumpadi meu, eu considero com cumpadi, ele é padrinho da minha neta né, hoje ele ta com 8 mês ele pego um lote que foi desapropriado, e dentro de oito mês ele já produzir pra ele, ele já compra a modi fazer feira, entendeu, é mais ou menos por aí, entendeu, uma pessoa esforçada

pra modi vive daquilo ali, né verdade? Ter condição de viver daquilo ali, porque não adianta você pegar um lote ai e arrenda ele, você tem que planta e colhe em cima dele, ai é você sobreviver em cima dele, entendeu?. (JOAQUIM, 2014).

Já para a acampada Camila a função da Reforma Agrária seria ajudar os pobres,

Ah, eu acho assim, que a reforma agrária é uma ajuda para os pobres né, porque nem todo mundo tem condições de ter uma casa, nem todo mundo tem condições de compra uma terra né, e todo mundo sonha em te uma terra, porque um sítio é uma fartura na vida de uma pessoa, eu acho que a reforma agrária, eu acho que ela é uma substancia muito boa, para os pobres principalmente, porque nem todo mundo tem condições de pegar um pedacinho de terra e ela da essa chance. (CAMILA, 2014).

Porem João, liderança do acampamento, é bem pessimista quanto à reforma agrária e as condições de vida que ela vem oferecendo aos assentados e ele relata.

A terra é uma ilusão, se você pegar terra você pode esta ciente que seus filhos não vão ficar com você, porque não tem condições, tem a DAP (declaração de aptidão ao PRONAF) mas é 9 mil reais,mas é 9 mil reais por ano pra família toda, você tem que planta, e é 9 mil reais que você pode entrega, mas desse dinheiro você tem que tirar seu dia de serviço, a semente e a tombação, vai cai pra 6 mil reais pro ano de lucro ai o que acontece, você tem você a mulher e mais dois filhos vai dar 120,00 pra cada um, você entendeu, e é uma judiação porque o que não temos de alimento perdendo nas roças você cai o queixo. A mulher aqui de trás do acampamento perdeu a roça inteira, perdeu um caminhão de tomate, mas você porque que é isso ai? Transporte, planta e não consegue escoar a produção. (JOÃO, 2015).

E complementa avaliando que faltam incentivos e planejamento do governo para ajudar os assentados a progredirem dentro da terra.

Por o kilo do tomate chegou onde chegou? Porque o agricultor não tem um incentivo, você planta, mas você tem pra quem vender? Daí você não tem pra quem vender daí vem os marreteiro, essas pessoas que compra avulso, (os atravessadores) vem em roça e compra caminhão fechado, compra com o preço pequenininho, o agricultor tira ali somente o preço do adubo ele não tira nem a mão de obra dele, falta incentivo. (JOÃO, 2015).

Os acampados entrevistados tem uma ideia ampla do que seria de fato uma reforma agrária, vale destacar o depoimento da acampada Tereza quando ela nos fala que para ela reforma agrária teria que ser algo mais concreto, pois a mesma sempre escuta falar em reforma agrária, mas na prática, as ações da reforma agrária ela desconhece, tanto é, que ela ressalta que está há tanto tempo atrás da reforma agrária e não tem nada. Os outros dois entrevistados acampados e a lideranças desse acampamento fazem uma relação maior com as políticas públicas que deveriam vir junto com a distribuição da terra, quando eles falam sobre plantação e comercialização dos produtos vindos da terra, e da vida mais digna que se pode conquistar no campo, através do trabalho com a terra.

Fazendo essa mesma pergunta aos assentados, ouvi de Janaina que, “reforma agrária não é só apenas o que a gente vem lutando que é a conquista da terra, nada disso, não é só

esse processo da conquista da terra, e sim toda essa questão do trabalho da terra, tudo em conjunto” (JANAINA, 2014).

A fala da assentada Janaina é complementada com a da assentada Francisca, pois elas falam sobre as políticas públicas para o trabalhador conseguir se manter na terra, pois na concepção delas a reforma agrária não é só dar a terra, mas sim das condições para esses assentados e assentadas viverem do cultivo da terra.

Reforma agrária pra mim é o seguinte, o governo que desse terra pro povo mas que desse primeiramente as condições, porque não adianta você ter a terra e não ter a condição para plantar, você não ter nem um trator, você não ter nada pra toca, nós conseguimos muitas coisas aqui mas foi na luta, a gente teve que ir atrás, no banco direto, foi na raça, então nós tem um governo bom, nós vota nele e é por isso que ele esta lá, que fizesse da reforma agrária que desse condições melhores de vida para o povo né, desde a terra, desde a educação, desde a saúde, desde um tudo, pra mim reforma agrária se um dia vier a acontece. Hoje nos somos felizes aqui essa área nossa, vem perua de faculdade busca os meninos na porta, pra nós estudar nas escolas, passa tanta matéria na televisão que parece que as pessoas vivem isolados, nem tão no Brasil, parece que nem existe, então pra mim reforma agrária pra mim é igualdade para todos, que o governo fizesse né, desde que desse condições de vida para todos, em igual, sem diferença. (FRANCISCA, 2014).

O depoimento do assentado Pedro reitera a fala das outras assentadas, ele também nos coloca que reforma agrária vai muito além de distribuição de terra. Para Pedro a reforma agrária de fato deveria dar conta de fazer o jovem rural permanecer no assentamento, onde ela deveria criar condições para que se os jovens quisessem permanecer na terra, eles pudessem e não ser a responsável como hoje, por expulsar os filhos dos assentados da terra em busca de melhores condições de vida e de um emprego na cidade.

Reforma agrária realmente é a qualidade das pessoas mais humildes dentro de um assentamento, reforma agrária pra mim é torna isso aqui empresa, tenta segura seu filhos aqui dentro, quando seu filho nascer, não pegar eles e joga pra trabalhar lá fora, ter empresa aqui dentro, empresa do próprio assentamento, formar assim, construir a partir da aqui, porque seu filhos não precisar ir lá pra multinacionais vender sua mão de obra, ele construir a sua mão de obra aqui, valorizar os seus você entendeu, isso que é reforma agrária, pro governo ate poderia ser empresa do governo, mas que seu filhos trabalhassem aqui no local, ter por exemplo, a sua produção, o alimento chegar lá lá no ponto final com o nome da empresa agricultora, não da agricultura chegar lá na multinacional, ela transformar e depois mandar, já transformar daqui do assentamento, agregar o valor daqui, daí sim você segura os filhos dos assentados no assentamento, agrega valor pros assentados, não deixa só o trabalho pesado pro assentado fazer e o lucro ficar lá nas multinacionais, porque são eles que ganham e realmente, o verdadeiro produtor está a cada dia mais miserável, cada dia mais pobre e é ele que produz o alimento e é ele que não tem valor [...] qual é o valor que eu tenho? Que valor que eu tenho como agricultor? [...] e o investimento é isso aqui (pequeninho) na reforma agrária. Eu vejo assim 8 alqueires, eu tenho 8 alqueires aqui, mas tem investimento para 3, então que dizer 5 alqueires fica ocioso, daqui que e falo se 3 alqueires pra mim eu to vivendo em cima de 3 alqueires, então eu tenho 5 alqueires que poderia ter assentado uma família lá, e tão investe em 3 alqueires em uma família, pega a outra parte da pra assenta duas, da pra tira lá da cidade, do que adianta o governo dar 8 alqueires mas não dar condições de 3, e 5 alqueires fica lá jogado. (PEDRO, 2014).

O assentado Pedro também fala sobre a desvalorização do agricultor que é quem produz o alimento para a população, mas nunca é valorizado por ela, segundo ele, ter um holerite te dá mais valor que seu trabalho todo na produção de alimentos, e ele nos faz uma pergunta “qual é o valor que eu tenho? Que valor que eu tenho como agricultor?”.

Porem, tanto Francisca quanto Pedro disseram acreditar que a luta pela terra alterou e tem alterado para melhor o Brasil.

[...] quando nos viemos de lá pra cá, quase ninguém esperava terra, hoje já tem muita gente com terra na mão, eu não sou de conhecer os assentamentos por ai não, mas minha irmã fala e meu pai também, que hoje tem uma população muito grande na terra, mas também se vê assim que os meios de vida mudaram muito na terra, e vocês não podem ver quem é mais pobre que o outro, hoje esta tudo num patamar só, só se não trabalhar mesmo, porque a terra produz e a terra dá, e a reforma agrária, ela foi boa em tudo, desde o momento que você entrou, você começa a ganhar conhecimento, mas participação, começa a entender as coisas melhor, eu aprendi tudo isso [...] eu falo que se nos vivêssemos na cidade ate hoje nos éramos igual o povo de lá, com um tapão na cara, fingindo que o mundo é perfeito, que existe problema só pra mim e não pros outros, porque tem gente que esta em situação muito mais difícil que nós, e aqui não aqui a gente aprendeu muita coisa, e eu vejo que os filhos da gente também tem uma consciência muito grande, eles aprenderam mesmo a trabalha, a valoriza o que é deles. Minha filha eu um dia falei pra ela, da vontade de vende isso tudo e ir embora, e ela ‘mãe não fala isso pelo amor de Deus mãe, quanto tempo vocês não ficaram na beira da pista? nós já ta indo, mas um dia que precisa a gente volta e faz uma casa aqui, mas vende a terra pelo amor de Deus, tira isso da cabeça’, daí eu falei que tava brincando, daí o pai dela falou ‘só se ela vende sozinha, porque eu não vou vender, era o meu sonho’. Então, é isso ai, eu vejo a reforma agrária que pra nós aqui ela é tudo. (FRANCISCA, 2014).

O assentado Pedro fala que a luta pela terra mudou muito a vida das pessoas e se coloca como exemplo, onde diz que as suas próprias condições de vida melhoraram no decorrer dos últimos anos, mas ainda enfatiza a falta de políticas que garantam a permanência no campo.

Positiva, positiva sim, porque eu coloco por mim, o que eu era e o que eu sou hoje, porque no começo, o que eu era há 12 anos atrás eu não tinha condições de compra uma bicicleta, daí as organizações foi montando associação, cooperativa, daí foi fortalecendo, daí as famílias foi melhorando, só que, quando o dinheiro entra a ganância [...] por isso que eu falo, as vezes a gente culpa o governo, mas não é tanto o governo é nos mesmo que mexe com os produtos que faz nossas própria cagada, vamos supor, eu tenho uma cooperativa, uma associação, o governo aposta nela, pois veja em 27 anos de assentamento, era pra gente ter pelo menos uma industria aqui dentro, em 27 anos [...]. (PEDRO, 2014).

Porem Pedro conclui,

[...] eu só falo assim, precisava pro assentamento, pra isso virar realmente reforma agrária, o governo tinha que investi na produção, investi não pro cara fica rico, não, mas investi pra sair produção de qualidade, ver as famílias trabalhando pra tenta formar seus filhos, tenta fazer seus filhos criar gosto por isso aqui, o jeito que esta hoje, o que é que vai acontecer, amanha vai virar um assentamento de idosos, porque os seus filhos não vão ter condições de ficar porque não tem, não tem motivação. (PEDRO, 2014).

Ana, liderança do MST no assentamento também falou sobre sua concepção de reforma agrária e sobre os avanços que ela trouxe para o Brasil junto com a luta que o MST trava dia a dia contra o latifúndio.

A minha forma de entender reforma agrária, e isso a gente aprendeu na luta, nos cursos de formação do movimento, é que reforma agrária pra mim não é só a distribuição de terra, porque muitos pensam que reforma agrária é só distribuir a terra. Um primeiro passo é distribuir as terras, tirar as terras que esta concentrada nas mãos de um só e distribuir para aqueles que precisam dela pra plantar e tirar o sustento, isso é passo, é fundamental, e a segunda coisa é você ter um investimento necessário para você se sustentar na terra [...] tem que ter os investimentos do governo, e eu não considero a reforma agrária também como agricultura familiar eu considero a reforma agrária uma luta da sobrevivência dos camponeses e camponesas, da sua cultura com a terra, não é aquele que planta uma cultura só, mas planta as culturas diversificada, pra mim reforma agrária é ter a terra mas ter o investimento necessário do governo e ter essa diversificação da produção porque você não come só batata ou mandioca, você come abobora, você toma uma leite, come verdura, a galinha, o ovo caipira, é tudo isso pra você sobreviver na terra não é só terra, daí ter a casa pra morar, a água. Então é terra, é moradia, é água, e a condição, é tudo isso, pra mim isso é reforma agrária, não só a terra. (ANA, 2014).

E continuando seu depoimento, ela falou das conquistas da luta pela terra no Brasil e salientou:

Melhorar, melhorou muito né, mas é aquilo que eu falei pra você, o agronegócio é tão grande, tão forte, porque eles plantam pra exportação, eles plantam em altas quantidades, é um desafio porque o acampamentos nossos quando chega na terra pra ser assentado se não tiver uma acompanhamento do movimento já tem outra maneira de pensar [...] a reforma agrária não é bem vista nem pelo próprio partido o PT, pra passar agora no plano de governo foi um sacrifício pra entra a reforma agrária[...] Que nem os programas do governo, o PAA, merenda escolar, o PNAE, é tudo uma luta nossa, mas muitos não vê que foi uma luta do movimento, é uma conquista do povo, mas por trás é claro que foi e é, e acabam não valorizando isso. Foi tudo uma luta de marcha de caminhada ate Brasília a pé entende, mas houve muito avanço. (ANA, 2014).

Em suma, o MST e a reforma agrária têm disputado territórios com seu principal opoente, o agronegócio. Porem, hoje não é mais possível pensar a reforma agrária na simples compreensão distribucionista, sendo ela, colocada como um luta ampla e complexa, pois defender e lutar pela reforma agrária significa lutar por todas as dimensões do território, desde a tecnologia, a comercialização, saúde, educação, saúde, etc. dando amplo respaldo das tomadas de decisões do território camponês ao próprio campesino e não através do controle desses territórios pelo capital.

Assim, a reforma agrária segundo nossos entrevistados não englobaria apenas terra, mas estaria envolta de políticas públicas que viabilizariam o acesso ao conhecimento científico para garantir melhor e maior produção; políticas que garantiriam os créditos, planejamento e escoamento da produção para que as famílias pudessem trabalhar na terra com

a certeza do retorno do investimento; políticas que levariam ao campo uma educação do campo para as populações camponesas; etc..

No passado, a expressão reforma agrária era entendida por muitos apenas como desapropriação de uma fazenda e distribuição dos lotes de terra. Essa reforma agrária funcionava quando o modelo econômico era dominado pelas indústrias. E, portanto, os camponeses se integravam com a indústria e conseguiam sair da pobreza. Era a chamada reforma agrária clássica, que a maioria dos países industrializados fizeram. Agora, o capitalismo dominante é o do capital financeiro e das empresas transnacionais, também na agricultura, com o chamado agronegócio. Assim, eles conseguem aumentar o lucro e a produção sem os camponeses. (STEDILE, 2012).

Enfim, o que se almeja não é uma Reforma Agrária Clássica, e sim uma Reforma Agrária Popular, sendo esse um grande desafio para o MST, e sendo está à proposta de reforma agrária defendida hoje pelo MST, e que por muitas vezes, apareceu na fala dos entrevistados. Ela tem como pressuposto contrapor o modelo hegemônico do agronegócio, das empresas transnacionais e o capital financeiro, dando ao campesinato o controle efetivo de seus territórios. Segundo Stedile,

Uma reforma agrária que comece na distribuição de terras, mas que organize cooperativas de produção para instalar agroindústrias nos assentamentos e no interior. Porque é isso que aumenta a renda e tira da pobreza. Uma reforma agrária que adote a matriz tecnológica da agroecologia, produzindo alimentos saudáveis, sem veneno e sem alterar o equilíbrio do meio ambiente. Uma reforma agrária que distribua educação. [...] Nós queremos uma reforma agrária popular, de outro tipo. [...] E seu desfecho vai depender de mudanças na correlação de forças em geral. Vai depender do ressurgimento do debate em torno de um necessário projeto popular para o Brasil. (STEDILE, 2012).

Em suma, no decorrer dos governos democráticos brasileiros e de suas políticas de agrária, vem ocorrendo distribuição de terra e a criação de assentamentos rurais, porém não se criam de fato políticas efetivas para esses trabalhadores permanecerem no campo, onde ocorre um ciclo vicioso onde as famílias acabam sendo “expulsas” dos assentamentos por não terem condições de permanecer trabalhando na terra e sobrevivendo ela, e são substituídas por outras famílias assentadas que passarão pelo mesmo problema, que nosso entrevistado Pedro denominou como falta de planejamento. Desta maneira, Fernandes coloca que “o estudo da formação do MST nos sugere que, embora ele seja o movimento camponês mais bem organizado da história do Brasil, suas ações têm conseguido apenas mudanças conjunturais” (FERNANDES, 2010, p. 193).

5.6 ‘Pai dos pobres e mãe de ricos’: o Governo Lula e suas Políticas de Reforma Agrária.

Através dos depoimentos coletados entre os acampados, assentados e lideranças do MST, pude verificar como esses avaliam o Governo Lula no período de 2003-2010, indagando sobre quais foram os ganhos e retrocessos nesses mandatos para os acampamentos e assentamentos.

O acampado Joaquim logo que foi questionado sobre o que foi esse Governo, não hesitou nem por um minuto e respondeu,

Promessa e promessa, não foi? Promessa e promessa, agora a Dilma já fala que não vai é assentar mais ninguém e assenta o que tava na beira de estrada, nós ficamos na beira de estrada 11 anos, entendeu. Hoje em dia a gente não acredita em mais nada – se emocionou – é duro né, é duro! Então fica assim então. Em todo canto é assim, na cidade é pior que aqui, aqui eu trabalho um dia dois na semana, eu compro um pacote de arroz pra passa a semana, uma lata de óleo pra passa a semana, e na cidade que tem água luz tem tudo, e aqui da pra planta, aqui eu tenho uma abobora, um coisa ou outra. Aqui a terra é boa, eu tenho um porco no chiqueiro, tem alguma coisa né, mais assim, mais que é sofrido é, eu peço ate desculpa pra você porque, é duro.é complicado porque não dá a terra, não é nem dá é devolver, é devolver né!. (JOAQUIM, 2014).

A acampada Tereza seguindo a mesma lógica de avaliação do Governo Lula disse,

Não esta sendo praticamente nada, não fez nada pelo povo sem terra, pra mim não tenho nem nada a dizer sobre eles. [...] É acreditava né, mas com o passar do tempo ninguém viu nada, tem nada sendo feito pela gente. Pros assentados né, pra assentado pode até ter tido alguma coisa, mas pra quem esta acampado, não teve não. Você vê que até a cesta básica da gente é uma cesta básica a cada 6 meses, e olha que as vezes ainda vem a cada seis meses, as vezes nem vem [...]e assim é uma cestinha de nada que não da os seis meses. (TEREZA, 2014).

Camila também acampada reforça em sua fala o abandono por parte do Governo e nos trás novos elementos a serem pensados como, por exemplo, quando diz que só a reforma agrária foi abandonada, os latifundiários não.

Principalmente agora depois que a Dilma entrou, eu esperada que ela fosse assenta muito mais pessoas, porque no governo eu acho que a reforma agrária esta parada, porque ele (Lula) fez um assentamento só acho [...] do governo esta uma negação, uma merda, ele não fez nada pela Reforma Agrária, a não ser para os latifundiários, mas ao contrário pra reforma agrária ele não fez nada não. É uma decepção. Para os assentados teve investimento, mas para os acampados não, para os acampados não teve nada. (CAMILA, 2014).

Questionei que ela já estava acampada na época que o Lula se elegeu, e perguntei se ela se recordava desse momento no acampamento e o que o pessoal falava por lá, ela me disse que,

Sim, porque quando Lula entrou, era a prioridade dele também que ele disse, no ‘elego’ dele, ele disse que da parte dele, ele ia fazer assentamentos, que o pessoal acampado ele ia assenta, alias ele assento bastante, mas ele deixou um pouco a desejar também, igual à Dilma ela ta deixando a deseja em tudo, porque ate agora assentamento ela não fez. (CAMILA, 2014).

E continuou a dizer,

[...] nos já vai para 9 anos que estamos aqui padecendo nesse acampamento aqui e eu vou fala uma coisa pra você, é difícil, é difícil para nós, porque, para os pobres a Dilma não esta fazendo porra nenhuma e não esta fazendo nada. Porque desde quando nos estamos acampados? Tem acampamento para tudo quanto é lado ai [...]. (CAMILA, 2014).

Questionando sobre os investimentos para a reforma agrária nesse governo, perguntei se esses 8 anos de Governo Lula eles tiveram alguma assistência ou alguma política pública para o acampamento, e ela me respondeu “[...] ajuda mesmo aqui foi pouca pros acampado né, porque para os assentados sim teve ajuda, os acampados não viram nada, tanto que não fizeram nada que nos estamos aqui”. E concluiu dizendo que “Achava que ia ser assentada mais rápido né, no Governo do Lula achei que poderia ser assentada, mas isso foi um engano porque vai fazer 7, 8 anos aqui que estamos aqui já” (CAMILA, 2014).

Perguntei então ao que ela atribuía isso, de ter passado os dois mandatos do Governo Lula sem ser assentada, e a acampada Camila me disse,

Que eles não tão fazendo nada, eu acho que é incompetência deles né, porque dinheiro eles tem né, dinheiro eles tem para poder assentar a gente, então eles não assenta mesmo por falta de interesse. Porque pros latifundiários, eles não vê onde tem dinheiro, eles não vê onde têm lógica, simplesmente eles tiram dinheiro do caixa e investi nos latifundiários, agora na gente eles pensam mais né, e sendo que o assentamento é quem produz o alimento que vai pra merenda escolar, que vai pros presídio, são todos os assentamentos que produzem, eu acho que eles podiam usar mais um pouco cabeça, acho que é uma incompetência deles mesmo, uma incompetência deles. [...] Nos tinha previsão da corredeira né! Então o INCRA ficou de vir da uma informação para nós, um parecer, mas nada, não veio também, não tem mais parecer, diz que não tem terra, estamos aqui exatamente, em outro assentamento, mas o que estamos pleiteando aqui? Nada!. (CAMILA, 2014).

Perguntei se ela sabia se o acampamento iria se mudar de lá, acampar em outra área para fazer pressão no Governo atual, e ela me respondeu,

Mas não tem para onde a gente ir né, a gente estamos aqui porque estamos sem eira nem beira, ai estamos aqui, porque não tem lugar pra gente ir, não tem área nenhuma, nos não ta pleiteando área nenhuma, porque isso que a gente esta aqui, porque não tem lugar nenhum pra ir. Ah, aqui fico nosso acesso de moradia, porque não ia ter pra onde ir, daí ficamos aqui. Aguardando ate aparecer alguma área, se aparecer alguma área daí a gente vai, para o governo ta sossegado. [...] Eu oro toda noite pra que Jesus abençoe para que possa mudar de estatuto, pra olha pelo menos por nós, né, para fala “aquele povo está lá acampado lá, vamos lá mudar o ritmo deles lá”, porque, estamos batendo na tecla aqui e sempre a mesma sempre a mesma, é difícil. (CAMILA, 2014).

Na entrevista com João, liderança do acampamento, ao falar sobre o Governo Lula ele me disse sobre a perspectiva de conseguirem ser assentados e também das dificuldades e do abandono sentido por ele e pelas famílias por parte do Governo.

[...] tem uma área que esta saindo em Altair, já tem dois anos, nós tivemos a proposta pra ir pra l, mas o que que acontece, dois anos no barranco, o que acontece,

you are here in the region, there is no service, the staff is leaving there to go to work here and it's 170km, a small town doesn't support 80 families, it doesn't support it, and the wait is very long, very long. I left the land, I left the land there near Agudos, I left in Gália, but we also stayed two years in the backland, but it's a small town that doesn't support, who has a family who has a child doesn't want to risk the delay, who isn't Altair leaving, so you go there, you know how long? Who has a child doesn't want to risk, who has a family doesn't want to risk, because here it's close to the city, it has the knowledge, it has the settlements that are close and you have service, not directly but you have service and there? But when the land leaves, it's contemplated, it's already not vacant, so you continue to camp, this is a serious problem that we face, the delay, the delay [...] Then, if I go to stay here for two years in another backland, without a say. If you talk like this, it's leaving Altair, then within 5 months you are in the area, you know that it's 5 months that you will suffocate, but there is no forecast, they are with two years there and they are there because God will [...] the people don't have conditions, so what happens is not because the land left and you didn't, the staff thinks a lot about the land that is leaving there but it will take years, who isn't we left here from the side of the road and we stayed for 4 years and a half and we suffered a great loss [...]. (JOÃO, 2015).

I asked him about the public policies of agrarian reform in the Lula Government, if he had knowledge of them and if any had been implemented in the region, and he told me:

No, no, today if you go to plant a field you have a guarantee, you have a guarantee [...] if he doesn't have it, how does he sell that commodity, what will happen? He will fail, one year he doesn't plant corn, the other doesn't plant corn, the other doesn't plant corn, the city plays prices up there for the products, it's missing commodities, but why is it missing commodities? Because the field doesn't plant, and if the field doesn't plant who isn't the MST talking to the city doesn't eat or drink. Because it's that a person sells, sells 4 5 8 alqueires because he doesn't have conditions to work [...]. (JOÃO, 2015).

Talking with João, leader of the camp, I asked if this camp had been born in the first mandate of the Lula Government, and I asked if he would be able to do an evaluation of these 8 years of Government, and he told me,

In reality it became more difficult, before we had in the region and in the country a lot of unproductive land, so the people had this fever of the cane, there is no more unproductive land, there is no, today if you sell an alqueire of land for 50 thousand reais, one year he sells for 100, but today if it weren't for these settlements here it would all be cane, you know how much profit, our lady. [...] with a credit line from the government it's very good, but when it comes to the end it's blocked by the bureaucracy, this 433 (law) our lady even in the backland because she lost, because she isn't in money she is in title, you will sell a property today for what here 10 years you will finish receiving, no one wants. So there is an area, the farmer says I want x in this area, the INCRA is interested, but the INCRA pays in title in title I don't want, so there is a farmer who buys the area and pays with his own money from the government, because the farmer goes to the MDA for a financing by BNDES and the government doesn't understand you are here. We have to have a policy more focused on agrarian reform, both in the expropriation of land as in the maintenance of settlements. (JOÃO, 2015).

But he also does the evaluation of what for agrarian reform, although he has done little, the Lula Government was the best that has existed, and he said,

Then, we have a political problem, the Lula Government was good for agrarian reform, Dilma isn't, she has a lot of credit, but the people can't

acessar [...] mas foi bem melhor que os outros, o governo Lula não teve igual, abriu muito crédito pra assentado [...] A gente tem que tem uma política pública pros assentamentos mais fácil de acessar. (JOÃO, 2015).

Perguntei a ele sobre as negociações e se existe alguma sinalização por parte do MST ou do Governo de sair o assentamento, João disse,

[...] nós esteve lá em Brasília conversando com o ministro, e não resolveu [...] passa um melado na sua boca e tchau acabou, não tem mais nem o que fala com eles (o governo), nós precisa de uma solução, qual a solução? Não tem! Promessa é uma coisa! [...] São 28 famílias e tem família desde o começo, e as famílias vão se mantendo com o trabalho no assentamento aqui, porque não tem uma outra política do governo e a cesta básica não vem. [...] Mexer na lei é duro, e outra lá tem os pecuaristas também que não deixam, eles não deixam né [...] resumindo tudo isso daí, hoje não tem nem como também nos fazer mais pressão no governo, o que que acontece, numa estrada estadual não pode mais acampar, numa federal não pode mais acampar, municipal não pode mais também, se acampar na área dois anos de interdito, com 24 horas o juiz tira [...] era nove acampamentos, mas daqui uns dias não vai ter mais nenhum [...] é que o processo é lento [...] o juiz, se ainda tá pacífico ainda te deixam ali, mas se você começar fazer pressão por causa de uma área, alguma coisa o juiz vai lá e te arranca, mas se não fizer pressão e ficar quietinho, vai ficar lá pra sempre. (JOÃO, 2015).

Podemos notar assim, na fala dos acampados que realmente durante o Governo Lula não existiu auxílio para esse segmento, sem assistência com cestas básicas, ou presença dos órgãos do governo como, por exemplo, o INCRA. Vale ressaltar que o Governo Lula fez uma opção política de não fazer a reforma agrária por meio da desapropriação, e sim, principalmente, por meio da regularização fundiária, e essa política do governo gerou sérios problemas para os movimentos camponeses e para as famílias acampadas, pois com a maioria da criação de assentamentos por meio da regularização fundiária fez com que o tempo de acampamento das famílias aumentasse consideravelmente, onde, no decorrer desse processo, sem a presença de conquistas com novos assentamentos, muitas famílias abandonaram os acampamentos, o que fez diminuir ainda mais pressão do movimento contra o governo. A exemplo disso, entre os anos de 2000 a 2007, 583 mil famílias ocuparam terras no Brasil, sendo destas, 373 mil organizadas pelo MST. No ano de 2007, em torno de 70 mil famílias ocuparam terras, sendo que 45 mil organizadas no MST (DATA LUTA, 2008).

A coordenadora do 6º congresso do MST de Marina Santos, declarou em uma entrevista que, “Ninguém aguenta mais esperar pra receber uma terra. Tem gente que está acampada há quinze anos e nada de ser assentado. O pessoal está preferindo trabalhar nas obras que surgem e, com isso, muita gente tem deixado o campo”. Esta situação escrita acima é de fato o que aconteceu com as famílias do acampamento Argentina Maria, que começou sua luta com 420 famílias e após 10 anos de consecutivas derrotas da reforma agrária só restam hoje 28 famílias este acampamento.

Ficou claro no depoimento da acampada Camila e também foi visível nesse governo que os interesses dos latifundiários e dos sem-terra, de forma alguma seriam resolvidos pelo governo com uma política de conciliação ou através de acordos de um pacto social, onde, na disputa de poder dentro do governo, quem se deu melhor foi o agronegócio e sua bancada ruralista, ficando nítido seu favorecimento em detrimento da luta dos movimentos sociais.

Com a eleição de Lula e o início do II PNRA, Lula havia anunciado que até 2006, assentaria de 400 mil famílias; daria acesso a terra através do crédito fundiário para mais 130 mil famílias e, faria a regularização fundiária para outras 500 mil famílias. Todas essas promessas foram escutadas pelos acampados e reforçou a esperança que eles tinham que nesse governo popular eles conseguiriam finalmente ter acesso a terra. Porém como Joaquim e Tereza enfatizaram, foram promessas e promessas e na prática eles não viram acontecer praticamente nada.

Mesmo em 2003 o MDA dispendo de R\$ 462 milhões, esse valor seria suficiente para assentar no máximo, 22 mil famílias, sendo que a meta do governo para até março de 2004 era de 60 mil famílias. O MST em 2003 reivindicava no ano o orçamento de R\$ 2 bilhões para assentar as 130 mil famílias acampadas neste ano, porém, de acordo com o Miguel Rossetto, ministro da época, seria necessário, no mínimo, R\$ 1 bilhão para cumprir a meta de 60 mil famílias e o governo não dispunha desse dinheiro.

A assentada Janaina disse que

Se for pra ver por visão geral assim, claro que todo mundo vai dizer que o governo Lula foi o melhor que já esteve, que fez muito coisa, é isso que todo mundo vai dizer, em questão de crédito, ajudou bastante de verdade, e que ajudou mesmo foi essa questão da parceria que fizeram com o movimento, que é o projeto da CONAB, que isso sim é estimou bastante o pessoal pelo menos a produzir seja em pequenas quantidades, mas quando você via o caminhão super farto, e antes as pessoas nem pequenas quantidades produzia pra vender assim, porque era bastante desestimulante, porque vendia pros atravessadores e perdia bastante, os preços são bem baratos, e como esse projeto é de compra com os preços que assim vale, estímulo bastante, porque pelo menos o pessoal já tinha uma renda fixa, pelo menos algo fixo, porque e meio complicado mesmo vive no sitio ainda mais que os projetos não são, basicamente não tem projetos, e a gente luta por projetos, porque de verdade, há gente tem a terra, conquista mas depois não tem o dinheiro pra trabalhar nela e fica complicado [...]. (JANAINA, 2014).

Janaina começa seu depoimento elogiando o trabalho do Governo, pois através de algumas políticas públicas desenvolvidas ou aprimoradas no Governo Lula, como, por exemplo, a CONAB, hoje o agricultor consegue ter pelo menos uma renda fixa, consegue produzir mesmo que for pouco e tem para quem vender seu produto e também tem a garantia do recebimento, sem ter que depender os atravessadores que acabam ficando com uma parte valiosa o lucro do agricultor.

A assentada Janaina também falou que o processo de conquista da terra é mais amplo do que eles pensavam, porque de nada adianta eles terem a terra, mas não terem como trabalhar nela, pois, assim como ela ressalta em seu depoimento, as famílias que vem para o assentamento são famílias que não possuem dinheiro para poder investir no lote e se não existir o auxílio por parte do governo para desenvolver e potencializar o trabalho dessas famílias na terra de nada adiantará a conquista da mesma.

[...] e essa é uma das questões que a gente foi ver depois da conquista da terra, que não era só a questão da conquista da terra, e sim, o que é que a gente vai fazer quando chegar nela, porque a gente depende muito do governo porque a maioria que já entro no acampamento é que não tinha trabalho ou que não tinha um dinheiro trabalho ou coisa assim, a maioria é bastante pobre, então a gente vai entra na terra e o que vai fazer dela, vai morre de fome? Tanto que foi o que mostro a Dilma falando que era a favelas rurais e que não queria mais isso, mas igual, eles não ajudam tanto com projetos assim pra produção [...] essas coisas já são meio complicadas, porque quando vocês vão ver de fato a terra se você não tem dinheiro, o que eu você vai fazer vai morre de fome? Então a família prefere aluga, seja pra gado ou pra outra coisa, pelo menos pra ter o dinheiro pra compra comida. (JANAINA, 2014).

Ela ainda nos coloca outra questão importantíssima referente à produção nos assentamentos, segundo ela, não adianta apenas ter a terra, da mesma forma como não adianta liberar vários créditos para os assentamentos, se esse dinheiro não vier respaldado de planejamento e técnicas que orientem o assentado como fazer para melhorar sua produção, conseguir ter lucro sobre o que plantou e não acabar perdendo todo o dinheiro com um investimento infundado. Assim a assentada Janaina descreve,

O que eu acho que não é só a questão de dar crédito né, é outras das questões que a gente vem discutindo no movimento, [...] o conhecimento técnico para que esses pudessem passar para os assentados, de uma forma de produzir melhor, de produzir orgânico, de como fazer adubo orgânico e todas essas questões mais que também teve esses problemas de que as pessoas se formavam no ensino superior e iam pra cidade e então já esqueciam os assentados. Então o que falta mesmo pros assentamentos é mais essa questão do conhecimento técnico é sobre como produzir melhor, por exemplo, das alternativas que tem sem ser, por exemplo, veneno ou como produzir semente orgânica, e ver essas questões, porque não são todos que tem esse conhecimento, então a questão não é só o crédito pra poder plantar não, e sim instruir mais os camponeses. (JANAINA, 2014).

O assentado Pedro também partilha da mesma opinião da assentada Janaina e me disse que,

[...] é aquela história, que fez uma coisa sem planejamento, porque se ele da tudo isso, deu casa e tudo tudo, porque que o cara vende? Por que? Porque na outra ponta não teve planejamento do que o cara ia plantar, no que o cara ia investir, não tinha uma indústria pra receber seu produto, não tinha onde vender, daí chega no final, que tudo que foi feito se perdeu, claro teve coisa nesse governo, teve habitação, teve um programa de terra que ele mediu 8 alqueires agora já reduziu para 4 alqueires, agora já estão fazendo de 2 alqueires, e no governo Dilma quase não assentou ninguém, e essa historia que ela deu entrevista eu acho que ela esta correta, porque se for pra assenta igual assento os outros governos, não só do governo Lula, mas os anteriores, chega pega joga na terra e depois não dar condições de vida, não adianta, então ela falou, só vou fazer reforma agrária no disse que alguém me apresenta uma

coisa que vale a pena, que aquele que tiver assentado vai conseguir sobreviver da terra, ele vai ter condições de vida, eu vou dar condições de vida para ter o começo meio e fim, enquanto alguém não apresenta um projeto dessa forma não vou fazer reforma agrária, não vou pegar um bando de gente, joga lá na terra, pra ficar lá passando necessidade, e eu acho que é correto, é por aí, não adianta, e o movimento tem que se unir pra isso, porque não adianta. (PEDRO, 2014).

E concluiu dizendo,

E outra, gente, o problema não é terra, o problema não é terra, o problema é como se sustentar em cima da terra, como fazer para dar terra pra esse povo e esse povo fica lá em cima? Se o problema fosse terra 8 alqueires e todo mundo tava rico. Se o problema fosse terra nós com 8 alqueires estava bem e não estava reclamando da vida. O problema não é terra é uma programação correta. Se ela quisesse hoje ela fazia assentamento em cima de assentamento, era só pega a reunidas inteira de 8 alqueires e dividir em 4, e em cima desses 4 fazer uma infraestrutura grande que você vai sobreviver, vou te dar todas as condições, mas vou te dar um prazo, com as condições que eu estou te dando se você não conseguir sobreviver, você vão ter que falar pra mim o porque vocês não estão conseguindo sobreviver, porque não adianta alguém chegar e pedir que eu faça alguma coisa, se não me ajuda, eu tenho terra, se alguém vem de fora, e vai fala esse cara é um vagabundo porque tem 8 alqueires e não faz nada, tem 8 alqueires e não planta nada, mas a historia não é aí, tem que chega nas família e pergunta o porque o cara não está plantando nada? Qual é o motivo? Porque não adianta eu querer plantar nos 8 alqueires se amanhã eu não vou conseguir cumprir com as minhas obrigações, não vou conseguir pagar o legado. Não vale a pena eu planta meu lote inteiro de milho, porque eu sei que o que eu to investindo eu não vou tirar, então é melhor ficar parado do que eu tentar fazer alguma coisa. Agora se eu tenho uma empresa aqui dentro seja do governo ou nossa mesmo, que me garanta que eu plante e amanhã ele compra minha produção, já esta garantido o preço, to plantando, mas já estou sabendo por quanto eu vou vender, estou investido e estou sabendo que por menos que eu possa perder eu consigo alçar com as dividas. (PEDRO, 2014).

Assim, ao fala sobre os investimentos do Governo Lula, o assentado Pedro disse que esse Governo foi muito bom em relação à liberação de créditos para os produtores rurais, que todo mundo do assentamento conseguiu acessar os créditos, porém, o simples acessar de crédito não conseguiu garantir a eficiência na produção, pois existia dinheiro, mas não existia planejamento do que fazer com esse crédito liberado, que foi onde muitos assentados contraíram dívidas e faliram e agora não conseguem produzir mais nada.

Então, o primeiro Governo Lula, e nos 8 anos do Governo Lula, claro, ele fez, ele jogou investimento pros assentamento inteiro, só que vai chega um momento que você tem que devolve isso pro governo, você não planejou, foi uma coisa sem planejamento, jogou dinheiro mas não tinha planejamento algum, você pegava dinheiro mas você não sabia no que você estava investindo, não sabia se ia dar retorno ou não, não se preocupo porque tinha 3 anos de carência e 7 para pagar o que você pegou, não se preocupou do que você tava plantando, se amanhã você ia ter alguém pra compra o seu produto, pra recolher esse dinheiro e depois pagar o governo, não somou se o que você estava pegando você conseguiria manter a família ter lucro e pagar no final, então uma coisa sem planejamento, você entendeu, atirou no escuro, foi isso que aconteceu, então hoje se você pegar o assentamento, hoje o assentamento , ainda vem a natureza com dois anos que não chove e três perca seguida, ta difícil, se o governo hoje, se não tiver um grupo de pessoas e senta e fala vamos ver o que a gente vai fazer com o assentamento eu não sei amanhã o que vai ser, ou daqui 6 meses porque o povo esta falido, na verdade o assentamento falio, esta falido. Eu falei pra você que o governo investe 3 alqueires mas esse ano nem 3 o povo vai poder tocar, porque? Esta falido nas lojas porque as lojas confiou em

vocês, ta falido nos bancos que você pegou o credito e não conseguiu manter lá e o governo não esta investindo em você, agora as lojas abriu as portas você foi lá comprou semente adubo tudo no credito, na boa vontade da loja com você, da três anos de seca, você esta falido nas lojas, e agora? E meus filhos se quiser alguma coisa vai ter que ir pra cidade atrás de emprego, a onde já tem milhões atrás de um emprego, vai sair mais um daqui pra brigar pro um emprego. (PEDRO, 2014).

Porém ele reconhece que esse foi o melhor governo em relação a investimentos nos assentamentos, e destaca que foi no Governo Lula que o assentamento conseguiu muitas conquistas, pois até então o assentamento estava esquecido pelos Governos anteriores. Destacou em seu depoimento algumas medidas que o governo fez e que deu um ‘arranque de qualidade’ no assentamento.

Olha na verdade o governo Lula de reforma agrária, na verdade o seguinte, pra nos aqui se a gente fosse somar o governo Lula foi bom, de investimento deu um arranque, pra quem era assentado deu um arranque de qualidade, não tinha investimento, isso aqui bombou, bombou mesmo, investimento, dinheiro, você entrava no banco do Brasil e você era conhecido, só dava assentado só que não teve o tal do planejamento, daí a direita via como o Governo Lula tinha liberado essa potencia de investimento nos assentamentos [...]. (PEDRO, 2014).

O assentado Pedro destacou também dois programas que foram de fundamental importância para os assentados:

Bom, um programa bom foi o de habitação. Essas casas aqui foram do Governo Lula. É tudo do Governo Lula. Então quer dizer, se você vê uma moradia dentro desse assentamento é tudo do Governo Lula, porque do Governo Fernando Henrique nós não recebemos nada, não tinha objetivo nenhum, daí o Governo Lula liberou. Essa casa eu construí com o dinheiro próprio do Governo, tudo do Governo, essa casa não teve um centavo meu. Foi 9 mil reais do Governo dele, que ele implanto habitação. Dos assentamentos novos mais ainda, porque como a gente era mais velho, ele implantou a reforma e pra quem não tinha condições foi construir e pros assentamento mais novo ele já fez um programa melhor além de dar a terra ele deu água encanada, deu casa, deu estrada, lote todo cercadinho, e mais um investimento de 25mil reais parece cada família [...]. (PEDRO, 2014).

E também,

[...] o programa da CONAB⁹ (Companhia Nacional de Abastecimento) é um programa pequeno, mas é um dos melhores que tem porque você sabe que você esta vendendo pro governo, você sabe que o dinheiro esta lá, você sabe que o preço é o preço do governo, é o preço de Ceasa, então olha a diferença, é 6 mil reais, mas é o que esta sustentando o assentamento hoje, e você sabe que você esta vendendo uma caixa de mandioca a 27 reais, daí você sabe que tem 6 mil reais pra entregar pra

⁹ O programa da CONAB referido pelo entrevistado é o PAA (Programa de Aquisição de Alimento), é um programa que surgiu fruto do Programa Fome Zero possui quatro eixos articuladores que são: o acesso à alimentação; geração de renda; articulação, mobilização e controle social e o fortalecimento da agricultura familiar, onde se insere o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. A partir dessa concepção cria-se o PAA instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 7.775, de 4 de julho de 2012, o PAA integra o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e tem como finalidades principais a promoção do acesso à alimentação e o incentivo da agricultura familiar. O apoio aos agricultores familiares opera-se por meio da aquisição de produtos da sua produção, com dispensa de licitação. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1125>

CONAB e o dinheiro esta lá [...] estou vendendo a caixa de mandioca a 27, ele pagam 0,90 centavos o quilo, e se eu transformar ela vai pra 3,80 o quilo, valoriza só de casca, daí é que eu faço pra vocês aonde é que entra a empresa no assentamento. Se eu tenho uma empresa no assentamento que pega minha mandioca e põe ela a vácuo, eu não vou vender a 0,90 centavos, eu vou vender no mínimo a 2,00 reais, e 1,80 já fica pra empresa, eu estou dobrando o meu valor, a empresa então ganhando em cima de mim, porque a empresa é nossa, e eu tenho uma garantia que eu vou receber ainda. [...] estamos aqui há 27 anos e nos não temos uma coisa dessa, era pra gente estar longe, não era pra nós estar querendo começar agora. (PEDRO, 2014).

Este programa, o PAA citado por Pedro foi uma das grandes vitórias no âmbito da produção e comercialização que os assentados tiveram no Governo Lula, pois o programa trouxe maior segurança nos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares, pois agora os agricultores podem planejar suas atividades na perspectiva de maior previsibilidade, pois o programa ofertou-lhes a segurança de que seus produtos podem ser comercializados, gerando renda e minimizando possíveis desperdícios. Esses alimentos produzidos são adquiridos diretamente dos agricultores familiares ou de suas associações e cooperativas, o que exclui a presença de atravessadores, e são destinados à formação de estoques governamentais e vão para doação para as pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricionais.

A assentada Francisca é mais otimista em relação ao Governo Lula, ela faz sua avaliação comparando que antes nenhum governo tinha olhado pelo povo sem terra, sendo o Governo Lula o melhor governo que já existiu e ela diz,

Não tem nem o que fala, nós só teve governo depois que entro o Lula. Pra nós sem terra, não tem nenhum outro na história nesse país não existe, nasceu um e vai morrer ele, porque igual o Lula pra nós jamais, nossa, porque o cara fez coisa por nós que eu acho que governo nenhum faria, foi muito bom. E a Dilma nós aposta e vai fazer de tudo, porque nos queremos ela de volta [...] teve linha de crédito. Nós estávamos com muitas dívidas no banco, o governo só queria recebe da gente, foi o Lula entra, teve negociação, teve rebate de dívida, rebateu as dívidas, saltou mais crédito para o povão, foi para o Brasil inteiro não só para onde tivesse reforma agrária. Olha ele fez coisa do “arco da velha”. Tipo, bolsa família, porque ele falou que pra quem tem filho no assentamento não é o suficiente, a maioria que tem filho pequeno tem. Para nós foi bom demais, igual não teve não. (FRANCISCA, 2014).

Porem quando perguntada se ele conseguiu cumprir com as promessas que havia feito para a reforma agrária, a assentada Francisca me respondeu,

É um sonho né, é um sonho que quer demais, porque não adianta o Lula ganhar e já ter essa multidão na terra e ele colocar outro tanto maior ainda sem dar condições, é isso que eu falo, pra fazer uma reforma agrária, tem que ser igual ele fez, nós já estamos na terra, que estava tudo endividado, estava tudo ferrado, não pegava crédito em lugar nenhum, daí no lugar dele colocar mais gente ele foi rever a que estava sendo feito, agora, eu acredito assim, faltou mais anos, pra ele rever esse povo e conseguir colocar mais gente na terra, mas pra você ter ideia, teve muitos assentamentos que o Lula ainda pôs, não colocou muita gente, mas alguns assentamentos ele colocou e já não sofreu que nem nós, o pessoal já entrou com condições, já entrou com casa, com luz para todos, diferente da gente, os pouco assentamento que ele fez ele fez com dignidade para todos, e é isso que eu acho que

é um bom governo, porque não adianta ele coloca uma multidão e não dar condições, mas o pouco que ele deu ele deixou com condições, isso ai pra mim é ser governo, agora se ele ia fazer milagre e bota tudo de uma vez não tem condições né, nós vivemos num país muito grande é mais pobre que rico. E outra coisa que eu gostei dele foi o setor da educação né, essa história de bolsista, nossa, quanta gente pega bolsa nessa vida, no assentamento mesmo quantas história não tem de filho de assentado com bolsa né, do PROUNI, curso técnico né, então deu oportunidade de tudo que foi forma né, que até então nunca tinha tido um governo assim, foi muito bom pra nós foi maravilhoso. (FRANCISCA, 2014).

Assim, na análise da assentada Francisca não havia outra maneira de se fazer as políticas de governo além da forma que foi feita por Lula, pois para ela e para os outros assentados também entrevistados não adiantaria nada o Governo Lula assentar mais uma multidão de gente assim como foi feito no Governo FHC, por exemplo, e simplesmente abandonar essas pessoas na terra, então, antes dele começar a assentar mais pessoas ele tentou fazer uma políticas para os assentamentos, com crédito, investimento, educação, etc., para depois ir assentando as famílias que estavam acampadas. Ela ainda destaca, como o assentado Pedro, que as famílias que nesse governo foram assentadas entraram na terra de uma forma mais digna, já conseguindo ter acesso ao crédito inicial para começar uma nova vida na terra.

A avaliação de Ana, liderança assentada sobre o Governo Lula é uma avaliação muito crítica sobre o que de fato aconteceu com a reforma agrária nesse governo, ela pontua a que houve mudanças, mas não foram às esperadas por essa população que sempre sonhou em ver a presidência um ‘candidato da gente’, porem, ela nos coloca a questão da correlação de força existente entre a agricultura familiar e agronegócio. Aqui retomando a uma discussão que OLIVEIRA (2008) faz quando escreve que a reforma agrária obedece a dois princípios básicos no Brasil que é, realiza-la em locais estratégicos que possa auxiliar o agronegócio e também não fazê-la em áreas de predomínio do mesmo, onde eles conclui que a reforma agrária não tem como estar desvencilhada e sim, está diretamente acoplada à expansão do agronegócio no Brasil.

Na verdade é assim, o que a gente analisa é o seguinte, houve mudanças? Houve! Muitas mudanças pra melhor, mas ainda não é o que a gente sonhava, entende, porque a gente sonhava que ia conquista os créditos, ia conquista a reforma agrária de fato né, sem muito sofrimento, mas a gente teve muitas coisas, que o próprio partido, nem o plano do Padilha que houve muita dificuldade pra entra essa questão da reforma agrária no planejamento dele e se o Padilha não ganha e vai entrar outro é claro que ai vai ser pior mesmo, então pronto, vai dificultar mais ainda, quanto se trata de Governo Federal é um Deus nos acuda [...] o Lula chama os prefeitos, a direção do movimento, sentava e conversava [...] quem conhece lá o congresso sabe o quanto de cobra que lá tem que agora na eleição fica tudo cordeiro, o bando de leão que agora vira tudo cordeirinho, que tão ali noite e dia maquinando, que é a questão do agronegócio, que estão envolvido com os deputados que esta lá, buzinando tudo dia, e ai a gente sabe como funciona o congresso, como funciona o senado, e se a gente não tem a maioria lá dentro, é obvil que vão engolir todas as nossas propostas de beneficio a luta dos camponeses e camponesas [...] o que a gente tem estudado no movimento como os companheiro que entendem do assunto é

que nós estamos vivendo em um tempo muito difícil, sabe o tempo da pirâmide da igreja, lá tava o papa, o bispo, o povo, então [...] Hoje na questão política e na luta pela reforma agrária estamos nessa pirâmide, lá em cima a bancada, os deputados federais, senados e tudo mais, os juízes [...] depois vem o agronegócio, e quem que esta mandando nesse agronegócio hoje são os grande parlamentares que estão lá dentro, porque é forte essa questão, tem muito dinheiro, tem muita grana, então eles tem contato com tudo quanto é investidor e também a nível internacional[...] depois chega lá embaixo, vem aí a agricultura familiar, que é onde em os projeto de PAA, PPAIS, vem para fazer com que essa agricultura familiar possa sustenta o agronegócio, porque essa agricultura familiar que tem os programas do governo, plano safra por exemplo, mas aqui nós não pega nunca, então vai pra quem, vai pra aqueles que de fato vão sustentar essa base que ta aqui no agronegócio, então a agricultura camponesa mesmo, essa que não consegue adquirir esses investimentos que saem nos grandes programas do governo, fica aqui produzindo pra entrega pros PAA da vida, que ajuda a agricultura familiar mas que não avança, porque nós não vamos conseguir chegar numa tecnologia avançada do jeito que esta aí, das grandes maquinas e daí nos vamos pegando as migalhas que vão entrando. (ANA, 2014).

Ana, liderança assentada me falou também da esperança que o MST tinha ao eleger Lula para presidente do país, pois sempre apoiou suas candidaturas, como por exemplo, para governador do Estado de São Paulo. Nossa entrevistada, petista desde a fundação do partido, relatou que o mesmo tem muito problemas no partido, mas se eu dia sair dele, não procuraria outro para se filiar e ligado a isso, nos falou sobre as coligações que ela denominou de ‘besta’ que Lula e o PT fizeram para conseguir se eleger, e assim, dando a mão ‘para Deus e para o Diabo’, e assim, muitos planos que o PT tinha foram paralisados. Ela relata também a parcela de culpa que a população, os movimentos sociais, os assentados, todos tem, ao não procurar, ao não questionar o que esta sendo feito e acreditar que apenas uma pessoa chegando à presidência conseguiria mudar o rumo da história da desigualdade social do Brasil. Em seu relato ela diz:

[...] tinha uma meta e não resolveu. Eu vejo assim que nessa luta toda que a gente teve pra colocar o Lula lá [...] quando chegamos a eleger ele a presidente, assim, foi uma alegria que não tem explicação né. Tinha o sonho que de fato ele fosse realizar todos os nossos problemas e que ia acabar principalmente com as mortes que existem né [...] a gente pensava assim, vai acabar com tudo isso, mas com o tempo a gente foi percebendo que é como se a gente tivesse num campo jogando uma bola e a gente ou ajudava ele a fazer os gols que a gente queria e pegar a vitória ou a agente abandonaria e pronto e se decepcionava, foi o que aconteceu com muita gente que abandonou o barco, que abandonou tudo, essas coligações bestas que ele andou fazendo e aí não conseguiu, em parte, o que a gente esperava, fez pouco, fez muito pouco [...] não conseguiu realizar o sonho que a gente queria que fosse realizado [...] e daí a pergunta sua é pertinente porque é culpa deles ou é culpa de quem? De quem é a culpa disso tudo? [...] a gente começa a perceber que está nas mãos nossas mesmo, não é culpa deles, eles poderiam até, a gente fala, “nossa é uma canetada só”, mas será que é mesmo uma caneta? O que está por trás de tudo isso? É preciso entender a política que que nós vivemos, é preciso entender antes da gente dizer alguma coisa que a gente não conhece a gente precisa entender primeiro, e é por isso que eu falo com o pessoal nosso, vamos procurar entender, quais os motivos que levaram, de quem é a culpa e de quem que não é, será que tem culpado ou não tem. Se nos brasileiros, se nós assentados, tivesse essa consciência e soubesse de fato votar, colocar as pessoas que de fato fosse defender nossos anseios é possível que tornaria mais fácil e a gente conseguiria outras coisas, vou te dar um exemplo muito claro

que esta acontecendo aqui e retrata o que esta acontecendo em Brasília, nós lutamos 26 anos pra eleger um prefeito nosso, quando eu falo nosso eu estou falando do partido dos trabalhadores, pra ganhar agora nos tivemos que fazer coligação com o diabo entendeu, a gente teve que engoli pra poder ganhar a prefeitura [...] e outra nós não conseguimos se quer eleger um vereador do assentamento, pensa um negocio desse minha filha, como é que você fala lá da Dilma, do Lula, se nós aqui na nossa base nós não sabemos votar, você esta entendendo? [...] então você olha o quadro do estado e olha o quadro lá em cima, então de quem é a culpa? Está nas nossas mãos mesmo. (ANA, 2014).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação aqui apresentada não tem a pretensão de ser conclusiva com relação às questões tão complexas relativas à questão agrária brasileira. Tivemos por objetivo contribuir com alguns aspectos da análise da questão agrária brasileira, com ênfase no período relativo ao Governo Lula, compreendendo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a sua relação com esse governo. Para tanto, são analisadas as Políticas de Reforma Agrária do Governo Lula entre os anos de 2003-2010, e a visão acerca delas pelos protagonistas da luta pela terra no Estado de São Paulo. Tendo por referência a análise dos depoimentos dos acampados, assentados e lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Assentamento Reunidas e do Acampamento Argentina Maria, localizados na cidade de Promissão/SP, observamos as semelhanças e diferenças de análises sobre Políticas de Reforma Agrária do Governo Lula de cada segmento entrevistado.

Nossa hipótese se confirmou, onde pudemos observar que existe uma tensionalidade nos segmentos que compõem o MST, visto que ele é constituído de segmentos diversificados, assim, entre esses segmentos de protagonistas da luta pela terra que compõem o MST, não há uma visão uniforme sobre as Políticas de Reforma Agrária do Governo Lula. Desta forma, confirmamos que embora o movimento tenha o acesso a terra como objetivo maior de sua existência, existem demandas diferentes com relação às políticas públicas dentro do mesmo.

Partindo desses questionamentos, analisamos as temáticas levantadas nessa pesquisa e podemos observar que referente à atuação do MST, os acampados se mostraram revoltosos com a organização e atuação do mesmo nesse acampamento, principalmente porque quando as famílias vieram para o acampamento, existia uma promessa por parte do MST de que em 3 meses eles estariam assentados. As falas convergiram no sentido de relatar que depois que eles perderam a Fazenda Corredeiras ficaram abandonados pelo movimento. A liderança acampada também falou com muita revolta sobre as condições deles no acampamento, sobre o longo tempo de espera e sobre o esquecimento do MST para com esses acampados. Observamos também na fala dessa liderança a falta articulação do MST com esse acampamento, pois mesmo nele existindo as lideranças do movimento, essas já não se fazem mais representativas ao MST, pois eles são convocados para as reuniões, etc.

As análises que os assentados fazem sobre o MST e sua atuação no assentamento também convergem com as análises que os acampados e liderança acampada fazem, onde existe um ar de abandono ou esquecimento por parte do movimento no decorrer dos anos. Eles sentiram que após a conquista da terra, os assentados já não tiveram mais tanto a

presença do MST como antes, e com o passar dos anos de assentados esse processo se intensificou, deixando o movimento de ser uma ferramenta de luta dos assentamentos e passando a ser uma instância mais informativa. A análise deles vai no sentido do MST ter se distanciado cada vez mais da base e se aproximado cada vez mais do Governo. A liderança assentada também concorda com os demais assentados, e diz que ao longo desses anos de assentamento houve sim um auge do movimento e depois dentro do assentamento se perdeu muito a organicidade e só agora que se vem tentando construir novamente esse processo de presença do movimento no Assentamento Reunidas, porém, nos coloca que se o movimento não esteve presente ali fisicamente, esteve presente em muitas conquistas que pouco reconhecem e citou algumas conquistas de créditos e de rebates das dívidas que, segundo ela, fazem parte de conquista que o movimento teve através da luta durante esses anos.

Assim, tanto os acampados quanto os assentados nos colocam vários pontos para a reflexão sobre a atuação que o movimento vem tendo dentro dos espaços conquistados pelos mesmos. Problemas no decorrer dos processos que vão desde a conquista da terra até a estabilidade das famílias e do assentamento conquistado. Por detrás dos relatos, pude observar um sentimento de grande inquietude tanto por parte dos acampados e liderança acampada, que não tem respaldo algum do movimento e relatam estarem abandonados e sem notícias sobre o futuro, quanto por parte dos assentados, que aderiram essa luta com o movimento conquistando a terra, mas que não conseguiram avançar ainda mais nas conquistas por não conseguirem manter a mesma unidade que tinham anteriormente. Porém, é necessário destacar também a fala dos assentados e liderança assentada que frisaram que existiram muitas conquistas junto ao movimento, apesar de ressaltarem que no decorrer dos anos houve uma diminuição nas lutas, que pode ser caracterizada pela cooptação do movimento pelo governo, mas também pela falta de atuação dos próprios assentados que foram deixando de atuar no movimento.

Na temática sobre a reforma agrária, pudemos observar que os acampados tem uma ampla compreensão do que seria de fato uma reforma agrária. Destacam em suas falas que ela teria que ser algo mais concreto, pois na prática as ações da reforma agrária eles desconhecem, tanto é, que estão a 10 anos acampados Dizem que as políticas públicas deveriam vir junto com a distribuição da terra, e falam sobre plantação e comercialização dos produtos vindos da terra, e da vida mais digna que se pode conquistar no campo. Já a liderança acampada é bem pessimista quanto à reforma agrária e as condições de vida que ela vem oferecendo aos assentados, pois em sua avaliação faltam incentivos e planejamento do

Governo para ajudar os assentados a progredirem dentro da terra. Existem aqui convergências com o depoimento dos acampados quando falam da falta de políticas públicas eficazes.

Já os assentados nos levantam alguns pontos de reflexo como, por exemplo, de que a reforma agrária não é só dar a terra, mas sim dar condições para esses assentados viverem do cultivo da terra, que vai muito além de distribuição de terra. Ela deveria dar conta de fazer o jovem rural permanecer no assentamento, criando condições para que se os jovens quisessem permanecer na terra, eles pudessem e não ser a responsável como hoje, por expulsar os filhos dos assentados da terra e enfatiza a falta de políticas e planejamento que garantam a permanência no campo. A liderança assentada também compreende que não é só a distribuição de terra, sendo esse apenas o primeiro passo, e após a ele deveria existir investimento necessário para os assentados se sustentar na terra. Vale destacar aqui, sua fala que diz que a reforma agrária não é bem vista nem pelo próprio partido o PT, e que para passar no plano de governo foi um sacrifício.

Sendo assim, conclui-se que muitos deles se frustraram com as experiências que tiveram por causa da tão falada reforma agrária que eles buscam e/ou buscavam. Onde, eles nos colocam que a Reforma agrária não deveria englobar apenas terra, mas estar envolta de políticas públicas que viabilizariam o acesso ao conhecimento científico para garantir melhor e maior produção; políticas que garantiriam os créditos, planejamento e escoamento da produção para que as famílias pudessem trabalhar na terra com a certeza do retorno do investimento; políticas que levariam ao assentamento uma educação do campo; etc..

Ao adentrar nas questões relativas ao Governo Lula, os acampados nos disseram que não existiam auxílios para eles, e que não tiveram assistência com cestas básicas, ou a presença dos órgãos do governo. Reforçam em suas falas o abandono por parte do Governo, mas dizem que só a reforma agrária foi abandonada, porém o mesmo não aconteceu com os latifundiários. As promessas escutadas por esses acampados reforçaram a esperança que eles tinham que nesse governo finalmente teriam acesso a terra. E enfatizaram que foram promessas e promessas e na prática nada aconteceu. A liderança acampada também nos relatou as dificuldades e o abandono sentido por ele e pelas famílias pelas promessas desse Governo. Faz também a avaliação de que embora tenha feito pouco, o Governo Lula foi o melhor que já existiu.

Já os assentados tecem elogios ao Governo, pois através de algumas políticas públicas desenvolvidas no Governo Lula, hoje agricultor consegue ter pelo menos uma renda fixa, consegue produzir, escoar, e ter a garantia do recebimento. Relatam que esse foi o melhor governo em relação a investimentos nos assentamentos, trouxe muitas conquistas, pois até

então o assentamento estava esquecido pelos Governos anteriores. Por outro lado, falaram que processo de conquista da terra é mais amplo do que eles pensavam, porque de nada adianta eles terem a terra, mas não terem como trabalhar e sobreviver dela, da mesma forma como não adianta liberar vários créditos, se esse dinheiro não vier respaldado de planejamento e técnicas que orientem os assentados. Assim, os assentados conseguiram acessar os créditos, mas não conseguiram garantir a eficiência na produção; existia dinheiro, mas não existia planejamento do que fazer com esse crédito liberado.

A liderança assentada também faz uma avaliação muito crítica sobre o Governo Lula, ela pontua que houve mudanças, mas não foram às esperadas por essa população que sempre sonhou em ver a presidência um ‘candidato da gente’, porem, ela nos coloca a questão da correlação de força existente entre a agricultura familiar e agronegócio. Nos relata também da esperança que o MST tinha ao eleger Lula para presidente do país e fala sobre as coligações ‘besta’ que Lula e o PT fizeram para conseguir se eleger, dando a mão ‘para Deus e para o Diabo’, deixando muitos planos que o PT tinha paralisados. Conclui seu depoimento indagando sobre a parcela de culpa que a população, os movimentos sociais, os assentados tem ao não questionar o que esta sendo feito e acreditar que apenas uma pessoa chegando à presidência conseguiria mudar o rumo da história da desigualdade social do Brasil.

Assim, podemos concluir que entre acampados existe muita decepção com relação à demora ao acesso a terra e também com a não efetivação de políticas públicas onde eles sejam contemplados, onde, por exemplo, nesse governo eles relatam não terem recebido nem mesmo a cesta básica no acampamento e quando recebiam era uma ou duas por ano, nas palavras de João “Outra coisa, nós fala cesta mais não é completa, é 2 pacotes de arroz, 2 latas de óleo, feijão não precisa nem vir porque não cozinha de jeito nenhum, farinha de mandioca vem, agora leite é raro vim, farinha de trigo é raro vim e acabou (JOÃO, 52 anos), e assim, seus depoimentos expressão o abandono que os mesmos sentem por parte deste Governo.

Já os assentados se sentem contemplados com alguns programas do Governo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), entre outros, mas ainda assim, os mesmos tecem críticas ao Governo porque acreditam que ele poderia ter contribuído mais para a realização da Reforma Agrária no Brasil, principalmente com um melhor planejamento das políticas de produção, comercialização e escoamento de seus produtos agrícolas.

No depoimento do assentado Pedro, podemos observar claramente essa análise que os assentados fazem, onde por um lado são gratos a esse governo por ter sido o primeiro governo

que de fato olhou para os assentamentos e desenvolveu políticas para os mesmos, porém, restam neles um sentimento de ‘poderia ter feito mais’ pela Reforma Agrária.

Hoje eu falo assim gente foi difícil, mas o difícil não foi o processo, na verdade o difícil não é conquista ela, o difícil é permanecer em cima dela, porque conquistar, a conquista é até gostosa, porque você está brigando por um objetivo, você pega energia de não sei onde mas você vai, só que depois que você assenta você vai ver que o problema é outro, pra você ficar em cima dele, para você realmente concluir o sonho que você tinha é muito mais complexo do que você imaginava. Aquele sonho bonito daqui de dentro que você tinha se torna o pesadelo no dia a dia da vida da gente. Hoje mesmo posso falar assim, eu tô feliz conquistei no assentamento, conquistei minha terra, só que assim, nas condições de vida se você for por no papel, chega uma hora que você fala assim, que não vale a pena, porque você tem a terra, mas você não tem uma garantia de ficar em cima dela, de viver dignamente em cima dessa terra. Por mais que governo tenta nos ajudar mais não é o suficiente pra você realmente levantar uma bandeira e dizer isso deu certo. Daí você chega no final pensa poxa vida será que valeu a pena? Será que valeu a pena todo o sofrimento até hoje? Valeu a pena porque eu tenho a terra na mão, mas e as condições de vida sua? Mas mesmo assim eu garanto pra você que valeu a pena. Valeu a pena porque a trancos e barrancos hoje me casei no assentamento, conheci minha esposa dentro do assentamento, criei os meus filhos – meus filhos são tudo daqui – tenho meus filhos desce graças a Deus, tenho uma menina de 22 anos, outro de 21, 18 e 14, nenhum tem vício de nada, né, então quer dizer, tem a menina se formando em psicóloga, tem outro rapaz se formando engenheiro, tem o outro rapaz enfermagem, coisa que se eu tivesse na cidade eu não tinha essas condições, eu não ia poder dar isso pra eles então quer dizer, se eu olho pro meu sítio e vejo que está faltando investimento, mas por outro lado eu vejo um progresso no investimento em cima da família foi grande porque, aonde um assentado morando no sítio estava formando filho para engenheiro civil, né, então, a gente tem que somar o bom com um pouco do ruim (o ruim não), porque você está em cima da terra, você tem sua casa, você está livre de assalto, livre de um monte de coisa [...]. (PEDRO, 2014).

Ficou nítida também nas falas dos entrevistados, a diferença que eles perceberam no tratamento que o governo teve em relação aos assentamentos e aos acampamentos. Os acampados têm clareza de que o Governo Lula desenvolveu políticas públicas que melhoraram as condições de vida e o acesso a créditos nos assentamentos. Fazendo suas análises eles colocam essas ponderações de que para os assentados o Governo Lula foi bom, mas para eles que ainda aguardam a terra este mesmo governo foi desastroso. Os assentados entrevistados, também têm esse entendimento de que os acampados foram os menos favorecidos no Governo Lula, onde as políticas do governo foram voltadas quase que totalmente para os assentamentos.

As lideranças tanto acampadas quanto assentadas, também fizeram em suas falas essas mediações sobre como se desenvolveu as políticas de reforma agrária no Governo Lula, realizando uma análise muitas vezes crítica ao MST e ao Governo Lula, porém esses trazem junto com suas falas uma análise sempre mais global, que vai além do assentamento e acampamento pesquisado.

Em síntese, havia esperança para a realização da reforma agrária, pois ela estava

respaldada por um governo que se dizia popular e defensor da mesma e a ele era creditado confiança devido a sua história de luta junto aos movimentos sociais e as classes oprimidas da sociedade. Somando-se a isso, a figura de Lula trouxe esperança, confiança e entusiasmos para os movimentos sociais, que por sua vez acreditavam que desta vez seria possível alterar, se não fossem nas bases, pelo menos com um pouco da estrutura arcaica de concentração fundiária brasileira.

Porem, segundo Gramsci, o Estado representaria “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com os quais a classe dirigente não só justifica e mantém o seu domínio, mas consegue obter o consenso ativo dos governados” (GRAMSCI, 2000, p. 331). Nesse processo é que ocorre o esgotamento das energias sociais e das lutas travadas por esses movimentos, contribuindo para maior passividade da massa trabalhadora desorganizada e também, para a criação de uma situação política e ideológica francamente hostil às reivindicações democráticas e populares (BARATA, 2011).

Vale ressaltar aqui, os escritos de Oliveira após a vitória do PT, onde ele se debruçou sobre o que seriam os efeitos politicamente regressivos da hegemonia “lulista”, onde ele destacou que o governo “transformisticamente” absorveria as forças sociais antagônicas no aparato de Estado, que seria responsável por desmobilizar as classes subalternas e os movimentos sociais. Retomando os escritos de Gramsci, ele denominou de “Transformismo” o processo de absorção, pela classe dominante, de elementos ativos ou grupos inteiros, que pertenciam tanto à base aliada quanto a adversária. Assim, em relação às demandas dos movimentos sociais neste governo, pudemos observar, que a política afastou-se dos embates hegemônicos travados pelas classes sociais antagônicas, refugiando-se na sonolenta e desinteressante rotina dos gabinetes, não existindo mais aqueles árduos conflitos como em outros governos. Em suma, a chegada ao poder do PT não significou a ruptura com a hegemonia neoliberal, mas sim a afirmação na política macroeconômica, e sem dúvida a neutralização da maioria dos movimentos sociais. Estaríamos aqui vivenciando o que Gramsci denominou de transformismo, que nada mais é que a cooptação pelo bloco do poder, que é o bloco ou composição de classe histórico que comanda uma nação.

Assim, analisando o transformismo do PT, compreendemos que o partido abandonou bandeiras históricas da classe trabalhadora para tomar a frente da deslegitimação de lutas populares, cooptando seus dirigentes e trabalhando para engessar o direcionamento desses movimentos. Isto tudo é possível, na medida em que o PT foi construindo uma bandeira de governabilidade, que levou a classe trabalhadora políticas estritamente defensivas. Porem não

se pode deixar que o transformismo do PT acarrete no abandono das perspectivas de luta, onde esse assumiria um discurso hegemônico como o único possível.

Através da fala da assentada Janaina acredito que conseguiremos compreender ainda mais o sentimento que perpassa esses acampados, assentados e lideranças do MST sobre o Governo Lula. Assim, Janaina sintetiza bem em suas palavras, as falas que perpassaram esse trabalho sobre as Políticas de Reforma Agrária do Governo Lula, e ela diz:

A meu ver, sim o governo deixou esse sentimento de vazio de verdade, em algumas questões sim melhorou algo, mas foi igual aquela questão que o pessoal diz 'pai dos pobres e mãe de ricos', tipo da às migalhas pra nós, para que calemos as nossas bocas, mas continua dando mais pros ricos, então é bem essa visão que eu tenho e que a grande maioria tem, que o pessoal mesmo tem, foi bastante decepcionante [...] tipo o movimento agora apóia o governo Dilma porque é ruim com ela mais é pior sem ela, mas ademais a questão é que por mais que um tente fazer algo também não tem tantas possibilidades assim porque o Senado é que decide tudo, o Presidente não decide quase porra nenhuma. (JANAINA, 2014).

Sendo assim, avaliando o Governo Lula, pode-se concluir que suas políticas foram ruins ou abaixo das expectativas com relação à reforma agrária. Independentemente da realização de políticas tais como, o PAA e o PNAE. Devemos destacar que eles são programas muito pequenos perto do que poderia ser feito pelo Governo no âmbito das Políticas Públicas. Onde, mais uma vez o Governo realizou políticas públicas de reforma agrária a conta gotas para os acampados e assentados, e em contra partida a isso, incentivou com créditos e financiamentos o agronegócio.

É necessário compreender também as disputas entre os sujeitos sociais, onde, de um lado temos o grande capital, que pode ser representado pelo agronegócio. Esse, por sua vez, utiliza-se de seu território a fins de produção de mercadoria prioritariamente para o mercado externo, como as *commodities* e recebem altos incentivos financeiros do Estado por meio de políticas que financiam esse modelo de produção, e do outro lado, a presença dos agricultores familiares que possuem práticas diversificadas na policultura que resultam numa paisagem heterogênea de seus territórios que viabiliza também sua sobrevivência no campo, onde utilizam prioritariamente de trabalho familiar, onde, por exemplo, estão localizados os assentamento rurais.

Porem, o Estado brasileiro tem em suas mãos a tarefa de promover a imagem desenvolvimentista do agronegócio, a medida que, por outro lado, camufla questões estruturais do modelo econômico atual, como a concentração fundiária, os conflitos dos movimentos sem-terra e desestabilização os cultivos tradicionais. Assim, durante o Governo Lula, mesmo diante da conjuntura internacional favorável ao desenvolvimento da economia nacional, a postura macroeconômica assumida seguiu a lógica destacada acima, vindo a

limitar o desenvolvimento do país, perdendo a extraordinária oportunidade de retirar o Brasil da trajetória de instabilidade e crise e colocá-lo numa trajetória de desenvolvimento econômico dinâmico. Pode-se afirmar, então, que não houve um avanço em termos industriais com relação à inserção da economia brasileira no comércio internacional, na qual as exportações continuam sendo de produtos de baixa e média capacidade tecnológica, bem como de produtos não industrializados (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007).

Conclui-se, portanto, que mesmo sem o devido apoio das políticas públicas o campesinato no Brasil continua resistindo à expansão do agronegócio, que ao mesmo tempo em que enfraquece porções do campesinato, faz com que o mesmo também crie estratégias de sobrevivência dentro dessa lógica de produção, pois, a potencialidade de produção agrícola do campesinato é evidente, apesar de todos os desafios e problemas enfrentados por ele frente à territorialização do atual modelo de desenvolvimento do campo brasileiro.

Assim, ao longo dessa dissertação propusemos entender quais foram as Políticas de Reforma do Governo Lula para a realização da Reforma Agrária no Brasil, entre os anos de 2003-2010. Obtivemos clareza das mudanças nas ações adotadas respectivamente no primeiro e segundo mandato, onde nesse se instaurou o que segundo Oliveira (2013), denominou como Contra-Reforma Agrária. Desta forma, pode-se perceber que as propostas e promessas eleitorais não se efetivaram, gerando um pacto ainda maior com o agronegócio em detrimentos dos movimentos sociais de luta pela terra, e conseqüentemente, a não realização da reforma agrária, e instauração de uma Contra-Reforma Agrária, aumentou ainda mais a concentração fundiária em nosso país.

Vale destacar que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra tem um papel chave no processo de tencionar a realização da reforma agrária no Brasil. Esse e demais movimentos fazem lembrar as demandas efetivas por reforma agrária. As mobilizações, ocupações e todos os atos realizados por esses, elevam esses da condição de invisibilidade, pressionando o Governo para que atenda as demandas da população, gerando para o Brasil maior desenvolvimento social e econômico.

Cabe ainda destacar que as questões levantadas nesse trabalho não se esgotam todas as questões. O tema que nos propusemos analisar demanda maior aprofundamento e uma investigação mais ampla em virtudes das conseqüências econômicas e sociais, fruto das políticas inacabadas de reforma agrária, que envolvem não só os movimentos sociais de luta pela terra, neste caso o MST, mais também a análise de outros segmentos tais como o agronegócio, o Estado e a sociedade civil.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio H. H. Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, p. 5-34, 1988.

ALBUQUERQUE, V. O. **Reforma agrária no governo Lula: uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária**. 2006. 143 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2006.

ALMEIDA, J. Estado, hegemonia, luta de classes e os dez meses do governo Lula. **Crítica Social**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 27-41, 2003.

ANA. **Entrevista [08 jul. 2014]**. Entrevistador: Thaylize Goes Nunes Pereira. Áudio digital (ca. 01:45:17 min). Promissão, 2014. Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

ARANDA, M. A. de M. A.; SENNA, E. **A articulação democracia e participação no PPA do Governo Lula: “Brasil de Todos: inclusão e participação”**. In: XXIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO; CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE POLÍTICAS E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 23, 2007, Porto Alegre. p. 1-17. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2007/268.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2015.

AZEVEDO, D. A. de. **Da pedagogia da hegemonia burguesa ao difícil caminho de construção de uma contra-hegemonia: O protagonismo do MST nas lutas de resistência no governo Lula**. 2012. 278f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal De Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BADIE, B. **La fin des territoires**. Paris: Fayard, 1995.

BARATA, G. **Antonio Gramsci em contraponto**. São Paulo: Unesp, 2011.

BAUMAN, Z. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 222-232.

BERGAMASCO, S. M. P. P; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

BEZERRA, C. Gramsci e as lutas políticas. In: Brasil de Fato: uma visão popular do Brasil e do Mundo. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/12452>>. Acesso em: 27 jun. 2015.

BONNEMAISON, J.; CAMBREZY, L. Le lien territorial: entre frontières et identités. **Géographies et Cultures (Le Territoire)** n. 20 (inverno). Paris: L’Harmattan-CNRS, 1996.

BORGES, P. **Os donos da terra e a luta pela Reforma Agrária**. Rio de Janeiro: CODECRI – IBASE, 1984.

BRAGA, R. Movimentos sociais na Era Lula: Hegemonia às avessas, pequena política ou revolução passiva à brasileira? **Revista Cult**. 2010. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/07/movimentos-sociais/>>. Acesso em: 13 mai. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 2004. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf> Acesso em: 30 mar. 2013.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 12 mai. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985. **Plano Nacional de Reforma Agrária**. Brasília, 1985. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/servicos/publicacoes/pnra>> Acesso em: 30 mar. 2013.

_____. Presidência da República. **Dispõe sobre o Plano Plurianual do Governo Federal para o período de 2004-2007**. Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004. Brasília, 2004.

_____. Presidência da República. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano Plurianual “Brasil de todos: inclusão e participação”**. Brasília. 2003. Disponível em: <http://www.planobrasil.gov.br/texto_base.asp?cod=1> Acesso em: 12 mai. 2013.

_____. Presidência da República. **Medida Provisória n. 2.183-56**. Brasília, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2183-56.htm> Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. **Presidente (2003 - :Lula)**. Discursos selecionados do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

_____. Presidência da República. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Fome Zero**. Brasília. 2010. Disponível em: <<http://www.fomezero.gov.br/o-que-e>> Acesso em: 27 jan. 2015.

BRITO, B.; BARRETO, P. **Primeiro ano do Programa Terra Legal: avaliação e recomendações**. Belém: Imazon, 2010.

CALDART, R. S. et al. (Org.). **Dicionário de educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMILA. **Entrevista [13 jul. 2014]**. Entrevistador: Thaylize Goes Nunes Pereira. Áudio digital (ca. 23:18 min). Promissão, 2014. Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

CANUTO, A. Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela

produtividade. **Revista Nera**. a. 7, n. 5 – ago/dez de 2004.

CERQUEIRA, K. C. **As Propostas de Política Econômica do PT entre 1989 e 2006: Um Exame sob o Referencial Teórico das Coalizões de Defesa**. 2010. 190f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

_____. **História do Pensamento Econômico do PT: As Propostas Econômicas do Partido dos Trabalhadores nas Eleições Presidenciais de 1989 a 2002**. Jun. 2007.

COGGIOLA, O. **Governo Lula: da esperança à realidade**. São Paulo: Xamã, 2004.

CONJUR – Consultor Jurídico. **Reforma Agrária: Governo compra mais terras do que desapropria**. 2009. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2009-dez-12/lula-destinou-40-milhoes-hectares-terra-reforma-agraria>> Acesso em: 30 jan. 2016.

COUTINHO, C. N. As Categorias de Gramsci e a Realidade Brasileira. **Crítica Marxista**, Roma: Editora Riuniti, n. 5, ano 23, p. 35-55, 1985.

COUTINHO, E. G. Processos contra-hegemônicos na imprensa carioca, 1889/1930. In: _____ (Org.). **Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 65-89.

D'AQUINO, T. A casa, os sítios e as agrovilas: uma poética do tempo e do espaço no assentamento das terras de Promissão-SP. In: SIMONETTI, M. C. L. (Org.). **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. Marília: Laboratório Editorial, 2011. p. 15-52.

DAGNINO, E.; OLVERA, A.; PANFICHI, A. (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. Campinas: Paz e Terra, 2006.

DANTAS, R. Ideologia, hegemonia e contra-hegemonia. In: COUTINHO, E. G. (Org) **Comunicação e contra-hegemonia: processos culturais e comunicacionais de contestação, pressão e resistência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008, p. 91-118.

DATALUTA. Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. Fotos. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/album.php>>. Acesso em: 09.03.2015.

DELGADO, G. Questão Agrária hoje In: Questão Agrária e Desigualdades no Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Ano 35 v. 01 n. 02, Out. 2014.

DIAS, E. **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Sundermann, 2006.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo, Martins Fontes, 1995.

ENGELMANN, Solange I. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. **Revista Geográfica de América Central do V Congresso Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, p. 206-214, 1994.

FARIAS, F. P. O Governo Lula e as Relações de Classes. **Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho**. n. 39, p. 370-378, Out. 2013.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. A reforma agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, E. (Org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013. p. 192- 206.

_____. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **Revista Nera**. Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 1-44, 1998.

_____. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. **Revista Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 11-27, jan./jun. 2003.

_____. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: CARTER, M (Org.) **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010, p. 161-197.

_____. **Gênese e Desenvolvimento do MST**. Caderno de Formação Nº 30. São Paulo: Editora Perez, 1998b.

_____. **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

_____. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**. a. 8, n. 6 – jan/jun 2005. Disponível em <<http://www2.fct.unesp.br/nera/revistas/06/Fernandes.pdf>> Acesso em: 17 mar. 2013.

_____. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. **Questão Agrária, Pesquisa e MST**. São Paulo, Cortez Editora, 2001.

FERNANDES, B. M.; Martin, J. Y. Movimento socioterritorial e “globalização”: algumas reflexões a partir do caso do MST. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 12, 2004.

FILGUEIRAS, L; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro, Editora Contraponto. 2007.

FIORINI, V. **A questão agrária no governo Lula e as ações do movimento dos trabalhadores sem terra (MST)**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FRANCISCA. **Entrevista [12 jul. 2014]**. Entrevistador: Thaylize Goes Nunes Pereira. Áudio digital (ca. 32:43 min). Promissão, 2014. Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

_____. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2003.

_____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo, Loyola, 2012.

_____. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola. 1997.

GONÇALVES, F. dos S. **Fábrica da COMAJA**. Entrevista concedida ao grupo de pesquisa Desenvolvimento Rural Amapaense da UNIFAP. 12 nov. 2012.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

_____. **Cadernos do cárcere**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. v. 2. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUF, 1997.

_____. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, I. et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. **Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia**. Curitiba: AGB, 1994, p. 206-214.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” á multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Territórios alternativos**. 3.ed. São Paulo: contexto, 2012.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. **GeoUERJ. Revista do Departamento de Geografia, UERJ**. Rio de Janeiro, n. 5, p. 7-19. 1999.

HEINEN, M. O plano nacional de reforma agrária do governo Lula. Antecedentes. O plano. Possibilidades e limites de sua execução. Conferencia do PNRA Governo Lula jun.2004. Disponível em:

<<http://xa.yimg.com/kq/groups/17929366/1990100000/name/O+plano+nacional+de+reforma+agr%C3%A1ria+do+governo+lula.pdf>> Acesso: 02 set. 2011.

INSTITUTO BIOSISTEMICO. Fichas de levantamento Socioeconômica do Assentamento Reunidas. Promissão. Documento não publicado. 2015.

JANAINA. **Entrevista [11 jul. 2014]**. Entrevistador: Thaylize Goes Nunes Pereira. Áudio digital (ca. 36:07 min). Promissão, 2014. Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

JOÃO; ANTONIA. **Entrevista [25 jul. 2015]**. Entrevistador: Thaylize Goes Nunes Pereira. Áudio digital (ca. 01:18:54 min). Promissão, 2015. Nomes dos entrevistados são fictícios para preservar as identidades dos mesmos.

JOAQUIM. **Entrevista [13 jul. 2014]**. Entrevistador: Thaylize Goes Nunes Pereira. Áudio digital (ca. 25:12 min). Promissão, 2014. Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

LEHER, R. O governo Lula e os conflitos sociais no Brasil. **OSAL, Observatorio Social de América Latina**, n. 10, p. 81- 129, 2006. Disponível em:

<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal10/regionsur.pdf>> Acesso em: 28 abr. 2013.

LIGUORI, G. **Roteiros para Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

LOPES, F. J. Ocupar, Resistir e Produzir: a crise e a luta do MST pela reforma agrária no governo Collor e o desenvolvimento da cooperação agrícola nos assentamentos. In: **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.

MACHADO, E. Governo Lula, neoliberalismo e lutas sociais. **Revista Lutas Sociais**, São Paulo, n. 21/22 - 2º sem. 2008.

MARQUES, R. M.; MENDES, Á. O social no governo Lula: a construção de um novo populismo em tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Rev. Econ. Polit.** [online] v. 26, n. 1, p. 58-74, 2006.

MARQUES, M. I. M. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. In: XIII Encontro Nacional de Geógrafos, 2002, João Pessoa. Anais do XIII Encontro Nacional de Geógrafos (cdrom), 2002.

MARTINS, J. S. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STEDILE, J. P. (Org.) **A reforma agrária e a luta do MST**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

_____. Reforma agrária: o impossível diálogo sobre a História possível. **Tempo soc.** [online] v. 11, n. 2, p. 97-128, 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. **O manifesto do partido comunista**. Porto Alegre: L&PM, 2001.

MEDEIROS, L. S. de. **Reforma Agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MENDONÇA, S. R. de. Sociedade Civil em Gramsci: Venturas e Desventuras de um conceito. In: PAULA, D. A. de; MENDONÇA, S. R. (Org.). **Sociedade Civil: ensaios históricos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Nossa História**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossa-historia/84-86>> Acesso em: 10 jan. 2014.

OLIVEIRA, A. U. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, set./dez. 2001. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142001000300015>>. Acesso em: 10 set. 2013.

_____. **A “Não Reforma Agrária” do MDA/INCRA no Governo Lula**. Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre-RS, 2006.

_____. A política de reforma agrária no Brasil. Land Action Network. Disponível em: <<http://www.landaction.org/spip.php?article529&lang=en>>. Acesso em: 20 set. 2013.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labor Edições, 2007.

_____. Não Reforma Agrária e Contra Reforma Agrária no Brasil do governo Lula. Dinámica de los Espacios Rurales y Sustentabilidad: Articulaciones del espacio rural. In: Observatorio Geografico America Latina. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaagraria/04.pdf>> Acesso em: 24 jul.2014

_____. Sem enfrentamento, não há reforma agrária: entrevista. [2 de maio, 2007]. São Paulo: **Correio da Cidadania**. Entrevista concedida a Valéria Nader. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=239&Itemid=47>. Acesso em: 17 set. 2013.

OLIVEIRA, F. (Org). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (Brasil). **Carta ao Povo Brasileiro**. 2002. Disponível em: <http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf> Acesso em: 25 ago. 2014

_____. **Programa de Governo 2002 Coligação Lula Presidente: Um Brasil Para Todos** Crescimento, Emprego E Inclusão Social. 2002. Disponível em : <<http://www2.fpa.org.br/uploads/programagoverno.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2014

_____. **Vida Digna no Campo: Desenvolvimento Rural, Política Agrícola, Agrária e de**

Segurança Alimentar. Disponível em: <http://www.agr.feis.unesp.br/plano_agricola_lula.pdf> Acesso em: 25 ago. 2014.

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica.** 2009. 235f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2009.

PEDRO. **Entrevista [11 jul. 2014].** Entrevistador: Thaylize Goes Nunes Pereira. Áudio digital (ca. 54:39 min). Promissão, 2014. Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

PINHEIRO, M. O governo petista como operador político da burguesia no Brasil. In: *Correio da Cidadania*. Disponível em: <http://www.correiodacidade.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8580:submanchete070613&catid=72:imagens-rolantes> Acesso em: 17 jun. 2014.

PIRES, M. C. **Economia Brasileira: da colônia ao governo Lula.** São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

QUEIROZ, M. I. P. de. **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil).** São Paulo: Vértice, 1988.

_____. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

QUEIROZ, T. C. da N. As lideranças do movimento sem terra na Paraíba: ambigüidades e aproximações identitárias. **Revista Política & Trabalho**, João Pessoa, v.16, p. 11-23. set. 2000.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RAMOS FILHO, E. da S., **Questão agrária atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma agrária e reforma agrária de mercado (2003-2006).** 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente, 2008.

RICCI, R. A coalizão presidencialista. **Revista Espaço Acadêmico**. n. 83. 2008. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/083/83ricci02.htm>> Acesso em: 17 jun. 2014.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980.** 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

SAMUELS, D. A democracia brasileira sob o governo Lula e do PT. In: ANGELO, V.; VILLA, M. (Org.). **O Partido dos Trabalhadores e a política brasileira (1980-2006).** São Carlos: Edufscar, 2009. p. 239-271.

SANTOS, S. A. dos. **A trajetória do assentamento Reunidas: o que mudou?** 2007. 133 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SANTOS, B. S. **Para uma revolução democrática da justiça**. São Paulo: Cortez Editora, 2007.

_____. Poderá o direito ser emancipatório?. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 65, p. 3, 76, 2002.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed., 2. reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 2000.

_____. **Território globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____ et al. **Território e territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SCHERER-WARREN, I. **Movimentos sociais: um ensaio de interpretação sociológica**. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 1989.

SECCO, L. **História do PT**. São Paulo: Editora Ateliê, 2011.

SILVA, C. L. Política brasileira: embate de projetos hegemônicos. **Revista Tempos Históricos**. p. 395-402, 2006. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/tempohistoricos/article/download> Acesso em: 13 jun. 2015

SILVA, E. L. da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, M. A. de M. **A Luta pela Terra: Experiência e Memória**. São Paulo: Editora UNESP, 2004. (Coleção Paradidáticos; Série Poder).

SIMONETTI, M. C. L. **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais**. Marília: Laboratório Editorial, 2011.

_____. **A Longa Caminhada: a (re)construção do território camponês em Promissão**. 1999. 200 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. (Org.) **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida**. Marília: Laboratório Editorial, 2011.

_____. Entre o Local e o Global: O Movimento dos Sem Terra, a Via Campesina e a Agricultura Brasileira. In: **Economia, Sociedade e Relações Internacionais: Perspectivas do Capitalismo Global**. Londrina: Editora Práxis, 2006.

_____. Territorialidades em tensão: movimentos sociais, agronegócio e políticas de reforma agrária no Brasil entre 1985 a 2010. In: CORSI, F. L. (et al.) (Org.). **Economia e Sociedade: o Brasil e a América Latina na conjuntura de crise do capitalismo global**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

SINGER, A. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOBREIRO FILHO, J. Contribuição para a Construção do Conceito de Movimentos Socioterritoriais e análise das dissensões e Formação do “MST Da Base” no Pontal do Paranapanema. In: Dados e textos sobre a Luta pela Terra e a Reforma Agrária. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/>> Acesso em: 20 abr. 2015.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. et al. (Org.) **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

STEDILE, J. P. Entrevista com João Pedro Stédile à revista Estopim. In: O Diário.info. Disponível em: <<http://www.odiario.info/?p=2586>> Acesso em: 24 nov. 2014.

_____. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

STORPER, M. Territorialização numa economia global. In LAVINAS, L. et al. (Org.) **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

TEREZA. **Entrevista [13 jul. 2014]**. Entrevistador: Thaylize Goes Nunes Pereira. Áudio digital (ca. 09:06 min). Promissão, 2014. Nome do entrevistado é fictício para preservar a identidade do mesmo.

TOURAINÉ, A. **Crítica da modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Poderemos viver juntos? iguais e diferentes**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Production de la Société**. Paris: Seuil, 1973.

VANDEN, H. E. “Sem-Terra” Brasileiros marcam sua Posição. In: SIMONETTI, M. C. L. **Assentamentos rurais e cidadania: a construção de novos espaços de vida – São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2011.**

VELTZ, P. **Mondialisation, villes et territoires**. Paris: PUF, 1996.

VIA CAMPESINA. Posição da Via Campesina Brasil sobre a questão dos territórios: camponeses, indígenas, quilombolas e pesqueiros!. In: Terra de direitos: organização de direitos humanos. Disponível em: <<http://terradedireitos.org.br/biblioteca/notas/nota-posicao-da-via-campesina-brasil-sobre-a-questao-dos-territorios-camponeses-indigenas-quilombolas-e-pesqueiros/>> Acesso em: 25 ago. 2014.

APÊNDICE A – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

| | Nome | Idade | Estado Civil | Escolaridade | Onde morava anteriormente | Onde Trabalha ou Trabalhou | Quantos anos está Acampado Ou Assentado |
|---------------------|-----------|---------|--------------|-----------------------------------|---|--|---|
| Acampado | Joaquim | 52 anos | Casado | Ensino Fundamental Incompleto | Morava no campo antes de ir para o acampamento | Sempre trabalhou na roça; Trabalha em lotes no Assentamento Reunidas | Acampado há 9 anos |
| Acampada | Tereza | 45 anos | Casada | Ensino Fundamental Incompleto | Morava na cidade antes de ir para o acampamento | Sempre trabalhou na roça; Trabalha em lotes no Assentamento Reunidas | Acampada há 9 anos |
| Acampada | Camila | 22 anos | Casada | Ensino Médio Completo | Morava na cidade antes de ir para o acampamento | Foi para o acampamento na adolescência, nunca trabalhou fora do acampamento. | Acampada há 7 anos |
| Assentada | Francisca | 48 anos | Casada | Estudante do EJA | Morava no campo antes de ir para o acampamento | Trabalha no seu lote | Assentada há 27 anos |
| Assentada | Janaina | 22 anos | Solteira | Estudante Cursando Nível Superior | Nasceu no assentamento | Trabalha no seu lote quando está de férias da universidade | Assentada há 22 anos |
| Assentado | Pedro | 49 anos | Casado | Ensino Fundamental Incompleto | Já morou tanto no campo quanto na cidade | Trabalha no seu lote | Assentado há 27 anos |
| Liderança Acampado | João | 42 anos | Casado | Ensino Fundamental | Morava na cidade | Estava desempregado na cidade; Trabalha em lotes no Assentamento Reunidas e região | Acampado há 9 anos |
| Liderança Assentada | Ana | 59 anos | Divorciada | Estudante do EJA | Morava no campo antes de ir para o acampamento | Trabalha no seu lote | Assentada há 27 anos |